



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal Marquinho

VOLUME I



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho
Produto 2ª fase – Parte III

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DAS CIDADES

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Secretário

MARCIO JULIANO MARCOLINO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Superintendente

CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executiva

JOSÉ ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

ALBARI ALVES DE MEDEIROS Diretor de Operações

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador Operacional

CARLO ANDRÉ MELLO HAKIM Coordenador de Recursos Humanos

FABIO ANDERSON MIGUEL Coordenador Financeiro

FERNANDO DOMINGUES CAETANO Coordenador de Estudos e Captação de Recursos

FLAVIO LUIZ SAUERBRONN Coordenador Administrativo

LEANDRO VICTORINO DE MOURA Coordenador de Tecnologia da Informação

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

MUNICÍPIO DE MARQUINHO

Prefeito:

ELIO BOLZON JUNIOR

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal Marquinho

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2021

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Fevereiro/2023

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA	3
2.1. Aspectos legais	3
2.2. Sistema viário básico	9
2.2.1. Pavimentação	12
2.3. Deslocamento individual não motorizado	14
2.4. Deslocamento motorizado	17
2.4.1. Deslocamento motorizado de cargas e serviços.	17
2.4.2. Deslocamento motorizado individual	17
2.4.3. Deslocamento motorizado coletivo	18
2.4.3.1. Transporte Coletivo Intermunicipal	18
2.4.3.2. Transporte Coletivo Urbano	19
2.4.3.3. Transporte Escolar	19
2.5. CONSIDERAÇÕES	22
3. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO	25
3.1. Receitas orçamentárias municipais	25
3.2. Despesas municipais	28
3.3. Indicadores de finanças públicas	29
3.3.1. Indicador de Dependência	29
3.3.2. Indicador de Financiamento dos Gastos	30
3.3.3. Indicador de Poupança	31
3.3.4. Indicador de Capacidade de Investimento	32
3.4. CONSIDERAÇÕES	35
4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES	37
5. SINTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	45
5.1. Aspectos Ambientais	46
5.2. Aspectos Socioespaciais	47
5.2.1. Uso e Ocupação do Solo	47
5.2.2. Equipamentos Comunitários	50
5.2.2.1. Equipamentos de Educação	50
5.2.2.2. Equipamentos de Assistência social	50

5.2.2.3. Equipamentos para o setor da Agricultura	52
5.2.2.4. Equipamentos de Saúde	53
5.2.3. Serviços Urbanos de Energia Elétrica e Saneamento	54
5.2.4. Infraestrutura viária	56
5.3. Aspectos Econômicos	58
5.3.1. Crescimento Populacional e Demografia	58
5.3.2. Emprego e Renda	59
5.3.3. Capacidade de Investimento	59
5.4. Aspectos Institucionais	60
5.4.1. Planejamento e Gestão Urbana	60
5.4.2. Estruturação e Funcionamento dos Conselhos Municipais	62
5.5. CONSIDERAÇÕES	62
6. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	68
6.1. Introdução	68
6.1.2. Conceito de Desenvolvimento Urbano.	68
6.1.3. O Estatuto Da Cidade	73
6.1.4. Agenda 2030	74
6.1.5. A Nova Agenda Urbana	77
6.2. Objetivos Para o Desenvolvimento Municipal	79
6.3. CONSIDERAÇÕES	103
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
8. ANEXOS	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Mapa de Classificação Funcional das Vias Urbanas e Expansão do Sistema Viário Básico Urbano de Marquinho- PR.	8
Figura 2.2. Vias Principais de Marquinho-Paraná.	10
Figura 2.3. Cruzamento da Av. Guarapuava com a Rua Napoleão Padilha.	11
Figura 2.4. Cruzamento entre a Avenida Guarapuava e a Rua XV de Novembro.	11
Figura 2.4. Pavimentação das vias de Marquinho-PR.	13
Figura 2.5. Acesso a Prefeitura Municipal.	14
Figura 2.6. Acesso ao Centro de Saúde.	14
Figura 2.6. Acesso à Escola Rui Barbosa.	15

Figura 2.7. Acesso ao Colégio Est. João Rysicz.	15
Figura 3.1. Capacidade de investimento e investimentos efetivamente realizados em Marquinho, de 2013 a 2021.	35
Figura 5.1. Representação da matriz SWOT.	63
Figura 6.1. Etapas Para A Definição De Propostas Do Plano Diretor	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1. Pavimentação das vias de Marquinho em 2022.	12
Tabela 2.2. Pavimentação das rurais de Marquinho em 2022.	13
Tabela 2.3. Composição da frota de veículos em Marquinho, entre 2010 e 2020.	17
Tabela 2.4. Evolução da frota e da taxa de motorização de Marquinho, entre 2010 e 2020.	18
Tabela 2.5. Linhas e veículos do transporte escolar rural.	20
Tabela 2.6. Número de alunos transportados pela frota própria e por terceiros.	22
Tabela 3.1. Receitas Orçamentárias Municipais, 2013 a 2021.	26
Tabela 3.2. Transferências Correntes e Receita Orçamentária, 2013 a 2021.	26
Tabela 3.3. Relação da receita tributária com a receita corrente, 2013 a 2021.	27
Tabela 3.4. Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação à Despesa Orçamentária.	28
Tabela 3.5. Receitas, despesas e superávit orçamentário, 2013 a 2021.	29
Tabela 3.6. Indicador de Dependência, 2013 a 2021.	30
Tabela 3.7. Indicador de Financiamentos dos Gastos, 2013 a 2021.	31
Tabela 3.8. Indicador de Poupança do município, 2013 a 2021.	31
Tabela 3.9. Capacidade de Investimento, 2013 a 2021.	33
Tabela 3.10. Capacidade de Investimento, variação de indicadores 2013 a 2021.	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1. Estrutura da Lei de Sistema Viário.	4
Quadro 2.2. Detalhamento da hierarquização viária urbana de Marquinho, conforme Lei Municipal nº 422/2013.	5
Quadro 2.3. Detalhamento da hierarquização viária rural de Marquinho, conforme Lei Municipal nº 422/2013.	7
Quadro 2.4. Linhas do transporte escolar rural.	20

Quadro 4.1. Conselhos Municipal de Marquinho.	38
Quadro 5.1. Síntese da Análise Temática Integrada de Marquinho- PR.	64
Quadro 6.1. Agenda 2030 - Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável.	74
Quadro 6.2. Dimensões Da Sustentabilidade Versus Os ODS.	76
Quadro 6.3. Síntese dos Objetivos do Plano Diretor.	70

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social;

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço;

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil;

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

ATI – Análise Temática Integrada;

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

FPJ – Fundação João Pinheiro

SISPEHIS – Sistema de Informações Sobre Necessidade Habitacionais do Paraná

1. APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao Contrato nº 23/2021, a ATI integra a **2ª Fase** do projeto de revisão do Plano Diretor e das legislações urbanísticas complementares de Marquinho, estando dividida em três partes. Neste contexto, o presente relatório é dedicado à **Parte 3**, cujas informações coletadas foram sistematizadas e desenvolvidas em torno dos seguintes eixos temáticos:

i. **Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana**, com base na avaliação e adequação:

- Do sistema viário básico;
- Do deslocamento individual não motorizado, observando as necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalhos; e
- Do deslocamento motorizado de cargas e serviços, de forma a garantir os direitos aos transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer.

ii. **Capacidade de investimento do município**, avaliação da capacidade de investimento, atual e futura, visando à implementação do PDM a ser expresso no Plano de Ação e Investimentos (PAI);

iii. **Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes**, identificação dos conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano, de forma direta ou indireta, e avaliação das respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação;

iv. **Síntese da Análise Temática Integrada**, por meio da sistematização dos resultados objetivos nas Partes 1, 2 e 3 da ATI, de modo a indicar a definição de objetivos, diretrizes e propostas para uma cidade sustentável.

Diante do resultado do **item iv.**, o capítulo final deste relatório será dedicado à construção dos **Objetivos para o desenvolvimento municipal**, visando a garantia do contido na Agenda 2030 e na Nova Agenda Urbana, em especial a referência para “Inovação, Inteligência e Sustentabilidade”.

Cumpra-se mencionar que a análise constante neste documento se encontra amparada em:

- Dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, bem como nas resoluções do Conselho Nacional da Cidade;
- Fontes secundárias amplamente reconhecidas;
- Mapas georreferenciados; e
- Informações prestadas pelos gestores públicos ao longo do primeiro semestre de 2022.

2. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA

As vias se constituem como elementos estruturais urbanos que desempenham diferentes funções viárias podendo ser classificadas a partir de dois aspectos centrais:

- Mobilidade, que pode ser entendida como a facilidade de deslocamento na cidade, que depende das condições de fluidez e capacidade; e
- Acessibilidade, atrelada às condições seguras de acesso às edificações e às atividades urbanas lindeiras.

Neste contexto, será realizada a seguir a caracterização das condições gerais de acessibilidade e mobilidade de Marquinho, com ênfase na área urbana, considerando os seguintes aspectos:

- Aspectos legais;
- Sistema viário básico;
- Deslocamento individual não motorizado, observando às necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho; e
- Deslocamento motorizado, incluindo cargas e serviços, individual e coletivo, de forma a garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer;

2.1. Aspectos legais

O sistema viário é composto por eixos, que têm por função permitir o acesso aos serviços e espaços urbanos da cidade, além de garantir a locomoção de pedestres, ciclistas, veículos, motocicletas, ônibus e cargas com segurança e fluidez, se constituindo como importante cenário para a vivência e relações sociais, de espaços para lazer e para a prática de atividades físicas, contemplativas, entre outras.

Em Marquinho, a infraestrutura viária é regulamentada pela Lei Municipal nº 422/2013, cujo objetivo é hierarquizar, dimensionar e disciplinar a implantação das vias no município, estruturada em quatro capítulos, conforme detalha o Quadro 2.1.

Quadro 2.1. Estrutura da Lei de Sistema Viário.

CAPÍTULO I – Disposições Preliminares	
<hr/>	
CAPÍTULO II – Da Classificação das Vias Municipais	SEÇÃO I – Das Vias urbanas
	SEÇÃO II - Das Vias Rurais
	SEÇÃO III – Da Alteração da Classificação das Vias Municipais
<hr/>	
CAPÍTULO III – Do Dimensionamento das Vias Municipais	SEÇÃO I – Das Vias Urbanas
	SEÇÃO II – Das Vias Rurais
<hr/>	
CAPÍTULO IV – Das Diretrizes para a Expansão do Sistema Viário Básico Urbano e Rural	
<hr/>	
CAPÍTULO V – Sanções e Penalidades	
<hr/>	
CAPÍTULO VI – Disposições Finais	
<hr/>	
ANEXOS	Anexo I: Termos Técnicos e Definições
	Anexo II: Mapa de Classificação Funcional das Vias Urbanas e Expansão do Sistema Viário Básico Urbano
	Anexo III: Seção Transversal da Via Coletora Secundária
	Anexo III: Seção Transversal da Via Local
	Anexo IV: Estradas
Anexo IV: Rodovia Municipal	

Fonte: Lei Municipal nº 422/2013. Elaboração: Farol 14 Consultoria em projetos, 2022.

A legislação hierarquiza os eixos que compõem o sistema viário urbano em três classes, cujas definições, composição e dimensionamento mínimo são apresentados no Quadro 2.2.

Quadro 2.2. Detalhamento da hierarquização viária urbana de Marquinho, conforme Lei Municipal nº 422/2013.

Hierarquia	Sub-hierarquia	Descrição	Composição	Dimensionamento mínimo
Arterial	Arterial Principal	Corresponde aos trechos ou continuação de rodovias ou estradas em áreas urbanas, caracterizada por interseções em nível, geralmente em rotatória ou controlada por semáforo, com restrição da acessibilidade aos lotes lindeiros, e acesso preferencial as vias arteriais secundárias e/ou vias coletoras principais.	Trecho urbano da Rodovia BR - 158	Deverá seguir as normas e recomendações de projetos DNER/DNIT, DER/PR.
	Arterial Secundária	Corresponde aquelas caracterizadas por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e preferencialmente as vias arteriais principais e/ou vias coletoras principais, interligando diferentes regiões da cidade	Não definida	Não definida
Coletora	Coletora Principal	Corresponde àquelas destinadas a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das coletoras secundárias de diferentes bairros ou de diferentes partes dentro de uma mesma região da cidade para as vias arteriais principais ou secundárias.	Não definida	Não definida

Hierarquia	Sub-hierarquia	Descrição	Composição	Dimensionamento mínimo
	Coletor Secundária	Corresponde aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias locais, possibilitando o trânsito dentro de um mesmo bairro ou uma mesma parte da cidade.	- Avenida Guarapuava; - Rua Napoleão Padilha, entre Avenida Guarapuava até a 7 de setembro; - Rua 7 de Setembro, entre Napoleão Padilha e Alexandre Nestor; - Rua Alexandre Nestor, entre 7 de setembro e Rodovia BR-158; - Rua XV de Novembro, entre Napoleão Padilha e Rodovia BR - 158	Caixa de via: 18,00 m Caixa de rolamento: 11,40 m Pista de rolamento: 7,00 m Faixa de estacionamento: 2,20 m Calçada: 3,30 m Passeio: 1,20 m
Local		Corresponde aquelas que se caracterizam por interseções em nível não semaforizada, destinada preferencialmente ao acesso local ou a áreas restritas	Todas as demais vias urbanas	Caixa de via: 15,00 m Caixa de rolamento: 7,80 m Pista de rolamento: 5,60 m Faixa de rolamento: 2,80 m Faixa de estacionamento: 2,20 m Calçada: 2,40 m Passeio: 1,20m

Fonte: Lei Municipal nº 422/2013. Elaboração: Farol 14 Consultoria em projetos, 2022.

Ainda a mesma lei hierarquiza o sistema viário rural em duas classes, cujas definições, composição e dimensionamento mínimo são apresentados no Quadro 2.3.

Quadro 2.3. Detalhamento da hierarquização viária rural de Marquinho, conforme Lei Municipal nº 422/2013.

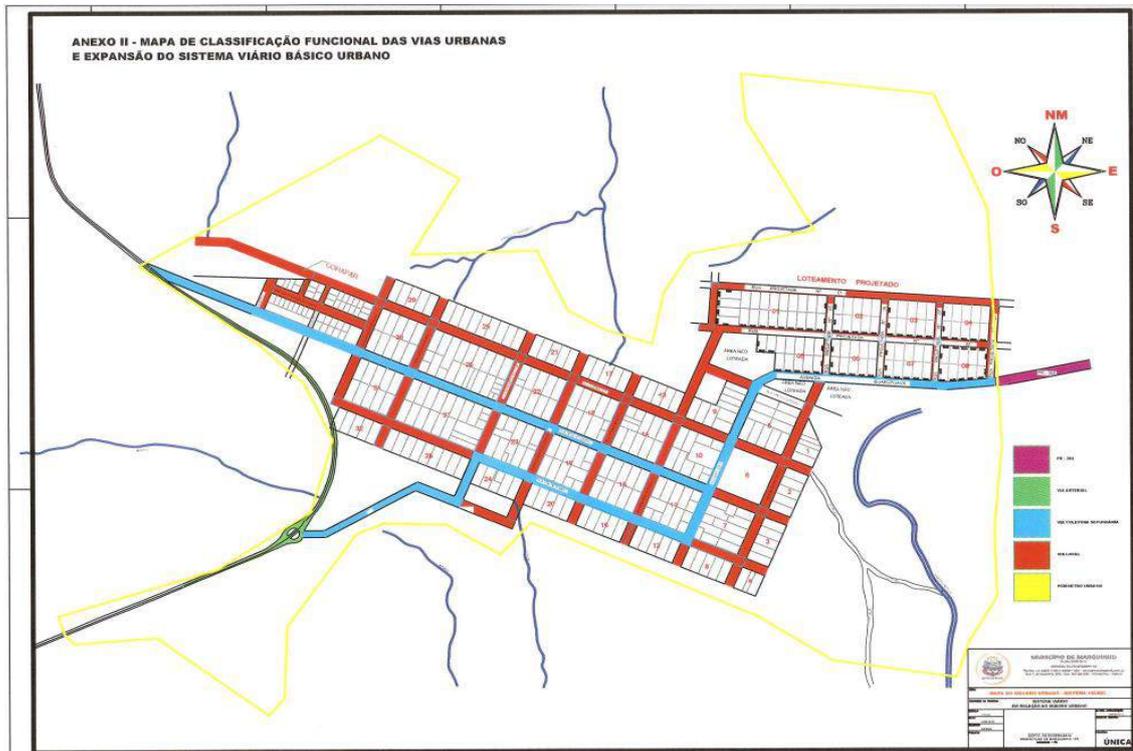
Hierarquização	Descrição	Composição	Dimensionamento mínimo
Rodovia	Corresponde às vias rurais pavimentadas	PR – 364 e Rodovias Municipais	Caixa de via: 13,00 m Pista de rolamento: 7,00 m Faixa de rolamento: 3,50 m Faixa de acostamento: 3,00 m Faixa de domínio: 12,50 m Inclinação transversal: entre 1,5% e 2%.
Estrada	Corresponde às vias rurais não pavimentadas	Todas as demais vias rurais	Caixa da via: 10,00 m Pista de rolamento: 6,00 m Faixa de rolamento: 3,00 m Faixa de acostamento: 2,00 m Faixa de domínio: 12,50 m Inclinação transversal: entre 1,5% e 2%.

Fonte: Lei Municipal nº 422/2013.

Pode-se observar pelo Mapa de Vias Rurais do Anexo 2 que dos aproximadamente 585 km de vias rurais do município, apenas 3 km tem pavimentação poliédrica e respeitam os parâmetros mínimos de dimensionamento. As vias sem pavimentação são abertas e mantidas sem seguir a Lei Municipal nº 422/2013.

O Mapa Hierarquia do Sistema Viário Urbano reproduz o Anexo I da Lei Municipal nº 422/2013, o qual demonstra que o eixo principal de Marquinho é delimitado pelas vias coletoras principais sendo estas a Avenida Guarapuava ponto de ligação com a PR – 364, a qual se conecta em um primeiro ponto em forma de “L” com a Rua Napoleão Padilha, em seguida a Rua Napoleão se conecta formando um “L” no primeiro ponto com a Rua XV de novembro, e no segundo ponto com a Rua 7 de Setembro a qual também apresenta um formato de “L”.

Figura 2.1. Mapa de Classificação Funcional das Vias Urbanas e Expansão do Sistema Viário Básico Urbano de Marquinho- PR.



Fonte: Lei Municipal nº 422/2013.

Nota-se que a hierarquização viária indicada no texto da lei é muito mais abrangente e complexa, quando comparada ao mapa e ao cenário de Marquinho.

As diretrizes viárias delimitadas, no sentido de orientar a expansão urbana do município, com impacto direto no ordenamento e na continuidade da malha urbana, se apresentam de forma genérica sendo apresentado os seguintes parâmetros para referência das novas vias:

- Que as vias urbanas a serem implantadas deverão garantir a continuidade das existentes.
- Os lotes lindeiros a vias urbanas integrantes de sistema viário federal e estadual deverão reservar a faixa não edificável de 12,00 metros de largura de cada um dos seus lados.
- O sistema viário urbano e rural, devem apresentar declividade máxima e mínima de respectivamente 12% e 1%.
- As vias locais sem saída deverão apresentar retorno “cul de sac” com diâmetro mínimo de 20,00 metros ou tipo “T” de 29,00 metros por 9,00

metros em relação ao alinhamento prediais.

- As vias sem saída poderão ter extensão máxima de 200 metros.

Por fim, destaca-se que desde 2012, com a aprovação da Política Nacional de Mobilidade (PNM - Lei Federal nº 12.587/12), os municípios enquadrados em critérios pré-estabelecidos ficam obrigados a elaborar seus Planos de Mobilidade Urbana (PlanMob), cuja aprovação está vinculada ao repasse de recursos do Orçamento Geral da União para investimentos no setor de mobilidade.

¹“Art. 24 (...) § 1º **Em Municípios** com mais de vinte mil habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, a elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inseridos.

Marquinho é um município com menos de 20 mil habitantes, e não tem, portanto, a obrigação de apresentar o Plano de Mobilidade Urbana.

2.2. Sistema viário básico

O sistema viário é composto por um conjunto de vias, as quais são classificadas e hierarquizadas segundo o tráfego, uso, conexão, infraestrutura, desempenho e capacidade de suporte, sendo diretamente vinculado ao uso e ocupação do solo. Funciona como um elemento responsável por estruturar os deslocamentos, ordenar as atividades urbanas e promover a circulação de todos os modos de transporte (pedestres, ciclistas, transporte coletivo e veículos automotores).

Esta hierarquização possibilita diferenciar as vias de acordo com a sua função no sistema viário, estabelecendo critérios específicos para cada tipologia quanto a tamanho mínimo de caixa de via, geometria, número de faixas de rolamento, sinalização, iluminação, dimensão de passeios, existência de ciclovias/ciclofaixas, possibilidade de estacionamento, entre outros, como foi observado no Quadro 2.2 sobre a Lei Municipal nº 422/2013.

Figura 2.2. Vias Principais de Marquinho-Paraná.



Fonte: Google Earth, 2022. Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Conforme observado, a rede viária urbana de Marquinho apresenta traçado ortogonal, cujo desenho é facilitado pela ausência de condicionantes naturais significativas, como declividades acentuadas e cursos d'água. As principais vias do município se constituem tanto como eixos de entrada da cidade quanto como corredores comerciais e de equipamentos públicos, impactando no tráfego e na sua importância local, como pode ser observado no Anexo 5, que trata da localização dos equipamentos atratores de tráfego na área central. São elas:

- Av. Guarapuava, via coletora secundária da área urbana, a qual serve de ligação da área urbana com a PR – 364. Apresenta mão dupla com canteiro central de 3,00 metros e calçadas de 2,10 metros para cada lado, perfazendo uma caixa de 20 metros
- Rua Napoleão Padilha, via coletora secundária da área urbana, a qual se conecta com a Av. Guarapuava. Apresenta mão dupla sem a presença de canteiro central e com a calçada de 1,50 metro em cada lado, perfazendo uma caixa de 18 metros.
- Rua 7 de Setembro, via coletora secundária da área urbana, a qual se conecta com a Rua Napoleão Padilha e com a BR – 158 entrada vindo do sentido Laranjeira do Sul. Apresenta mão dupla sem a presença de canteiro central e com calçada de 2,10 metros de cada lado, perfazendo uma caixa de 15 metros.
- Rua XV de novembro, via coletora secundária da área urbana, a qual se conecta com a Rua Napoleão Padilha e com a BR – 158 Sentido Palmital. Apresenta mão dupla com canteiro central de 1,50 metros e calçadas de 2,10 metros para cada lado,

perfazendo uma caixa de 18 metros.

Observa-se no Anexo 1, que se trata de uma planta sobre a Pavimentação Urbana, no Anexo 3, que se trata da pavimentação das calçadas, e pelas Figuras 2.3 e 2.4 que os tamanhos de caixa de via, caixa de rolamento, pista de rolamento, faixa de estacionamento, calçada e passeio apresentados no quadro 2.2. estão sendo respeitados.

Figura 2.3. Cruzamento da Av. Guarapuava com a Rua Napoleão Padilha.



Fonte: Google Earth, 2022.

Figura 2.4. Cruzamento entre a Avenida Guarapuava e a Rua XV de Novembro.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos.

Em geral, o arruamento de Marquinho conta com pavimentação asfáltica, pista de rolamento com circulação nos dois sentidos e faixas destinadas ao estacionamento de veículos. A sinalização horizontal está em bom estado e a vertical em mal estado ou inexistente, o que pode ser observado na Figura 2.4., onde nota-se que não há demarcação da faixa de estacionamento.

Considerando o baixo fluxo de veículos, as vias são bem dimensionadas, com 15 metros de caixa, sendo notado que nas vias que conectam o município a BR -158 e a PR -364 as vias apresentam dimensões de caixa que variam de 18 a 20 metros e calçadas de 2,10 m, sendo observado em alguns trechos a presença de canteiro central com uma variação de 1,20 a 3,00 metros.

Na escala intermunicipal, destaca-se a Rodovia Estadual PR -364 que serve de ligação com o município de Goioxim, com uma extensão de aproximadamente 43.6 Km entre os municípios. Neste trecho, a rodovia possui pista simples e não pavimentada. No trecho da rodovia que se encontra dentro da área urbana de Marquinho já se encontra municipalizada e pavimentada.

2.2.1. Pavimentação

No Plano Diretor de 2007, apenas 33% das vias urbanas apresentavam pavimentação asfáltica ou poliédrica. Atualmente, Marquinho apresenta 74,18% das vias urbanas pavimentadas, como pode ser observado na Tabela 2.1., resultado dos investimentos do município em infraestrutura urbana nos últimos anos.

De maneira geral a pavimentação, onde implantada, está em bom estado de conservação e é uniforme e coerente com a densidade de ocupação dos bairros, como pode-se observar no Mapa de Pavimentação Urbana do Anexo 1.

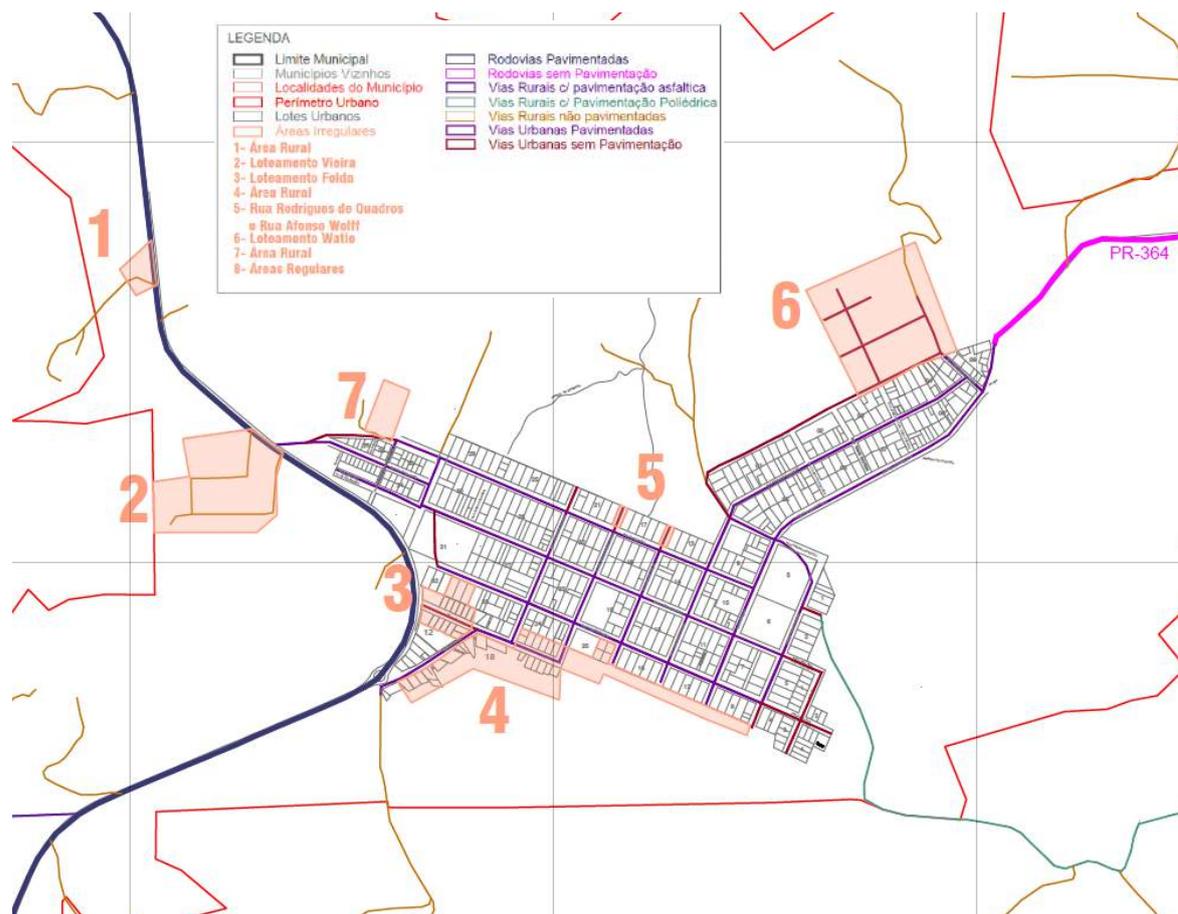
Tabela 2.1. Pavimentação das vias de Marquinho em 2022.

Situação	Km Lineares	Porcentagem em relação á área total (%)
Ruas pavimentadas	8,16 km	74,18%
Ruas não pavimentadas	3,00 km	25,81%
Total da área de vias	11,16 km	100,00%

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Nota-se pela figura 2.4. e Anexo 8, que os locais na sede urbana que mais necessitam de pavimentação no meio urbano se encontram nas áreas irregulares do município, como no Loteamento Vieira, Loteamento Watio, e nas ruas com invasão.

Figura 2.4. Pavimentação das vias de Marquinho-PR com áreas irregulares.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Em relação aos distritos, a realidade é diferente da encontrada na sede do município. Apenas o distrito de Guampará conta com 1,11 km de pavimentação asfáltica dos 6,50 km de vias. No distrito de Gleba Nove não há pavimentação nas vias, como pode ser observado no Anexo 1.

Em relação a Pavimentação das Vias Rurais, observa-se no Anexo 2. Pavimentação das vias rurais e na tabela 2.2., que apenas 8,80 km dos aproximadamente 590,8 km de vias rurais do município são pavimentados com pavimentação poliédrica.

Tabela 2.2. Pavimentação das rurais de Marquinho em 2022.

Situação	Km Lineares	Porcentagem em relação á área total (%)
Vias pavimentadas	8,80 km	1,89%
Vias não pavimentadas	582,00 km	98,11%
Total da área de vias	590,80 km	100,00%

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Como Marquinho possui 89,50% da população total habitando em áreas rurais, nota-se que há uma necessidade tangente de investimentos em pavimentação das vias rurais para melhoras as condições de locomoção destes municípios tanto no meio rural quanto no acesso aos equipamentos e serviços disponibilizados, na grande maioria, na sede do município.

2.3. Deslocamento individual não motorizado

Segundo o Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503/1997), calçada é “parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins”. Já o Art. 3º da Lei da Acessibilidade (Lei Federal nº 10.098/2000) dispõe que “o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

O município conta com calçadas pavimentadas em todas as vias pavimentadas, como pode ser observado no Anexo 3- Pavimentação das Calçadas e as figuras abaixo, ou seja, das vias urbanas do município 74,18% das vias possuem calçadas pavimentadas.

Figura 2.5. Acesso a Prefeitura Municipal.



Figura 2.6. Acesso ao Centro de Saúde.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Figura 2.6. Acesso à Escola Rui Barbosa.



Figura 2.7. Acesso ao Colégio Est. João Rysicz.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022

Neste contexto, reforça-se que o padrão de passeio público em Marquinho atende aos requisitos mínimos de acessibilidade uma vez que apresenta 2,10 metros de largura com faixa de circulação livre de barreiras e obstáculos. Ademais, o município conta com travessias elevadas (lombofaixas) próximas de equipamentos com maior fluxo de pedestres (Anexo 5). Foi observado que diversos trechos necessitam de atenção, pois a sinalização horizontal apresenta-se em estado de degradação elevada, sendo necessário realizar a repintura das sinalizações.

O município dispõe de um parque urbano municipal, localizado na Avenida Guarapuava esquina com Rua Fermino Cardoso e Rua Germano Esteche. O parque disponibiliza uma pista de caminhada, mesa de Jogos, playground com parquinho, entre outras áreas de lazer e áreas verdes que podem ser observados pelo Anexo 4- Planta do Parque Urbano Municipal.

O parque dispõe de todos os dispositivos necessários em atendimento à acessibilidade, como rampas, sinalização tátil de alerta, sinalização tátil direcionada, faixa elevada, sinalização vertical e horizontal, entre outros, como pode ser observado na Figura 2.7.

Figura 2.7. Acesso ao Parque Urbano Municipal.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O município não dispõe de ciclovias e os munícipes utilizam o passeio público ou até mesmo as próprias vias urbanas ou as vias rurais para esta atividade. A falta de uma estrutura totalmente segregada do tráfego motorizado apresenta riscos tanto para os ciclistas quanto para os motoristas e pedestres. Portanto, observa-se que há a necessidade de um sistema cicloviário municipal que seja composto por diversos elementos com características que atendam o usuário da bicicleta em seus deslocamentos em áreas urbanas, especialmente em termos de segurança e conforto.

O município não possui Plano de Arborização, portanto, a arborização das vias públicas não segue um planejamento ou um padrão. Atualmente, respeitasse as árvores que já estavam plantadas nas calçadas das vias. A implementação da arborização sem planejamento pode ocasionar problemas estruturais urbanos e também, nos serviços essenciais, como as instalações de redes de distribuição. As estratégias voltadas à arborização são extremamente importantes para o desenvolvimento sustentável das cidades, integrando o processo de infraestrutura, promoção da saúde pública e gerenciamento urbano. Nota-se, portanto, que o município necessita de um Plano de Arborização Urbana.

2.4. Deslocamento motorizado

Para análise completa do deslocamento motorizado em Marquinho, serão levantados a seguir dados sobre (i) cargas e serviços, (ii) individual e (iii) coletivo.

2.4.1. Deslocamento motorizado de cargas e serviços.

Devido à economia majoritariamente agropecuária e ao fato de que 89,50% da população ser rural, Marquinho conta com intensa produção de gado para corte e leite, refletindo na grande circulação de veículos pesados nas Estradas Municipais.

No anexo 7, analisa-se as principais rotas de carga nas estradas rurais do município. Em função da sua importância econômica, a Prefeitura informou que a manutenção das vias municipais, pavimentadas ou não pavimentadas, é de responsabilidade do município. As rodovias federais e estaduais que cortam o município são de responsabilidade de suas respectivas autarquias.

No anexo 6 pode-se observar que a rota de caminhão passa pela Rua Sete de Setembro, e através da Rua Napoleão, faz a ligação entre a BR-158 e PR-364 e a ligação do município com as principais localidades rurais. Esta rota desvia o fluxo de veículos da via de maior fluxo de veículos de pequeno porte e de pessoas, a Rua XV de Novembro.

Apesar deste cenário, não foram identificadas normas que regulamentem o tráfego de caminhões nas vias municipais.

2.4.2. Deslocamento motorizado individual

Seguindo a tendência observada no âmbito nacional, Marquinho registrou aumento de quase 95% na sua frota de veículos, entre 2010 e 2021, com destaque para reboque, motocicletas e ônibus, conforme demonstra a tabela 2.3.

Tabela 2.3. Composição da frota de veículos em Marquinho, entre 2010 e 2020.

Frota de veículos	2010	2020	Evolução 2010- 2020
Automóvel e similares	807	1.346	66,79%
Caminhão e similares	53	95	79,25%
Ônibus e similares	19	29	52,63%
Motocicleta e similares	272	763	180,51%
Reboque e Similares	2	11	450,00%

Frota de veículos	2010	2020	Evolução 2010- 2020
Total	1.153	2.244	94,62

Fonte: IPARDES, 2022. Elaboração: Farol 14 Consultoria, 2021.

A tabela 2.4. apresenta a evolução da participação do automóvel e da motocicleta no total da frota do município, bem como a taxa de motorização (frota/100 habitantes), no mesmo período analisado anteriormente.

Tabela 2.4. Evolução da frota e da taxa de motorização de Marquinho, entre 2010 e 2020.

Ano	Frota total	Automóvel		Motocicleta e similares		População	Taxa de motorização (frota/100hab)
		Frota	%	Frota	%		
2010	1.153	881	76,41%	272	23,59%	4.981	18
2020	2.244	1.481	66,00%	763	34,00%	4.340	34
Evolução (%)	94,62%	68,10%	-	180,51%	-	-12,87%	89,00%

Fonte: IPARDES, 2021. Elaboração: Farol 14 Consultoria, 2021.

Entre os anos avaliados, nota-se que os automóveis e as motocicletas tiveram participação semelhante na evolução da frota de Marquinho, ainda que o primeiro represente 66% do total registrado no município, em 2020. Destaca-se que o crescimento de veículos (+94,62%) não foi acompanhado pela dinâmica demográfica, que apresentou decréscimo nos últimos dez anos.

Apesar deste crescimento, a presença do transporte individual motorizado em Marquinho ainda é menor do que a registrada no Estado do Paraná, uma vez que o indicador municipal alcançou 34frota / 100 hab, em 2020, contra 66,5 do estadual no mesmo ano.

2.4.3. Deslocamento motorizado coletivo

2.4.3.1. Transporte Coletivo Intermunicipal

No plano diretor de Marquinho de 2007, o município disponibilizava de transporte coletivo intermunicipal realizado diariamente pela Empresa Expresso Pato

Branco Ltda, com destino aos municípios de Laranjeiras do Sul e Palmital. Com a pandemia da Covid-19 as linhas foram desativadas em 2021 pelo pouco fluxo de pessoas.

Atualmente o deslocamento intermunicipal é feito através de um táxi e, em algumas ocasiões, a prefeitura municipal permite que seja utilizado o transporte da saúde para ir a Laranjeiras do Sul, porém em sua maioria, a população faz seu deslocamento utilizando veículos próprios.

Analisando-se o rendimento mensal domiciliar per capita nominal apresentado pelo IBGE em 2010, com o valor de R\$413,00, e o indicador de 34 veículos/100 habitantes apresentados na tabela 2.4. observa-se que grande parte dos domicílios de Marquinho é de baixa renda e que não teria condições financeiras de adquirir um veículo próprio para transporte. Portanto, o município necessita do transporte intermunicipal com destino aos municípios de Laranjeiras do Sul e Palmital, onde a população tem acesso a equipamentos, produtos e serviços que não são disponibilizados em Marquinho, como universidades, especialidades médicas, instituições financeiras, entre outros.

Por fim, cumpre mencionar que Marquinho não conta com transporte aéreo, porém encontra-se a 136 km do Aeroporto Tancredo Thomaz de Faria, em Guarapuava-PR, com rotas intermunicipais e interestaduais e a 421 km do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em Curitiba-PR, com rotas intermunicipais, interestaduais e internacionais.

Apesar da Ferroeste passar no limite do município com Virmond, Marquinho não conta com um porto seco. O município é auxiliado também pelo Porto Seco da Ferroeste-Ferrovia Paraná Oeste em Cascavel, a 165 km, que faz o transporte de cargas para portos secos e portos marítimos.

2.4.3.2. Transporte Coletivo Urbano

Não há transporte coletivo urbano sendo que a população das áreas rurais faz uso do transporte escolar e veículos próprios para locomoção até a sede.

2.4.3.3. Transporte Escolar

O transporte escolar municipal é realizado apenas para comunidades rurais e conta com uma frota de 9 ônibus para fazer o transporte dos alunos entre as comunidades e a mancha urbana do município.

Os ônibus da frota do transporte escolar municipal rural fazem as linhas através das estradas gerais entre comunidades. O transporte dos alunos dentro da comunidade,

entre suas residências e as estradas gerais, são realizadas por 15 empresas terceirizadas que contam com uma frota total de 23 veículos, entre ônibus, micro-ônibus, vans, carros e kombis.

As linhas e carros atendem as seguintes comunidades:

Tabela 2.5. Linhas e veículos do transporte escolar rural.

Linha	Veículo	Placa	Nº Alunos
Linha Alto do Tigre Jocelio	Kombi	ALW-1096	8
Linha Anta Gorda	Kombi	ALW-1096	8
Linha Joacir	Ônibus Induscar Foz U	AQY-3797	30
Linha José Adenilson- Manhã	Ônibus 15.190 EOD E.HDORE	BCV-4J96	30
Linha José Adenilson- Tarde	Ônibus 15.190 EOD E.HDORE	BCV-4J96	44
Linha Manasa até BR 158	Kombi	AKP-7742	6
Linha Marinaldo-Manhã	Ônibus OF 1519 R.ORE	BBK-0953	30
Linha Marinaldo-Tarde	Ônibus OF 1519 R.ORE	BBK-0953	45
Linha Pedro- Manhã	Ônibus OF 1519 R.ORE	BBK-0953	55
Linha Pedro- Tarde	Ônibus OF 1519 R.ORE	BBK-0953	52
Assento Guampara/ Fazenda Pelé/ Até escola	Kombi	AOT-3135	5
Barreirinho até Escola Candido Xavier	Kombi	ASN-1577	8
Distrito Guampará até Colégio Julia Folda- Tarde	Ônibus OF 1315	ACI-9845	25
Fazenda Guralski até PR-364	Kombi	ALW-1096	8
Fazenda João Sargento até Candido Xavier	Kombi	ASN-1577	8
Fazenda Luz da Mata até BR-158	Doblo EX	ACQ-7F62	4
Guampará até Sede de Marquinho-Manhã	Ônibus OF 1315	ACI-9845	40
Linha 5 Voltas até BR-158	Kombi	AKP-7742	8
Linha Alto do Cobre ao Centro	Ônibus Volare Access EO	BEV-9A49	30

Linha Alto do Cobre até o Colégio Julia Folda	Kombi	A00-7622	9
Linha Romano/ Faz.Wilson até BR-158	Kombi	GYA-4507	8
Linha Rubens- Manhã	Ônibus MPolo Viaggio R	AKB-2C78	40
Linha Rubens- Manhã	Ônibus Neobus Mini ESC	BCN-7591	40
Linha Rubens- Tarde	Ônibus Induscar Foz U	AQY-3797	42
Linha Rubens- Tarde	Ônibus Induscar Foz U	AQY-3797	42
Localidade Barra do Cambuta até Gleba Nova	Kombi	EJD-9J03	8
Localidade Barreiro até a BR-158	Kombi	AQI-9692	6
Localidade Juti até a Sede do Município-Manhã	Kombi	AQI-9692	7
Localidade Juti até a Sede do Município-Tarde	Kombi	AQI-9692	5
Localidade Rio Caçador até BR-158-manhã	Doblo EX	DCQ-7F62	4
Localidade Rio Caçador até BR-158-tarde	Doblo EX	AKI-3428	5
Localidade São Roque até PR-364	Kombi	ICQ-5113	8
Localidade Três Cedros até Gleba Nove	Kombi	EJD-9J03	6
Nelinho- manhã	Ônibus 15.190 EOD E.HD ORE	BCV-4J96	55
Nelinho- tarde	Ônibus 15.190 EOD E.HD ORE	BCV-4J96	55
Ouro Verde até Colégio Julia Folda-manhã	Ônibus OF 1113	ADT-3815	40
Ouro Verde até Colégio Julia Folda-tarde	Ônibus OF 1113	ADT-3815	27
Terra Boa até Gleba Nove	Kombi	EJD-9J03	7

Fonte: Secretaria de Educação de Marquinho, 2022.

A tabela 2.6. apresenta a quantidade de alunos, de acordo com a graduação escolar, transportados pela frota própria do município entre as comunidades e a sede urbana e por empresas terceirizadas dentro das localidades rurais.

Tabela 2.6. Número de alunos transportados pela frota própria e por terceiros.

Graduação	Nº Alunos transportados pela frota própria (entre localidades rurais e a sede do município)	Nº Alunos transportados pela frota terceirizada (entre localidades rurais)
Educação Infantil	50	50
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	120	80
Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano	100	80
Ensino Médio	90	75
Educação Especial	15	10
Educação de Jovens e Adultos	90	50
Total	465	345

Fonte: Secretaria de Educação de Marquinho, 2022.

Observa-se que grande parte dos munícipes atendidos pelo transporte escolar são crianças que cursam o ensino fundamental.

Atualmente, a frota de veículos disponibilizadas para o transporte escolar atende de forma satisfatória as necessidades dos munícipes, sendo que, além dos alunos, as comunidades da sede e das áreas rurais fazem uso do transporte escolar pela falta de transporte coletivo urbano.

2.5. Considerações

Após a análise dos principais aspectos de acessibilidade e mobilidade municipal, cabe destacar os resultados mais significativos extraídos a partir dados levantados em Marquinho:

- O arruamento de Marquinho é bem dimensionado e conta com pavimentação asfáltica, pista de rolamento com circulação nos dois sentidos e faixas destinadas ao estacionamento de veículos;
- A sinalização horizontal das vias e calçadas está em bom estado, porém, a sinalização vertical se encontra degradada ou é inexistente;

- O município apresentou um crescimento significativo na porcentagem de vias pavimentadas desde o último plano diretor, passando de 33% a 74%;
- As áreas da sede urbana que necessitam de pavimentação correspondem as áreas que estão irregulares;
- Há uma grande necessidade de pavimentação das vias rurais e nos distritos de Guampará e Gleba Nove, já que nesses locais apenas 1,89% das vias são pavimentadas;
- A Rodovia Estadual PR -364, que serve de ligação com o município de Goioxim, possui pista simples e não é pavimentada;
- Parte do trecho da Rodovia Estadual PR -364 que está dentro da área urbana de Marquinho se encontra municipalizada e pavimentada;
- O município dispõe de pista de caminhada no Parque Municipal, que conta com áreas de lazer, áreas verdes e todos os dispositivos necessários à acessibilidade urbana;
- Marquinho não possui ciclovias e os munícipes utilizam o passeio público ou até mesmo as próprias vias urbanas ou as vias rurais para esta atividade. Portanto, observa-se que há a necessidade de um sistema cicloviário municipal para garantir a segurança e mobilidade dos munícipes;
- A arborização das vias não é planejada e é composta apenas pela vegetação já existente quando a via foi implantada. Nota-se, portanto, a carência de um Plano de Arborização Urbana;
- O município necessita do transporte intermunicipal com destino aos centros urbanos mais próximos, onde a população tem acesso a equipamentos, produtos e serviços que não são disponibilizados em Marquinho, já que grande parte dos domicílios de Marquinho é de baixa renda e que não teria condições financeiras de adquirir um veículo próprio para o transporte;
- Marquinho não conta com transporte coletivo intermunicipal, nem transportes aéreos, ferroviários, sendo que os munícipes das áreas rurais fazem uso do transporte escolar para o deslocamento das localidades à sede urbana;

- O município disponibiliza de 9 veículos próprio e 23 veículos terceirizados para a realização do transporte escolar municipal entre as comunidades rurais e a mancha urbana;
- O número de veículos disponibilizados, tanto frota própria quanto terceirizada, atende de forma satisfatória as necessidades dos alunos do município. Quando necessário, a prefeitura municipal contrata mais veículos para a frota terceirizada;

3. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO

O presente capítulo avaliará a capacidade de investimento de Marquinho, composta pela análise dos principais indicadores de finanças públicas do município, permeando sua arrecadação e execução das despesas.

Para tratar desta temática, foram utilizados os dados fornecidos pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, importante ferramenta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que armazena e estrutura as informações das contas públicas das três esferas de governo.

Como recorte temporal, foram analisados os anos de 2013 a 2021, contemplando a série histórica disponível no Siconfi. A análise neste período se torna importante, pois permite a visualização de possíveis impactos no orçamento municipal quanto à retração econômica nacional registrada em anos recentes e aos efeitos da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19.

Destaca-se que todos os valores foram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo expressos em valores constantes de dezembro de 2020, para expurgar o efeito inflacionário sobre a arrecadação e os gastos públicos.

O capítulo está organizado da seguinte maneira:

- Receitas orçamentárias municipais;
- Despesas municipais;
- Indicadores de finanças públicas; e
- Considerações.

3.1. Receitas orçamentárias municipais

Entre 2013 e 2021, a receita orçamentária de Marquinho, que contempla tanto as receitas próprias quanto as transferências constitucionais, apresentou crescimento real médio de 12,06% ao ano, ao avançar de R\$ 12,46 milhões para 27,65 milhões no período comparativo (Tabela 3.1). Deste modo, o município conseguiu registrar aumentos reais das receitas.

Tabela 3.1. Receitas Orçamentárias Municipais, 2013 a 2021.

Ano	Receita Corrente	Dedução da Receita Corrente	Receita Corrente Líquida	Receita de Capital	Receita orçamentária
2013	R\$14.253.069,75	R\$1.855.862,09	R\$12.397.207,66	R\$68.300,00	R\$12.463.507,66
2014	R\$17.488.942,88	R\$2.004.094,37	R\$15.484.848,51	R\$1.384.06,49	R\$16.869.755,00
2015	R\$18.070.650,20	R\$2.164.749,49	R\$15.905.900,71	R\$390.539,68	R\$16.296.661,16
2016	R\$21.259.564,74	R\$2.443.462,53	R\$18.816.102,21	R\$878.971,10	R\$19.695.073,31
2017	R\$21.994.020,87	R\$2.447.393,82	R\$19.546.627,05	R\$221.028,90	R\$19.767.655,95
2018	R\$24.150.181,72	R\$2.591.830,21	R\$21.558.351,51	R\$1.319.800,00	R\$22.878.151,51
2019	R\$25.093.240,37	R\$2.764.114,41	R\$22.329.125,96	R\$44.100,00	R\$22.373.225,96
2020	R\$27.555.018,98	R\$2.697.423,18	R\$24.507.595,80	R\$0,00	R\$24.857.595,80
2021	R\$29.115.550,87	R\$3.521.140,95	R\$25.594.435,92	R\$2.058.300,00	R\$27.652.735,92
CAGR**	10,74%	9,58%	10,91%	62,67%	12,06%

Fonte: Siconfi, 2021.

**Taxa de Crescimento Anual Composta (Compound Annual Growth Rate - CAGR)

Na análise da participação das transferências constitucionais na composição da receita orçamentária, observa-se elevado grau de dependência do município, uma vez que as transferências representaram 90,46% do total, na média de 2013 a 2021 (Tabela 3.2). Apesar das transferências terem registrado crescimento real médio de 9,60% ao ano, está dependência impacta diretamente na oscilação do orçamento municipal.

Tabela 3.2. Transferências Correntes e Receita Orçamentária, 2013 a 2021.

Ano	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)	Razão A/B
2013	R\$11.529.028,59	R\$12.463.507,66	92,50%
2014	R\$14.251.465,25	R\$16.869.755,00	84,48%
2015	R\$14.808.276,45	R\$16.296.661,16	90,87%
2016	R\$17.890.110,69	R\$19.695.073,31	90,84%

Ano	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)	Razão A/B
2017	R\$18.519.130,85	R\$19.767.655,95	93,68%
2018	R\$20.109.924,38	R\$22.878.151,51	87,90%
2019	R\$20.845.284,84	R\$22.373.225,96	93,17%
2020	R\$23.351.847,94	R\$24.857.595,80	93,94%
2021	R\$23.997.293,42	R\$27.652.735,92	86,78%
CAGR	9,60%	10,47%	90,46%*

*Média do período
Fonte: Siconfi, 2021.

Pela ótica da arrecadação própria, importante variável para mensuração da capacidade de investimentos de Marquinho, destaca-se a oscilação registrada entre 2013 e 2016, com significativas quedas e altas anuais. Entretanto, analisando-se o período de 2013 a 2021, há uma elevação média de 8,44% na taxa de crescimento das receitas tributárias, favorecendo o aumento da participação destas entradas no orçamento municipal, ainda que seu peso seja baixo. Na média do período, a arrecadação tributária representou 4,39% da receita corrente.

Tabela 3.3. Relação da receita tributária com a receita corrente, 2013 a 2021.

Ano	Receita Tributária (A)	Receita Corrente (B)	Indicador (A/B)
2013	R\$ 760.245,81	R\$ 14.253.069,75	5,33%
2014	R\$ 1.016.068,97	R\$ 17.488.942,88	5,81%
2015	R\$ 750.033,57	R\$ 18.070.650,20	4,15%
2016	R\$ 618.378,88	R\$ 21.259.564,74	2,91%
2017	R\$ 764.256,96	R\$ 21.994.020,87	3,47%
2018	R\$ 967.526,72	R\$ 24.150.181,72	4,01%
2019	R\$ 1.201.066,88	R\$ 25.093.240,37	4,79%
2020	R\$ 1.213.926,40	R\$ 27.555.018,98	4,41%
2021	R\$ 1.340.680,47	R\$ 29.115.550,87	4,60%
CAGR	8,44%	10,74%	4,39%*

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2021.

3.2. Despesas municipais

Entre 2013 e 2021, Marquinho apresentou controle favorável da despesa orçamentária, ao registrar alta anual média de 10,56%, inferior ao crescimento das receitas de 12,06%, passando de R\$ 10,24 milhões para R\$ 20,67 milhões no período analisado, conforme expresso na Tabela 3.4.

Tabela 3.4. Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação à Despesa Orçamentária.

Ano	Despesas Correntes	Part. %	Despesas de Capital	Part. %	Despesa orçamentária
2013	R\$9.215.186,45	89,93%	R\$1.032.346,83	10,07%	R\$ 10.247.533,28
2014	R\$10.859.375,98	72,51%	R\$4.117.405,10	27,49%	R\$ 14.976.781,08
2015	R\$11.311.513,33	88,59%	R\$1.456.838,31	11,41%	R\$ 12.768.351,64
2016	R\$12.842.805,31	89,29%	R\$1.230.554,88	8,56%	R\$ 14.382.883,13
2017	R\$13.400.613,71	90,60%	R\$1.390.844,58	9,40%	R\$ 14.791.458,29
2018	R\$14.410.028,83	72,12%	R\$5.570.682,09	27,88%	R\$ 19.980.710,92
2019	R\$14.887.405,72	87,60%	R\$2.107.302,88	12,40%	R\$ 16.994.708,60
2020	R\$15.792.329,03	89,24%	R\$1.904.105,47	10,76%	R\$ 17.696.434,50
2021	R\$17.376.183,20	83,95%	R\$3.321.329,41	16,05%	R\$ 20.697.512,61
CAGR	9,48%	84,87%*	18,17%	14,89%*	10,56%

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2021.

A Tabela 3.5 apresenta o comparativo da evolução da receita e despesa orçamentária, assim como o resultado orçamentário do período, que destaca o crescimento das receitas (12,06% ao ano) superior ao das despesas (10,56% ao ano), resultando em elevação média do superávit orçamentário (diferença entre receitas e despesas) de 16,96% ao ano, que passou de R\$1,64 milhões, em 2013, para R\$ 4,91 milhões em 2021.

A razão entre despesa e receita foi, na média do período, de 78,50%, alcançando o maior índice em 2018, 87,34%, o menor da série histórica observada. O equilíbrio orçamentário, que expressa a razão entre superávit orçamentário e receita orçamentária, registrou índice de 25,15% em 2021, acima da média do período, de 21,50%.

Tabela 3.5. Receitas, despesas e superávit orçamentário, 2013 a 2021.

Ano	Receita Orçamentária	Despesa Orçamentária	Superávit Orçamentário	Despesa/ Receita (%)	Equilíbrio Orçamentário
2013	R\$12.463.507,66	R\$10.247.533,28	R\$1.644.170,16	82,22%	17,78%
2014	R\$16.869.755,00	R\$14.976.781,08	R\$1.152.828,09	88,78%	11,22%
2015	R\$16.296.661,16	R\$12.768.351,64	R\$2.666.123,58	78,35%	21,65%
2016	R\$19.695.073,31	R\$ 14.382.833,13	R\$4.092.589,52	73,03%	26,97%
2017	R\$19.767.655,95	R\$14.791.458,29	R\$3.498.887,18	74,83%	25,17%
2018	R\$22.878.151,51	R\$19.980.710,92	R\$1.175.929,85	87,34%	12,66%
2019	R\$22.373.225,96	R\$16.994.708,60	R\$3.381.399,10	75,96%	24,04%
2020	R\$24.857.595,80	R\$17.696.434,50	R\$4.987.836,04	71,19%	28,81%
2021	R\$27.652.735,92	R\$20.697.512,61	R\$4.921.431,66	74,85%	25,15%
CAGR	12,06%	10,56%	16,96%	78,50%*	21,50%*

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2021.

3.3. Indicadores de finanças públicas

A seguir será apresentada uma sequência de indicadores que refletem a saúde financeira do município e sua capacidade de investimento.

3.3.1. Indicador de Dependência

O Indicador de Dependência, demonstrado na Tabela 3.6. revela o quanto o município depende das receitas transferidas pelos demais entes para cobrir a despesa orçamentária do município. Este índice é dado pelo quociente entre receitas transferidas e despesa orçamentária. Quanto maior o indicador, mais o município depende de transferências, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para arcar com suas despesas anuais.

Tal índice passou de 1,13, em 2013, para 1,16 em 2021, com média de 1,16% no período. Observa-se que no ano de 2020 o índice chegou a 1,32, maior índice do

período. Esta evolução expressa que Marquinho aumentou sua dependência das transferências nos últimos anos, o que pode ser justificado pelo receitas para custear despesas referentes à Pandemia da Covid-19.

Tabela 3.6. Indicador de Dependência, 2013 a 2021.

Ano	Receita Transferida (A)	Despesa Orçamentária (B)	Indicador (A/B)
2013	R\$ 11.529.028,59	R\$ 10.247.533,28	1,13
2014	R\$ 14.251.465,25	R\$ 14.976.781,08	0,95
2015	R\$ 14.808.276,45	R\$ 12.768.351,64	1,16
2016	R\$ 17.890.110,69	R\$ 14.382.833,13	1,24
2017	R\$ 18.519.130,85	R\$ 14.791.458,29	1,25
2018	R\$ 20.109.924,38	R\$ 19.980.710,92	1,01
2019	R\$ 20.845.284,84	R\$ 16.994.708,60	1,23
2020	R\$ 23.351.847,94	R\$ 17.696.434,50	1,32
2021	R\$ 23.997.293,42	R\$ 20.697.512,61	1,16
CAGR	11,04%	10,56%	1,16*

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2021.

3.3.2. Indicador de Financiamento dos Gastos

O Indicador de Financiamento dos Gastos, expresso na Tabela 3.7., demonstra o quanto a receita tributária representa das despesas correntes. Quanto maior o número, maior a autonomia do município para arcar com seus gastos.

Entre 2013 e 2021, a média do indicador foi de 14,38, alcançando o patamar de 12,96 em 2020, beneficiado pela retração da despesa e pelo acréscimo da receita tributária.

Tabela 3.7. Indicador de Financiamentos dos Gastos, 2013 a 2021.

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A/B)
2013	R\$ 9.215.186,45	R\$ 760.245,61	12,12
2014	R\$ 10.859.375,98	R\$ 1.016.068,97	10,69
2015	R\$ 11.311.513,33	R\$ 750.033,57	15,08
2016	R\$ 12.842.805,31	R\$ 618.378,88	20,77
2017	R\$ 13.400.613,71	R\$ 764.256,96	17,53
2018	R\$ 14.410.028,83	R\$ 967.526,72	14,89
2019	R\$ 14.887.405,72	R\$ 1.201.066,88	12,40
2020	R\$ 15.792.329,03	R\$ 1.213.401,11	13,01
2021	R\$ 17.376.183,20	R\$ 1.340.680,47	12,96
CAGR	9,48%	8,44%	14,38

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2021.

3.3.3. Indicador de Poupança

O Indicador de Poupança representa o déficit ou superávit público, constituindo-se como o quociente entre a receita corrente e a despesa corrente. Índices superiores a “1” expressam cenários superavitários, enquanto resultados inferiores a “1” expressam déficit público.

Entre 2013 e 2021, o município de Marquinho não investiu em poupança, como pode-se observar na Tabela 3.8.

Tabela 3.8. Indicador de Poupança do município, 2013 a 2021.

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A/B)
2013	R\$ 14.253.069,75	R\$ 9.215.186,45	R\$ 5.037.883,30	1,55
2014	R\$ 17.488.942,88	R\$ 10.859.375,98	R\$ 6.629.566,90	1,61
2015	R\$ 18.070.650,20	R\$ 11.311.513,33	R\$ 6.759.136,87	1,60
2016	R\$ 21.259.564,74	R\$ 12.842.805,31	R\$ 8.416.759,43	1,66
2017	R\$ 21.994.020,87	R\$ 13.400.613,71	R\$ 8.593.407,16	1,64

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A/B)
2018	R\$ 24.150.181,72	R\$ 14.410.028,83	R\$ 9.740.152,89	1,68
2019	R\$ 25.093.240,37	R\$ 14.887.405,72	R\$ 10.205.834,65	1,69
2020	R\$ 27.555.018,98	R\$ 15.792.329,03	R\$ 11.762.689,95	1,74
2021	R\$ 29.115.550,87	R\$ 17.376.183,20	R\$ 11.739.367,67	1,64

Fonte: Siconfi, 2021.

Observa-se através da tabela 3.8 que o indicador de superávit orçamentário cresceu de 2013 a 2020, chegando a 1,74, porém em 2021 sofreu um decréscimo, chegando a 1,64. O superávit orçamentário constante até 2020 expressa que Marquinho começou a estabilizar o crescimento de receitas e administração de despesas para diminuir sua dependência e a oscilação em 2021 pode ser justificada pelo impacto da Pandemia da Covid-19 em 2021 em toda a economia brasileira.

3.3.4. Indicador de Capacidade de Investimento

Por último, o Indicador de Capacidade de Investimento de Marquinho está composto na Tabela 3.9., que expressa as principais variáveis do balanço financeiro do município. A Capacidade de Investimento do município é analisada pela diferença entre a Receita Efetiva e a somatória das despesas correntes e dos gastos com amortização da dívida.

Tabela 3.9. Capacidade de Investimento, 2013 a 2021.

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Orçamentária	R\$12.463.507,66	R\$16.869.755,00	R\$16.296.661,16	R\$19.695.073,31	R\$19.767.655,95	R\$22.878.151,51	R\$22.373.225,96	R\$24.857.595,80	R\$27.652.735,92
Receita Corrente	R\$14.253.069,75	R\$17.488.942,88	R\$18.070.650,20	R\$21.259.564,74	R\$21.994.020,87	R\$24.150.181,72	R\$25.093.240,37	R\$27.555.018,98	R\$29.115.550,87
Transferência Corrente	R\$11.529.028,59	R\$14.251.465,25	R\$14.808.276,45	R\$17.890.110,69	R\$18.519.130,85	R\$20.109.924,38	R\$20.845.284,84	R\$23.351.847,94	R\$23.997.293,42
Receita Efetiva*	R\$12.463.507,66	R\$16.869.755,00	R\$16.296.661,16	R\$19.695.073,31	R\$19.767.655,95	R\$22.878.151,51	R\$22.373.225,96	R\$24.857.595,80	R\$27.652.735,92
Despesa Corrente	R\$9.215.186,45	R\$10.859.375,98	R\$11.311.513,33	R\$12.842.805,31	R\$13.400.613,71	R\$14.410.028,83	R\$14.887.405,72	R\$15.792.329,03	R\$17.376.183,20
Operações de Crédito	R\$-	R\$ 1.234.779,88	R\$353.539,68	R\$878.971,10	R\$221.028,90	R\$982.000,00	R\$ -	R\$-	R\$1.500.000,00
Investimentos	R\$ 613.152,41	R\$ 3.635.203,01	R\$2.182.511,18	R\$1.230.554,88	R\$1.009.973,73	R\$5.151.280,86	R\$1.490.238,25	R\$1.422.995,02	R\$2.264.830,46
Amortização da Dívida	R\$ 419.194,42	R\$482.202,09	R\$175.327,13	R\$309.632,94	R\$380.870,85	R\$419.431,23	R\$617.064,83	R\$ 481.110,45	R\$1.057.045,95
Despesa corrente + amortização	R\$ 9.634.380,87	R\$11.341.578,07	R\$11.486.840,46	R\$13.152.438,25	R\$13.781.484,56	R\$14.829.460,06	R\$5.504.470,55	R\$16.273.439,48	R\$18.433.229,15
Capacidade de Investimento**	R\$ 2.829.126,79	R\$5.528.176,93	R\$ 4.809.820,70	R\$ 6.542.635,06	R\$5.986.171,39	R\$8.048.691,45	R\$ 6.868.755,41	R\$ 8.584.156,32	R\$9.219.506,77
Capacidade de Investimento (%)	22,70%	32,77%	29,51%	33,22%	30,28%	35,18%	30,70%	34,53%	33,34%
Investimento/receita orçamentária (%)	4,92%	21,55%	13,39%	6,25%	5,11%	22,52%	6,66%	5,72%	8,19%

Fonte: Siconfi, 2021.

*Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

** Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)

Entre 2013 e 2021, a receita efetiva do município aumentou 10,47% ao ano, ao passo que o total das despesas correntes e amortizações aumentaram, em média, 8,45% ao ano, com impacto positivo sobre a saúde financeira do município.

A partir deste resultado, a capacidade de investimento de Marquinho subiu de R\$ 2,82 milhões, em 2013, para R\$ 9,21 milhões em 2021, expansão média de 15,91% ao ano.

A relação entre Capacidade de Investimento e a Receita Efetiva aumentou de 4,92% para 8,19%, com média de 6,58% no período em análise.

A melhora da capacidade financeira refletiu na alta dos investimentos efetivamente realizados em Marquinho, que registrou alta anual média de 17,74% em igual comparativo, totalizando R\$ 2,26 milhão em 2021.

Tabela 3.10. Capacidade de Investimento, variação de indicadores 2013 a 2021.

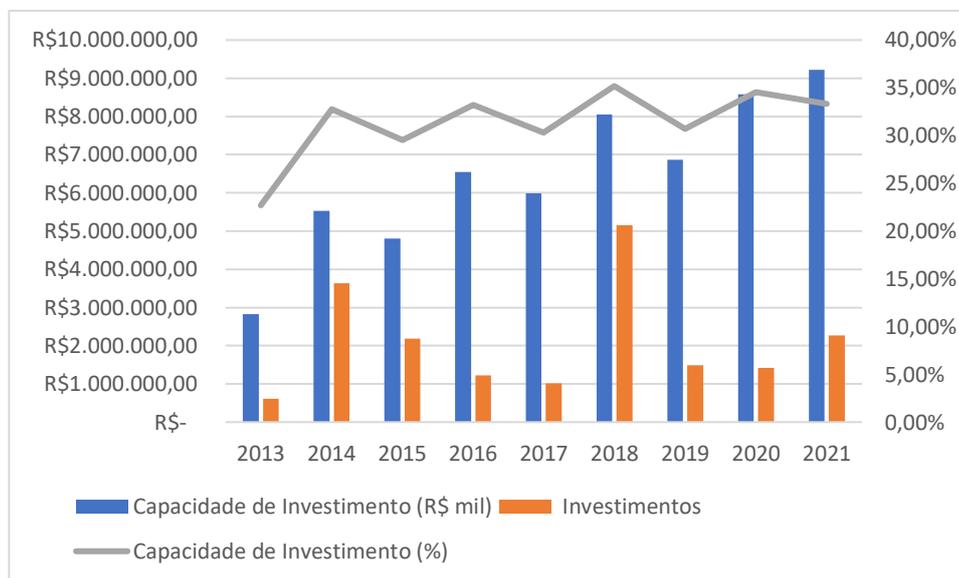
Indicadores	CAGR 2013-2020
Receita Orçamentária	10,47%
Receita Corrente	9,34%
Transferência Corrente	9,60%
Receita Efetiva	10,47%
Despesa Corrente	8,25%
Operações de Crédito	2,46%
Investimentos	17,74%
Amortização da Dívida	12,26%
Despesa corrente + amortização	8,45%
Capacidade de Investimento	15,91%
Capacidade de Investimento (%)	4,92%
Investimento/receita orçamentária (%)	6,58%

Fonte: Siconfi, 2021.

Estes resultados evidenciam a melhora da capacidade de investimento do município, sendo fator importante para a implantação das ações previstas no Plano Diretor Municipal.

A Figura 3.1. ilustra o comparativo da capacidade de investimento, absoluta (R\$ mil) e relativa (%), e os investimentos efetivamente realizados no município, sendo possível observar que os últimos quatro anos da série (2018-2021) tiveram resultados superiores aos quatro anos anteriores (2013- 2017).

Figura 3.1. Capacidade de investimento e investimentos efetivamente realizados em Marquinho, de 2013 a 2021.



Estes resultados evidenciam a melhora da capacidade de investimento do município, sendo fator importante para a implantação das ações previstas no Plano Diretor Municipal.

3.4. Considerações

Após a análise dos principais aspectos das receitas, despesas e indicadores das finanças públicas municipais, cabe destacar os resultados mais significativos extraídos a partir dos balanços das contas públicas de Marquinho:

- A receita orçamentária apresentou ganhos reais entre 2013 e 2021, com taxa de crescimento anual médio de 12,06%;
- O município possui elevada dependência das transferências constitucionais, que representaram, em média, 90,46% da receita orçamentária;
- Apesar da significativa expansão das receitas tributárias, com crescimento médio de 8,44% ao ano, estes recursos registraram forte oscilação no período analisado

e sua participação na composição das receitas correntes ainda é baixa, limitando a autonomia de Marquinho na geração de receitas próprias;

- O município obteve eficiente controle da despesa orçamentária, ao registrar crescimento médio anual de 9,48%, inferior ao crescimento das receitas de 12,06%, o que favoreceu o superávit orçamentário;
- A ampliação do superávit orçamentário permitiu o aumento da capacidade de investimento do município, ainda que este indicador permaneça baixo, em termos absolutos;
- A partir do maior superávit orçamentário e da maior capacidade de investimento de Marquinho, os investimentos efetivamente realizados cresceram 17,78% na somatória de 2017 a 2021, ao passarem de R\$ 2,82 milhões para R\$ 9,21 milhões;
- Com estes resultados, entende-se que, mantendo-se o eficiente controle sobre a despesa orçamentária, o município terá melhores condições de implantar as ações decorrentes do Plano Diretor Municipal; e
- Contudo, deve ser reforçado que os impactos fiscais decorrentes da pandemia de Covid-19 ainda não são plenamente conhecidos e adicionam risco para a manutenção do adequado balanço orçamentário municipal.

4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES

Segundo Art. 43 do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) os instrumentos legais para garantir a gestão democrática da cidade são:

- Órgãos colegiados;
- Realização de debates, audiências públicas e consultas públicas;
- Conferências para os assuntos de interesse urbano; e
- Iniciativa popular de projetos de lei, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Dentre eles, os Conselhos Municipais são os veículos mais apropriados para a tradução do anseio popular e para o controle social da gestão pública. Com integrantes da sociedade civil e do poder público, constituem-se como meios mais efetivos para tratar dos assuntos de interesse coletivo e enfrentamento dos desafios que o desenvolvimento e o crescimento urbano apresentam.

Quadro 4.1. Conselhos Municipal de Marquinho.

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição	Frequência das reuniões
CASC-FUNDEB Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de Marquinho Lei 232/2007	Educação		Proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo.	Dois representantes do Poder Executivo, sendo 1 deles da Secretaria Municipal de Educação; um representante dos professores da educação básica; um representante dos diretores das escolas básicas; um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas; dois representantes dos pais /responsáveis dos alunos da educação básica; dois representantes dos estudantes da educação básica; um representante do conselho tutelar; um representante do conselho municipal de educação CME; dois representantes da sociedade civil e um representante das escolas do campo.	Trimestralmente ou por convocação do presidente.
Conselho de Alimentação Escolar (C.A.E.) - Lei Municipal nº 087/2001	Educação	Deliberativo	Atuar na fiscalização do PNAE	Representantes do poder municipal, representantes dos professores e profissionais da educação básica, representantes dos pais e alunos e representantes da sociedade civil. 09 de abril de 2021	
Conselho Municipal da	Saúde	Deliberativa	Tem funções deliberativas,	Segmentos organizados dos usuários do SUS, prestadores de serviços de saúde do	Reunem-se de forma extraordinária para tratar de

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição	Frequência das reuniões
Saúde do Município de Marquinho Lei 589/2017			normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde	SUS, trabalhadores da Saúde e representantes do governo municipal	matérias especiais ou urgentes
COEM Marquinho COVID 19 - Centro de operações em emergência municipais de Marquinho - COVID 19 - Decreto 94/2020	Saúde	Deliberativo	Definir as estratégias e procedimentos na esfera municipal para enfrentamento da situação epidemiológica	Grupo técnico composto por integrantes das unidades e entidades: Coordenadoria de vigilância epidemiológica, Coordenadoria de vigilância sanitária, coordenadoria da atenção básica, Secretaria Municipal de Saúde, Prefeito Municipal, Representante da secretaria de assistência social, representante da secretaria de educação, representante da Câmara de vereadores e trabalhadores da saúde. 04 de agosto de 2020.	Reuniões a cada 60 dias ou com frequência menor conforme a necessidade.

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição	Frequência das reuniões
Conselho Municipal da Vigilância Sanitária do Município de Marquinho - Decreto 024/2017	Saúde	Deliberativo	Um conjunto de ações capaz de eliminar ou diminuir ou prevenir riscos à saúde. E de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens.	5 integrantes, sem distinção por setor.	Reuniões a cada 60 dias ou com frequência menor conforme a necessidade.
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (C.O.M.S.E.A.) do Município de Marquinho/PR - Lei Municipal nº 729/2019	Mista	Deliberativo e Propositivo	Elaborar e fiscalizar medidas que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o direito humano à	Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, representante da Secretaria Municipal de Educação, representante da Secretaria Municipal de Administração e representantes de entidades não governamentais. 04 de julho de 2019	Reúnem-se de forma extraordinária para tratar de matérias especiais ou urgentes.

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição	Frequência das reuniões
			alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional a toda a população.		
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Plano Diretor - Lei Municipal nº 345/2010	Mista	Deliberativo e Propositivo	Não especificado no decreto	Representante do poder público, representante da Sociedade Civil Organizada e representante dos Distritos Municipais. 02 de dezembro de 2021	Reúnem-se de forma extraordinária para tratar de matérias especiais ou urgentes.
Conselho Municipal de Recursos - Lei Municipal nº 231/2007	Esporte	Deliberativo	Processar e julgar os recursos referente a justiça desportiva municipal	Representantes indicados pelo legislativo municipal, representantes indicados pelo executivo municipal e representantes indicados pela secretaria municipal de esportes. 25 de abril de 2014	Reunião anual para iniciar as atividades e posteriormente quando necessário julgamento do Conselho.
Conselho Municipal de Justiça Desportiva	Esporte	Deliberativo	Processar e julgar casos referente a	Representantes indicados pelo legislativo municipal, representantes indicados pelo executivo municipal e representantes	Reunião anual para iniciar as atividades e posteriormente quando necessário julgamento do Conselho.

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição	Frequência das reuniões
(C.M.J.D.)- Lei Municipal nº 231/2007			justiça desportiva municipal	indicados pela secretaria municipal de esportes. 25 de abril de 2014	
CMAS-Conselho Municipal de Assistência Social Lei 306/2009	Assistência Social	Deliberativo e Propositivo	Estabelecer prioridades da política de assistência social.	Representantes da sociedade civil, representantes dos usuários da assistência social, entidades e organizações de assistência social e entidades de trabalhadores do setor.	Reunião mensal.
Conselho Municipal de Habitação Lei 783/2021	Assistência Social	Deliberativo	Gerir o Fundo Municipal de Habitação Popular e estabelecer políticas de aplicação dos recursos.	Secretaria Municipal de Assistência Social, Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, Secretaria de Saúde, Secretaria de finanças e legislativo Municipal	Reúnem-se de forma extraordinária para tratar de matérias especiais ou urgentes.
Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos- CMDI Lei 210/2017	Assistência Social	Deliberativo	Defesa dos direitos dos idosos.	Representantes de organizações não governamentais diretamente ligados com a defesa e atendimento ao idoso, secretaria municipal de assistência social. Secretaria municipal de finanças. Secretaria municipal de saúde e vigilância sanitária, secretaria municipal de educação e departamento municipal de esportes.	Reunião anual para iniciar as atividades e posteriormente quando necessário.

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição	Frequência das reuniões
CASC-FUNDEB Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de Marquinho Lei 232/2007	Educação		Proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo.	Dois representantes do Poder Executivo, sendo 1 deles da Secretaria Municipal de Educação; um representante dos professores da educação básica; um representante dos diretores das escolas básicas; um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas; dois representantes dos pais /responsáveis dos alunos da educação básica; dois representantes dos estudantes da educação básica; um representante do conselho tutelar; um representante do conselho municipal de educação CME; dois representantes da sociedade civil e um representante das escolas do campo.	Trimestralmente ou por convocação do presidente.

Observa-se que o município apresenta 13 Conselhos Municipais instituídos, dos quais:

- Todos foram regulamentados por lei específica;
- Todos estão ativos, atuando de forma indireta no desenvolvimento urbano municipal de Marquinho, cujas ações estão concentradas nas políticas setoriais de saúde, educação e desenvolvimento social (com foco nas crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência).
- Das 10 secretarias existentes no município, 6 gerem ou possuem vínculo administrativo com os Conselhos Municipais.

5. SINTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A presente síntese da análise temática integrada está pautada nas quatro dimensões da sustentabilidade, quais sejam: AMBIENTAL, SOCIAL, ECONÔMICA e INSTITUCIONAL, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujos objetivos e diretrizes, serão detalhados nos produtos 2.14 (Objetivos para o desenvolvimento sustentável) e 2.15 (Reordenamento territorial), respectivamente.

O Quadro 5.1. abaixo, demonstra os componentes-síntese analisados sistematicamente neste produto, para cada dimensão da sustentabilidade.

Dimensões Da Sustentabilidade	Componentes- Síntese Analisados	Produtos
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas Aptas, aptas com Restrições e Inaptas: Áreas de Preservação Permanente, Geologia, Declividades acima de 45%, cobertura vegetal, fauna e flora) 	2.4 - Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos
Socioespacial	<ul style="list-style-type: none"> • Uso e ocupação do solo (usos, terrenos vazios e ocupações irregulares); • Equipamentos comunitários (educação e cultura, agricultura, assistência social e saúde); • Infraestrutura de energia elétrica e • saneamento (água, esgoto e resíduos); • Infraestrutura viária (mobilidade, acessibilidade e arruamento/pavimentação); 	2.5 - Uso e Ocupação Atual do Solo 2.6 - Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas equipamentos e serviços públicos 2.7 - Uso e ocupação do solo atual x capacidades de suporte ambiental e de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos 2.8 - Expansão urbana x

		capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos
		2.9 - Condições gerais de moradia e fundiárias
		2.10 - Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento populacional e demografia; • Emprego e renda • Capacidade de investimento do município 	<p>2.6 - Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas equipamentos e serviços públicos</p> <p>2.9 - Condições gerais de moradia e fundiárias</p> <p>2.11 - Capacidade de investimento do município</p>
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e Gestão Urbana • Estruturação dos Órgãos de Aconselhamento 	<p>2.3 - Planejamento e Gestão Urbana no Município</p> <p>2.16 - Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Municipais</p>

5.1. Aspectos Ambientais

A análise dos Aspectos Ambientais, explicitadas no Produto 2.4 (Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos), foi embasada a partir do cruzamento das principais restrições ambientais incidentes sobre a área municipal e urbana do

município de Marquinho, tais como: declividades; restrições hidrológicas e restrições geológico-geotécnicas.

As restrições de ocupação referente a declividade se dão em áreas com declividade maior de 45%, o que não ocorre no município.

Vários córregos e riachos tem origem no município, sendo que além do Rio Piquiri, banham o município o Rio do Cobre, Rio Marquinho, Rio Cinco Voltas, Rio São Tomé, Rio Juti, Rio Guampará e Rio Anta Gorda. Apesar da hidrografia abundante, as faixas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água encontram-se desmatadas gerando problemas de erosão e diminuição da fauna local. Pode-se observar também algumas áreas de florestas replantadas.

Em relação a fauna as espécies vem sofrendo um declínio populacional ao longo dos anos devido à redução de habitats naturais, da caça, pesca e comercio ilegal. Em relação a flora a paisagem natural foi bastante modificada aos longos dos anos, devido a queimadas, destruição de matas ciliares, exploração de madeira e técnicas inadequadas de utilização de arados e máquinas pesadas.

O Município de Marquinho não conta com nenhuma Unidade de Conservação de jurisdição estadual ou federal.

5.2. Aspectos Socioespaciais

Os Aspectos Socioespaciais foram sintetizados a partir de dados relativos ao uso e ocupação do solo (usos, terrenos vazios, parcelamentos e ocupações irregulares); equipamentos comunitários (educação, saúde, cultura, esporte e lazer); infraestrutura de energia elétrica e saneamento (água, esgoto e coleta de resíduos sólidos) e de infraestrutura viária (mobilidade e acessibilidade urbana e regional); aglomerações urbanas intermunicipais; inserção urbana regional e patrimônio cultural e paisagem.

5.2.1. Uso e Ocupação do Solo

O uso e ocupação do solo de Marquinho apresentado no Produto 2.5 (Uso e Ocupação Atual do Solo) quando analisado em escala municipal e alinhado com o Macrozoneamento da Lei Municipal nº 345/2010, constata-se que as atuais divisões restringem a produção agropecuária em algumas áreas devido a modificação das leis ambientais. Atualmente é vigente a Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 que substitui alguns

itens da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981) e do Código Florestal (Lei nº 4771/1965) quanto a redução da faixa obrigatória de preservação permanente e reserva legal, dentre outros. Portanto o presente Macrozoneamento se encontra defasado e necessita de atualização.

Observou-se que as Unidades de Conservação delimitadas para manejo da reserva para recebimento do ICMS Ecológico não foi implantada.

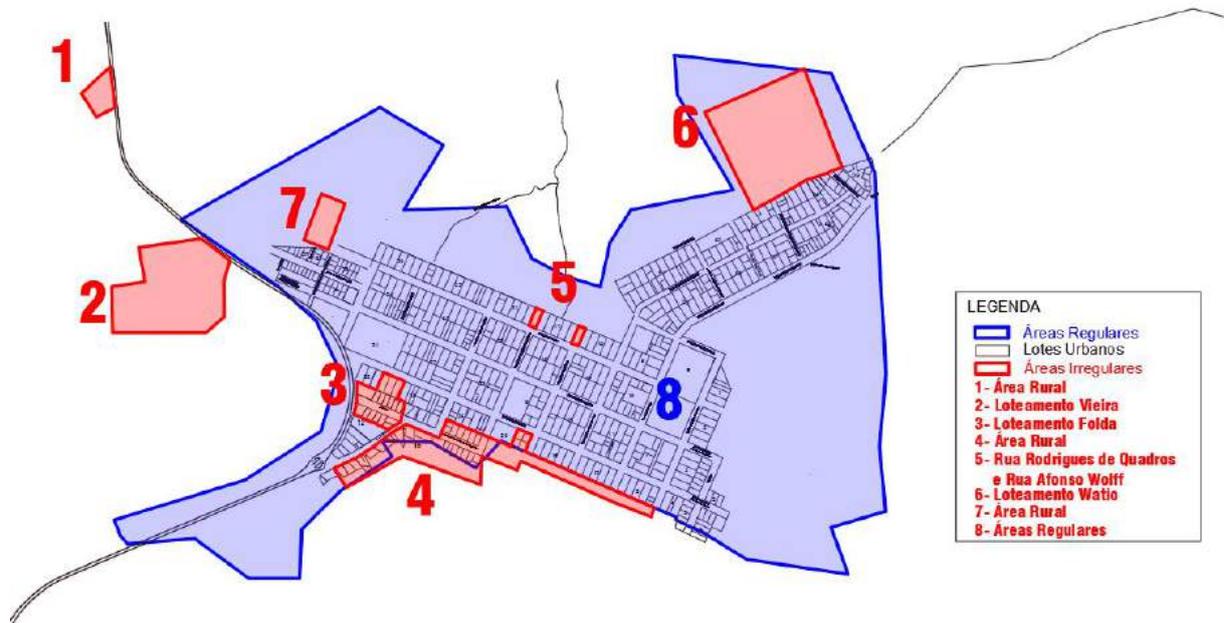
O uso e ocupação do solo na Sede urbana é configurado, de maneira geral, por edificações residenciais unifamiliares de até 2 pavimentos. No tocante à evolução dos parcelamentos da cidade, verifica-se que se desenvolveu inicialmente na área da Rua XV de Novembro, ligação entre a BR-158 e a PR-364 e posteriormente intensificando-se ao redor deste núcleo de ocupação. A partir de então, foram implantados e aprovados vários loteamentos nas direções norte e leste.

O perímetro urbano Sede é dividido em seis zonas determinadas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar 346/2010). A Zona de Comércio e Serviço- ZCS apresenta grande restrição territorial aos comércios e serviços devido ao fato dessa zona abranger uma pequena margem ao longo da Rua XV de Novembro. Observa-se, assim, que há a necessidade de ampliação da área destinada a esta zona central do município para incentivar o crescimento deste setor que atualmente está restrito territorialmente. A Zona Industrial - ZI não foi consolidada, sendo que nesta área há algumas ocupações residenciais e nenhuma atividade industrial. Verifica-se, assim, além da necessidade de políticas públicas de incentivo à implantação de indústrias, a necessidade de ampliação de novas áreas industriais que despertem o interesse industrial devido à ocupação atual da área. As Zona Residencial e a Zona de Expansão Urbana apresentam uma grande ocupação, limitando assim a implantação de novos loteamentos. A área destinada implementação dos projetos de parques ainda não foi ocupada. Pretende-se, com a ampliação do perímetro urbano, adicionar-se novas áreas de parque para fomentar o Turismo e Lazer no município. Também não estão previstas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) futuras, para novas áreas de produção de moradia de interesse social, de modo a conformar estoque de áreas futuras.

O Município de Marquinho não apresenta vazios urbanos, porém, desde a implantação da Lei Complementar nº 343/2010 houve a abertura de apenas 1 novo loteamento: o Loteamento Blomer e várias áreas de ocupação irregular, problema

enfrentado pela administração pública municipal há alguns anos que devem ser regularizadas, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 5.1. Vetores irregulares e sede urbana de Marquinho.



Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Nota-se que as áreas em situação de irregularidade coincidem com as áreas com déficit de atendimento e disponibilidade dos equipamentos e infraestruturas públicos.

As condições de moradia de Marquinho predominantes são de edificações unifamiliares residenciais do tipo “casa” em alvenaria e em boas condições de habitabilidade. Com base nos últimos dados censitários disponíveis, de 2010, Marquinho contava com 1.617 domicílios, dos quais 188 eram urbanos (12%) e 1.429 rurais (88%). Destes domicílios, 81,70% são imóveis próprios. Das condições de moradia e fundiária, a avaliação dos dados disponíveis mostrou que Marquinho possui déficit habitacional de 1.068 domicílios, dos quais 84% estão relacionados a reposição de estoque, isto é, substituição ou melhoria da infraestrutura e das condições das moradias precárias, que podem ser observadas, principalmente, nas áreas de ocupação irregular.

5.2.2. Equipamentos Comunitários

5.2.2.1. Equipamentos de Educação

De acordo com o Produto 2.6. (Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas equipamentos e serviços públicos) quanto aos equipamentos de Educação, atualmente o município possui apenas duas instituições rurais que oferecem ensino a partir da pré-escola, 04 anos, até o 5º ano, sendo: Escola Rural Municipal Cândido Xavier EIEF – localizada no Distrito de Guampará; e Escola Rural Municipal Domingos Lopes EIEF – situada no Distrito de Gleba Nove. Além dessas, o município conta com a Escola Municipal Rui Barbosa EF, localizada na Rua Rodrigues de Quadros, Centro, a qual atende alunos do 1º ao 5º ano. Bem como, com o CMEI Sebastião Batista de França, situado a Rua Paulo Firmino Cardoso, Centro, atendendo crianças da creche, 0 a 3 anos, e da pré-escola, 4 a 5 anos. Para atender ao Ensino Fundamental - Anos Finais, conta-se com a Escola Estadual do Campo Professora Júlia Folda, situada na Comunidade Alto do Cobre, zona rural, e com o Colégio Estadual João Rysicz, localizado na Rua XV de Novembro; sendo que este último atende também ao Ensino Médio, 1º a 3º Ano. O município possui também, a APAE Marinalva Caniel Barboza EI EF EM MOD ED ESP, a qual abrange todas as etapas de ensino, compreendendo Educação Infantil e Educação Básica; e um polo de atendimento presencial da UNINTER (Universidade Internacional) que oferece diversos cursos de Ensino Superior, na modalidade EAD.

As maiores demandas de oferta de estabelecimentos de ensino público estão ligadas á educação fundamental que contempla crianças da faixa etária de 6 a 10 anos, que correspondeu no ano de 2021 a 64% das matrículas.

5.2.2.2. Equipamentos de Assistência social

No município de Marquinho os equipamentos de assistência social são os Centros de Referência de Assistência social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Conselho Tutelar e o Órgão Gestor,

Em Marquinho, existe uma unidade de CRAS -Centro de Referência de Assistência Social, sendo referenciadas 20 localidades a estes equipamentos, com previsão de atendimento anual de 2.500 famílias referenciadas.

O município de Marquinho apresenta um nível de IDH 0,614, este ainda convive com alguns indicadores sociais que apontam a existência de situações de vulnerabilidade social.

Portanto, conta com vários programas de atendimento social desenvolvido pelo departamento de Ação Social são os seguintes programas e serviços:

* Projeto Construindo Laços atendimento de crianças e adolescentes de 07 a 16 anos (oficina de dança, teatro, judô, musica e artesanato).

* Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - (famílias e idosos);

* Cadastro Único (Auxílio Brasil);

* Encaminhamento e Revisão do BPC (Benefício de um salário mínimo ao deficiente e ao Idoso carente acima de 65 anos);

* Programa Nascer com Dignidade (auxílio e orientações com Gestantes e Nutrizes)

* Atendimento de Idosos através do Centro de Convivência;

* Programa de orientações a famílias (visitas domiciliares, orientações e encaminhamentos e acompanhamentos);

* Programa Municipal Habitacional Morar bem (Lei Municipal 793/2021)

* Atendimento ao adolescente autor de ato infracional em meio aberto;

* Programa leite das crianças do Estado do Paraná.

*Programa Criança Vestida com Amor (auxílio para famílias com crianças até 10 anos em situação de vulnerabilidade social).

*Campanha do Agasalho (receber, zelar e distribuir os itens arrecadados, reduzindo assim as dificuldades humanas e sociais do município.

*Parceria com a Pastoral da Criança.

*Campanha da Pessoa com Deficiência;

*Campanha de Combate a Violência contra a Pessoa Idosa;

*Campanha de Combate à Violência Contra as Mulheres e Meninas;

*Campanha de Combate e Erradicação do Trabalho Infantil;

*Campanha de Conscientização e Incentivo à destinação de IRRF para os Fundos;

- *Campanha de fixação de cartazes referente à venda de bebidas e cigarros para menores de 18 anos;
- *Campanha Faça Bonito: alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- *Capacitação para funcionários da Política da Assistência Social;
- *Rede de Proteção (incentivo e capacitação da equipe técnica e envolvidos).
- *Conferências Municipais;
- *Encontro da Pessoa Idosa;
- *Festa Junina para a Pessoa Idosa
- *Festa Natalina, para famílias de baixa renda.
- *Festa Natalina;
- *Festa em comemoração ao Dia da Criança

A Prefeitura Municipal possui nas áreas sociais outros programas em conjunto com o Provopar Municipal, como a Campanha do Agasalho (Roupas e Cobertores).

5.2.2.3. Equipamentos para o setor da Agricultura

As proposições do ATI em 2010 para este setor, propôs o desenvolvimento de uma prática agrícola integrada entre todos os setores do agronegócio do município, juntamente com as entidades, associações e órgão que atuam no setor, buscando desenvolver as seguintes ações de fomento, visando gerar riquezas dentro dos próprios limites geográficos e evitando a evasão de divisas motivadas pela aquisição de bens e serviços em outras localidades.

A economia do município tem como base principal a pecuária, voltada principalmente para o gado de corte, portanto, este setor ficou entre as áreas de atenção prioritárias para a administração municipal, dada a sua importância. A forma de execução destas atividades, deveria ser executada por organização de grupo de trabalho para a discussão das oportunidades possíveis, integração com entidades com atuação na área, para capacitação dos produtores, atualização do plano de desenvolvimento rural do Município,

com o estabelecimento de cooperativas de pequenos e médios agricultores, elaboração de Programa de implementação e assistência às cooperativas.

O atendimento à população se dá através da Secretaria de Agricultura que dispõe de profissionais para atuar nos serviços disponibilizados como o Bloco de notas de Produtor Rural, serviços veterinários, programa porteira a dentro (foram realizados cerca de 1.005 horas de Escavadeira Hidráulica e 158 cargas de caminhão caçamba em várias comunidades), Pacote agrícola, coleta seletiva de lixo e distribuição de mudas nativas.

A secretaria de agricultura disponibiliza, de forma comodataria, equipamentos e maquinários a 14 associações de produtores rurais distribuídas em todas as comunidades rurais do município.

O ultimo plano diretor direcionou a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos e da Cooperativa de Agricultores Familiares de Marquinho que atualmente está em atividade e auxiliando várias famílias locais.

5.2.2.4. Equipamentos de Saúde

Para avaliar a qualidade da saúde pública de Marquinho- PP, nada melhor do que conhecer e avaliar o volume de serviços prestados à população. Nas unidades hospitalares o município conta com 52 funcionários. O Setor de Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde dispõe de Enfermeiras, Auxiliares de enfermagem e Agentes de saúde, havendo no município Exames citopatológicos para prevenção de câncer cérvico-uterino; exames de Ecografia e Ultrassonografia; e Eletrocardiograma.

A Secretaria Municipal de Saúde presta serviços à comunidade, através da Atenção Básica à Saúde no Centro de Saúde de Marquinho Unidade Básica, na Unidade de Saúde da Família Sede e de uma Unidade na localidade do Guampará, uma UAPSF (Unidade de Apoio ao Programa Saúde da Família), a nível ambulatorial. Já os serviços de média e alta complexidade são encaminhados para os hospitais de Laranjeiras do Sul, conveniados com o município. E, as especialidades como ortopedia, oftalmologia, cardiologia, e exames como eco-cardiograma, eletrocardiograma, eletro-encefalograma e ultra-sonografia são realizados através do Consórcio ASSISCOP, outros exames e especialidade são encaminhados para Curitiba, Guarapuava e Cascavel através de TFD (Tratamento Fora de Domicílio).

Além dos cuidados básicos prestados à população na Atenção Primária à Saúde, também é desenvolvida ações para melhoria na qualidade do pré-natal, intensificação na coleta de exames cervico-uterino, saúde do trabalhador, saúde do adolescente, e saúde bucal. O baixo IDH e a população com renda às vezes inferior a um salário mínimo aumentam o número de famílias cadastradas nos programas sociais como Bolsa Família, Leite das Crianças e outras ações sociais com vistas à diminuição dos riscos às famílias e para promover sua inserção na sociedade. Há também o serviço de Assistência Farmacêutica na Secretaria Municipal de Saúde NIS I.

São disponibilizados ainda serviços de Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental (incluindo Controle de Endemias), Vigilância Epidemiológica e Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Os agravos prevalentes no município são as diarreias causadas, em sua maioria por consumo de água não tratada, pneumonias em sua maioria em crianças menores de cinco anos, já em adultos prevalece as DPOC, Diabetes e Hipertensão arterial. Os hipertensos são acompanhados pelas ESFs.

Existem ações da atenção primária à saúde para redução de agravos como dengue, febre amarela e tuberculose. Todas as crianças são acompanhadas pela atenção Básica e pelo pediatra ou Enfermeira pelo menos em seu primeiro ano de vida, mantendo ativas as ações de puericultura. São desenvolvidos ações e programas que atendam crianças, adolescentes, homens e mulheres adultos idosos através dos programas do adolescente, saúde do homem, saúde da mulher e saúde da pessoa idosa.

5.2.3. Serviços Urbanos de Energia Elétrica e Saneamento

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) é responsável pela concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em Marquinho. De maneira geral, apesar de disponibilizar o serviço em toda área urbana e rural. o atendimento por energia elétrica no município não é satisfatório, já que em dias de chuva e vento a população sofre com a queda de energia e ficam com os serviços indisponíveis por até 24 horas.

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) é concessionária do serviço de abastecimento de água no município. O abastecimento público da localidade da sede de Marquinho é realizado com água captada do Rio Marquinho, e de um poço no Aquífero Serra

Geral, localizado nos limites territoriais do município. A rede de abastecimento de água tratada da Sanepar está disponível para 100% da população urbana de Marquinho. O sistema de tratamento de água é composto pelas seguintes fases: Coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação. A água captada no manancial enquadra-se aos padrões do Conama 357/05 e Conama 396/08 do Ministério do Meio Ambiente. A água é apropriada para consumo humano.

Já nas localidades rurais, o abastecimento de água é realizado através de captação de águas superficiais ou em poços tubulares profundos em sua maioria sem tratamento, o que ocasiona quadros de diarreia que já foram apontados como um dos maiores agravantes da saúde municipal.

O sistema de esgotamento sanitário é inexistente no município, sendo que a maioria das residências utilizam o sistema de fossas sépticas. Em 2021 a Prefeitura Municipal emitiu o Ofício nº150/2021 solicitando a retomada do projeto de esgoto sanitário para o Município de Marquinho. A Sanepar, empresa responsável pela concessão, respondeu através de ofício que há previsão de elaboração dos projetos de esgoto para os anos 2025-2026 com a elaboração dos projetos básicos e complementares para a implantação compreendendo 15.300 metros de redes coletoras, 763 ligações prediais, 6.700 metros de interceptores, 2 estações elevatórias e respectivas linhas de recalque, além de implantação de ETE, e previsão de execução das obras civil e elétrica nos anos de 2027-2028.

A coleta seletiva no município de Marquinho é realizada pela Secretaria de Agricultura, que disponibiliza caminhões de coleta no meio urbano e rural. A execução de serviços de operação, manutenção e monitoramento ambiental do aterro sanitário é de responsabilidade da prefeitura. A triagem é realizada por um funcionário público no barracão de triagem na mesma área do aterro sanitário. O lixo orgânico é destinado ao aterro e os lixos recicláveis selecionados são comercializados.

O aterro sanitário atende às demandas do município, porém, para seleção do lixo reciclável observa-se a necessidade da terceirização por parte do poder público, já que o sistema utilizado atualmente está oneroso e enfrenta-se problemas com a emissão das licenças ambientais.

5.2.4. Infraestrutura viária

A rede viária urbana de Marquinho apresenta traçado ortogonal, cujo desenho é facilitado pela ausência de condicionantes naturais significativas, como declividades acentuadas e cursos d'água. As principais vias do município se constituem tanto como eixos de entrada da cidade quanto como corredores comerciais e de equipamentos públicos, impactando no tráfego e na sua importância local, como pode ser observado no Anexo 5, que trata da localização dos equipamentos atratores de tráfego na área central. São elas:

- Av. Guarapuava, via coletora secundária da área urbana, a qual serve de ligação da área urbana com a PR – 364.
- Rua Napoleão Padilha, via coletora secundária da área urbana, a qual se conecta com a Av. Guarapuava.
- Rua 7 de Setembro, via coletora secundária da área urbana, a qual se conecta com a Rua Napoleão Padilha e com a BR – 158 entrada vindo do sentido Laranjeira do Sul.
- Rua XV de novembro, via coletora secundária da área urbana, a qual se conecta com a Rua Napoleão Padilha e com a BR – 158 Sentido Palmital.

O arruamento de Marquinho é bem dimensionado e conta com pavimentação asfáltica, pista de rolamento com circulação nos dois sentidos e faixas destinadas ao estacionamento de veículos. O município apresentou um crescimento significativo na porcentagem de vias pavimentadas desde o último plano diretor, passando de 33% a 74%. As áreas da sede urbana que necessitam de pavimentação correspondem as áreas que estão irregulares.

Há uma grande necessidade de pavimentação das vias rurais e nos distritos de Guampará e Gleba Nove, já que nesses locais apenas 1,89% das vias são pavimentadas. Em relação a Pavimentação das Vias Rurais, apenas 8,80 km dos aproximadamente 590,8 km de vias rurais do município são pavimentados com pavimentação poliédrica. Como Marquinho possui 89,50% da população total habitando em áreas rurais, nota-se que há uma necessidade tangente de investimentos em pavimentação das vias rurais para melhoras as condições de locomoção destes municípios tanto no meio rural quanto no acesso aos equipamentos e serviços disponibilizados, na grande maioria, na sede do município.

Parte do trecho da Rodovia Estadual PR -364 que está dentro da área urbana de Marquinho se encontra municipalizada e pavimentada, porém o trecho que se encontra no meio rural, que serve de ligação com o município de Goioxim, possui pista simples e não é pavimentada.

O município conta com calçadas pavimentadas em todas as vias pavimentadas, portanto nota-se que o padrão de passeio público em Marquinho atende aos requisitos mínimos de acessibilidade uma vez que apresenta 2,10 metros de largura com faixa de circulação livre de barreiras e obstáculos. Ademais, o município conta com travessias elevadas (lombofaixas) próximas de equipamentos com maior fluxo de pedestres. Foi observado que diversos trechos necessitam de atenção, pois a sinalização horizontal apresenta-se em estado de degradação elevada, sendo necessário realizar a repintura das sinalizações.

O município dispõe de pista de caminhada no Parque Municipal, que conta com áreas de lazer, áreas verdes e todos os dispositivos necessários á acessibilidade urbana.

Marquinho não possui ciclovias e os munícipes utilizam o passeio público ou até mesmo as próprias vias urbanas ou as vias rurais para esta atividade. Portanto, observa-se que há a necessidade de um sistema cicloviário municipal para garantir a segurança e mobilidade dos munícipes.

A arborização das vias não é planejada e é composta apenas pela vegetação já existente quando a via foi implantada. Nota-se, portanto, a carência de um Plano de Arborização Urbana.

Marquinho disponibilizava, anteriormente a 2021, transporte coletivo intermunicipal realizado diariamente pela Empresa Expresso Pato Branco Ltda, com destino aos municípios de Laranjeiras do Sul e Palmital. Com a pandemia da Covid-19 as linhas foram desativadas em 2021 pelo pouco fluxo de pessoas, porém após o enfraquecimento da pandemia, observa-se que o município necessita do transporte intermunicipal com destino aos centros urbanos mais próximos, onde a população tem acesso a equipamentos, produtos e serviços que não são disponibilizados em Marquinho, já que grande parte dos domicílios de Marquinho é de baixa renda e que não teria condições financeiras de adquirir um veículo próprio para o transporte.

Marquinho não conta com transporte coletivo intermunicipal, nem transportes aéreos, ferroviários, sendo que os munícipes das áreas rurais fazem uso do transporte escolar para o deslocamento das localidades à sede urbana;

O município disponibiliza de 9 veículos próprio e 23 veículos terceirizados para a realização do transporte escolar municipal entre as comunidades rurais e a mancha urbana. O número de veículos disponibilizados, tanto frota própria quanto terceirizada, atende de forma satisfatória as necessidades dos alunos do município. Quando necessário, a prefeitura municipal contrata mais veículos para a frota terceirizada.

5.3. Aspectos Econômicos

Este item sistematiza os Aspectos Socioeconômicos abordados no Produtos 2.6, Produto 2.9 e Produto 2.11, referindo-se aos temas: crescimento populacional e demografia, emprego e renda, capacidade de investimentos e finanças públicas.

5.3.1. Crescimento Populacional e Demografia

O município de Marquinho faz parte da microrregião de Guarapuava que por sua vez integra a mesorregião Centro-Sul Paranaense. Dentro do contexto regional de Marquinho, o município pertence a microrregião de Pitanga e dos municípios que fazem parte da microrregião de Guarapuava que se interagem com Marquinho, deve-se considerar também os seguintes municípios em estudo: Cantagalo, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Guarapuava e Palmital. Totalizando 07 municípios em estudo e analisando-os no contexto regional, os quais ocupam 3,77% do território do Estado que correspondem a 2,51% da população do Paraná.

A ocupação efetiva de Marquinho aconteceu a partir de 1943. Nesta época houve um movimento de migração para a região de pessoas vindas de outros estados e cidades, como do Estado de Santa Catarina e da Cidade de Cruz Machado- PR. Ao chegarem em Marquinho, compraram terras do governo e desenvolveram safras de suínos, os quais eram transportados a pé para Goioxim, Cantagalo ou até Guarapuava.

O município de Marquinho, segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 2000 possuía 5.659 habitantes, em 2010 registrou 4.981 habitantes e em 2021, o município contava com uma população estimada de 4.283 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 8,38 habitantes/km².

Desde a década de 2000 o município vem sofrendo uma diminuição da população, sendo que sua taxa de crescimento geométrico populacional urbano de 2000 a 2010, apresentou taxa negativa de crescimento anual de -0,8%, e a rural apresentou uma taxa negativa de crescimento anual de -1,32%. No censo populacional de 2021 o município apresentava uma estimativa de diminuição da população.

Na composição da população por sexo de 2010, observa-se um comportamento contrário à tendência média do conjunto do Estado, pois é possível observar que o predomínio numérico é da população masculina.

5.3.2. Emprego e Renda

Entre 2010 e 2020 o PIB (produto interno bruto) per capita bruta de Marquinho evoluiu de R\$7.700,00 para R\$24.778,00 (PNUD, 2013), apresentando uma renda domiciliar per Capita de R\$359,19 em 2010. Conforme o Censo 2010, a renda per capita na área rural foi de R\$255,00 e da área urbana de R\$510,00, o que representa uma distribuição irregular da renda no município.

Em 2020, o salário médio mensal era de 2.3 salários mínimos. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 45.5% da população nessas condições.

Em 2010, Marquinho possuía um total de 2.973 pessoas ocupadas. O setor econômico com o maior índice de empregabilidade é a Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, responsável por 70% do total de empregos, tendo como principal atividade econômica a pecuária voltada ao gado de corte. Em seguida, as atividades comerciais e de serviços representam 24,85% dos empregos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.0%

5.3.3. Capacidade de Investimento

Após a análise dos principais aspectos das receitas, despesas e indicadores das finanças públicas municipais, observa-se que a receita orçamentária apresentou ganhos reais entre 2013 e 2021, com taxa de crescimento anual médio de 12,06%.

O município possui elevada dependência das transferências constitucionais, que representaram, em média, 90,46% da receita orçamentária. Apesar da significativa expansão das receitas tributárias, com crescimento médio de 8,44% ao ano, estes recursos registraram

forte oscilação no período analisado e sua participação na composição das receitas correntes ainda é baixa, limitando a autonomia de Marquinho na geração de receitas próprias;

O município obteve eficiente controle da despesa orçamentária, ao registrar crescimento médio anual de 9,48%, inferior ao crescimento das receitas de 12,06%, o que favoreceu o superávit orçamentário. A ampliação do superávit orçamentário permitiu o aumento da capacidade de investimento do município, ainda que este indicador permaneça baixo, em termos absolutos. A partir do maior superávit orçamentário e da maior capacidade de investimento de Marquinho, os investimentos efetivamente realizados cresceram 17,78% na somatória de 2017 a 2021, ao passarem de R\$ 2,82 milhões para R\$ 9,21 milhões;

Com estes resultados, entende-se que, mantendo-se o eficiente controle sobre a despesa orçamentária, o município terá melhores condições de implantar as ações decorrentes do Plano Diretor Municipal. Contudo, deve ser reforçado que os impactos fiscais decorrentes da pandemia de Covid-19 ainda não são plenamente conhecidos e adicionam risco para a manutenção do adequado balanço orçamentário municipal.

5.4. Aspectos Institucionais

Os aspectos institucionais foram abordados ao longo da presente revisão especialmente nos Produtos 2.3 (Planejamento e Gestão Urbana no Município) e 2.12 (Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Municipais). O mapeamento dos aspectos institucionais é inerente à gestão eficaz que é uma das premissas inclusas dentre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 16).

5.4.1. Planejamento e Gestão Urbana

O PDM 2009 apresentou riqueza em níveis positivos de projetos e ações possibilitando sua implementação, assim como a municipalidade dispõe de legislações que amparam o controle socioespacial quanto ao direito de construir, saneamento ambiental, uso do solo, e o desenvolvimento socioeconômico do ambiente urbano.

As principais legislações urbanísticas vigentes em Marquinho e afetas ao PDM são:

- Lei do Plano Diretor – Lei Complementar nº 345/2010
- Lei de Macrozoneamento- Lei Complementar nº 344/2010
- Lei do Perímetro Urbano- Lei Complementar nº 340/2010
- Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano - Lei Complementar nº 346/2010

- Lei do Sistema Viário - Lei Complementar nº 422/2013
- Lei do Parcelamento do Solo Urbano - Lei Complementar nº 343/2010
- Código de Obras - Lei Complementar nº 342/2010
- Código de Posturas - Lei Complementar nº 341/2010

Com a avaliação realizadas nos setores do município, pode-se entender e apontar que os objetivos, diretrizes e proposições do PDM elaborado em 2009 precisam de revisão, já que as estruturas e a capacidade de investimento do município na época eram bastante deficitárias, fazendo-se necessário estruturar a capacidade de atendimento da população. Atualmente o município já conta com uma capacidade de investimento maior e infraestruturas de atendimentos melhores.

Em 2009 existia uma relação do município com a região com foco na possibilidade de existência de parceria em formato de consórcio, o que facilitaria a execução de ações nos setores do município. Porém com o passar do tempo, estas parcerias formam enfraquecendo e não ocorrendo, por mudança no foco da gestão regional.

Existia a necessidade de capacitação e qualificação das equipes municipais para o entendimento e a aplicação do formato de gestão pública que o Estatuto da Cidade traz a partir da elaboração do PDM. Esta necessidade ainda existe, já que se observou, durante as audiências e oficinas técnicas, que a maioria dos munícipes ainda não sabiam o que é o plano diretor e seus objetivos. É necessário fazer com que a população entenda a forma de gestão pública que o Estatuto da Cidade traz a partir da elaboração do PDM, bem como, apontar e orientar como os mesmos podem participar.

Com a análise das diretrizes, proposições ações previstas no PDM elaborado em 2009, verifica-se que foram apontadas varias ações que são entendidas como atividade não praticáveis pelo município já que as mesmas não dependem diretamente do poder público municipal e sim de outras autarquias que regem sua implantação.

A falta de indicadores para a execução das atividades, tanto no que se refere a tempo como níveis de monitoramento de evolução do indicador, prejudicou a execução de algumas atividades.

Espera-se, portanto, adequar e atualizar as diretrizes e proposições de acordo com a realidade e necessidades atuais do município, apresentando novas ações e mantendo as

ações implantadas que funcionam tanto para a administração pública quanto para os municípios com indicativos para execução.

5.4.2. Estruturação e Funcionamento dos Conselhos Municipais

Os Conselhos Municipais são enquadrados como órgãos de aconselhamento com caráter colaborativo e consultivo ao Poder Executivo municipal e conforme detalhado no Produto 2.12, o total de Conselhos Municipais vigentes e ativos na atual estrutura organizacional é de 13 conselhos.

Das 10 secretarias existentes no município, 6 gerem ou possuem vínculo administrativo com os Conselhos Municipais.

Todos os conselhos existentes estão ativos, atuando de forma indireta no desenvolvimento urbano municipal de Marquinho, cujas ações estão concentradas nas políticas setoriais de saúde, educação e desenvolvimento social (com foco nas crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência).

5.5. CONSIDERAÇÕES

A consolidação Análise Temática Integrada tem como objetivo oferecer um panorama técnico sobre os principais aspectos que permeiam, condicionam e interferem no desenvolvimento do município de Marquinho. Com base nestes aspectos, este capítulo é dedicado à síntese da leitura do município, a qual será estruturada utilizando o método SWOT, uma abreviação em inglês de *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

A metodologia utilizada consiste numa técnica de investigação social a qual envolve ferramentas de gestão e planejamento, que permitem aos tomadores de decisões conhecerem as variáveis que influenciam o atingimento de dado objetivo. A identificação e avaliação das potencialidades e condicionantes do desenvolvimento municipal facilita a definição de estratégias para o propósito, tendo em vista o horizonte de planejamento de 10 anos.

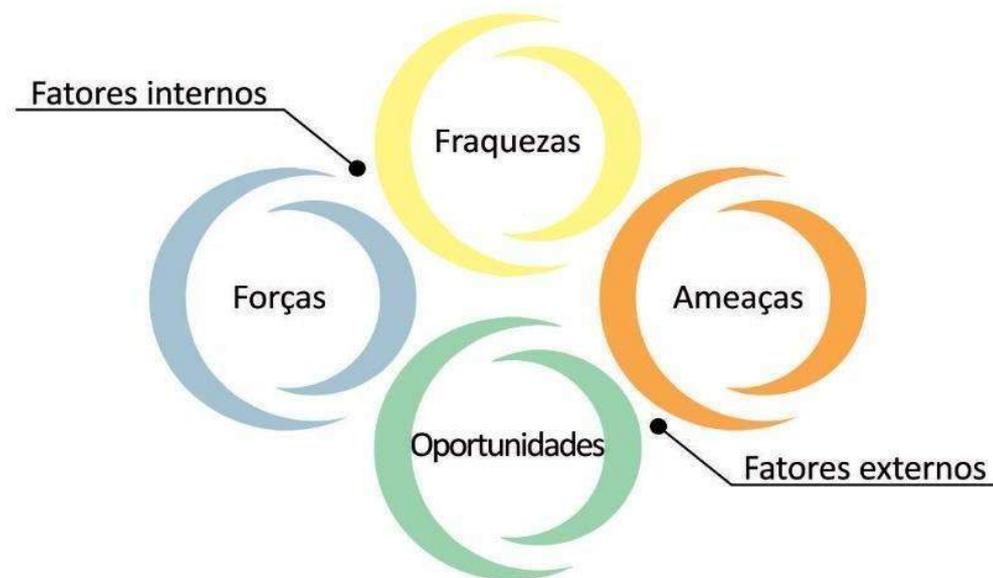
A análise SWOT, segundo Fernandes *et al* (2015)⁹, compreende os seguintes aspectos:

- **Força:** variável controlável, que proporciona vantagem ao atingimento do objetivo final do planejamento estratégico;

- **Fraqueza:** situação não favorável, porém, de controle interno à gestão que, caso não seja contida ou moderada, poderá proporcionar uma desvantagem para alcance da meta;
- **Oportunidade:** variável externa à gestão, que não está sob seu controle, mas que pode favorecer o ambiente interno, podendo até ser potencializada pelo mesmo;
- **Ameaça:** condicionante exercida por um ambiente externo, que não possui controle gerencial, e que cria obstáculos a serem superados ou contidos.

A Figura 5.1. ilustra de forma simplificada a análise SWOT.

Figura 5.1. Representação da matriz SWOT.



Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O **Quadro 5.2** apresenta o resultado da **síntese da ATI de Marquinho** na Matriz SWOT.

Quadro 5.2. Síntese da Análise Temática Integrada de Marquinhos- PR.

**F
O
R
Ç
A
S**

- Boa disponibilidade e oferta de equipamentos públicos para o setor da educação;
- Altos índices de atendimento de água tratada no território municipal;
- Boa cobertura de coleta de resíduos sólidos e coleta seletiva
- Boa cobertura de iluminação pública;
- Ocupação urbana é compacta, garantindo o aproveitamento da infraestrutura instalada;
- Desapropriação de área específica para implantação de empreendimento de interesse social em parceria com a COHAPAR, com intuito de atender ao déficit habitacional de Marquinhos, cujo projeto ainda está em fase de elaboração pela municipalidade;
- Sistema viário urbano bem dimensionado;
- Calçadas adequadas que atendem requisitos mínimos de acessibilidade nos locais onde foram executados pavimentação a partir de 2015;
- Crescimento da capacidade de investimento de Marquinhos nos últimos anos, garantindo condições financeiras para implantar as ações decorrentes do Plano Diretor Municipal;
- Existência de oito conselhos municipais regulamentados e atuantes, os quais se constituem como instrumentos de controle social no planejamento e execução de políticas setoriais (saúde, educação e desenvolvimento social);
- Diminuição da dependência financeira do município vem diminuindo nos últimos anos;
- Possibilidade de incentivo para o desenvolvimento de atividades econômicas com exploração do setor primário e turismo de lazer.
- Ser membro da Associação Cantuquiriguaçu, com possibilidade de uso da sua estrutura para auxílio nos projetos de desenvolvimento;

**F
R
A
Q
U
E
Z
A
S**

- Estrangulamento do perímetro urbano atual;
- Necessidades de atualização das leis municipais ligadas ao Plano Diretor Municipal;
- Existem áreas de expansão que se situam em áreas com condições físicas e ambientais desfavoráveis à ocupação antrópica;
- Falta de instituição efetiva de políticas destinadas à diversificação da economia local;
- Necessidade de implantação de área específica para implantação de Distrito Industrial;
- Necessidade de adequação da sinalização horizontal, e em alguns casos, vertical;
- Falta de transporte público externo ao município;
- Baixo número de pessoas com mão de obra qualificada;
- Número elevado da população classificada com baixa renda;
- Dependência de recursos externos para execução de grandes projetos;
- Ausência de coleta e tratamento de efluentes impõe a utilização de métodos alternativos para o esgotamento sanitário (alta presença de fossas sépticas e rudimentares);
- Economia pouco diversificada, dependente da agropecuária e da administração pública para geração de emprego e renda;
- Ausência de Política de Desenvolvimento Rural, com foco na criação de programas e ações voltadas à manutenção da população no campo e à diversificação das culturas;
- Ausência de base cartográfica em escala adequada à nível municipal para acompanhamento e fiscalização da proteção das áreas de preservação e dos recursos hídricos;
- Política urbana expressa pelo Plano Diretor (Lei Municipal nº 340/2010) e as legislações de ordenamento territorial (LUOS – Lei Municipal nº 346/2010) e de sistema viário (Lei Municipal nº 422/2013) apresentam propostas genéricas e indicadores que não consideram o cenário urbano-

institucional de Marquinho, dificultando sua aplicação

- Necessidade de adequação do Código de Obras;
- Necessidade de programas de incentivo ao desenvolvimento empreendedor, principalmente dos jovens.
- Necessidade de programas de valorização do local, entendendo as potencialidades, por parte da população;
- Necessidade de um projeto de estruturação e investimento para desenvolver o turismo de lazer e de aventura;
- Necessidade de valorização da história local;
- Necessidade de políticas de incentivo aos pequenos empresários (MEI);
- Necessidade de parcerias com entidades externas de assessorias e apoio técnico, como: SEBRAE, UFFS - Laranjeiras do Sul, UNICENTRO - Guarapuava, etc.

**O
P
O
R
T
U
N
I
D
A
D
E
S**

- Possibilidade de criação de novos espaços para investimentos em expansão urbana;
- Participação em Consórcios Intermunicipais voltados a garantir a prestação de importantes serviços públicos para a população de Marquinho, apoiada nos equipamentos e nas infraestruturas disponíveis na região de entorno do município;
- Ser município limdeiro a BR 158;
- Grandes potenciais de exploração do turismo de lazer, de observação e de aventura;
- Bom número de microempresas registradas no município;
- Ser município limdeiro de uma das grandes bacias hidrográficas do estado do Paraná, o rio Piquiri;
- Possibilidade de atração de investidores, pela proximidade com BR 277 e 158;
- Construção da Usina Rio do Cobre Energia;
- Existência de outros pontos com potenciais de exploração energética;
- Estar próximo a universidades públicas de grande porte: UNICENTRO

	<p>(Guarapuava) e UFFS (Laranjeiras do Sul);</p>
<p>A M E A Ç A S</p>	<ul style="list-style-type: none">● Êxodo da população jovem;● Aumento da população idosa;● Falta de representatividade e influência sobre os demais municípios da Região, na qual se insere;● Pouca integração regional por estradas com pavimentação asfáltica, dada por apenas um acesso viário (BR 158);● Necessidade de pavimentação asfáltica na PR 364, que faz acesso a Goioxim;● Atratividade e proximidades com municípios de caráter metropolitano (Laranjeiras do Sul e Guarapuava), que reforça o processo de migração e o esvaziamento populacional;● Tendência de a população em transição de jovem para adulta querer ir morar em lugares onde tem familiares trabalhando;● Falta de interesse em investimento de investidores externos no município;● Falta de instituições financeiras públicas no município;● Grande dependência externa de instituições públicas, com grande dificuldade de acesso, dada a dificuldade de acesso e informações;● Pouca infraestrutura para recepção de pessoas externas ao município;

Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2021.

6. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

6.1. Introdução

O presente documento tem como objetivo definir, a partir da Síntese da Análise Temática Integrada (Produto 2.17), objetivos para o desenvolvimento municipal, visando à garantia dos direitos contidos na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade – BRASIL, 2001) – tais como o direito à cidade sustentável, que compreende os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer; e à gestão democrática, que compreende a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Além do Estatuto da Cidade, os objetivos definidos consideram o contido na Agenda 21, Agenda 2030 e na Nova Agenda Urbana, visando aportar inovação, inteligência e sustentabilidade ao Município de Marquinho.

Neste contexto retoma-se aqui o conteúdo sintético¹ dos esforços internacionais que culminaram na Agenda 21, sua evolução até a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana.

6.1.2. Conceito de Desenvolvimento Urbano.

Na década de 80, Sachs introduz o conceito de desenvolvimento baseado em três princípios: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (SACHS, 1986). Segundo ele, “É uma visão do desenvolvimento em que os objetivos são sempre os sociais, existe uma condicionalidade ambiental e, para que as coisas aconteçam, é preciso dar às propostas uma viabilidade econômica” (SACHS, 2012).

O termo desenvolvimento sustentável, introduzido na “Estratégia Mundial para a Conservação”, estabelecia que, “para alcançar a conservação dos recursos naturais do planeta se fazia necessário o desenvolvimento, para aliviar a pobreza que aflige milhões de pessoas em todo o mundo” (IUCN/UNEP/WWF, 1980).

O Relatório de Brundtland, (ONU, 1987) também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, propôs que desenvolvimento sustentável passasse a ser definido como: “Desenvolvimentos econômicos e sociais que atendam às necessidades das gerações atuais sem comprometer a habilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

Fica claro, nessa nova visão das relações homem/meio ambiente, que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade: há também um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, de modo que sejam preservados e perpetuados.

Na Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (ECO 92) - a meta do desenvolvimento sustentável passou a ganhar comprometimento e reconhecimento mundiais, já decorridos vinte anos da primeira reunião em Estocolmo realizada em 1972.

Nessa ocasião (1992) foi publicada a “Agenda 21” (BRASIL, 2012), como documento consensual firmado entre os países participantes com a intenção de mudança em suas políticas, através das quais predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações. Este documento definiu vinte e sete princípios, onde estão presentes o direito ao desenvolvimento sustentável, atendendo equitativamente às necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras, além de encomendar aos Estados a tarefa de erradicar a pobreza. Trata-se de um documento consensual firmado entre os países, resgatando o termo “agenda” no seu sentido de intenções de mudanças para um modelo de civilização em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações. Mais do que um documento, a “Agenda 21” é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um País, Estado, Município e Região, e planeja o futuro de forma sustentável. Esse processo de planejamento deve envolver todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazos.

É parte integrante dos princípios estabelecidos pela “Agenda 21” oferecer a todas as pessoas habitação adequada, lembrando que o acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, social e econômico da população. Portanto, os esforços para diminuir seu déficit habitacional nas áreas urbanas e rurais devem ser parte fundamental das estratégias de ação dos países.

Todos os setores da sociedade, após a publicação desse documento, iniciaram um processo de reinterpretação da “Agenda 21” nos contextos específicos das diversas agendas locais e setoriais. Políticas públicas passaram a impor requisitos ambientais a inúmeras atividades econômicas e a demanda por produtos ambientalmente menos agressivos cresceu em paralelo.

Desta forma, o conceito principal de sustentabilidade, incorporado na “Agenda 21”, tem como premissa básica a busca do desenvolvimento aliado à conservação ambiental para as atuais e futuras gerações.

No entanto, decorridos vinte anos após a Conferência, na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio+20, os resultados não são satisfatórios. A prevalência do conceito de sustentabilidade deve assumir dimensões muito mais amplas do que apenas aquelas de cunho ambiental (ONU, 2012).

Segundo a Agenda 21: “Para uma cidade ser considerada sustentável, devem ser mudadas as rotinas existentes hoje. Deve-se planejar o futuro, sem agredir os recursos naturais nem os patrimônios culturais. Nos países subdesenvolvidos, a tendência é de não-sustentabilidade”. (AGENDA 21, 1992, p.47).

Considerando a importância da sustentabilidade da água para o planeta, a Assembleia Geral da ONU, estabeleceu uma série de agendas para catalisar ações positivas globais. Entre aquelas atualmente em vigor estão a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) e a Década Internacional “Água para a Vida”, que foi divulgada em 22 de março de 2005. Adicionalmente a comunidade mundial observou o Ano Internacional das Fibras Naturais, em 2009; o Ano Internacional da Biodiversidade, em 2010 e o Ano Internacional das Florestas, em 2011.

A ONU considera que a cooperação relativa à água, nos níveis nacionais e globais, deve ser uma prioridade na agenda de desenvolvimento sustentável, para assegurar o acesso de milhões de pessoas a este recurso precioso. Esta prioridade foi reforçada pela declaração de Rebeca Grysman, na Conferência Internacional de Alto Nível, sobre esta cooperação, realizada em Dushand, Tajikistão, em 21 de agosto de 2013 : “Não só o mundo está experimentando crescimento explosivo da demanda por recursos hídricos, mas, o desperdício da água e a poluição ameaçam a integridade dos ecossistemas aquático e agrônômico, vitais para a segurança da vida e alimentos” (ONU, 2013).

Em programas como do United Nations Environmental Program (UNEP5, 2013) consta que, a cada ano, o mundo rural absorve água além da capacidade de reposição natural. Como a água é empregada de forma ineficiente, existe um surto de tentativas de conservação da água, nos níveis globais até os níveis individuais. Este fato é muito importante para os planos diretores municipais, ressaltando a necessidade de sinergia

com os planos de recursos hídricos, que possuem o cadastro dos consumidores, com vistas a controlar a outorga das águas.

O crescimento do movimento de conservação da água, de acordo com o UNEP tem pressupostos específicos, a saber: “O planeta possui uma quantidade finita de água. O bombeamento de água diretamente do solo conduz essencialmente a perdas massivas de energia. Esta pode servir para um compartilhamento irrestrito do total da energia empregada numa área fixa” (UNEP, 2013).

A evolução desse movimento ensejou a criação de mecanismos de aproveitamento da água no mundo. Criou-se o financiamento antecipado online para consumidores que se interessem por pesquisas para manter os suprimentos de água potável nas florestas e outros habitats naturais, partindo do pressuposto que esta iniciativa garante a conservação da flora e fauna circunvizinhas (UNEP, 2013).

Nas áreas urbanas o instrumento de criação de parques lineares é apontado pela bibliografia atual e planos municipais como uma medida sustentável de uso e ocupação das áreas de fundos de vales nos âmbitos ambientais, sociais, econômicos e culturais. Estas áreas são consideradas pela legislação ambiental como Área de Preservação Permanente (APP), o que facilita sua fiscalização. Em realidade caracterizam-se como espaços residuais da paisagem natural remanescente, quando existente, e, mesmo assim, ainda estão sujeitas a invasões e degradação, em função do modelo de urbanização adotado até hoje no País. Nesse modelo as populações mais pobres são expulsas para as periferias, onde a terra é mais barata para implantar os programas habitacionais.

Em função do crescimento do número de municípios brasileiros que buscam implantar este instrumento como medida de prevenção ou remediação do estado degradante em que se encontram as áreas urbanas marginais aos cursos d'água, ressalta-se a importância da implantação de parques lineares. Esta solução compatibiliza os aspectos relativos à conservação dos recursos naturais e de promoção do uso público

O Uso da Taxa de Impermeabilização nos lotes urbanos, para permitir a absorção da água da chuva, é discutido por Kaufmann e Silva (2005) como um recurso para a implementação da bacia hidrográfica como unidade de planejamento urbano integrado à gestão dos recursos hídricos. Outro mecanismo já adotado em cidades brasileiras é o aproveitamento obrigatório das águas pluviais definido nas leis de uso e ocupação do solo, como é o caso de Curitiba.

Marta Romero (2006) aborda o tema da sustentabilidade nas cidades como uma perspectiva processual, trazendo o conceito para a cidade, ampliando a visão além da simples dimensão ecológica. Propõe um “urbanismo sustentável”, baseado em premissas de desenho participativo, arquitetura da paisagem e eficiência energética:

“A construção da sustentabilidade nas cidades brasileiras significa enfrentar várias questões desafiadoras, como a concentração de renda e a enorme desigualdade econômica e social, o difícil acesso à educação de boa qualidade e ao saneamento ambiental além da degradação dos meios construídos e natural e dos acentuados problemas de mobilidade e acessibilidade” (ROMERO, 2006, p. 55).

Partindo-se da compreensão das interações complexas entre a cidade e o meio ambiente natural, é importante considerar que ela própria é um recurso que necessita de proteção, em função de aglutinar os maiores contingentes populacionais e, conseqüentemente, a maior pobreza.

Assim incrementam-se exponencialmente as demandas necessárias para sua manutenção e para a sustentabilidade do seu desenvolvimento.

Essa premissa estabelece a propriedade do uso do termo “desenvolvimento urbano sustentável” que desloca a ênfase do debate sobre o desenvolvimento sustentável para o meio ambiente construído. Por conseguinte, entende-se a cidade como um recurso socioambiental crítico e as alternativas para seu planejamento devem ser encontradas na sua sustentabilidade.

Na complexidade deste quadro, parâmetros como o consumo de energia, a conservação da água, a distribuição de renda com pleno emprego com vistas à homogeneidade social além das aspirações por qualidade de vida, devem ser considerados e analisados simultaneamente.

Alguns destes temas até bem pouco tempo não eram tratados como parte integrante dos planos urbanos. Sendo assim, o planejamento municipal sustentável aborda os problemas socioambientais, econômicos e territoriais para possibilitar o gerenciamento ambiental do município que impacta a gestão dos recursos hídricos, em harmonia com as políticas setoriais de uso do solo, educação e saúde, dentre outras.

Este é o grande desafio da gestão municipal: transformá-la em instrumento do desenvolvimento social e econômico da população, em consonância com os princípios de sustentabilidade.

6.1.3. O Estatuto Da Cidade

No Brasil, a partir do estabelecido na Constituição Federal de 1988, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do Brasil, e no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o desenvolvimento urbano sustentável entrou na pauta do planejamento municipal e das bacias hidrográficas, dentre outras tipologias de planejamentos setoriais que foram progressivamente incorporando o princípio. Em ambos os instrumentos legais, observa-se a busca pela eliminação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais.

O artigo 2º do Estatuto cita diretrizes gerais da política urbana, cujo objetivo é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, sendo algumas delas:

- Garantia do direito à cidade sustentável, que compreende os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer;
- Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.

No entanto, na grande parte dos municípios brasileiros, nota-se que as políticas públicas não são integradas, resultando numa grande ineficiência da máquina administrativa, inclusive quanto à sustentabilidade financeira, com baixa arrecadação de tributos próprios, garantidos constitucionalmente. Esta circunstância gera a dependência de transferências dos governos federal e estadual, permanecendo as administrações locais num equilíbrio instável quanto ao planejamento do desenvolvimento, que resultam

em planos de ação restritos e, na maioria das vezes, inoperantes, pois atendem parcialmente às demandas.

6.1.4. Agenda 2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, conforme já abordado no Produto 2.3 (Planejamento e Gestão Urbana do Município) desta revisão, consiste em um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, para ser alcançado até 2030, que propõe elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida das pessoas (CNM, 2016). Foi oficialmente elaborada por 193 Estados-membros das Nações Unidas, em setembro de 2015, durante a Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Os ODS deverão orientar as políticas globais, nacionais e locais nos próximos anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM7).

Quadro 6.1. Agenda 2030 - Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável.

	<p>ODS 1</p> <p>Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p>		<p>ODS 2</p> <p>Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p>
	<p>ODS 3</p> <p>Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</p>		<p>ODS 4</p> <p>Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p>
	<p>ODS 5</p> <p>Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p>		<p>ODS 6</p> <p>Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos</p>
	<p>ODS 7</p> <p>Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos</p>		<p>ODS 8</p> <p>Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos</p>

	<p>ODS 9</p> <p>Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p>		<p>ODS 10</p> <p>Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p>
	<p>ODS 11</p> <p>Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p>		<p>ODS 12</p> <p>Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</p>
	<p>ODS 13</p> <p>Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos</p>		<p>ODS 14</p> <p>Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</p>
	<p>ODS 15</p> <p>Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade</p>		<p>ODS 16</p> <p>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</p>
	<p>ODS 17</p> <p>Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>		

Fonte: CNM, 2016.

Com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Quadro 6.1.) estruturados através de 169 metas, a Agenda 2030 está pautada em cinco áreas de importância ou 5 Ps:

1 - Pessoas – erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade;

2 - Prosperidade – garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza;

3 - Paz – promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas;

4 - Parcerias – implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida; e

5 - Planeta – proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras.

Ademais, com vistas a promover o desenvolvimento humano, a Agenda 2030 agrega as três dimensões da sustentabilidade: economia, meio ambiente e sociedade e ainda uma quarta dimensão: a institucional, as quais relacionam-se com os ODS conforme apresentado no Quadro 6.2. a seguir.

Quadro 6.2. Dimensões Da Sustentabilidade Versus Os ODS.

Dimensões Da Sustentabilidade	ODS Relacionados
1 - Econômica	   
2 – Ambiental	   
3 – Social	       
4 - Institucional	

Fonte: CNM, 2016.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), para que as metas estabelecidas pelos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) sejam disseminadas e alcançadas, e para que os efeitos das ações sejam integrados e sustentáveis, os governantes e gestores locais devem atuar a partir de acordos e articulação com outros atores territoriais. “Os governos locais devem incluir a sociedade civil e o setor privado de forma efetiva na implementação da agenda” (CNM, 2016, p.15).

De acordo com o “Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, “os governos locais exercem um papel fundamental na adequação das metas e indicadores nacionais à realidade local, com ações que considerem as metas dos ODS em seus planejamentos e orçamentos, incluindo participação e engajamento da sociedade civil” (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, o **Plano de Ação e Investimentos (PAI), do Plano Diretor** tem grande relevância no cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os ODS 9 e 11 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e Cidades e Comunidades Sustentáveis, respectivamente. É ele que determina como será utilizado o patrimônio físico e financeiro do município de modo que atenda melhor às necessidades da população, de maneira sustentável⁸ sem que ocorra degradação ambiental (MATTOS; ANTONIAZZI, 2016, p.73).

A seguir, apresenta-se a situação atual de Marquinho frente aos ODS, de modo a possibilitar a adequação ou reformulação dos objetivos constantes no Plano Diretor vigente.

6.1.5. A Nova Agenda Urbana

A Nova Agenda Urbana (NAU) foi assinada durante a Habitat III14, em outubro de 2017, por cerca de 170 países e constitui um quadro de ação global que irá transformar a estratégia de urbanização sustentável das Nações Unidas nos próximos vinte anos.

Documento extenso, com 175 itens, muitos com significados semelhantes e uma linguagem diplomática, a Nova Agenda Urbana “apresenta uma mudança de paradigma na ciência das cidades e estabelece padrões e princípios para o planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhora das áreas urbanas, ao longo de seus cinco principais pilares de implantação: políticas nacionais urbanas; legislação e regulação urbanas; planejamento e desenho urbano; economia local e finança municipal; e

implantação local” (ONU, 2017). Ela “estabelece, também, uma visão de longo prazo, integrada e centrada nas pessoas, alinhada com os ODS e o Acordo de Paris” (CEBDS, 2016), dialogando especialmente com o ODS 11, que busca “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

Tal como a Agenda 30, a NAU prevê, dentre outras questões, que as cidades alcancem a igualdade de gênero, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres, a igualdade de direitos em todos os níveis, a prevenção e eliminação de todas as formas de discriminação e violência em espaços públicos e privados.

"Também nos comprometemos a tomar medidas para assegurar que as nossas instituições locais promovam o pluralismo e a coexistência pacífica nas sociedades cada vez mais heterogêneas e multiculturais" (ONU, 2017).

São princípios da Nova Agenda Urbana:

“(a) não deixar ninguém para trás, eliminando a pobreza em todas suas formas e dimensões, incluindo a erradicação da pobreza extrema; assegurando direitos e oportunidades iguais, diversidade socioeconômica e cultural e integração ao espaço urbano; melhorando a habitabilidade, educação, a segurança alimentar e a nutrição, a saúde e o bem-estar, inclusive

por meio da eliminação de epidemias de HIV/AIDS, tuberculose e malária; promovendo a segurança e eliminando a discriminação e todas as formas de

violência; garantindo a participação pública ao proporcionar acesso seguro e igualitário a todos e todas à infraestrutura física e social e aos serviços básicos,

bem como à moradia adequada e economicamente acessível;

(b) assegurar economias sustentáveis e inclusivas, aproveitando os benefícios de aglomeração da urbanização bem planejada, incluindo alta produtividade, competitividade e inovação; promovendo emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; garantir a criação de empregos

decentes e acesso igualitário para todos a oportunidades e recursos econômicos e produtivos; e impedir a especulação fundiária; promover a posse da terra segura e gerenciar a perda de densidade urbana, quando necessário;

(c) **garantir a sustentabilidade ambiental**, promovendo o uso de energias limpas e o uso sustentável da terra e dos recursos no desenvolvimento urbano; protegendo ecossistemas e a biodiversidade, favorecendo a adoção

de estilos de vida saudáveis em harmonia com a natureza; promovendo padrões de consumo e produção sustentáveis; fortalecendo a resiliência urbana; reduzindo o risco de desastres; e propiciando a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas” (ONU, 2017).

6.2. Objetivos Para o Desenvolvimento Municipal

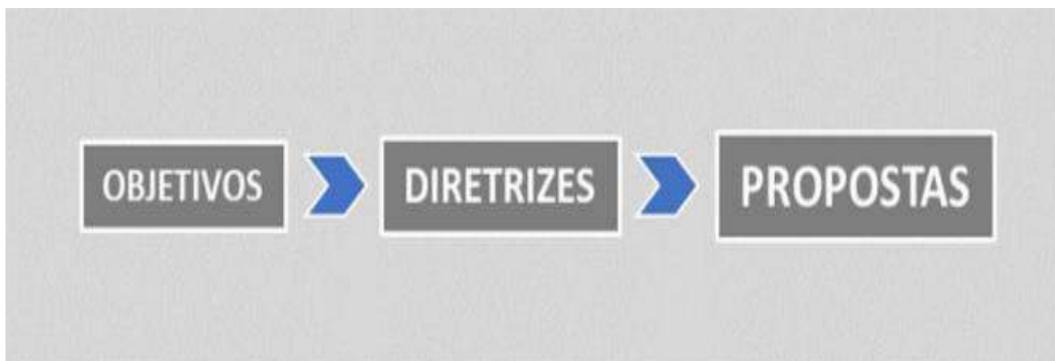
De acordo com o dicionário Michaelis, a palavra desenvolvimento é sinônimo de “adiantamento, aumento, crescimento, expansão, progresso [...]”. Apesar de o termo ainda ser confundido muitas vezes com crescimento econômico, uma série de discussões sobre o meio ambiente e desenvolvimento nos últimos anos tem mostrado que é possível desenvolver sem um alto consumo de energia e recursos naturais. Os objetivos para o desenvolvimento municipal, devem, portanto, buscar satisfazer as necessidades presentes ao mesmo tempo em que não compromete a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades, atendendo aos princípios da sustentabilidade.

A definição dos objetivos a seguir consolidou-se a partir da análise da leitura técnica elaborada na presente revisão, da leitura comunitária realizada ao longo do processo participativo e ainda a partir dos documentos norteadores internacionais analisados sucintamente neste relatório.

A figura 6.1. a seguir ilustra as etapas a serem desenvolvidas desde a formulação dos objetivos para o desenvolvimento municipal até a definição das propostas, que correspondem, no PAI (Plano de Ação e Investimentos), às ações e investimentos prioritários para a implantação do PDM. Tais ações serão subsídio para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) do município - principal instrumento de planejamento de médio

prazo das ações de governo, que abrange as diretrizes da administração pública para um período de quatro anos.

Figura 6.1. Etapas Para A Definição De Propostas Do Plano Diretor



Fonte: Elaborado por Tese Tecnologia, 2019.

A seguir, está relacionada uma série de objetivos para o desenvolvimento municipal, que representam os direcionamentos identificados nas distintas bases norteadoras para se chegar às transformações desejadas no período 2023-2033.

- Integração das Políticas Públicas, com a implementação de planos de gestão urbana, rural, ambiental e desenvolvimento municipal, com foco na conscientização e implantação do desenvolvimento sustentável, bem como, políticas educacionais com foco na melhoria/ampliação dos conhecimentos sobre preservação ambiental e mudanças climáticas.
- Melhorar constantemente a segurança viária e o acesso a cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana que sejam ambientalmente mais sustentáveis, socialmente mais inclusivos e economicamente mais eficientes, acessíveis e justos, (com atenção em especial àquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas), buscando reduzir a necessidade de deslocamento, equilibrando a relação entre os locais de emprego e de moradia.
- Promover a sustentabilidade financeira, com aumento da eficiência na arrecadação de tributos próprios, garantidos constitucionalmente, buscando garantir a recuperação dos investimentos do Poder Público, em razão da valorização dos imóveis.
- Promover a cooperação entre os governos (nacionais e internacionais), a iniciativa privada, parcerias públicas privadas e os demais setores da

sociedade no processo de urbanização, atendimento ao interesse social, preservação ambiental, desenvolvimento econômico e sustentável, entre outras iniciativas.

- Garantir a eficiência econômica do Município, através da redução dos custos operacionais e de investimentos do setor público também identificando iniciativas na área de Economia criativa.
- Incentivar a contribuição do setor privado no desenvolvimento sustentável municipal assegurando a implantação de políticas de conservação e usos sustentável dos ambientes.
- Reconhecer a importância das empresas como incentivadoras da urbanização sustentável aplicando seu potencial inovador e recursos na sua implementação através de parcerias e garantindo a população acesso a ciência, tecnologia e inovação.
- Implantar métricas ou mecanismos de monitoramento de progresso e implementação de ações e políticas públicas, aumentando/garantindo o financiamento, o recrutamento, desenvolvimento, formação específica/continuada e retenção dos profissionais de saúde, educação e demais secretárias/áreas, departamentos, divisões (e outros espaços públicos). Garantindo assim, a existência de alertas precoces para a redução, gerenciamento e riscos, promoção e garantia a todos o acesso à justiça, bem como, métricas de mensuração dos indicadores de desenvolvimento sustentável, fortalecendo iniciativas novas ou já existentes.
- Fortalecimento do papel do governo local na liderança do desenvolvimento urbano e rural, garantindo a igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros regulados e monitorados, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito (quando possíveis), capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras.
- Fortalecer os marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações social, ambiental e econômico (como erradicação da pobreza, melhoria ambiental e social, proteção ambiental, etc), especialmente, adoção e fortalecimento de políticas públicas e

legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e população menos favorecidas e segurança de migrantes/refugiados, buscando inclusive a diminuição da saída de pessoas do município.

- Promover políticas/ações de segurança pública e combate a todos os tipos de crimes, sonegação e suborno de todos os tipos e a melhoria na transparência nos processos de políticas, ações e investimentos públicos garantindo a participação da população nas decisões direta e indiretamente (pelos conselhos municipais), fortalecendo a governança municipal.
- Fortalecer a implementação de políticas com foco no desenvolvimento sustentável e fomento ao comércio sustentável de forma universal buscando a estabilidade e crescimento econômico do município, fazendo prevalecer as políticas dos mercados nacionais e internacionais.
- Fortalecer e garantir os recursos necessários para a retenção de profissionais, insumos e equipamentos necessários para a efetivação do atendimento de saúde (demais setores para o bem estar da população) em todos os seus níveis e a manutenção dos programas de saúde pública, principalmente os voltados a saúde preventiva.

Todos os objetivos estão, portanto, alinhados com a Agenda 21, a Agenda 2030, Estatuto da Cidade e a Nova Agenda Urbana.

No quadro 6.3. os objetivos do Plano Diretor Municipal de Marquinhos foram compatibilizados de acordo com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), separados de acordo com as quatro dimensões da sustentabilidade propostas pela Agenda 2030: ambiental, econômica, socioespacial e institucional.

Quadro 6.3. Síntese dos Objetivos do Plano Diretor.

1- AMBIENTAL																	
																	OBJETIVOS PD
																	<p>Criar programas de cooperação relativa à água, com a criação de mecanismos de reaproveitamento da água pluvial, com foco em melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo o lançamento de efluentes não tratados e aumentando o reciclo e reuso, prevenindo e eliminando a poluição de todos os tipos e fontes.</p>
																	<p>Criação de parques lineares, praças e espaços esportivos, para lazer, esporte, descanso, contemplação da natureza e atividades culturais.</p>
																	<p>Gerenciamento ambiental do município em harmonia com as políticas de setoriais de uso do solo, educação e saúde, dentre outras (com a fiscalização no uso de substâncias nocivas e a produção/destinação de resíduos, a pesca/caça predatória e o tráfico de espécies, ampliando a eficiência da utilização de recursos (consumo e na produção sustentáveis), dissociando o crescimento econômico da degradação ambiental, promovendo e divulgando iniciativas de proteção da diversidade genética de espécies nativas e raças nativas (evitando a implantação/invasão de espécies e raças exóticas), bem como, o conhecimento tradicional e cultural sobre o ambiente (principalmente com foco na saúde e alimentação).</p>

1- AMBIENTAL

1- AMBIENTAL																	OBJETIVOS PD	
																		
																		Implantação de políticas e plano de saneamento ambiental e promover a redução dos impactos ambientais com a implantação de planos municipais de gestão de resíduos (de todos os gêneros), coleta seletiva, arborização (e outros planos de gestão necessários) e licenciamentos ambientais, de acordo com o necessário.
																		Garantir a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico através da participação em políticas que visem a proteção das APP's e outros ecossistemas relacionados a água ou não e outras áreas de importância ambiental com programas específicos voltados à educação ambiental, ampliando atividade com este foco (incluindo cooperação nacional ou internacional).
																		Reduzir os impactos sociais, econômicos e ambientais em áreas de risco e aumentar a resiliência do município perante eventos climáticos severos decorrentes das mudanças climáticas (mortes, perdas econômicas, áreas inaptas habitadas, etc.), fomentando políticas que busquem atender estas estratégias e planejamento local.

1- AMBIENTAL

1- AMBIENTAL																	OBJETIVOS PD	
 1. ERADICAR A POBREZA	 2. FOMENTAR A AGRICULTURA, A PESCAÇA E A SILVICULTURA	 3. SAÚDE E BEM-ESTAR	 4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	 5. IGUALDADE DE GÊNERO	 6. ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO	 7. ENERGIA LIMPA E ACESIVEL	 8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDUSTRIA E INOVAÇÃO	 9. INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	 10. REDUZIR A DESIGUALDADE	 11. Cidades e Comunidades Resilientes	 12. Consumo Responsável e Produção Responsável	 13. Ação Climática	 14. Vida Aquática	 15. Vida Terrestre	 16. Paz, Justiça e Fortalecimento das Instituições	 17. Parcerias para Desenvolvimento		
																		Garantir o acesso à energia (em espaço regularizados) e fortalecer iniciativas para o uso racional do consumo de energia, melhorando a eficiência energética e o uso de fontes de energia limpas e renováveis. Promover ainda, o acesso às tecnologias de informação e comunicação com qualidade, privacidade, proteção de dados e segurança cibernética.
																		Promover o uso de sistemas sustentáveis de produção (agrícola, de alimentos e industrial), por meio incentivo de políticas públicas, visando implementar práticas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.

2- SOCIOESPACIAL

2- SOCIOESPACIAL																	OBJETIVOS PD
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
																	<p>Instaurar o processo participativo no âmbito de todas as políticas públicas, envolvendo todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazos, fomentando o uso sustentável e a valorização da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade para o desenvolvimento local, erradicação da pobreza, redução da desigualdade.</p>
																	<p>Reduzir a razão de mortalidade materna, mortalidade neonatal, mortalidade infantil e de crianças menores de 5 anos (considerando mortes evitáveis), e promoção do acesso a identidade civil a todos.</p>
																	<p>Garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema, combater/eliminação da pobreza e promover, assegurar, proteger e garantir o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.</p>

2- SOCIOESPACIAL

2- SOCIOESPACIAL																	OBJETIVOS PD	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17		
																		<p>Promover o acesso universal e equitativo à água para consumo humano de forma segura a todos, contribuindo para a universalização do saneamento e higiene, (abastecimento de água, coleta e o tratamento ambientalmente adequado dos esgotos e dos resíduos sólidos), bem como garantir acesso a serviços básicos e segurança no acesso à terra e recursos naturais, reduzindo a exposição e vulnerabilidade a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.</p>
																		<p>Promover a melhoria da qualidade de vida da população, reduzindo as desigualdades e a exclusão social, e garantindo o acesso à equipamentos sociais, políticas públicas e serviços urbanos, promovendo a redução dos índices de criminalidade e todos os tipos de violência (inclusive mortalidade) em todas as faixas etárias e gêneros. Oferecer a todos os cidadãos habitação adequada, segura e saudável e envidar esforços para diminuir seu déficit habitacional nas áreas urbanas e rurais o bem-estar físico, social e econômico das pessoas.</p>
																		<p>Promover a erradicação da fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.</p>

2- SOCIOESPACIAL

2- SOCIOESPACIAL																	OBJETIVOS PD
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
																	<p>Promover a inclusão social, econômica e política e a igualdade de gênero, em especial de pessoas com deficiência e mulheres na educação, trabalho e nas tomadas de decisão, no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação, comunicação, produção do conhecimento científico, produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias, eliminando as desigualdades de gênero e raça na educação e acesso a demais serviços e áreas, e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Desta forma, garantindo a oferta de infraestrutura física escolar adequada às necessidades (criança, pessoas com deficiências, gênero etc), e ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.</p>
																	<p>Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool e reduzir as mortes e lesões por acidentes no trânsito.</p>

2- SOCIOESPACIAL

2- SOCIOESPACIAL																	OBJETIVOS PD
1. SAÚDE BEM-ESTAR	2. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	3. SAÚDE BOM BEM-ESTAR	4. EDUCAÇÃO QUALIDADE	5. GÊNERO IGUALDADE	6. AGUÁRICA QUALIDADE	7. ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	8. INDÚSTRIAS, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	9. INDÚSTRIAS, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	10. IGUALDADE DE GÊNERO	11. Cidades e Comunidades Resilientes	12. INDÚSTRIAS, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	13. SAÚDE BEM-ESTAR	14. VIDA AQUÁTICA	15. VIDA TERRESTRE	16. Cidades e Comunidades Resilientes	17. Cidades e Comunidades Resilientes	OBJETIVOS PD
																	<p>Ordenar o processo de adensamento e expansão urbana, de forma a maximizar a utilização da infraestrutura e equipamentos urbanos já implantados e orientar a adequada distribuição dos investimentos públicos (promovendo a promoção dos patrimônios culturais e naturais), buscando aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorando as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todo território municipal.</p>
																	<p>Promover a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, garantindo o acesso de todos a moradia digna, adequada, a preço acessível, aos serviços básicos, buscando urbanizar os assentamentos precários de acordo com as possibilidades da legislação vigente, incentivando o uso de construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais, sempre garantindo o ordenamento, o uso e ocupação do solo, em conformidade com a função socioeconômica da propriedade, garantindo-se a segurança física e ambiental e o cumprimento da lei vigente.</p>

2- SOCIOESPACIAL

2- SOCIOESPACIAL																	OBJETIVOS PD
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
																	Assegurar para todos, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade e buscar eliminar todas as formas de discriminação, de violência, praticas nocivas de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
																	Erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.
																	Garantir a eliminação dos problemas de saúde pública, como epidemias, síndromes, doenças, etc, buscando o controle de: AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo aedes aegypti e outras doenças transmissíveis.

2- SOCIOESPACIAL

2- SOCIOESPACIAL																	OBJETIVOS PD
1 SAÚDE BEM-ESTAR	2 TRABALHO DECENTE	3 SAÚDE BOM BEM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 QUALIDADE EDUCACIONAL	7 ENERGIA LIMPA	8 INDÚSTRIAS, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	9 INDÚSTRIAS, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	10 ENERGIA LIMPA	11 INFRAESTRUTURA	12 INDÚSTRIAS, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	13 SAÚDE BEM-ESTAR	14 VIDA SUBMARIÇA	15 VIDA TERRESTRE	16 Cidades e Comunidades Sustentáveis	17 Consumo Responsável	
																	<p>Reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água e do solo, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde dos trabalhadores, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento. Fortalecer ações para controle do tabaco.</p>
																	<p>Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS. Promover o incentivo a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis.</p>

2- SOCIOESPACIAL

2- SOCIOESPACIAL																	OBJETIVOS PD
																	OBJETIVOS PD
																	Garantir o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental e que completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, com resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes. Assegurando, ainda, a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso, aumento e permanência à a outros níveis de, para que todos (principalmente jovens, adultos e mulheres) estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática, garantido que todos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas.

3- ECONÔMICO

3- ECONÔMICO																	OBJETIVOS PD
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
																	<p>Promover e incentivar o investimento, em infraestrutura, pesquisa, assistência técnica e extensão nas áreas rurais e urbanas, no desenvolvimento de tecnologias, no estoque e disponibilização de recursos (genéticos ou não) (incluindo variedades crioulas e parentes silvestres), de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola e industrial ambientalmente sustentável, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e desenvolvimento de atividades econômicas de cunho sustentável, considerando as diferenças regionais e socioculturais, promover, ainda, a melhoria na eficiência do uso da água em todos os setores a partir da gestão integrada de recursos (hídricos e outros), e oportunizar, de forma sustentável, o acesso a serviços bancários e financeiros.</p>
																	<p>Conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e outras atividades econômicas de cunho sustentável, responsável, acessível a todos, e que gerem emprego e trabalho digno, melhorem a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais, bem como, a promoção do aumento do comércio nacional e internacional, da atividade econômica inclusiva, sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB municipal, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos.</p>

3- ECONÔMICO

3- ECONÔMICO																	OBJETIVOS PD
																	OBJETIVOS PD
																	<p>Redução das desigualdades sociais, a partir dos parâmetros de sustentabilidade, promovendo a eliminação da desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, garantindo a participação plena e efetiva da população em geral independente de classe e gênero (especialmente das mulheres e pessoas menos favorecidas economicamente) e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica.</p>
																	<p>Estabelecer Políticas públicas que imponham requisitos ambientais a atividades econômicas que não zelam pela sustentabilidade e preservação ambiental, buscando a promoção da adoção de produtos ambientalmente menos agressivos, promovendo a modernização das infraestruturas e reabilitação as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados (não geração, redução, reciclagem e reuso) bem como buscar corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas e industriais, de acordo com documentos signatários e atendendo, em nível nacional, ao princípio da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional (inclusive fomentando a redução nas perdas produtivas – principalmente de alimentos).</p>

3- ECONÔMICO

3- ECONÔMICO																	OBJETIVOS PD	
																		
																		Promover o desenvolvimento rural e a valorização da agricultura familiar através de estudos com a comunidade relativos aos principais problemas que afetam o setor.
																		Universalizar e aprimorar a infraestrutura urbana, transporte , serviços públicos e lazer, buscando atingir níveis mais elevados de eficiência e produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador, com foco em setores intensivos em mão-de-obra, sempre promovendo o cumprimento da legislação trabalhista (principalmente com relação aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.
																		Promover o acesso ao trabalho (diminuindo o desemprego e outras formas de subutilização do trabalho e erradicar o trabalho análogo a escravidão, trabalho infantil e tráfico de pessoas, de forma a garantir a sustentabilidade e o aumento constante da renda, reduzindo a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais. Ainda, aumentar o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, (técnicas e profissionais), para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo, buscando diminuir o número de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.

3- ECONÔMICO

3- ECONÔMICO																	OBJETIVOS PD	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17		
																		<p>Promover e estimular o desenvolvimento com a geração de trabalho digno, a formalização, o crescimento das MEI's, micro, pequenas e médias empresas, o empreendedorismo, a inovação e a redistribuição das oportunidades de trabalho no território (urbana e rural), garantindo a todos (inclusive aos pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade), o acesso a novas tecnologias para produção, tecnologias de informação e comunicação, segurança no acesso à terra e recursos naturais e a serviços financeiros de forma sustentada (inclusive das MEI's, micro, pequenas e médias empresas), buscando promover um crescimento econômico <i>per capita</i> anual.</p>
																		<p>Adotar uma postura proativa para reforçar a resiliência e englobando conceitos como: eficiência de recursos, economia circular e abordagens baseadas em ecossistemas, integração econômica, social e ambiental, adotando medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, promover o fortalecimento de políticas públicas de estoque e abastecimento.</p>

3- ECONÔMICO

3- ECONÔMICO																	OBJETIVOS PD
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
																	<p>Promover o aumento da produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; iii) a linhas de crédito específicas, quando possíveis; iv) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola.</p>

4-INSTITUCIONAL

4-INSTITUCIONAL																	OBJETIVOS PD	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17		
																		Integração das Políticas Públicas, com a implementação de planos de gestão urbana, rural, ambiental e desenvolvimento municipal, com foco na conscientização e implantação do desenvolvimento sustentável, bem como, políticas educacionais com foco na melhoria/ampliação dos conhecimentos sobre preservação ambiental e mudanças climáticas.
																		Melhorar constantemente a segurança viária e o acesso a cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana que sejam ambientalmente mais sustentáveis, socialmente mais inclusivos e economicamente mais eficientes, acessíveis e justos, (com atenção em especial àquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas), buscando reduzir a necessidade de deslocamento, equilibrando a relação entre os locais de emprego e de moradia.
																		Promover a sustentabilidade financeira, com aumento da eficiência na arrecadação de tributos próprios, garantidos constitucionalmente, buscando garantir a recuperação dos investimentos do Poder Público, em razão da valorização dos imóveis.

4-INSTITUCIONAL

4-INSTITUCIONAL																	OBJETIVOS PD	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17		
																		Promover a cooperação entre os governos (nacionais e internacionais), a iniciativa privada, parcerias públicas privadas e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, atendimento ao interesse social, preservação ambiental, desenvolvimento econômico e sustentável, entre outras iniciativas.
																		Garantir a eficiência econômica do Município, através da redução dos custos operacionais e de investimentos do setor público também identificando iniciativas na área de Economia criativa.
																		Incentivar a contribuição do setor privado no desenvolvimento sustentável municipal assegurando a implantação de políticas de conservação e usos sustentável dos ambientes.
																		Reconhecer a importância das empresas como incentivadoras da urbanização sustentável aplicando seu potencial inovador e recursos na sua implementação através de parcerias e garantindo a população acesso a ciência, tecnologia e inovação.

4-INSTITUCIONAL

4-INSTITUCIONAL																OBJETIVOS PD	
																	OBJETIVOS PD
																	Implantar métricas ou mecanismos de monitoramento de progresso e implementação de ações e políticas públicas, aumentando/garantindo o financiamento, o recrutamento, desenvolvimento, formação específica/ continuada e retenção dos profissionais de saúde, educação e demais secretárias/áreas, departamentos, divisões (e outros espaços públicos). Garantindo assim, a existência de alertas precoces para a redução, gerenciamento e riscos, promoção e garantia a todos o acesso à justiça, bem como, métricas de mensuração dos indicadores de desenvolvimento sustentável, fortalecendo iniciativas novas ou já existentes.
																	Fortalecimento do papel do governo local na liderança do desenvolvimento urbano e rural, garantindo a igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros regulados e monitorados, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito (quando possíveis), capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras.

4-INSTITUCIONAL

4-INSTITUCIONAL																	OBJETIVOS PD
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
																	Fortalecer os marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações social, ambiental e econômico (como erradicação da pobreza, melhoria ambiental e social, proteção ambiental, etc), especialmente, adoção e fortalecimento de políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e população menos favorecidas e segurança de migrantes/refugiados, buscando inclusive a diminuição da saída de pessoas do município.
																	Promover políticas/ações de segurança pública e combate a todos os tipos de crimes, sonegação e suborno de todos os tipos e a melhoria na transparência nos processos de políticas, ações e investimentos públicos garantindo a participação da população nas decisões direta e indiretamente (pelos conselhos municipais), fortalecendo a governança municipal.
																	Fortalecer a implementação de políticas com foco no desenvolvimento sustentável e fomento ao comércio sustentável de forma universal buscando a estabilidade e crescimento econômico do município, fazendo prevalecer as políticas dos mercados nacionais e internacionais.

4-INSTITUCIONAL

4-INSTITUCIONAL																	OBJETIVOS PD
																	OBJETIVOS PD
																	Fortalecer e garantir os recursos necessários para a retenção de profissionais, insumos e equipamentos necessários para a efetivação do atendimento de saúde (demais setores para o bem-estar da população) em todos os seus níveis e a manutenção dos programas de saúde pública, principalmente os voltados a saúde preventiva.

Fonte: Elaboração Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

6.3. Considerações

Nota-se que existe um denominador comum entre as referências aqui analisadas para estabelecer os objetivos de desenvolvimento para o Município de Marquinho, que é o desenvolvimento sustentável. De fato, desde a década de 80 e a Agenda 21, entra na pauta da gestão e do planejamento urbanos a sustentabilidade do desenvolvimento, quando estabelece suas 3 dimensões - social, econômica e ambiental - hoje acrescidas dos aspectos institucionais.

Em verdade foi uma evolução, tornando holístico o conceito, incorporando distintas áreas que compõem o desenvolvimento. No entanto, o caráter genérico das orientações, não chegaram a definições específicas de ações que pudessem ser tomadas.

Com objetivos claramente definidos e alinhados com o Estatuto da Cidade, a Agenda 21, Agenda 2030 e Nova Agenda Urbana apresentados no Quadro 6.3., o desafio no Município de Marquinho será contar com estruturas sólidas de governança e financiamento, engajar e alinhar múltiplos atores com interesses diversos, além de reunir as diferentes esferas de governo para atingi-los.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério das Cidades. Estatuto da Cidade. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- BRASIL. Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2017.
- CEBDS. A Nova Agenda Urbana. 2016.
- CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016.
- CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Mandala ODS.
- FERNANDES, Isac Gabriel Martins, *et al.* Planejamento estratégico: análise SWOT. Revista Conexão Eletrônica das Faculdades Integradas de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. 2015.
- GCFGGlobal. AprendeLivre. Espaço virtual. O que é a velocidade de Internet? Disponível em:
- IUCN; UNEP; WWF. Caring for the Earth: a strategy for sustainable living. Gland: IUCN; UNEP; WWF, 1991.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Perfil avançado do município de Marquinho.
- IPEADATA. Base de dados econômicos e financeiros do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Bookman, 2012.
- MARQUINHO, Prefeitura Municipal. Portal da Transparência. 2022.
- MATTOS, Crisvaldo Miranda; ANTONIAZZI, Maria Terezinha Hanel. Gestão pública: o plano diretor e sua importância no processo de desenvolvimento sustentável municipal. 2016.
- ONU. A ONU e o Meio Ambiente.
- ONU. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future
- ONU. Conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

ONU. Nova Agenda Urbana. 2017.

ROMERO, Marta, O desafio da construção de cidades, artigo publicado em 2006.

ROGERS, Richard; GUMUCHDIAM. Philip. Cidades Para Um Pequeno Planeta. Barcelona, 2001.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vertice, 1986.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. Cartilha de Calçadas e Vias Exclusivas de Pedestres. 2020.

SICONFI. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, 2022.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). UCC-Water.

8. ANEXOS

Anexo 1. Pavimentação Urbana.

Anexo 2. Pavimentação Rural.

Anexo 3. Pavimentação das Calçadas Urbanas.

Anexo 4. Projeto da Praça Municipal.

Anexo 5. Localização dos equipamentos e serviços atratores de tráfego na área central.

Anexo 6. Rota de Cargas Municipais.

Anexo 7. Rota Urbana de Caminhões.

Anexo 8. Pavimentação e Áreas Urbanas Irregulares.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

**CONSULTORIA CONTRATADA
FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA
EM PROJETOS LTDA**

COORDENAÇÃO GERAL

**Diego Ronaldo Matciulevicz
Engenheiro Civil, CREA PR-107371/D**

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

**Rodrigo Maschio De Freitas
Arquiteto e Urbanista, CAU PR
00A1075365**

**Tiago David Damiani
Administrador**

**Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista, CORECON/PR 7576**

**Cezar Augusto Soares
Engenheiro Ambiental, CREA PR-
174256/D**

**Evandro Alif Bolba Barbieiro
Advogado, OAB/PR nº 60.847**

**José Francisco De Gois
Geógrafo, CREA PR-199212/D**

**Taise Signorini
Psicóloga**

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

**Eng^a Nágila Terezinha Freiria
Analista de Desenvolvimento
Municipal**

**Arq. Urb. Maria Inês Terbeck
Analista de Desenvolvimento
Municipal**

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

**COORDENAÇÃO
Charles Alexandre Batista
Engenheiro Civil**

EQUIPE

**Emerson Baptistel
Diretor Administrativo**

**Marcos Baptistel
Contador**

**Telma Mugnol
Advogada**

**Clodoaldo Paviani
Controle Interno**

**Sergio Luiz Dal Pai
Secretaria de Administração**

**Eder Barbosa Vaz
Secretaria de Agricultura e Meio
Ambiente**

**Aldair Mossolin
Professor de Ed. Física**

**Fernando Pires
Diretor Departamento de Tributação**

**Eliane Ramos Padilha
Secretaria de Educação**

**Mariclea Telles de Vargas
Secretaria de Saúde**

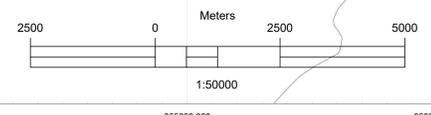
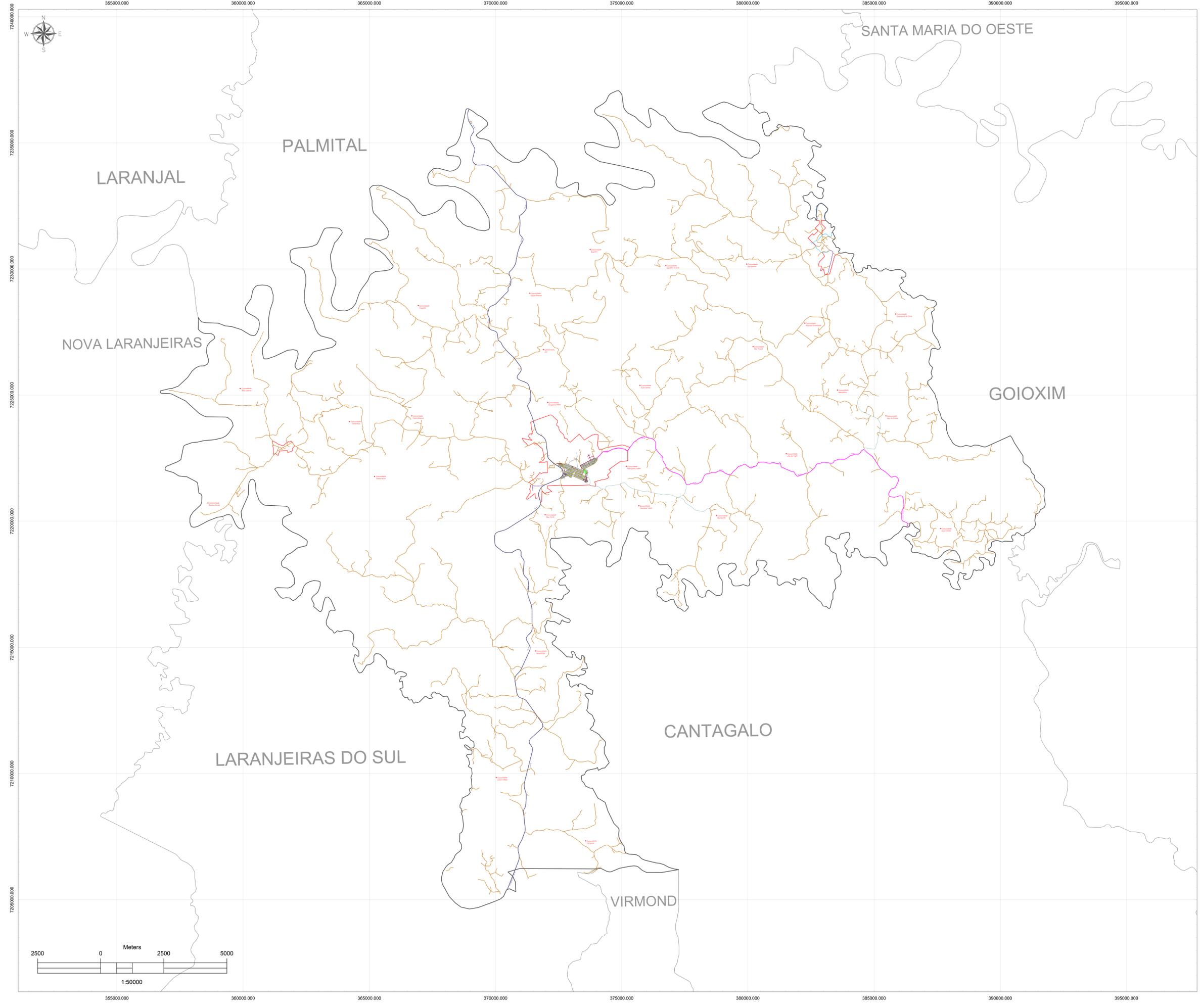
**Tissiane Varela Schisler
Secretaria de Promoção de Ação
Social**

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

**PODER PÚBLICO
Gilmar Camargo
Diego Pereira Moreira**

**SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Altair Bittencourt
João Maria Cardoso**

**DISTRITOS MUNICIPAIS
Alex Sandro Baptistel
Valdir Gorff**



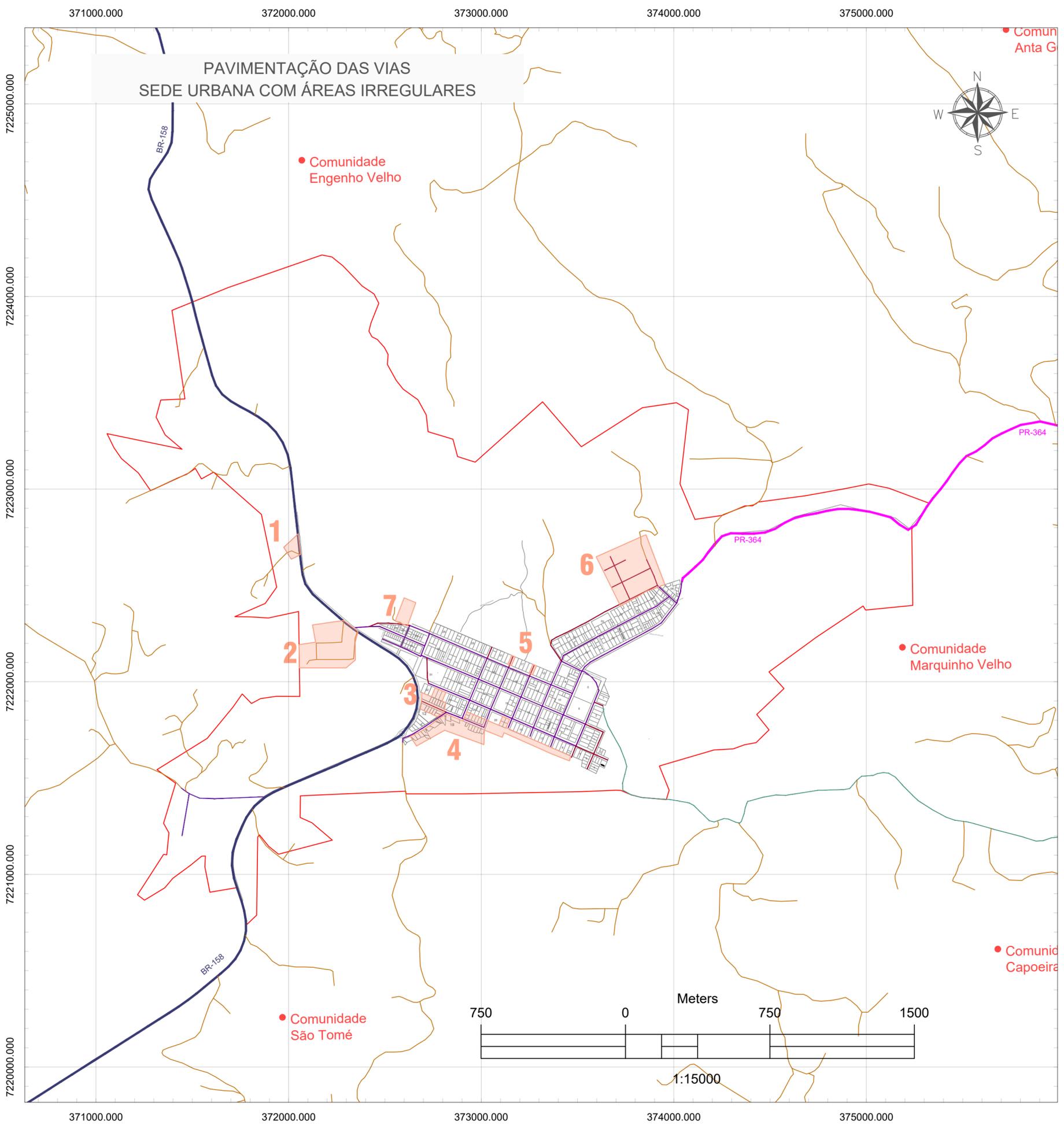
LEGENDA

Limite Municipal	Rodovias Pavimentadas
Municípios Vizinhas	Rodovias sem Pavimentação
Localidades do Município	Vias Rurais de pavimentação asfáltica
Perímetro Urbano	Vias Rurais de Pavimentação Polidétrica
Lotes Urbanos	Vias Rurais não pavimentadas
Calçadas Pavimentadas	Vias Urbanas Pavimentadas
Caminhão	Vias Urbanas sem Pavimentação



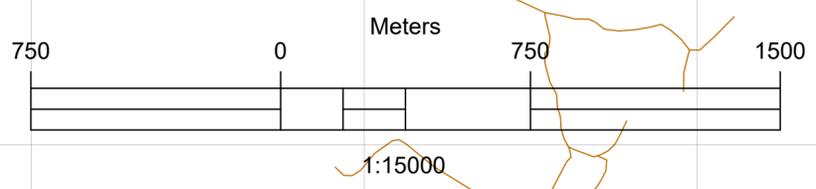
Município: Marquinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Pavimentação das Vias Municipais
 Prancha: 02/02
 Responsável: Farol 14 Assessoria e Consultoria em Projetos LTDA
 Técnico:

PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS SEDE URBANA COM ÁREAS IRREGULARES



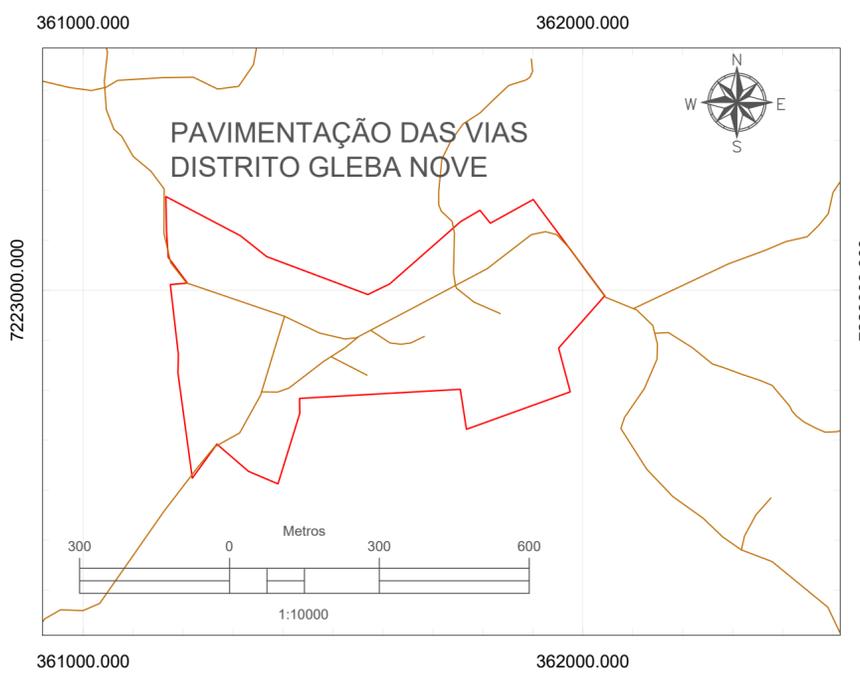
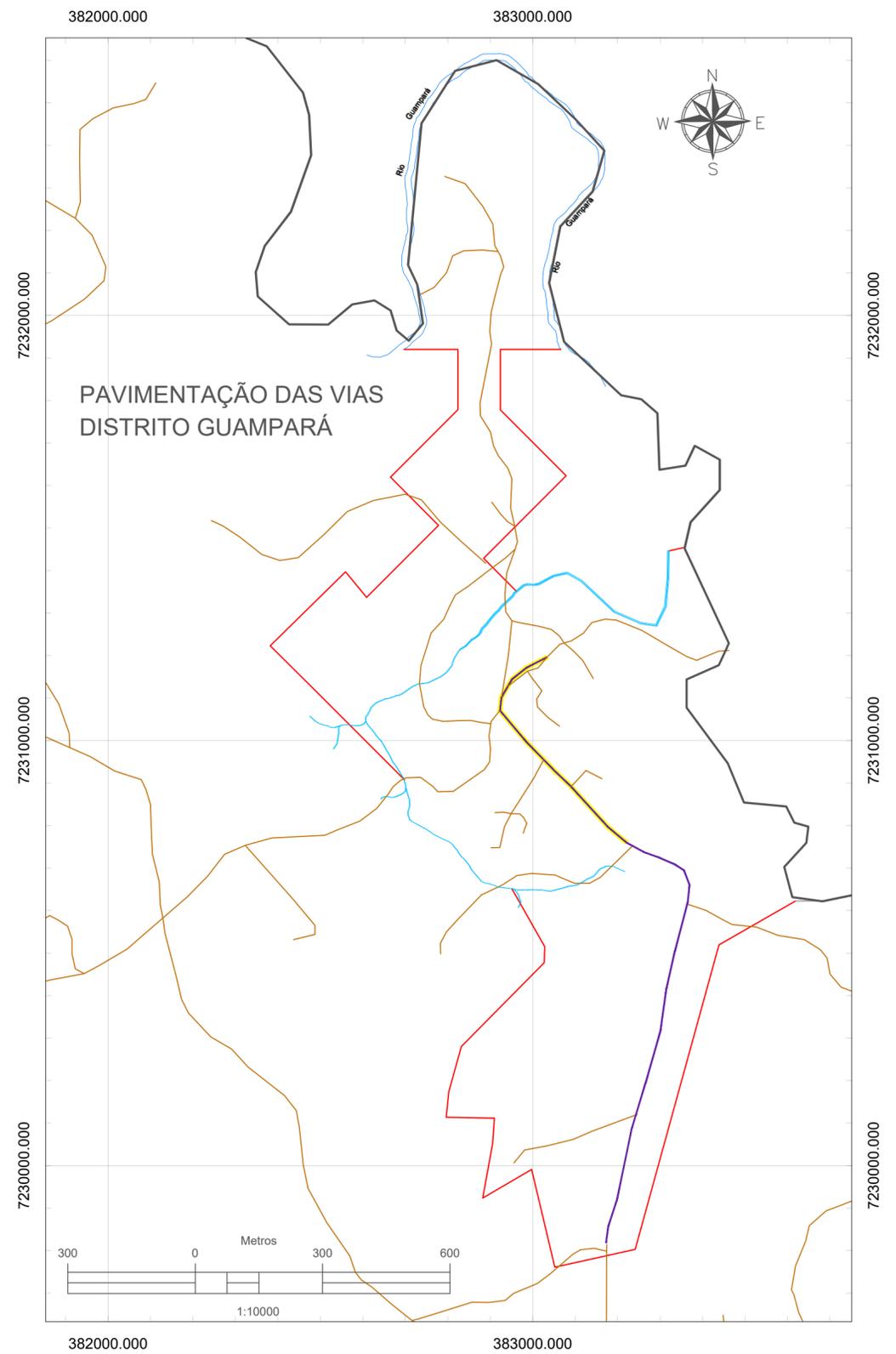
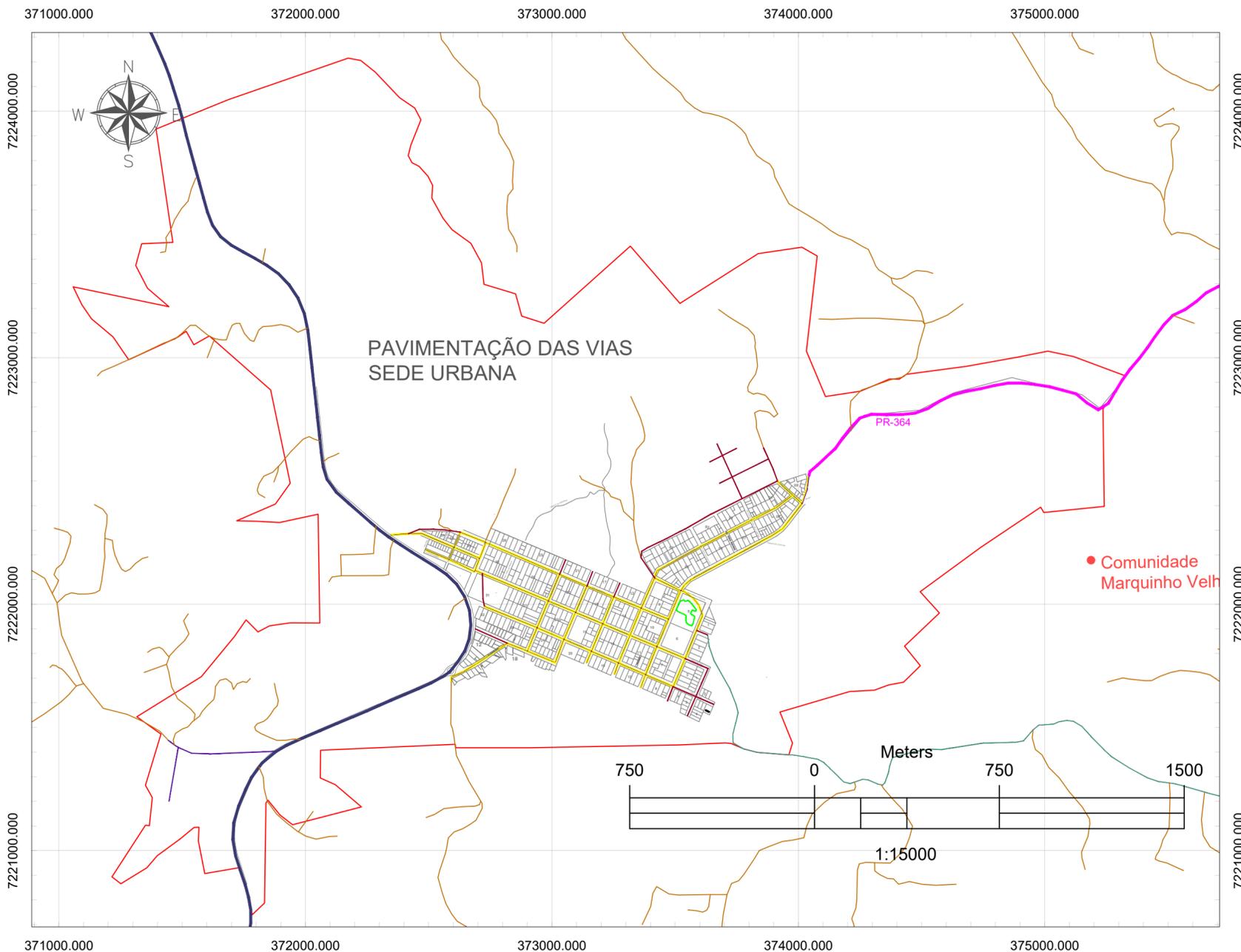
LEGENDA

Limite Municipal	Rodovias Pavimentadas
Municípios Vizinhos	Rodovias sem Pavimentação
Localidades do Município	Vias Rurais c/ pavimentação asfáltica
Perímetro Urbano	Vias Rurais c/ Pavimentação Poliédrica
Lotes Urbanos	Vias Rurais não pavimentadas
Áreas Irregulares	Vias Urbanas Pavimentadas
1- Área Rural	Vias Urbanas sem Pavimentação
2- Loteamento Vieira	
3- Loteamento Folda	
4- Área Rural	
5- Rua Rodrigues de Quadros e Rua Afonso Wolff	
6- Loteamento Watio	
7- Área Rural	
8- Áreas Regulares	



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Marquinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Pavimentação das Vias Municipais- Áreas irregulares da sede
 Prancha: 01/01
 Responsável Técnico: Farol 14 Assessoria e Consultoria em Projetos LTDA



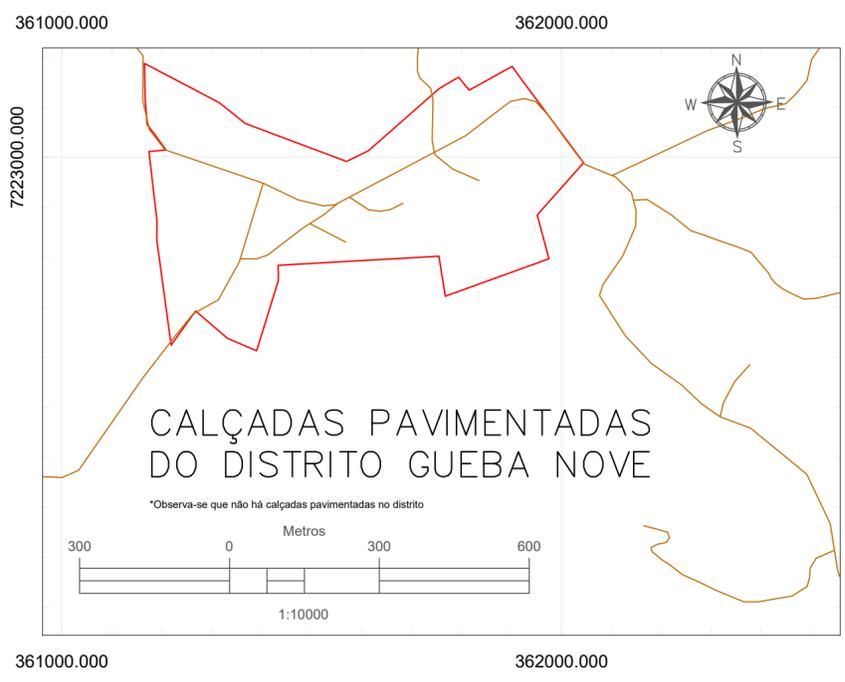
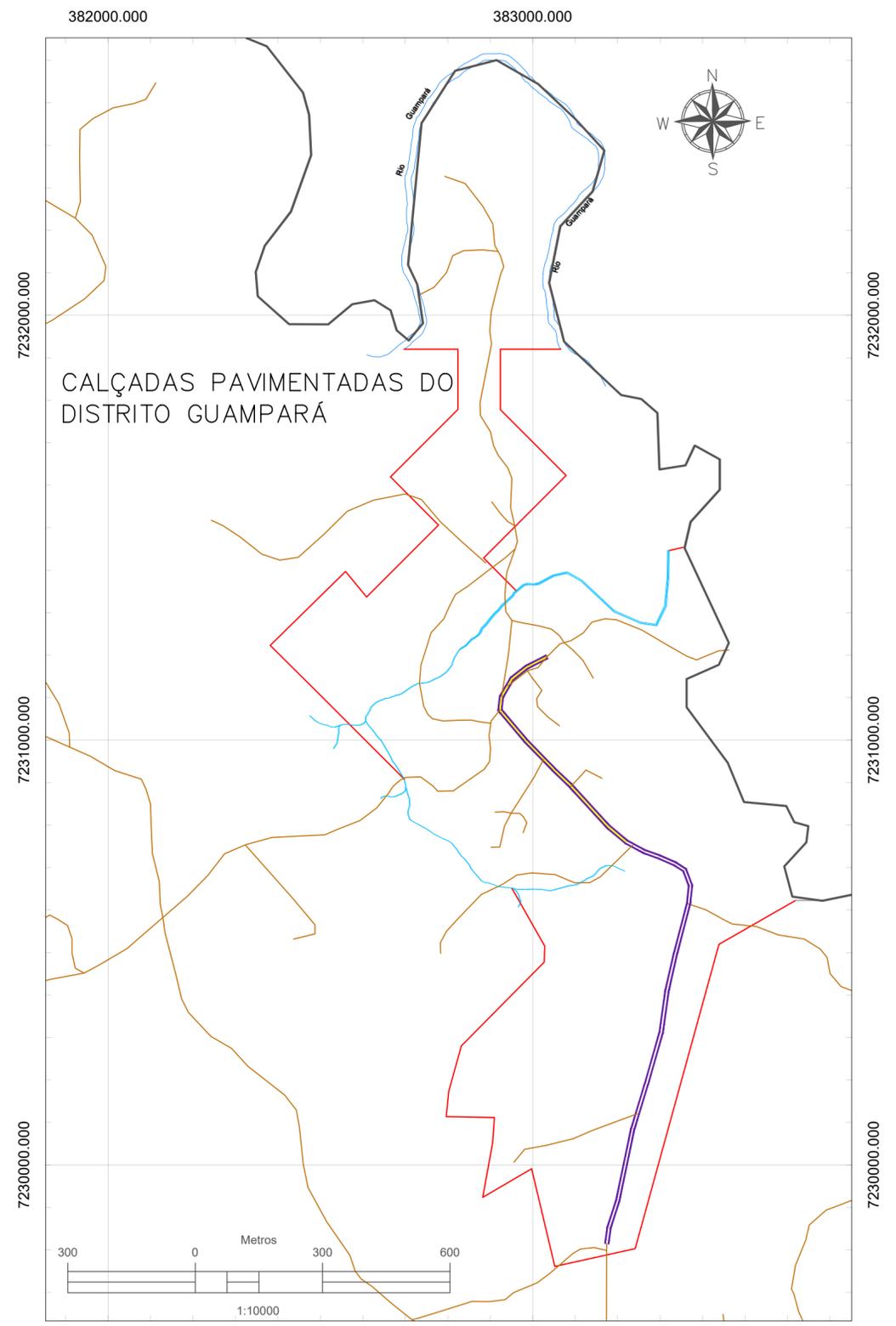
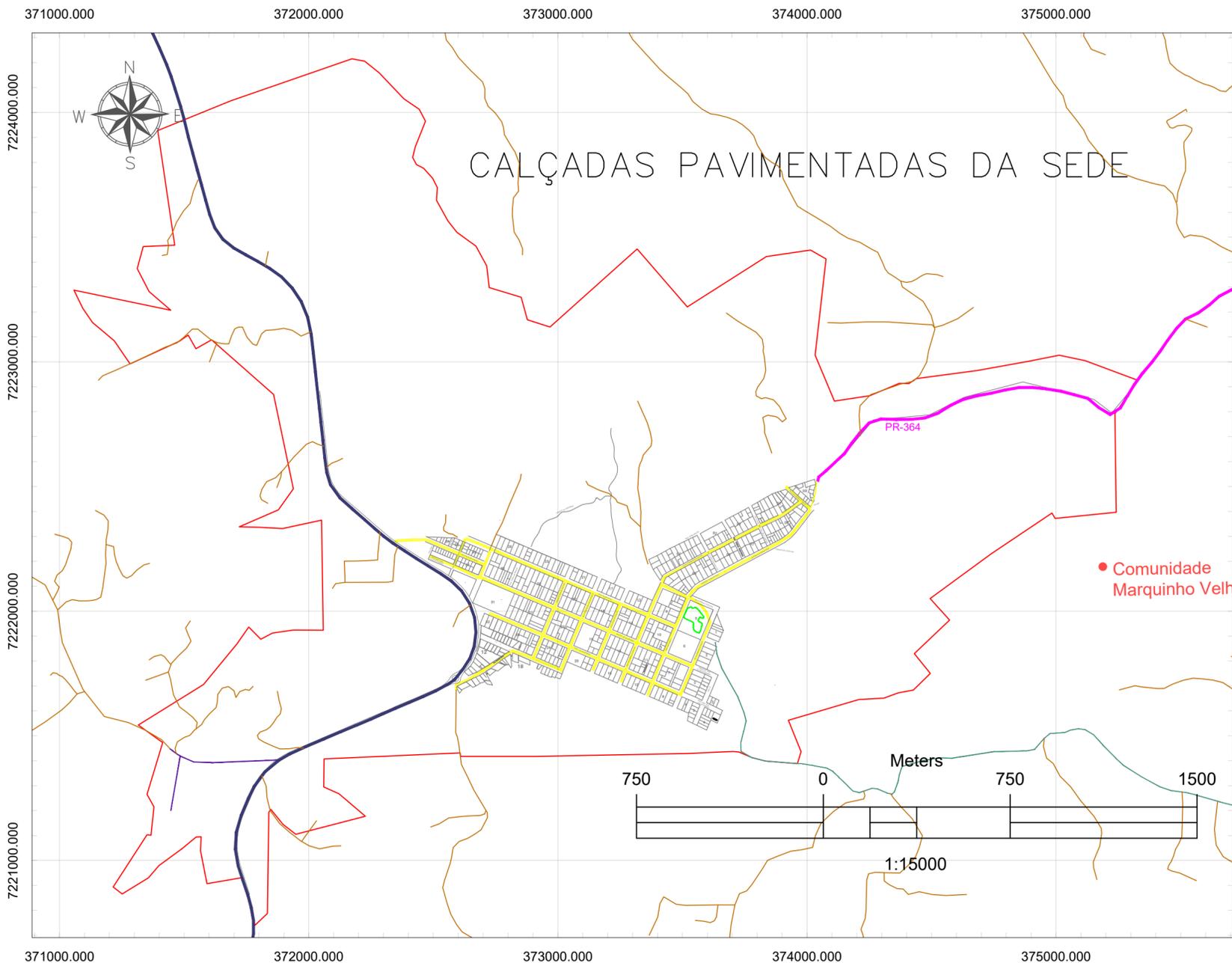
LEGENDA

Limite Municipal	Rodovias Pavimentadas
Municípios Vizinhos	Rodovias sem Pavimentação
Localidades do Município	Vias Rurais c/ pavimentação asfáltica
Perímetro Urbano	Vias Rurais c/ Pavimentação Poliédrica
Lotes Urbanos	Vias Rurais não pavimentadas
Calçadas Pavimentadas	Vias Urbanas Pavimentadas
Caminhódromo	Vias Urbanas sem Pavimentação



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Marquinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Pavimentação das Vias Municipais- Sede e Distritos
 Prancha: 01/02
 Responsável Técnico: Farol 14 Assessoria e Consultoria em Projetos LTDA



LEGENDA

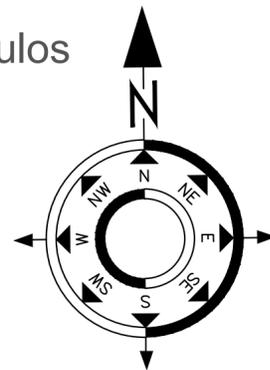
Limite Municipal	Rodovias Pavimentadas
Municípios Vizinhos	Rodovias sem Pavimentação
Localidades do Município	Vias Rurais c/ pavimentação asfáltica
Perímetro Urbano	Vias Rurais c/ Pavimentação Poliédrica
Lotes Urbanos	Vias Rurais não pavimentadas
Calçadas Pavimentadas	
Caminhódromo	



373000.000

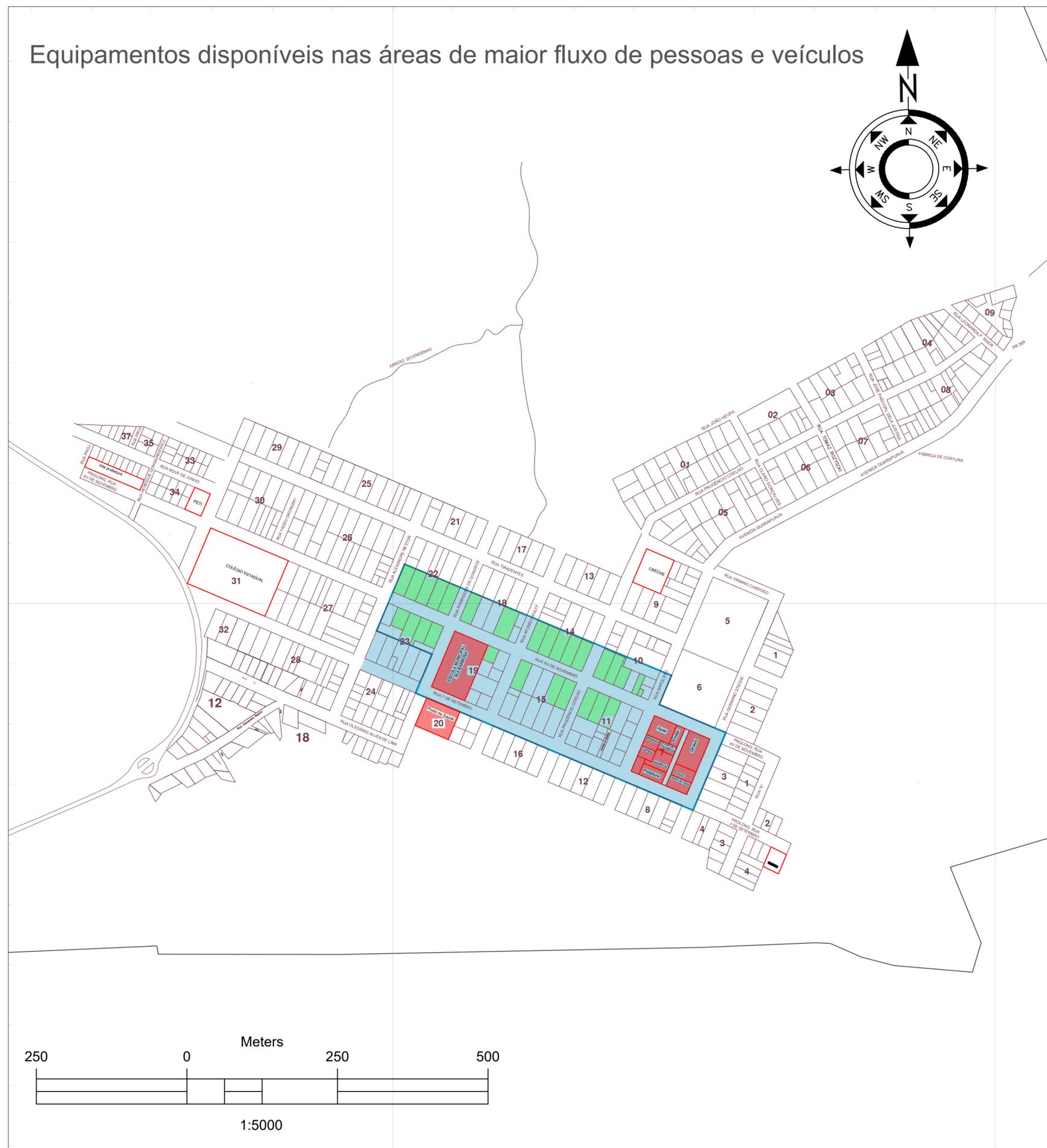
374000.000

Equipamentos disponíveis nas áreas de maior fluxo de pessoas e veículos



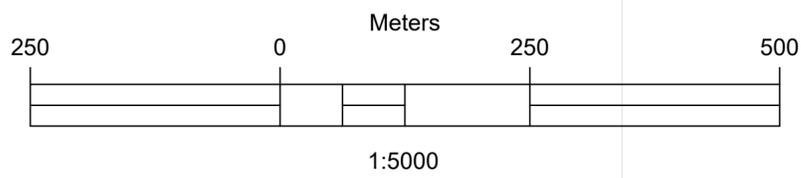
7222000.000

7222000.000



LEGENDA

- Perímetro Urbano
- Lotes Urbanos
- Área de maior fluxo de pessoas
- Equipamentos Públicos
- Atividade Comercial

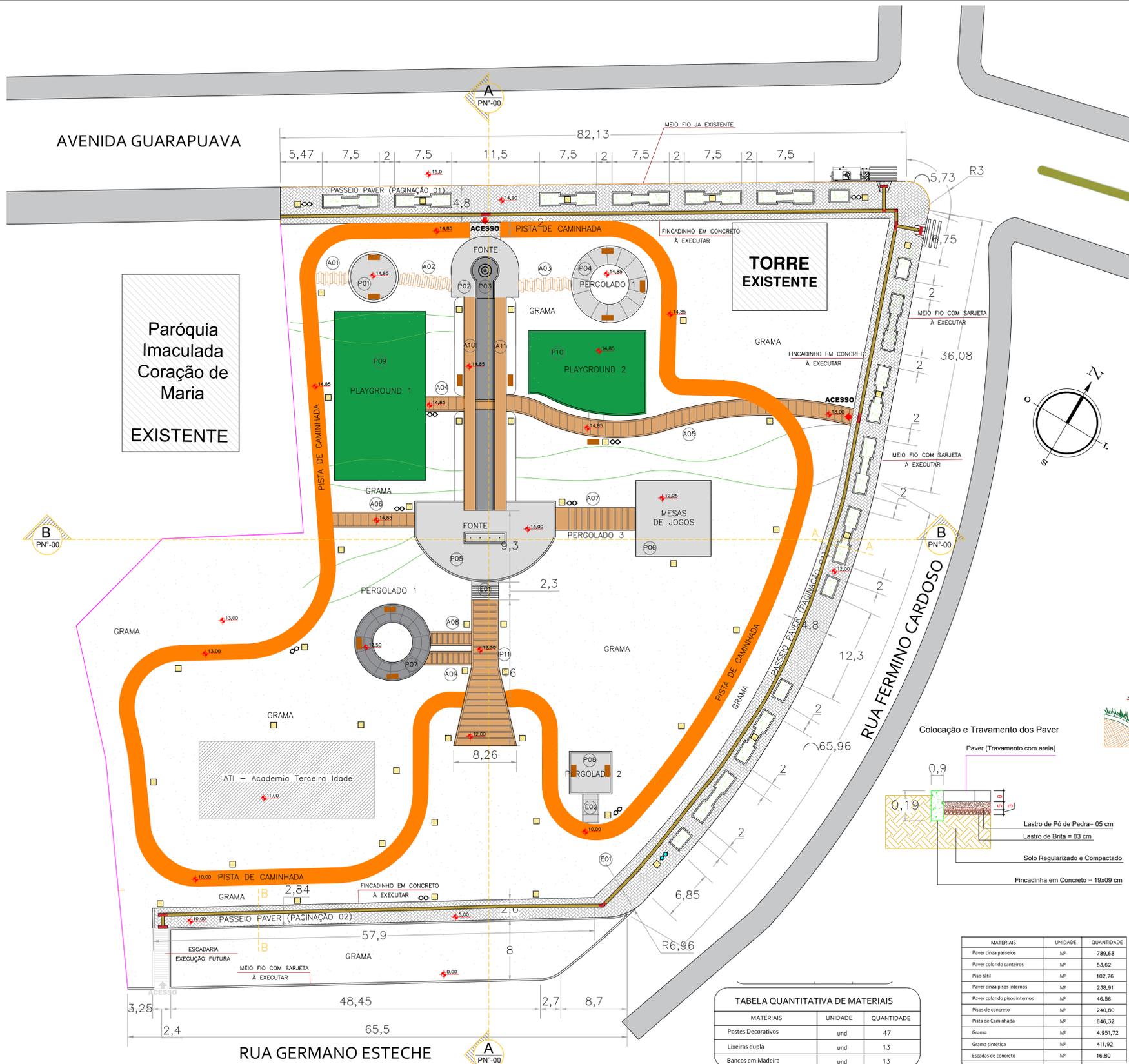


373000.000

374000.000

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Marquinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Equipamentos disponíveis nas áreas de maior fluxo de pessoas e veículos
 Prancha: 01/01
 Responsável: Farol 14 Assessoria e Consultoria em Projetos LTDA
 Técnico:

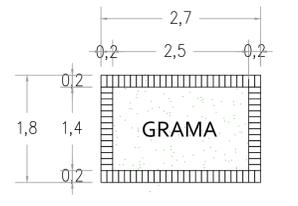
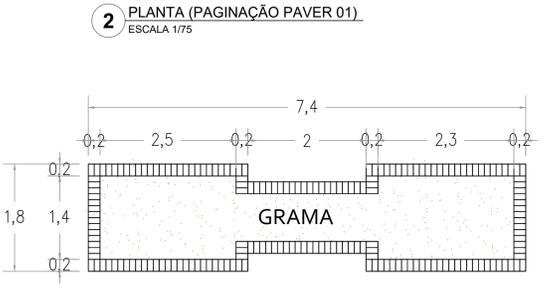
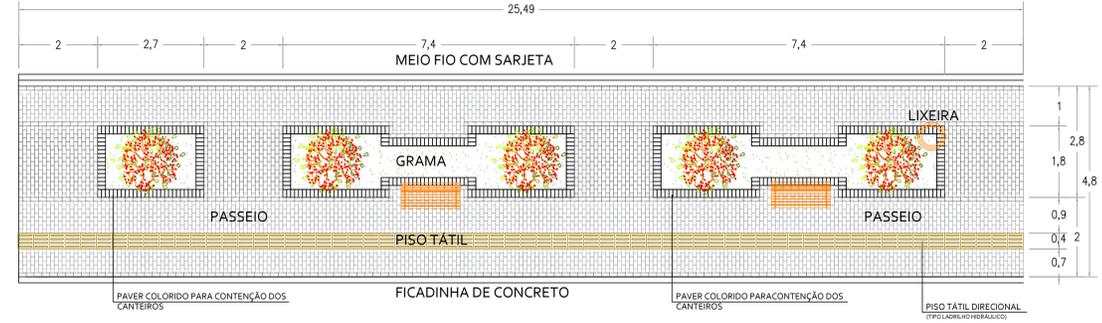
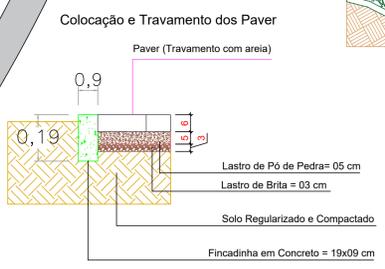


1 PLANTA BAIXA
ESCALA 1/25

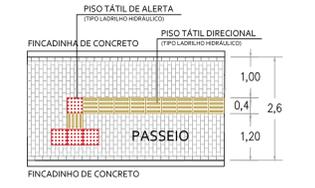
TABELA QUANTITATIVA DE MATERIAIS

MATERIAIS	UNIDADE	QUANTIDADE
Postes Decorativos	und	47
Lixeiras dupla	und	13
Bancos em Madeira	und	13

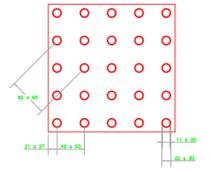
MATERIAIS	UNIDADE	QUANTIDADE
Paver cinza passos	M²	789,68
Paver colorido canteros	M²	53,62
Piso tátil	M²	102,76
Paver cinza pisos internos	M²	238,91
Paver colorido pisos internos	M²	46,56
Pisos de concreto	M²	240,80
Pista de caminhada	M²	646,32
Grama	M²	4.951,72
Grama sintética	M²	411,92
Escadas de concreto	M²	16,80
Madeira ecológica	M²	380,49



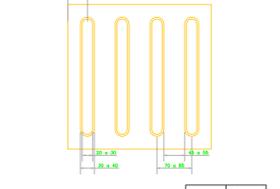
3 PLANTA (PAGINAÇÃO PAVER 02)
ESCALA 1/75



6 SINALIZAÇÃO TÁTIL DE ALERTA
ESCALA 1/50

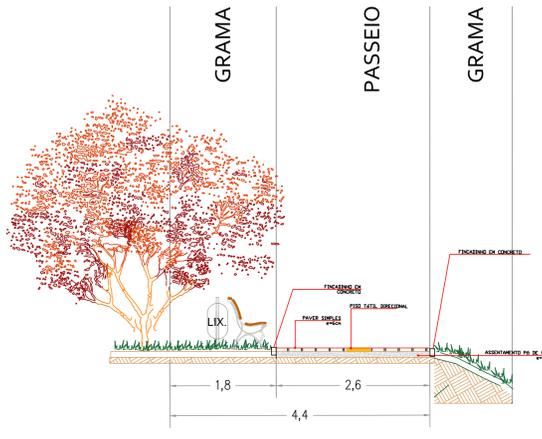
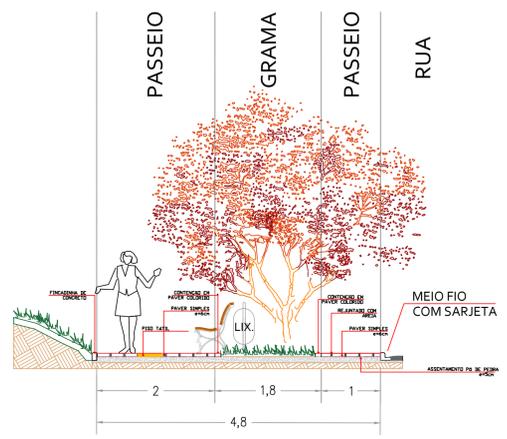


7 SINALIZAÇÃO TÁTIL DIRECIONAL
ESCALA 1/50



	Mínimo (mm)	Máximo (mm)
Largura de base o relevo	30	40
Largura do topo	20	30
altura do relevo *	4	5
Distância horizontal entre centros de relevo	70	85
Distância horizontal entre bases de relevo	45	55

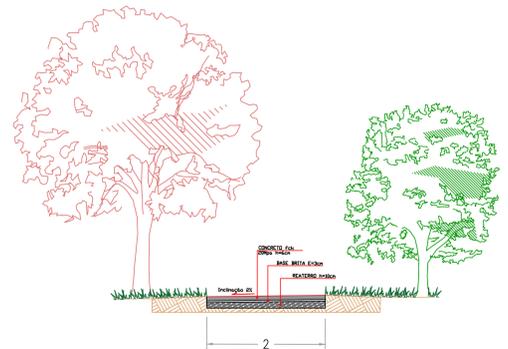
*quando em placas sobrepostas a altura do relevo deve ser 3



MODELO A SER SEGUIDO
detalhe do piso:
será com pintura vermelha e demarcação de faixas em branco



10 SEÇÃO TRANSVERSAL - PISTA DE CAMINHADA
ESCALA 1/50



ARQUITETÔNICO

PARQUE URBANO MUNICIPAL

PLANTA BAIXA, CORTES, PAGINAÇÃO PAVER, CONTENÇÃO GRAMA, SINALIZAÇÃO PISO TÁTIL E TABELA

ENDEREÇO DA OBRA: AVENIDA GUARAPUAVA ESQ. COM RUA FERMINO CARDOSO E RUA GERMANO ESTECHE - CENTRO - MARQUINHO/PARANÁ

PROPRIETÁRIO: LUÍZ CEZAR BAPTISTEL
CPF: 925.114.228-72
PREFEITO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL TÉCNICO: SIMONE DE ANDRADE
Arquiteta e Urbanista
CAU A-45011-1

ÁREA DO TERRENO 8.111,71m²

PRONÓCIO: **02/10**

Marquinho, 28 de Janeiro de 2020.

ESCALAS: Indicadas

DESENHO: Arq. Simone A./ Arq. Daniele Prates

373000.000

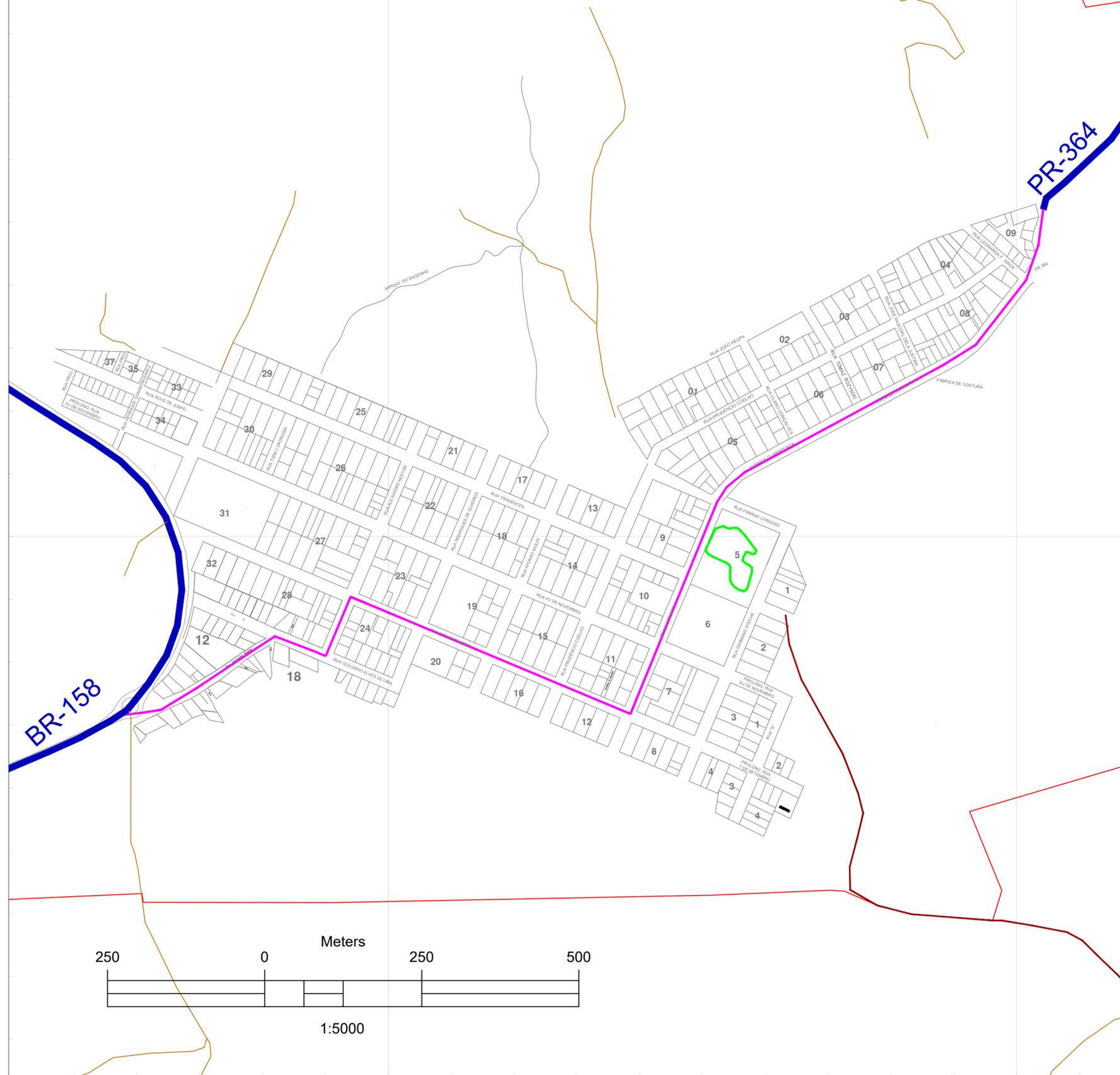
374000.000

7223000.000

7223000.000

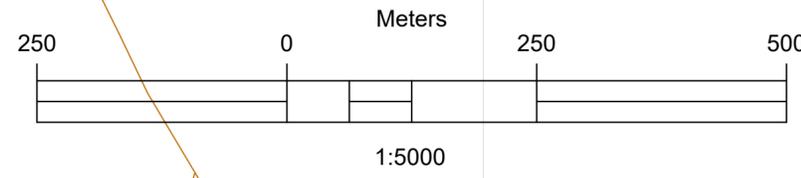


ROTA DE CAMINHÕES NA ÁREA URBANA



LEGENDA

Limite Municipal	Rodovias
Municípios Vizinhos	Vias Rurais
Localidades do Município	Rota rural de Cargas
Perímetro Urbano	Rota de Caminhões
Lotes Urbanos	



373000.000

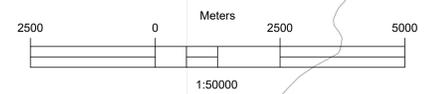
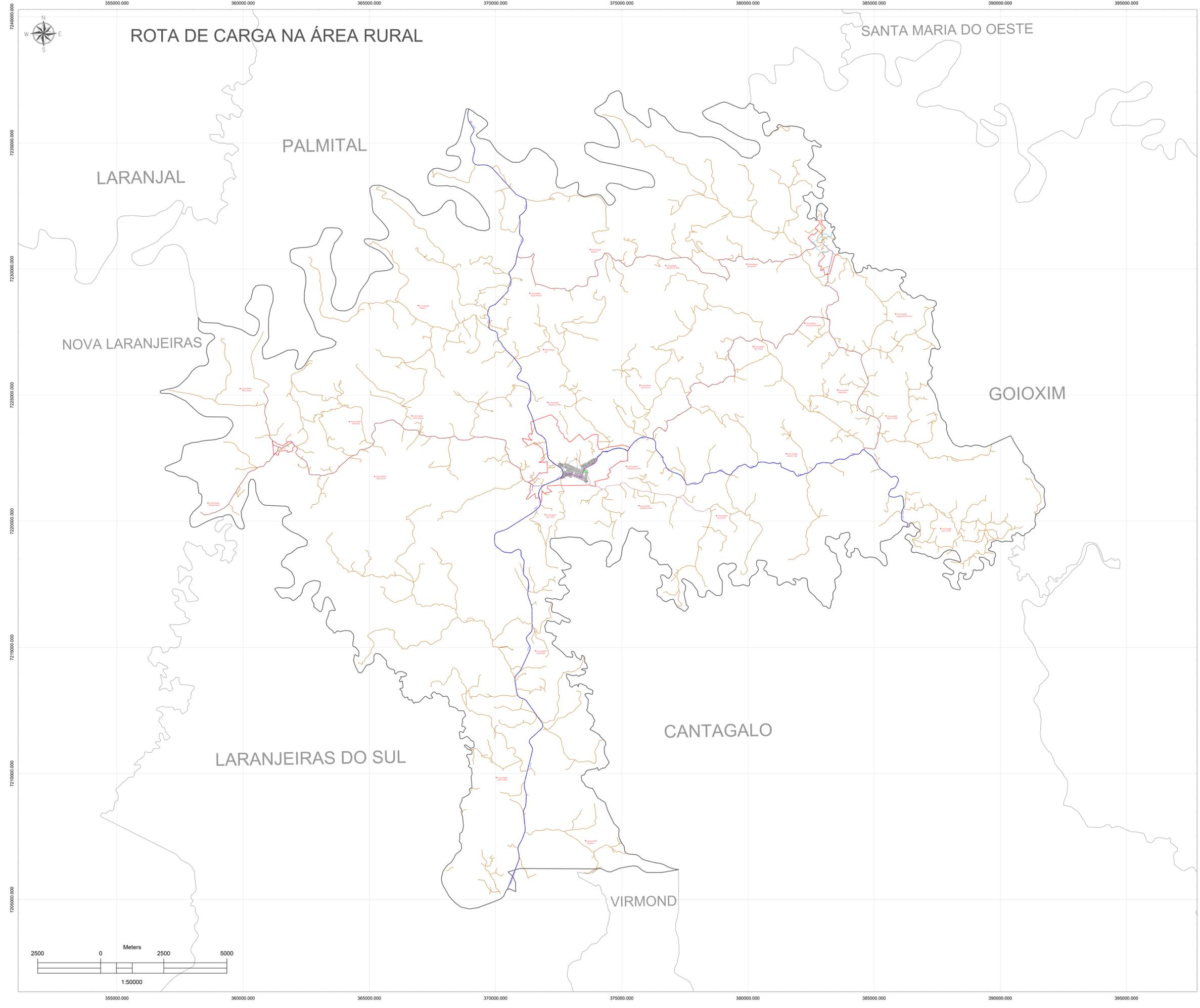
374000.000

7222000.000

7222000.000

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Marquinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Rota de Caminhões
 Prancha: 01/02
 Responsável Técnico: Farol 14 Assessoria e Consultoria em Projetos LTDA



LEGENDA

	Limite Municipal		Rodovias
	Municípios Vizinhas		Vias Rurais
	Localidades do Município		Rota rural de Cargas
	Perímetro Urbano		Rota de Caminhões
	Lotes Urbanos		



Município: Marinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Rota de Carga nas vias Rurais
 Prancha: 02/02
 Responsável: Farol 14 Assessoria e Consultoria em Projetos LTDA
 Técnico:



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS
AUGUSTINHO ZUCCHI Secretário
LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

AUGUSTINHO ZUCCHI Superintendente

CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executivo e
Diretora de Operações

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa e de Guarapuava

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da
Região Metropolitana e Litoral

AMERICO MEGUMY NONAKA Coordenador ER Cascavel

JOSÉ RICARDO MATTOS DO AMARAL Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MARQUINHO

Prefeito:

ELIO BOLZON JUNIOR

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2021

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Abril/2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DAS OFICINAS TÉCNICAS	5
I - OFICINAS TÉCNICAS	6
A - Oficina Técnica com os Setores da Agricultura e Meio Ambiente	7
B - Oficina Técnica com o Setor de Assistência Social	12
C - Oficina Técnica com os Setores de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	15
D - Oficina Técnica com os Setores de Saúde e Vigilância Sanitária	17
E - Oficina Técnica com os Setores de Indústria e Comércio	18
F - Oficina de Leitura Técnica: Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Perímetro e Uso do solo do Município.	20
AUDIÊNCIA PÚBLICA - FASE 1 - MOBILIZAÇÃO	27
A - 1º Audiência Pública - Apresentação do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal	28
ANEXOS	29

RELATÓRIO DAS OFICINAS TÉCNICAS

FASE I

I – OFICINAS TÉCNICAS

Como formas de fazer a revisão do Plano Diretor de forma ampla, focada e organizada foram realizadas reuniões com a equipe de coordenação geral e organizado várias frentes de trabalho, como forma de garantir a todos o amplo acesso ao que está sendo discutido, bem como, a realização de apontamentos por profissionais que tenham entendimento e vivências nas referidas áreas. As áreas temáticas foram:

- Setor da Agricultura e Meio Ambiente: Discuti e direcionou os debates em relação à todas as necessidades produtivas e estruturais da zona rural do município; Responsável por organizar os debates relacionados às questões ambientais;

- Setor da Educação, Cultura, Esporte e Lazer: Onde traria as discussões das necessidades e readequações que envolvem esses temas, desde estruturas físicas e profissionais, programas e projetos; Responsável pelas discussões e análises das necessidades e readequações que envolvem as estruturas físicas e profissionais, programas e projetos do setor para todo o município;

- Setor da Saúde e Vigilância Sanitária: Organizou e coordenou os debates referentes às questões envolvem as estruturas físicas e profissionais, programas e projetos do setor para todo o município, bem como, as adequações da legislação municipais para estes temas;

- Setor da Assistência Social: Responsável pela as discussões e análises das necessidades e readequações que envolvem as estruturas físicas e profissionais, programas e projetos do setor para todo o município;

- Setor de Indústria e Comércio: Este grupo foi responsável por realizar debates referentes a formas de incentivo e regras de atuação do município com vista a investimentos no setor empresarial.

- Outros: Setor de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e Equipe Técnica Municipal: Este grupo direcionou e coordenou os debates sobre os temas voltados à necessidade de ampliação do perímetro urbano do município, as regras de parcelamento, uso e ocupação do solo, o Código de Obras, a organização do sistema viário e o zoneamento urbano, Código de Postura municipal e suas adequações.

Como forma de organizar os trabalhos, a equipe técnica e a coordenação geral realizaram uma primeira reunião com cada setor, onde foi feita leitura do Plano Diretor com cada um dos grupos, apontando onde estavam as escritas referentes a cada uma das equipes e onde poderiam estar apontando modificações e direcionando as discussões.

A - Oficina Técnica com os Setores da Agricultura e Meio Ambiente

A oficina que tratou do Setor da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Marquinho ocorreu às 07:30 horas do dia 03 de dezembro de 2021, nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho.

Com a leitura dos documentos elaborados em 2009 foi possível realizar apontamentos de ações previstas em 2009 a partir das necessidades de cada setor, para posteriormente verificar a sua execução neste período de vigência (2009 – 2019), conforme segue:

ASPECTOS AMBIENTAIS- CLIMA		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Influências climáticas através da latitude, circulação das massas atmosféricas, altitude, relevo e hidrografia. 	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de inversão térmica ocasionada por queimadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de sistemas alternativos de queimadas para a limpeza de pastos e preparação de solos.
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Climas Cfa e Cfb. 	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de inversão térmica ocasionada por queimadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de sistemas alternativos de queimadas para a limpeza de pastos e preparação de solos.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Climas Cfa e Cfb. 	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de inversão térmica ocasionada por queimadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de sistemas alternativos de queimadas para a limpeza de pastos e preparação de solos.

ASPECTOS AMBIENTAIS- SOLO E RELEVO		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Solos profundos e com fertilidade, oriundos da decomposição e desagregação de rochas magmáticas de origem vulcânica. Relevo planáltico com declividade geral voltada para oeste, ou seja, para a calha do Rio Paraná. 	<ul style="list-style-type: none"> Terrenos bastante erodidos pela ação das águas correntes e pela ação de intemperismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Manejo do solo de acordo com as curvas de níveis.

Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> • Solos profundos e com fertilidade, oriundos da decomposição e desagregação de rochas magmáticas de origem vulcânica. • Na ocupação das áreas em função do relevo: consideradas as faixas, definidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de erosão. • Degradação do solo. • Utilização incorreta de defensivos agrícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • A recomposição das florestas em áreas de declives mais acentuados reduzindo os processos erosivos. • Manejo do solo de acordo com as curvas de níveis. • Desenvolvimento de programas na área rural, voltados para a agropecuária de cunho familiar.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> • Solos profundos e com fertilidade, oriundos da decomposição e desagregação de rochas magmáticas de origem vulcânica. • Na ocupação das áreas em função do relevo: consideradas as faixas, definidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lixo Urbano. Dejeito direto no solo. • Erosão urbana ocasionada por falta de drenagem, galerias pluviais etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alta taxa de cobertura pela rede de esgoto (fossa séptica). • Reciclagem do Lixo. • Local para o Aterro Sanitário. • Destinação correta Lixo Hospitalar.

Para a tender estas demandas, buscou-se:

- Desenvolver e implantar projetos de uso do solo agrícola, visando o desenvolvimento do território. E o manejo do solo de acordo com as curvas de níveis, a partir de um projeto piloto de uso do solo agrícola;
- Reduzir o índice de contaminação no solo, ocasionado por agrotóxicos, lixo doméstico e esgoto, com a conscientização da comunidade rural e urbana sobre o manejo adequado do agrotóxico;

ASPECTOS AMBIENTAIS- COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA E FAUNA		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de ambientes criados pelo relevo e clima. • Abriga inúmeras espécies de. • Grande diversidade ambiental de Marquinho em relação aos municípios da mesorregião do Paraná e do Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura vegetal primitiva era constituída de Matas de Araucárias. • Exploração da Madeira de lei, pinheiro entre outras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Um dos elementos mais belos do espaço natural do município corresponde aos campos intercalados com matas de araucárias. • A recuperação das áreas devastadas e a conservação das existentes se constituem em excelente apelo para o turismo rural. • Atividades econômicas compatíveis com a preservação da fauna e flora como a apicultura.

Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura vegetal. • Abriga inúmeras espécies de fauna endêmicas e ameaçadas de extinção. • A mata ciliar existente nos fundos de vale. 	<ul style="list-style-type: none"> • Devastação das matas nativas. • Reflorestamentos com espécies não nativas. • Caça e pesca ilegal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reflorestamento com erva-mate (Ilex-paraguaienses) estimulando a atividade ervateira. • Possibilidades de formação de áreas florestais para parcerias internacionais lucrativas, relacionadas aos "Sorvedouros de Carbono" propostos pelo Protocolo de Kioto. • Estabelecer regras claras de fiscalização e controle ambiental.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura vegetal. • Abriga inúmeras espécies de fauna endêmicas e ameaçadas de extinção. • A mata ciliar existente nos fundos de vale. 	<ul style="list-style-type: none"> • Posse irregular de terrenos. Construções irregulares em relação ao nível da rua, alinhamento, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Loteamentos licenciados pela prefeitura e IAP. • O Plano Diretor Municipal definirá usos do solo compatíveis com as áreas de mata nativa.

Para atender estas demandas:

- Buscou-se controlar os processos erosivos e de assoreamento, recuperando as matas ciliares nas bacias hidrográficas do município. Buscou-se criar corredores de Biodiversidade;
- Implantar rotas e caminhos para o desenvolvimento sustentável do turismo de aventura e observação da natureza.
- Divulgar e estimular as possibilidades econômicas ligadas à silvicultura como cultivo de erva-mate, apicultura e ervas medicinais.
- Criar mecanismos para articular a preservação do ambiente natural à geração de renda da população local, revertendo num cenário de longo prazo o quadro de exploração da flora e fauna.
- Fomentar a recuperação das Áreas Devastadas e a Conservação das Existentes;

ASPECTOS AMBIENTAIS- COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA E FAUNA		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> • Bacias do Iguaçu e do Piquiri; 	<ul style="list-style-type: none"> • Assoreamento ocasionado pela destruição das matas ciliares. • Redução do volume hídrico devido ao rebaixamento do lençol freático ocasionado pelo desmatamento das áreas próximas aos mananciais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede hidrográfica numerosa constituída por rios perenes integrantes das bacias do rio Piquiri e Iguaçu. • Potencial hidráulico compatível com instalação de pequenas centrais hidrelétricas. • Volume hídrico que possibilita projetos de irrigação. • Implantação para infra- estrutura de canoagem em corredeiras

Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Bacia do rio Piquiri. Além do rio Piquiri, banham o município o rio do Cobre, rio Marquinho, rio Cinco Voltas, rio São Tomé, rio Juti, rio Guampará e rio Anta Gorda que abastece a cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Contaminação ocasionada por agrotóxicos, lixo doméstico e esgoto. Assoreamento ocasionado devido a falta da água tratada. Falta de pavimentação nas estradas. A ocupação e expansão urbana têm promovido a poluição dos rios, através do lançamento de resíduos e efluentes domésticos e industriais. 	<ul style="list-style-type: none"> Programas na área rural, voltados para a agropecuária de cunho familiar. Reconstituir as matas-galerias
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Além do rio Piquiri, banham o município o rio do Cobre, rio Marquinho, rio Cinco Voltas, rio São Tomé, rio Juti, rio Guampará e rio Anta Gorda que abastece a cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Contaminação ocasionada por lixo doméstico e esgoto. Falta da água Tratada. A ocupação e expansão urbana têm promovido a poluição dos rios, através do lançamento de resíduos e efluentes domésticos e industriais. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da taxa de cobertura pelas redes de água tratada para toda a área urbana. Rios que compõem a Microbacias.

Diante destas demandas, buscou-se realizar:

- Ações de contenção de assoreamento, reconstituição das matas ciliares nas bacias hidrográficas do município.
- Potencializar a Rede Hidrográfica;
- Garantir a qualidade hídrica dos mananciais de abastecimento do município e o atendimento presente e futuro de toda a população;
- Desenvolver um programa de educação sanitária e ambiental;
- Ampliar e melhorar o sistema de abastecimento de água das comunidades servidas pelo sistema de auto-gestão.

ASPECTOS ECONÔMICOS: AGROPECUÁRIA		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Agroindústria. 	<ul style="list-style-type: none"> Acesso a profissionais qualificados. 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar assessorias específica em parceria com as universidades.

Escala Municipal rural

Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Produção leiteira. 	<ul style="list-style-type: none"> Pequena atividade econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> Diversificar produção para melhorar a receita tributária.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Atividade econômica agropecuária. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta mão de obra qualificada na gestão pública. 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos universitários e qualificação para os jovens.

ASPECTOS INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES: RESÍDUOS SÓLIDOS		
Escala Rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Local destinado ao aterro sanitário. 	<ul style="list-style-type: none"> Coleta de lixo doméstico depositado na natureza/queimado/ enterrados; Coleta de lixo hospitalar ineficiente; Não há Projetos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; 	<ul style="list-style-type: none"> Coleta de lixo hospitalar-coleta terceirizada.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> Coleta de lixo. Coleta de lixo hospitalar. 	<ul style="list-style-type: none"> Coleta de lixo doméstico depositado em área não apropriada. Coleta de lixo hospitalar ineficiente. Não há Gerenciamento de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Alguns Programas de Educação Ambiental. Coleta de lixo hospitalar-coleta terceirizada.

Estas demandas, buscou-se entender com a:

- Ampliação e melhoramento da coleta de resíduos sólidos, implantando um sistema de coleta com separação de lixo reciclável e hospitalar em todo o município.
- Elaboração do Manual do Saneamento Ambiental;
- Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Município;
- Implantação da Coleta Seletiva;
- Gerenciamento dos resíduos sólidos na formação de aterro sanitário consorciado intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos;

Ao final, verifica-se que muitas ações propostas ainda estão em aplicação, porem existe a necessidade de verificar a sua validade para os próximos anos.

B - Oficina Técnica com o Setor de Assistência Social

A oficina que tratou do Setor de Assistência Social do Município de Marquinho ocorreu às 13:30 horas do dia 03 de dezembro de 2021, nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho.

Com a leitura dos documentos elaborados em 2009 foi possível realizar apontamentos de ações previstas em 2009 a partir das necessidades de cada setor, para posteriormente verificar a sua execução neste período de vigência (2009 – 2019), conforme segue:

ASPECTOS SOCIAIS: HABITAÇÃO		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Parcerias com o governo estadual e federal.	- Falta de infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social.	- Parceria para a construção de estruturas habitacionais.
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
	- Habitação em condições precárias.	- Parcerias com órgãos estaduais.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
	- Habitação em condições precárias.	- Parcerias com órgãos estaduais na busca de financiamento de baixo custo.

ASPECTOS SOCIAIS: TRABALHO E RENDA		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Parcerias com o governo estadual e federal.	- Incapacidade de gerar empregos pouco desenvolvimento secundário e terciário;	- Perspectiva de atrair investimentos.
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Iniciativa de programação de geração de renda.	- Falta de investimento de diversificação no sistema produtivo.	- Programas de Geração de Renda.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Iniciativa de programação de geração de renda.	Falta de investimento de diversificação no sistema produtivo.	Investir na diversificação da produção. Turismo Rural.

Diante destes apontamentos, buscou-se:

- Construir uma rede de apoio às micro e pequenas empresas, incentivando a instalação de atividades econômicas ligadas ao turismo e a agricultura familiar.
- Constituição de uma Rede de Apoio à Pequena Indústria e a Agricultura Familiar.
- Articular o desenvolvimento econômico do município à proteção do meio ambiente e à busca pela redução das desigualdades sociais.
- Ações para que se promove-se a mão de obra qualificada através do ensino profissionalizante;
- Aliança entre as Comunidades, Prefeituras e Organizações Ambientais;

ASPECTOS SOCIAIS: SEGURIDADE SOCIAL		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Parcerias com o governo estadual e federal.	- Incapacidade de gerir a subsistência.	- Projetos universitários. Espaços para pesquisa científica. - Parceria entre as prefeituras e universidades para desenvolvimento de projetos.
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Capacitação profissional da população.	- Grande parte da população sem capacidade de gerar renda. - Dependência em programas sociais.	- Ampliação da participação da população nos programas sociais - PETI.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Cursos profissionalizantes de acordo com a realidade local.	- Grande parte da população sem capacidade de gerar renda. - Dependência em programas sociais.	Participação da população nos programas sociais - PETI.

Dentro destes apontamentos, buscou-se:

- Garantir a acessibilidade aos cidadãos, através da conscientização entre os próprios cidadãos, como também a capacitação de profissionais técnicos e gestores urbanos, sobre as necessidades peculiares de acesso à população.
- Garantir a Acessibilidade para a População;
- Conscientização e Dinamização do Programa Bolsa Família;
- Dar suporte para o Programa Casa Familiar Rural;
- Criação do Conselho Municipal da Terceira idade e do Idoso;
- Criação do Centro de Integração da Terceira Idade e do Idoso – CITI;
- Criação do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS;

Ao final entendeu-se que muitas ações foram executadas de forma satisfatória, porém tem vários elementos e ações não são possíveis mais de serem aplicados, já que os programas/projetos foram extintos ou não se aplica mais a população do município.

Assim, é necessário adequação do planejamento do setor de acordo com os planos e necessidades já existentes da própria esfera municipal, bem como, estadual e federal, e a adequação da escrita destas ações não por programas, mas sim, por publico alvo a ser atendido.

C - Oficina Técnica com os Setores de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

A oficina que tratou dos os Setores de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Marquinho ocorreu às 14:30 horas do dia 02 de dezembro de 2021, nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho.

Com a leitura dos documentos elaborados em 2009 foi possível realizar apontamentos de ações previstas em 2009 a partir das necessidades de cada setor, para posteriormente verificar a sua execução neste período de vigência (2009 – 2019), conforme segue:

ASPECTOS SOCIAIS: EDUCAÇÃO		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Parcerias com o governo estadual e federal.	- Faltam profissionais qualificados. Entraves na aprovação de projetos.	- Projetos universitários. Espaços para pesquisa científica.
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Educação voltada à realidade rural.	- Falta formação técnica. Equipamentos sem adequação. - Ensino Infantil. - Transporte Escolar. - Vagas em aberto no ensino fundamental. - Não há a Casa Familiar Rural. - Não há APAE. - Vagas no ensino infantil.	- Estrutura para Ensino Médio. - Formação técnica em cursos Pós-Médio e a distância. - Ensino para jovens e adultos.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Educação voltada a cursos técnicos de capacitação na produção local.	- Falta formação técnica. - Equipamentos sem adequação. - Ensino Infantil. - Transporte Escolar. - Vagas em aberto no ensino fundamental. - Não há APAE. - Vagas no ensino infantil.	- Estrutura para Ensino Médio. - Formação técnica em cursos Pós-Médio e a distância. - Projetos universitários. - Ensino para Jovens e Adultos.

As ações realizadas para atender estes apontamentos foram:

- Dimensionar e priorizar a rede de ensino fundamental e infantil, possibilitando o acesso igualitário às unidades de ensino em todo o território municipal, garantindo uma melhoria na qualidade de ensino e a frequente capacitação dos profissionais envolvidos.
- Melhoria no transporte escolar;
- Ações e investimentos na educação infantil;
- Elaboração de projetos para a implantação do ensino fundamental integral;

- Implantação de programa de inclusão social educacional;
- Capacitação de professores e profissionais da educação;
- Melhorar os índices de alfabetização municipal;
- Criação de programa de alfabetização municipal para adultos.
- Garantir o planejamento educacional de forma contínua e integrada às diretrizes sociais, ambientais e econômicas do município;
- Inclusão do ensino de Educação Ambiental no currículo permanente;
- Potencializar o Plano Municipal de Educação;
- Divisão Física do Departamento de Educação;

Notadamente, ao consultar o material verificou-se que não foram realizados apontamentos que tivessem abrangência o esporte, a cultura e o lazer.

Desta forma a equipe destacou a necessidade de não cometer o mesmo equívoco, sendo necessária especial atenção nas avaliações, bem como, implantação da métricas das ações a serem produzidas.

A equipe destacou a necessidade e o desejo de implantação de ações que promovam a inovação e o empreendedorismo nas atividades de ensino.

D - Oficina Técnica com os Setores de Saúde e Vigilância Sanitária

A oficina que tratou dos os Setores de de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Marquinho ocorreu às 10:30 horas do dia 03 de dezembro de 2021, nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho.

Com a leitura dos documentos elaborados em 2009 foi possível realizar apontamentos de ações previstas em 2009 a partir das necessidades de cada setor, para posteriormente verificar a sua execução neste período de vigência (2009 – 2019), conforme segue:

ASPECTOS SOCIAIS: SAÚDE		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Parcerias com o governo estadual e federal.	- Saúde alto custo para os municípios.	- Atividades de pesquisa com implementação de projetos pilotos.
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Iniciativa de programas de saúde preventiva. - População dispersa pelo território municipal.	- Dificuldade de transporte e de comunicação. - Equipamentos sem adequação. - Falta de acessibilidade.	- Centro de Saúde de Guampará;
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Iniciativa de programas de saúde preventiva.	- Saúde básica ineficiente. - Atendimento nas Especialidades. - Atendimento 24 horas. - Programa de Saúde Básica e Preventiva.	- Centro de Saúde da Mulher e da Criança.

Assim, buscou-se promover a expansão da cobertura de atendimento, priorizando o investimento nas comunidades isoladas e locais onde são registrados os maiores e mais complexos desafios, a partir de algumas ações;

- Reelaborar Plano Municipal de Saúde;
- Dinamização do Posto de Saúde da Sede;
- Estuda a viabilidade da implantação do Posto de Saúde no Distrito de Guampará e do Posto de Saúde em Gleba Nove;
- Capacitação de Profissionais;
- Desenvolver programas de educação sanitária e ambiental de forma articulada com as secretarias de educação, meio-ambiente e obras, a partir de um programa de saneamento básico articulado com outras secretarias;

A equipe entende que existe a necessidade de um estudo mais aprofundado com métricas melhores para que se consiga levantar de forma adequada as demandas e medir de forma mais eficiente o seu atendimento no que se refere a este setor.

E - Oficina Técnica com os Setores de Indústria e Comércio

A oficina que tratou dos os Setores de de Indústria e Comércio do Município de Marquinho ocorreu às 15:00 horas do dia 03 de dezembro de 2021, nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho.

Com a leitura dos documentos elaborados em 2009 foi possível realizar apontamentos de ações previstas em 2009 a partir das necessidades de cada setor, para posteriormente verificar a sua execução neste período de vigência (2009 – 2019), conforme segue:

ASPECTOS ECONÔMICO: DINÂMICA ECONÔMICA		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Setores econômicos: primário, secundário e terciário.	- Falta de infraestrutura para o desenvolvimento econômico e geração de renda.	- Trabalhos em parceria para a construção de estruturas que possibilitam o desenvolvimento global entre os aspectos dos setores econômicos.
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Principal setor econômico- primário, após secundário e terciário.	- Crescimento negativo. - Precarização do mercado de trabalho (trabalho informal, baixa remuneração). - Emprego formal alocados no poder público municipal. - Esvaziamento econômico (empresas e indústrias) Indefinição do potencial econômico.	- Turismo Rural. - Lixo em renda. - Estradas municipais - Diversificação agrícola. - Atividades artesanais. - Pequenas indústrias. - Incentivo a diversificação produtiva.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Principal setor econômico- primário, após secundário e terciário.	- Deficiência de infra- estrutura urbana. Comércio pouco competitivo. - Setor de serviços muitos incipientes não podendo atender adequadamente a área turística. - Serviços de hospedagens e alimentação.	- Turismo Rural. - História do município. - Regularização de áreas urbanas. - Atividades culturais e de lazer.

ASPECTOS ECONÔMICO: POTENCIAL TURÍSTICO		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Proximidade física com o Turismo Regional	Desconhecimento do passado e das tradições. Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade ao turismo.	Desenvolvimento e implantação de projetos de trekking e cavalgadas pelo Caminho do Peabirú, implantação de campings municipais para eventos como rodeios, festivais, etc.

ASPECTOS ECONÔMICO: POTENCIAL TURÍSTICO		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Proximidade física com o Turismo Regional	- Desconhecimento do passado e das tradições. - Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade ao turismo.	- Desenvolvimento e implantação de projetos de trekking e cavalgadas pelo Caminho do Peabirú, implantação de campings municipais para eventos como rodeios, festivais, etc.
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Fluxo rodoviário intermunicipal.	- Desconhecimento do passado e das tradições. - Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade o turismo	- Conscientização através de escolas, do poder público municipal e dos clubes de serviço da importância econômica das atividades turísticas para o município tanto na área rural como na área urbana.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- PR-158	- Desconhecimento do passado e das tradições. - Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade ao turismo. - Total ausência de infra-estrutura para o turismo, com os hotéis, restaurantes, meios alternativos de transporte como táxi, vans, etc. - Falta de divulgação da existência do município dentro até mesmo do próprio estado do Paraná.	- Valorização do potencial histórico - turístico municipal, implantação de camping municipal para campistas de maior poder aquisitivo como proprietários de motor-homes e trailer. - Criação de eventos regionais e estaduais para atração de turistas. - Convênios com o Ministério do Turismo para financiamentos de infra-estrutura para o turismo.

Com relação a este setor, existe grandes dificuldade em relação a execução de ações por conta que não existe uma autarquia no município que esteja responsável diretamente, por exemplo uma secretaria municipal.

Assim, as ações estão ligadas diretamente ao setor administrativo do município, e quando possível, se tem a participação de outras secretarias municipais.

Segundo a equipe montada para acompanhar este tema, com colaboradores do município e da sociedade civil organizada, as ações relacionadas a atividade turística no município não ocorreram, bem como, o desenvolvimento de ações para o setor secundário não foram totalmente necessárias para suprir as demandas.

Porém, percebe-se que existe potencialidade, e necessita de um levantamento das demandas e a organização de ações, com métricas eficientes de medição da execução das mesmas.

F - Oficina de Leitura Técnica: Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Perímetro e Uso do solo do Município.

A oficina que tratou de Outros Setores: Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Perímetro e Uso do Solo do Município de Marquinho ocorreu às 10:30 horas do dia 02 de dezembro de 2021, nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho.

Com a leitura dos documentos elaborados em 2009 foi possível realizar apontamentos de ações previstas em 2009 a partir das necessidades de cada setor, para posteriormente verificar a sua execução neste período de vigência (2009 – 2019), conforme segue:

ASPECTOS TERRITORIAIS: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO		
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- População dispersa pela grande extensão de área municipal.	- População sem apoio para continuar no campo. - Taxa de C A Negativa = - 2,26% - A ocupação dispersa pelo território dificulta a prestação de serviços públicos, onerando o poder público municipal. - Falta de acessibilidade de escoamento de produção.	- Qualidade de vida no campo.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- População dispersa pela grande extensão de área municipal.	- Taxa de Crescimento = 1,93% Falta de acessibilidade de escoamento de produção. - Políticas Públicas, incentiva a comunidade a permanecer no campo.	- Considerando a evolução da taxa de crescimento populacional, existem áreas adequadas e disponíveis para a consolidação de uma ocupação urbana em locais apropriados. - Políticas Públicas como incentivo da comunidade a se especializar na economia local.

Com relação às demandas, ocorreu a promoção da regularização fundiária sustentável do solo municipal, priorizando o atendimento à população de baixa renda residente em imóveis ou áreas degradadas e de risco ambiental. Assim como a regularização das áreas de ocupação irregular e os assentamentos. As ações que auxiliarem neste processo foram:

- Criação de Zonas de Interesse Social – ZEIS;
- Concessão de Direito Real de Uso;

- Implantação do Direito de Preempção;

ASPECTOS TERRITORIAIS: REGULAMENTAÇÃO DO USO DO SOLO		
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Adensamentos populacionais em área rural.	- Não há uma regulamentação eficiente por uma norma municipal, logo não há controle da utilização territorial. - Inexistência de Planos de Manejo do uso do solo, logo trazendo certo comprometimento. - Distrito com necessidade de delimitação do Perímetro Urbano como ocorre em Guampará.	- Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação do uso do solo, facilitando o gerenciamento e entendimento entre órgãos e população local para a sustentabilidade municipal.

Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Comércio. Serviços. Residências. Indústrias.	- Crescimento de ocupações irregulares em áreas impróprias e de maneira desordenada. - Situação de irregularidade de uma grande parte dos terrenos em Marquinho, ausência de matrículas e registro oficial dos terrenos. - Regulamentação municipal desatualizada, logo não há controle da utilização territorial.	- Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação do uso do solo, facilitando o gerenciamento e entendimento entre órgãos e população local para a sustentabilidade municipal.

Para atender estas indicações, foram ações:

- Promover a atualização do uso e ocupação ordenada do solo urbano, tendo como referência a cidade real, e tendo o objetivo e o cumprimento da função social da propriedade e o acesso de seus habitantes ao direito à cidade.
- Ampliação do Perímetro Urbano da Sede;
- Delimitação do Perímetro Urbano do Distrito da Guampará;
- Implementação da Nova Regulação Urbana como Instrumento Fundamental à Garantia da Acessibilidade;
- Estabelecer alternativas para redução da poluição hídrica por esgotamento sanitário, garantindo a qualidade ambiental.
- Elaboração de um Plano Municipal de Saneamento;
- Elaboração do Manual do Saneamento Ambiental;

ASPECTOS TERRITORIAIS: USO DO SOLO		
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade

<ul style="list-style-type: none"> - Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal. - Solo e Relevo. Rios. - Vegetação. - Agropecuária. - Ventos predominantes. - Ausência de Zoneamento do município definindo claramente usos permitidos, permissíveis e proibidos no território. - Não há parâmetros de uso e ocupação do solo. - Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação de Uso e Ocupação do Solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal. - Solo e Relevo. Rios - Vegetação. - Agropecuária. - Ventos predominantes. - Ausência de Zoneamento do município definindo claramente usos permitidos, permissíveis e proibidos no território. - Não há parâmetros de uso e ocupação do solo. - Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação de Uso e Ocupação do Solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal. - Solo e Relevo. Rios. Vegetação. - Agropecuária. - Ventos predominantes. - Ausência de Zoneamento do município definindo claramente usos permitidos, permissíveis e proibidos no território. - Não há parâmetros de uso e ocupação do solo. - Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação de Uso e Ocupação do Solo.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<ul style="list-style-type: none"> - Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal. - Parâmetros de uso e ocupação do solo não existente. - Ausência de um Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural. - Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal. - Parâmetros de uso e ocupação do solo não existente. - Ausência de um Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural. - Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal. - Parâmetros de uso e ocupação do solo não existente. - Ausência de um Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural. - Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação.

Com relação a esta demanda, o município procurou desenvolver ações que buscam organizar o uso e ocupação ordenada do solo na área urbana e rural, tendo como referência a diversidade socioespacial e a sustentabilidade ambiental (território das áreas rurais e áreas urbanas).

Além disso, aconteceu a delimitação das áreas de ocupação-zona urbana, definição dos usos e parâmetros construtivos, com objetivo de garantir a circulação entre as comunidades, o acesso amplo aos espaços e equipamentos públicos, a mobilidade no território municipal, e deste com os demais municípios da região.

Também teve ações para ocorrer:

- Manutenção das Estradas Vicinais;
- Desenvolvimento e Implementação de um Plano Municipal de Transporte;
- Qualificação do sistema viário urbano para o uso do pedestre e do ciclista, atendendo a critérios ambientais, escala e garantindo a acessibilidade.

- Redefinição da hierarquia do sistema viário urbano e municipal, de acordo com a função da via, buscando a continuidade da malha viária, a sinalização e educação de

trânsito, com opção para vias de passeio ou animação e passeios públicos e hierarquia urbana da Sede;

Juntamente com estas ações, aconteceram campanhas de educação para o trânsito;

ASPECTOS ECONÔMICOS: FINANÇAS PÚBLICAS		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Apoio de órgãos estadual e federal	- Muitos municípios vivem de repasses Federais e Estaduais, não geram receitas próprias. - Faltam profissionais qualificados na Gestão administrativa.	- Atividades de geração de renda regional.

Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Apoio de órgãos estadual e federal	- Dificuldade de gerar receitas.	- Atividades de pesquisa com implementação de projetos pilotos. - Parcerias com universidades locais.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Apoio de órgãos estadual e federal	- Dificuldade de gerar receitas.	- Atividades de pesquisa com implementação de projetos pilotos. Parcerias com universidades locais.

Para atender esta demanda, buscou-se elevar a capacidade de geração da receita própria, estimulando a instalação de novos estabelecimentos e a regularização fiscal das atividades econômicas informais.

ASPECTOS SOCIAIS: SEGURANÇA		
Escala Regional		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade

- Parcerias com o governo estadual e federal.	- Dependência do Estado.	- Parceria com o Estado. - Patrulha Rural.
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- População dispersa pelo território municipal.	- Dificuldade de comunicação e transporte. - Problemas com as áreas rurais e dificuldade de policiamento nas fazendas. - Telefones públicos.	- Tranquilidade Urbana.
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Tranquilidade Urbana.	- Jovens sem perspectiva de inclusão social. - Telefones públicos	- Trabalhos de prevenção junto aos jovens. - Tranquilidade.

As ações realizadas, visam garantir a segurança dos cidadãos, através da ampliação dos recursos humanos e da infraestrutura, visando à realização das atividades de vigilância, a prevenção da violência e o estímulo à participação das comunidades nas questões relativas à segurança, para isso ocorreu:

- Adoção da Sugestão da Secretaria de Segurança Pública para o Fechamento de Bares, Bailões e Casas Noturnas;
- Criação do Conselho Municipal de Segurança Pública;
- Cobertura Total do Programa Preventivo contra as Drogas e a Violência;
- Criação do Programa Direito e Deveres da Criança e do Adolescente;

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES: DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Satisfatória Rede de Energia elétrica.	- População sem energia elétrica. - Ausência de iluminação pública.	- Rede elétrica garantindo cobertura quase de total ao município
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Satisfatória Rede de Energia elétrica.	- População quase que totalmente atendida.	- Rede elétrica garantindo cobertura quase total ao município.

ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES: SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO		
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade

- Parcerias com o governo federal e estadual.	- Falta de telefones públicos. Não há emissoras de rádio.	
Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Parcerias com o governo federal e estadual. .	- Falta de telefones públicos. - Não há emissoras de rádio.	

ASPECTOS INSTITUCIONAIS: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Departamentos municipais.	- Insuficiência dentro do quadro próprio do município para desempenhar as funções necessárias à implementação do Plano Diretor Municipal. - Falta de departamentos visando incentivar o turismo rural e geração de renda. - Subsedes nas comunidades de maior concentração.	- Quadro técnico do município através de aperfeiçoamento profissional para a implementação do processo permanente de planejamento na aplicação do Plano Diretor Municipal. - Dentro do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento há programas de Geração de Renda e Turismo Rural.

Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Departamentos municipais.	- Regulamentação e instrumentos para a regulação do território municipal dentro dos limites legais para a implementação do Plano Diretor Municipal no ordenamento de uso e ocupação do solo rural. - Articulação entre os departamentos municipais na execução de projetos e programas na discussão do Plano Diretor Municipal.	- Quadro técnico do município através de aperfeiçoamento profissional para a implementação do processo permanente de planejamento na aplicação do Plano Diretor Municipal.

Como forma de resolver estas demandas, buscou-se:

- Formalizar parcerias entre município e estado, visando à regulamentação do processo de consulta, discussão e deliberação de questões relacionadas ao planejamento e gestão municipal.
- Formação de Câmaras Técnicas Setoriais e Formalização de Convênios;
- Reorganizar a estrutura administrativa municipal, racionalizando as atribuições, funções e inter-relações entre as secretarias municipais e demais órgãos, e fortalecendo o quadro técnico municipal responsável pela implementação de um processo contínuo de planejamento e gestão territorial.

- Reorganizar as medidas de polícia administrativa municipal, fortalecendo a organização das atividades antrópicas no meio físico-territorial e estabelecer as relações entre o poder público local e os municípios;
- Criação do Código de Posturas e Código de Obras do município;
- Fortalecer, qualificar e capacitar o quadro técnico municipal responsável pela implementação de um processo contínuo de planejamento e pela gestão do Plano Diretor Municipal.
- Promoção da Qualificação, Capacitação do Quadro dos Servidores Municipais.
- Promover a participação, o controle social e a integração entre as políticas públicas municipais.
- Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Plano Diretor Municipal;

ASPECTOS INSTITUCIONAIS: LEGISLAÇÃO		
Escala Municipal rural		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Áreas urbanas consumadas em área rural.	- Disciplinamento municipal insuficiente em matérias que condicionam a elaboração do Plano Diretor Municipal.	- Distrito de Guampará com características urbanas.

Escala Municipal Urbana		
Condicionante	Deficiência	Potencialidade
- Na ocupação das áreas em função das leis: consideradas as faixas, definidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79; - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal.	- Legislação municipal de Marquinho, no que concerne ao uso e ocupação do solo é extremamente precária, inexistente. - O corpo de Leis defeituoso e insuficiente, não contempla os princípios gerais de política urbana. - Deficiência da estrutura de fiscalização municipal, não vem sendo integralmente viabilizada..	- Discussão coletiva como representação de uma grande oportunidade para que se criem os princípios da política urbana e elabore-se uma regulamentação urbanística capaz de viabilizar um processo permanente de planejamento. • Loteamentos recentes em processo de regularização dos imóveis urbanos trazendo segurança jurídica aos munícipes. • Lei de Diretrizes e Base. • Lei de Orçamento Anual. • Plano Plurianual.

Como forma de atender estas demandas, buscou-se realizar a organização e monitoramento constante da administração na gestão territorial, realizando a capacitação de Funcionários para o Constante Monitoramento da Comunidade;

AUDIÊNCIA PÚBLICA

FASE I

MOBILIZAÇÃO

A – 1º Audiência Pública - Apresentação do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal

Com o objetivo de informar o início, os motivos, a importância, o cronograma, os métodos e técnicas previstas, e debater as questões relativas ao processo de revisão do PDM, colocadas tanto pela administração municipal como pelos seus participantes, no dia 13 de dezembro de 2021, foi realizado a 1º Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Marquinho.

Como participantes foram convidados a estarem presentes a Equipe Técnica Municipal, a supervisor do PARANACIDADE, os membros do Conselho Municipal da Cidade, representantes do poder legislativo e do poder executivo, representante do Ministério Público, a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

Ao longo da audiência foi apresentado os conceitos e bases legais do Plano Diretor, o cronograma físico de trabalho, com base nas atividades, produtos e cronograma previstos no termo de referência, identificando obrigatoriamente as fases e respectivos itens, participantes, responsáveis e datas para entrega dos produtos e realização e coordenação de audiências públicas, e conferência de revisão do Plano Diretor Municipal.

Também foi apreciado os métodos e técnicas a serem adotados para a execução das atividades, e eventos integrantes dos itens 2 (*dois*) e 3 (*três*) do termo de referência que orienta os trabalhos.

Foi deixado claro para os participantes que o objetivo do trabalho é avaliar a capacidade institucional da administração municipal, para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, no que se refere aos seguintes aspectos:

- i. objetivos, diretrizes e proposições do PDM vigente;
- ii. implementação do Plano de Ação e Investimentos - PAI;
- iii. regulamentação da legislação urbanística vigente;
- iv. implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- v. atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo, para fins urbanos, edificações e obras, e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais;
- vi. provisão de infraestrutura e equipamentos, e prestação de serviços públicos;
- vii. sistema de planejamento e gestão do PDM vigente; e,
- viii. desempenho do Conselho Municipal da Cidade.

Como forma de participação, além da possibilidade de estar presente no espaço onde aconteceu o evento, a população também pode estar acompanhando via plataforma digital, onde ficou gravado o evento:

<https://www.facebook.com/prefeiturademarquinho/videos/584081229518716>

Ao final do evento, a equipe esteve disponível para conversar com os participantes para sanar dúvidas e curiosidades sobre a atividade.

ANEXOS

Anexo 01 – Reunião com a Equipe Técnica Municipal



Anexo 02 – Oficina de Leitura Técnica



Anexo 03 – Convite para a 1ª Audiência Pública



Convite

**REVISÃO DO
PLANO DIRETOR
MUNICIPAL**

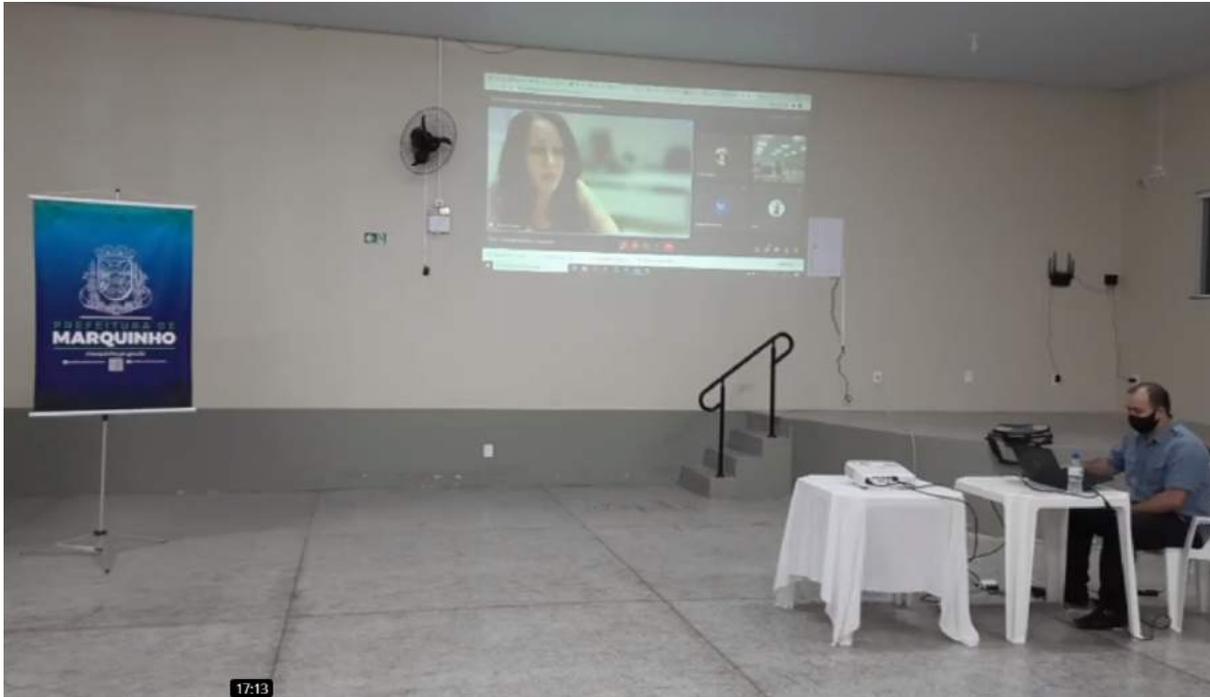
Convidamos **você e sua família** para participar da **1ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal**

Data: **13 de dezembro de 2021, às 19h**
Presencial:
Local: **Centro de Convivência do Idoso**
Endereço: R. **Sete de Setembro**, s/n
Online:
No endereço eletrônico:
[facebook.com/prefeiturademarquinho](https://www.facebook.com/prefeiturademarquinho)

 **PREFEITURA DE
MARQUINHO**
marquinho.pr.gov.br

AQUI TEM PROGRESSO E O FUTURO ACONTECE!





Anexo 05 -Listas de presenças



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL MARQUINHO - PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 13/12/2021 ASSUNTO: 1º Audiência Pública

Nome	RG	Assinatura
Fernando de Andrade	7.525.322-2	<i>Fernando de Andrade</i>
Marcos B. dos Santos	15.801.027-5	<i>[Signature]</i>
Walter A. Vargas	6769520-8	<i>[Signature]</i>
Luc Carlos Feliciano dos Santos	6026460-0	<i>[Signature]</i>
Altair Rithleneau	10.825.969-8	<i>[Signature]</i>
Carlos Daniel Varela	13.692.322-6	<i>[Signature]</i>
Alex Sandro Baptista	9.488.7291	<i>[Signature]</i>
Alisson Alessandro Machado	13.008.109-6	<i>[Signature]</i>
Cláudia da Luz Souza	10.533.057-6	<i>[Signature]</i>
João Maria Cardoso		<i>[Signature]</i>
ÉDER B. VAZ	84813435	<i>[Signature]</i>
Cristelli Varela Schuler	9070.533-4	<i>[Signature]</i>
Sergio Augusto	5143227-6	<i>[Signature]</i>
Giuseppe da Costa	48718270912	<i>[Signature]</i>
Algo J. Souza	061536677-64	<i>[Signature]</i>
Elso Balgon Junior	9.888242-1	<i>[Signature]</i>
Ticiane Varela Schuler Balgon	9.982.244-5	<i>[Signature]</i>
ELOI RADELLA VARELA	2.031.013-8	<i>[Signature]</i>
ALDAN MOSSOLIN	5706591-5	<i>[Signature]</i>
EMERSON BAPTISTA	8.520984-1	<i>[Signature]</i>
João Batista	12316171-0	<i>[Signature]</i>



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL MARQUINHO - PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 13/12/2021 ASSUNTO: 1º Audiência Pública

Nome	RG	Assinatura
Marcileia Tallebot Longas	9.584.913-5	
Adriana Kubiak Dal'Boi	6.450.592-0	
M. Ariana Kubiak Dal'Boi		
Mariuci Hamulak	8.878.693-9	Mariuci Hamulak
Edison Ramos Padilha	4.760.852-0	Edison R. Padilha
Maria Luiza A. Alexandre	3.939.355-7	Maria L. A. Alexandre
BERNARDO ALVES ALBA	3.939.356-5	Bernardo A. Alexandre
Maria Esp. Gomes Rodrigues	8.604.177-4	Rodrigues
Jucimara Duarte	8.604.207-0	
Edelcia Cristina da Silva Santos	10.065.423-7	Edelcia C. S. Santos
Clairi Fatima Busato	4.758.648-8	
Guaracilda Roberto de Paula	8.359.213-3	
Clide Lenus de Souza	9.684.996-6	
Orlita Esp. de Paula		Orlita Esp. de Paula
Jucimara M. Jucimara Jucimara	6.935.859-4	Jucimara M. J.
Selma B. Padilha	9.982.356-9	
Elieze Romes Padilha	8.502.592-9	
Edemi Edite Cardoso		Edemi EC
Suzomara de Almada		Almada
Ueliques Reis do Rocha	10.457.089-5	Ueliques
Marcelo Paula	13.692.257-9	Marcelo Paula

CONSULTORIA CONTRATADA

FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA

COORDENAÇÃO GERAL

Diego Ronaldo Matciulevicz
Engenheiro Civil, CREA PR-107371/D

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

Rodrigo Maschio De Freitas
Arquiteto e Urbanista, CAU PR 00A1075365

Tiago David Damiani
Administrador

Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista, CORECON/PR 7576

Cezar Augusto Soares
Engenheiro Ambiental, CREA PR-174256/D

Evandro Alif Bolba Barbieiro
Advogado, OAB/PR n° 60.847

José Francisco De Gois
Geógrafo, CREA PR-199212/D

Taise Signorini
Psicóloga

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

COORDENAÇÃO

Charles Alexandre Batista
Engenheiro Civil

EQUIPE

Emerson Baptistel
Diretor Administrativo

Marcos Baptistel
Contador

Telma Mugnol
Advogada

Clodoaldo Paviani
Controle Interno

Sergio Luiz Dal Pai
Secretaria de Administração

Eder Barbosa Vaz
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Aldair Mossolin
Professor de Ed. Física

Fernando Pires
Diretor Departamento de Tributação

Eliane Ramos Padilha
Secretaria de Educação

Mariclea Telles de Vargas
Secretaria de Saúde

Tissiane Varela Schisler
Secretaria de Promoção de Ação Social

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

Gilmar Camargo
Diego Pereira Moreira

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Altair Bittencourt
João Maria Cardoso

REPRESENTANTE DOS DISTRITOS MUNICIPAIS

Alex Sandro Baptistel
Valdir Gorff

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Nágila Terezinha Freiria

Analista de Desenvolvimento Municipal



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho

Produto 1ª fase

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DAS CIDADES
EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Secretário
MARCIO JULIANO MARCOLINO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Superintendente
CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executiva
JOSÉ ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças
ALBARI ALVES DE MEDEIROS Diretor de Operações

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador Operacional
CARLO ANDRÉ MELLO HAKIM Coordenador de Recursos Humanos
FABIO ANDERSON MIGUEL Coordenador Financeiro
FERNANDO DOMINGUES CAETANO Coordenador de Estudos e Captação de Recursos
FLAVIO LUIZ SAUERBRONN Coordenador Administrativo
LEANDRO VICTORINO DE MOURA Coordenador de Tecnologia da Informação
VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

MUNICÍPIO DE MARQUINHO

Prefeito:

ELIO BOLZON JUNIOR

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal Marquinho

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2021

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Abril/2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL METODOLÓGICO	3
2.1. Estratégias de Planejamento	3
2.2. Objetivos	4
2.3. Etapas do Plano	5
2.3.1. 1ª Fase – Mobilização	6
2.3.2. Fase 2- Avaliação Temática Integrada	6
2.3.3. 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável	11
2.3.4. 4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM	12
3. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA	15
3.1. Avaliação das Diretrizes E Proposições Do PDM Vigente	15
3.2. Objetivos, Diretrizes E Proposições Do PDM Vigente	16
3.3. Avaliação Por Areas Apontadas No PDM Vigente	19
3.3.1. Setor 01	19
3.3.2. Setor 02	24
3.3.3. Setor 03	31
3.3.4. Setor 04	41
3.3.5. Setor 05	43
4. CONCLUSÕES	47

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o planejamento municipal de Marquinho surgiu diante da necessidade da ordenação das suas funções sociais e da garantia do bem-estar de seus habitantes, além da escassez dos recursos públicos com a conseqüente necessidade de racionalização de sua aplicação, orientando o desenvolvimento do município, suas tendências de urbanização e a identificação e minimização dos problemas ambientais existentes.

O planejamento, aqui concebido como um processo ativo, dinâmico e contínuo, com as articulações entre os diversos agentes da sociedade, prevê a realização de tarefas e obras que transformarão o município, sendo o Plano Diretor Municipal um instrumento indispensável para orientar estas transformações a curto, médio e longo prazo.

Desta forma, o Plano Diretor Municipal de Marquinho tem como objetivos gerais:

a) Promover o desenvolvimento do Município através de um processo de planejamento, integrado com as políticas e programas regionais, estaduais e federais.

b) Elevar o padrão de vida da população no que se refere à qualidade do espaço urbano e rural, condições habitacionais, educação, saúde, cultura e serviços públicos, preservando o equilíbrio necessário às relações entre o ambiente natural, as atividades rurais e a ocupação urbana em processo de crescimento.

c) Fortalecer a autonomia do Município, de forma que o Poder Público tenha sua situação aprimorada através da definição de ações prioritárias e da racionalização de investimentos, norteados pela definição do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, legitimada através da efetiva participação da população nas tomadas de decisão, realizando uma prática de gestão democrática.

d) Desenvolver o Município de forma ordenada e de acordo com o Estatuto da Cidade, estabelecendo-se normas de ordem pública e de interesse social, em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, garantindo-se o equilíbrio ambiental.

O Plano Diretor engloba o território do município como um todo, ou seja, as áreas rurais e as urbanas. Identifica, ainda, as áreas de interesses especiais para o

desenvolvimento econômico e turístico do município, as áreas urbanizadas e as de expansão.

O desenvolvimento do plano se dará concretizando o resultado das etapas que o compõe.

A primeira etapa consiste na apresentação do plano de trabalho, da informação da forma como será realizada a coleta de dados e do levantamento das informações dos diversos setores que compõe as áreas urbana e rural, bem como dos aspectos geográficos, sociais e econômicos do município.

Após o levantamento e a análise destas informações será obtido um diagnóstico da situação, permitindo a identificação dos conflitos, das deficiências atuais da infraestrutura e dos serviços públicos, bem como de uma predição do crescimento da cidade e de suas necessidades, ouvida a opinião dos diversos setores da sociedade.

A gestão participativa deste processo de planejamento inicia-se através de pesquisas de opinião, que objetiva obter o retrato dos anseios da população que vive em Marquinho, consideradas as recomendações definidas por outras esferas que intervém no planejamento territorial.

Além do resultado das pesquisas de opinião, que representam uma importante contribuição ao processo participativo, serão realizadas audiências públicas para consolidar cada etapa do Plano Diretor.

Organizar-se-á, então, um prognóstico do futuro da cidade, tendo-se como horizonte de planejamento o ano 2033, considerando o Macrozoneamento resultante da análise dos conflitos e das potencialidades identificados na fase de Diagnóstico, bem como as diretrizes e legislações existentes, com o intuito de traduzir um zoneamento legalmente aplicável.

O ordenamento territorial e a definição do uso do solo, para absorver e estruturar o crescimento do município (zoneamento, definição do perímetro urbano e sistema viário) deverá obedecer a legislações específicas, que serão propostas no Plano Diretor. Ainda, as Diretrizes Setoriais e um Plano de Ações consolidarão o planejamento pretendido.

É importante salientar que os produtos e as conclusões, obtidos em cada fase, serão elaborados em permanente integração entre a Equipe Técnica da Prefeitura, o

Conselho de Acompanhamento do Plano e a Equipe Técnica da Farol 14 Consultoria em Projetos, entre outras instituições de interesse, discutindo-se as diversas propostas, de forma a organizar e a compor o Plano Diretor Municipal de Marquinho.

2. REFERENCIAL METODOLÓGICO

2.1. Estratégias de Planejamento

O Plano Diretor Municipal parte de uma leitura da cidade real, para qual formulam-se hipóteses sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. O macrozoneamento é o referencial espacial para o uso e a ocupação do solo, considerando todas as limitações, os usos já sedimentados, as vocações das diferentes áreas e regiões do município, definindo-se a separação das áreas urbana e rural, através do perímetro urbano.

O macrozoneamento define as áreas em que se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação, tendo-se como princípio a compatibilidade entre a capacidade da infraestrutura instalada, as condições do meio físico, as necessidades da preservação ambiental, do patrimônio histórico e dos usos já existentes. Resumidamente, são definidas as áreas urbanizáveis e as não urbanizáveis (restrições legais e ambientais).

Conforme recomenda o Estatuto da Cidade, a participação da comunidade será garantida através de debates e discussões entre as equipes técnicas da Prefeitura, da Farol 14 Consultoria em Projetos, do Conselho de Acompanhamento do Plano, de segmentos econômicos e da classe política local, nas diversas fases do processo e possibilite uma ampla identificação dos desafios a serem superados pelo desenvolvimento municipal.

Será, portanto, garantida a realização de debates entre os técnicos dos diversos departamentos municipais e também destes com técnicos de instituições das esferas estadual e federal, para situações específicas que por ventura estejam envolvidas.

Será garantida a publicidade das informações e o acesso de qualquer interessado aos documentos que serão produzidos durante as diversas fases do Plano Diretor.

As propostas serão precedidas de levantamentos, análises e da avaliação das características físicas (geográficas, ambientais, geomorfológicas e geotécnicas), urbanísticas, habitacionais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, assim como da avaliação das principais condicionantes, deficiências e potencialidades municipais. As

propostas serão precedidas da apresentação e da discussão de alternativas construídas sobre mapas temáticos que serão elaborados.

Todos os trabalhos estarão alinhados com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU para o desenvolvimento institucional de municípios.

As diretrizes, propostas e metas serão debatidas com a comunidade quando da realização das audiências públicas (políticas, programas e estratégias de implementação).

A sistemática adotada para as audiências públicas será de uma convocação através da imprensa local e mídias sociais da Prefeitura Municipal, com a devida antecedência, das sessões que serão realizadas em local compatível e em horário que não conflite com atividades laborais da maioria dos interessados (sugestão: às 19:00 horas); nas audiências será apresentada a temática da convocação, sob a forma expositiva com o auxílio de projetor, com duração de aproximadamente 60 minutos, abrindo-se a palavra para as manifestações e contribuições populares, bem como para o esclarecimento de dúvidas, por ordem dos pedidos de inscrição para as perguntas; as sessões serão transmitidas ao vivo nas mídias sociais da Prefeitura Municipal, onde a população poderá participar, opinar e ter suas dúvidas sanadas. As sessões serão gravadas farão objeto de uma ata em vídeo, com as principais decisões e dúvidas que por ventura sejam discutidas.

2.2. Objetivos

Como forma de municiar o Executivo Municipal de instrumentos técnicos e legais, a elaboração do Plano Diretor Municipal de Marquinho pretende implantar uma nova ótica para o desenvolvimento e para a produção do bem-estar da população.

De acordo com a sistemática proposta para a elaboração do Plano, dar-se-á ênfase especial à definição dos fatores mais significativos da realidade municipal, para que se atinjam os seguintes objetivos gerais:

- a. Cumprir a premissa constitucional da garantia da função social da cidade e da propriedade urbana;
- b. Abranger a área do território municipal como um todo, definindo diretrizes tanto no âmbito urbano, como no rural;
- c. Rever a regulação municipal e elaborar novos instrumentos legais;

d. Considerar em seu conteúdo elementos referentes à Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU, os termos da Agenda 21 e o previsto nas legislações federal, estadual e municipal pertinentes;

e. Considerar em seu conteúdo as condicionantes ambientais do Município, como a existência da Área de Proteção;

f. Orientar a elaboração do Plano de Ação e Investimento Municipal, destinado, principalmente, ao estabelecimento de um programa de investimentos em obras e projetos municipais no âmbito local e estadual;

g. Propor os mecanismos e instrumentos que possibilitem a implementação pelo Município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constante do processo de planejamento;

h. Assegurar a efetiva participação da população durante o processo de revisão do PD

i. Questões referente ao Desenvolvimento Socioeconômico de Marquinho;

j. Questões referentes ao Desenvolvimento Institucional;

k. Questões referentes ao Desenvolvimento territorial urbano e rural

l. Questões referentes ao Desenvolvimento territorial Sustentável.

m. Implantação do Plano Municipal de Turismo.

2.3. Etapas do Plano

Em conformidade com os procedimentos relacionados no Termo de Referência do Edital de Tomada de Preço Nº 33/2022, resumidamente, a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento de Marquinho é concebida em 04 (quatro) fases, a seguir descritas:

a. 1ª Fase – Mobilização

b. 2ª Fase – Análise Temática Integrada;

c. 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável;

d. 4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM;

2.3.1. 1ª Fase – Mobilização

Mobilização e Proposta Metodológica, onde serão realizadas a divulgação e mobilização para a identificação dos agentes e grupos sociais, definição de equipes e respectivas atribuições, reuniões e eventos participativos, além da apresentação, discussão e aprovação da Proposta Metodológica do processo de revisão através da 1ª audiência pública (a serem definidas pelas equipes), caracterizando a primeira etapa como a de definição da estrutura de coordenação do processo de revisão do Plano Diretor.

Nesta fase serão elaborados:

- Cronograma físico de trabalhos.
- Proposição de métodos para os trabalhos.
- Avaliação da capacidade de gestão urbana- avaliação da capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana em conformidade ao Plano Diretor Municipal vigente.

2.3.2. Fase 2- Avaliação Temática Integrada

O levantamento de dados fundamenta todas as diretrizes que serão propostas através do Plano Diretor, bem como a definição das ações prioritárias, sendo para tal realizada uma compilação e uma integração das informações disponíveis em órgãos oficiais e outras oriundas dos levantamentos de campo.

Paralelamente à coleta de dados já disponíveis na Prefeitura serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Expedição de requerimento aos órgãos públicos, instituições, associações de classe, solicitando a listagem e o livre acesso aos documentos já existentes, os quais sejam importantes como fontes de consulta para a caracterização dos diversos aspectos municipais;
- Realização de pesquisa de opinião pública municipal, para se identificar os aspectos julgados como deficitários pela população, para que o Plano Diretor possa definir prioridades em seu Plano de Ação.

Para a consecução desta etapa serão utilizados inúmeros levantamentos de dados, cujas principais fontes se encontram indicadas na tabela que segue:

Tabela 2.1. Levantamento de Dados do Município de Marquinho.

Área	Discriminação	Pesquisa
1- Situação do Município no contexto estadual	Macrorregião e Microrregião	IPARDES
	Rodovias de Acesso	DER-PR
	Estradas vicinais, etc...	IBGE
2- Aspectos Físicos	Coordenadas geográficas	IPARDES
	Municípios limítrofes	Prefeitura
	Área total do Município	IBGE
	Área urbana do Município	SUDERHSA
	Área rural do Município	
3- Aspectos Demográficos	População total	IBGE
	População urbana	IPARDES
	População rural	FUNAI
	Por setor/tipo, etc...	
4- Dados históricos	Histórico do Município	Prefeitura
		IBGE/IPARDES
5-Levantamento de Legislações existentes (institucional)	Lei do Perímetro Urbano	Prefeitura
	Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo	
	Código de Obras	
	Código de Postura	
	Lei do Sistema Viário	
6- Levantamento dos Mapas Básicos do Município (Cartografia)	Planta do Município na escala 1:50.000 ou semelhante;	Prefeitura Paranacidade
	Planta da cidade nas escalas 1:5.000, 1:10.000, 1:20.000	SEMA SUDERSHA
	Mapa do uso e ocupação do solo	MINEROPAR
7- Estrutura físico-natural (recursos naturais)	Levantamento da hidrografia	IAP
	Levantamento do relevo	SEMA
	Levantamento da geologia	MINEROPAR
	Levantamento da vegetação	SUDERSHA
	Caracterização Climática	

Área	Discriminação	Pesquisa
8-Infraestrutura e equipamentos urbanos	Saneamento básico	Prefeitura
	Energia elétrica e iluminação pública	BRASIL-TELECOM
	Sistema viário e Pavimentação	DER-PR
	Transportes e Comunicação	COPEL
	Equipamentos comunitários	SANEPAR
	Escolas e creches	INCRA
	Áreas rurais e residenciais	Levantamentos
	Saúde	
	Cultura e Lazer	
9- Caracterização da base econômica do Município e Caracterização dos setores econômicos	Primário	IBGE/IPARDES
	Secundário	Prefeitura
	Terciário	SEPA/SEAB
		EMATER
		IPARDES
10- Uso do solo urbano/ caracterização	Áreas residenciais	Prefeitura
	Áreas comerciais	levantamentos
	Áreas industriais	
	Vazios urbanos	
	Habitação popular e sub-Habitação	
	Densidades urbanas	
	Coeficientes urbanísticos	

Com apoio nas informações quali-quantitativas serão elaborados mapas, tabelas e textos explicativos que abrangem os seguintes temas:

Aspectos Regionais:

- Vocação e potencial estratégico do município dentro da região em que está inserido e os principais fatores que concorrem para o desenvolvimento municipal;
- Centralidade,  rea de influência e rela es com municípios vizinhos;
- Principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças:

Do ponto de vista ambiental;

Do ponto de vista da infraestrutura;

Do ponto de vista socioeconômico;

Do ponto de vista da distribuição espacial da população (rural e urbana).

Aspectos Ambientais:

- Identificação das condições de clima, geomorfologia, condicionantes geotécnicos, declividades, hipsometria, vertentes, drenagens naturais, recursos hídricos, biota e áreas de preservação;
- Caracterização dos espaços potenciais para áreas de expansão urbana, de conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer, assim como locais para arborização pública tendo como referência espacial as bacias e as microbacias hidrográficas.

Aspectos Socioeconômicos:

- Avaliação de dados referentes à população, no mínimo dos últimos 10 anos, taxa de crescimento, evolução, densidade demográfica, migração, condições de saúde e educação/escolaridade, oferta de emprego, renda, consumo de água e energia, perfil produtivo, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo);
- Caracterização do potencial turístico do Município, incluindo os recursos naturais.

Aspectos Socioespaciais:

- Evolução urbana, o uso do solo urbano e a demanda por solo urbano atual e para os próximos 10 (dez) anos, identificando os principais entraves espaciais existentes;
- Tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão urbana e rural;
- Análise da tipologia habitacional e da demanda;
- Identificação das áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto ambiental e urbanístico;
- Identificação de áreas enfatizando a relação da densidade construtiva e da densidade demográfica com a capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura).

Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos:

- Situação atual e evolução para os próximos 10 anos;

- Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos);
- Sistema viário e transporte coletivo, circulação de pessoas inclusive transporte coletivo de empregados de empresas e transporte coletivo urbano, municipal e intermunicipal;
 - Energia elétrica e iluminação pública;
 - Telecomunicações;
 - Equipamentos Sociais (equipamentos de saúde, educação, assistência social, cultura e esporte, segurança pública, recreação).

Aspectos Institucionais:

- Caracterização das unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal que se relacionam com a gestão do Plano Diretor Municipal - PDM.
- Análise da legislação vigente no município (Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Sistema Viário, Códigos de Obras e Posturas, Lei de Procedimentos Administrativos).
- Análise inter-relacional da legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- Sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os);
- Levantamento da evolução e estado atual das finanças públicas do município através de demonstração e análise de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial ao longo dos últimos dez resultados fiscais anuais. Tal levantamento de caráter evolutivo, além de possibilitar, ainda que parcialmente, uma verificação com relação ao cumprimento no município das principais normas legais e conceituais da gestão das finanças públicas.
- Levantamento das capacidades de investimento e endividamento atual e projeção da arrecadação própria municipal para os próximos 10 anos objetivando a possibilidade de melhor delimitar e priorizar os investimentos a serem caracterizados

como necessários quando da futura eleição dos objetivos, diretrizes e metas no âmbito do Plano Diretor Municipal.

Todas as informações citadas estarão convenientemente especializadas em mapas, em escala adequada para a demonstração da informação, elaboradas as análises individualizadas de cada tema, sua inter-relação e inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças locais. Nesta etapa deverão ser levantadas as expectativas do Governo do Município (Executivo e Legislativo) quanto aos objetivos e metas do desenvolvimento municipal, atual e para os próximos 10 anos, a serem alcançados com a implementação do Plano Diretor Municipal - PDM, com a consequente atualização e acompanhamento permanente.

2.3.3. 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável

Posteriormente à apresentação da Avaliação Temática Integrada e da discussão conjunta dos resultados daquela fase com o Conselho de Acompanhamento do Plano, inicia-se o desenvolvimento das propostas do Plano Diretor Municipal propriamente dito, acompanhado de sua instrumentação legal.

O macrozoneamento caracterizará, em linhas gerais, as áreas conforme seus usos e ocupação atual e suas tendências de crescimento, as áreas tecnicamente adequadas ao desenvolvimento da cidade, as diretrizes viárias, os conflitos e os usos indevidos, considerando os zoneamentos já existentes e vigentes por força de legislação estadual e as potencialidades para um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Como produto se obterá uma identificação das áreas com relação as suas aptidões e restrições aos diversos usos (urbanizáveis e não urbanizáveis).

Com base nas avaliações efetuadas, deverão ser elaboradas diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais, bem como proposições para os aspectos físico-espaciais e de infraestrutura e serviços públicos, contemplando propostas de intervenção para curto, médio e longo prazos.

Para a concepção do macrozoneamento o embasamento físico-territorial-ambiental deverá considerar as bacias e microbacias hidrográficas. O Macrozoneamento embasará o futuro zoneamento, quando cada macrozona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e a ocupação do solo do município.

Estas representam, em síntese, as proposições necessárias para o desenvolvimento integrado do Município, além de indicar as principais ações que deverão ser implementadas para suprir as atuais deficiências e considerando as expectativas da comunidade.

2.3.4. 4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM

Os principais instrumentos legais que consolidarão o planejamento do município são:

- Lei do Plano Diretor:

A Lei do Plano Diretor deve sintetizar os instrumentos de planejamento que permitirão a evolução da qualidade de vida e da melhoria da infraestrutura da cidade, objetivando a preservação do ambiente para a atual e as futuras gerações, incluindo as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento Municipal, o macrozoneamento e os instrumentos de planejamento, gestão e acompanhamento.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 345/2010.

- Lei do Perímetro Urbano:

Define o território urbano da sede do município e de seus eventuais distritos, devendo estar articulado com as Leis do Parcelamento do Solo e de Zoneamento, indicando, inclusive as possíveis áreas de expansão urbana.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 340/2010.

- Lei do Parcelamento do Solo Urbano:

Define as normas e procedimentos para qualquer tipo de alteração nas dimensões das propriedades urbanas, sejam loteamentos, desmembramentos ou remembramentos, seja em áreas urbanas ou em zonas de uso especial (APAs), estabelecendo, inclusive, critérios para a regularização fundiária, proposição de áreas para loteamentos populares (ZEIS), faixas de servidão, faixas de proteção, áreas e pontos de interesse turístico e outras peculiaridades.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 343/2010 instituída pelo Plano Diretor Municipal vigente.

- Lei de Uso e Ocupação do Solo:

Define os parâmetros e os gabaritos construtivos, bem como os usos funcionais do solo, sem prejuízo dos limites e demais dispositivos legais determinados pela Lei do Perímetro Urbano. Para as zonas urbanas são definidos parâmetros urbanísticos, máximos e mínimos, entre eles: coeficientes de aproveitamento, taxa de ocupação, gabarito de altura, recuos e afastamentos de divisas e, principalmente, a classificação de usos por zonas. Para as áreas rurais os parâmetros propostos devem estar fundamentados nas condicionantes ambientais e nas potencialidades de exploração econômica.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 346/2010 instituída pelo Plano Diretor Municipal vigente.

- Lei do Sistema Viário:

Definem a hierarquização das vias, o traçado básico do sistema viário, as diretrizes para arruamento, os gabaritos das vias, as caixas de rolamento, as dimensões das calçadas, dos canteiros, e o planejamento de futuras modificações do sistema viário.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei complementar 422/2013.

- Lei do Código de Obras:

Dispõe sobre as exigências para a execução de obras e serviços de construção a serem realizados no território municipal.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 342/2010, instituída pelo Plano Diretor Municipal vigente.

- Lei do Código de Posturas:

Define as medidas de polícia administrativa em matéria de higiene, segurança, ordem pública e bem-estar comum, que deverão ser respeitados no âmbito municipal.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 341/2010, instituída pelo Plano Diretor Municipal vigente.

Nota: Estas leis serão acompanhadas de mapas, quando for o caso, permitindo uma visão espacial dos instrumentos legais que condicionam o desenvolvimento urbano.

Faz parte desta etapa, inclusive, a concepção dos procedimentos administrativos e do fluxo de documentos da administração municipal, prevendo como deverá ser

aplicada a legislação do planejamento municipal, quais os meios de gestão e monitoramento da Administração Municipal e a sua forma de implementação.

Dentre os instrumentos administrativos e normas a serem propostas deverão estar incluídas propostas para:

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura, se necessária;
- Organização ou compatibilização do sistema de informações para o planejamento e a gestão municipal;
- Construção de indicadores para a avaliação anual de desempenho do processo de planejamento e gestão municipal;

O Plano de Ação e Investimentos deverá indicar as ações e projetos prioritários indicados pelo Plano Diretor Municipal, com estimativa de custos e hierarquia de prioridades definida, para os 05 (cinco) anos seguintes, em compatibilidade com a avaliação da capacidade de endividamento e de arrecadação municipal futura.

Ainda nesta etapa final deverá ser encaminhada a versão final do PDM-MAR, o qual será apresentado sob forma de um documento público, contendo os textos e o material gráfico ilustrativo necessário à sua compreensão, divulgação e futura implantação, consubstanciado em etapas conforme prevê o cronograma físico de entrega dos trabalhos e o Termo de Referência.

3. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA

A partir da leitura dos apontamentos realizados na elaboração do Plano Diretor Municipal de Marquinho – PR, entregue no ano de 2010, é possível entender as proposições que se vislumbravam na época para o desenvolvimento do município.

Porém, este planejamento que está balizado pelas diretrizes e proposições, com sua aplicação orientada pelo plano de ação pode sofrer alterações ao longo do tempo, por ocorrer incompatibilidades e mudanças estruturais no município.

Assim, a partir da leitura destes documentos e em conversas e visitas aos setores e secretarias do município, foi possível entender o que foi aplicado total ou parcialmente das ações previstas, bem como, o que não teve êxito, das previsões elaboradas em 2010.

Desta forma, pretende-se neste documento apontar um resumo desta situação, já apresentada para a equipe técnica municipal e com a realização da leitura da mesma para as secretarias envolvidas para apreciação e apontamentos.

Espera-se que a partir deste documento e com uma nova Análise Técnica Integrada se adeque e se elabore novas diretrizes, proposições e ações para a gestão do referido município.

3.1. Avaliação das Diretrizes E Proposições Do PDM Vigente

Avaliação da capacidade institucional da administração municipal de Marquinho, realizada em 2010, para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, apontou para os seguintes aspectos:

1. Institucionais;
2. Socioeconômicas;
3. Ambientais;
4. Físico-espaciais;
5. Infraestrutura;
6. Serviços públicos.

Com o objetivo de poder avaliar de forma permanente a implementação do Plano Diretor Municipal, foram construídas algumas tabelas de Indicadores na implementação do PDM-2012. Esses indicadores são Instrumentos de Monitorização, que permitirão

analisar o desempenho da Gestão Urbana implementada através do Plano Diretor e serão avaliados abaixo.

3.2. Objetivos, Diretrizes E Proposições Do PDM Vigente

Avaliação da capacidade institucional da administração municipal de Marquinho, realizada em 2009, para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, apontou para os seguintes aspectos:

a) Objetivos e diretrizes

- Melhoria da infraestrutura municipal no que diz à saúde, à educação, às condições habitacionais e aos demais serviços públicos, de forma a promover inclusão social, reduzindo as desigualdades sociais;

- Valorização e requalificação dos espaços públicos, da habitabilidade e da acessibilidade para todos;

- Recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes naturais e construídos, incluindo-se o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico;

- Ampliação e manutenção da infraestrutura urbana e dos serviços públicos;

- Eficácia da ação governamental, através da integração da atuação municipal com os governos federal e estadual e com os demais municípios da mesorregião Centro-Sul do Paraná, para formação de um processo de planejamento e de gestão de questões de interesse comum;

- Participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento, gestão e controle social;

- Potencialização da criatividade e do empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes, priorizando o fomento e implantação dos Arranjos Produtivos Locais, com o constante incentivo a formação continuada e ao empreendedorismo local;

- Incentivo ao desenvolvimento das atividades econômicas, notadamente os serviços e o comércio local, em sintonia e cooperação com os demais municípios da mesorregião Centro-Sul do Paraná;

- Promoção de um sistema de comunicação ampla, para implantação e manutenção de bancos de dados, cadastros urbanos, parâmetros e indicadores que

permitam o monitoramento e a avaliação sistemática do desenvolvimento urbano e rural, garantindo plena acessibilidade desses dados a toda população;

▪ Implantação de uma política pública municipal de responsabilidade social, assegurando às Comunidades Tradicionais inseridas no território, a equitativa repartição dos benefícios auferidos pelo manejo sustentável de florestas, manejo sustentável nas baías, e no manejo sustentável do turismo, este último em todas as suas especificidades.

b) Proposições

1. Remodelação da Estrutura Organizacional Administrativa do município;
2. Implementação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade;
3. Definição de uma política de desenvolvimento econômico abrangente na área de agropecuária, turismo e de geração de renda, sempre de maneira integrada entre a PREFEITURA, EMATER, IBAMA, IAP e da CANTUQUIRIGUAÇU;
4. Construção e reforma dos equipamentos públicos;
5. Contratação e capacitação de profissionais em todas as áreas;
6. Criação de uma política de preservação cultural;
7. Regularização fundiária sustentável do solo municipal, priorizando o atendimento à população de baixa renda residente em imóveis ou áreas de risco ambiental;
8. Manutenção permanente das estradas localizadas no território municipal;
9. Implantação de um estudo de fluxo de passageiros para viabilizar a demandado transporte intermunicipal, coletivo urbano e escolar;
10. Gestão do uso do solo municipal – Macrozoneamento e Zoneamento;
11. Implantação do Saneamento Ambiental em todo o território municipal;
12. Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Plano Diretor Municipal responsável pela integração das ações no município e pelo acompanhamento da implantação do Plano Diretor Municipal;

c) Apontamentos em relação a estrutura de avaliação

A partir da leitura dos apontamentos realizados, e com a avaliação realizadas nos setores do município, pode-se entender e apontar os seguintes elementos em relação aos objetivos, diretrizes e proposições do PDM elaborado em 2009:

- As estruturas e a capacidade do município na época eram bastante deficitárias, sendo necessário estrutura a capacidade de atendimento da população, o que foi sendo realizado por áreas e de acordo com a capacidade de investimento e parcerias do município;
- Na época, existia uma relação do município com a região, com foco na possibilidade de existência de parceria em formato de consórcio, o que facilitaria a execução de ações nos setores do município. Porém com o passar do tempo, estas parcerias foram enfraquecendo e não ocorrendo, por mudança no foco da gestão regional.
- Existia a necessidade de capacitação e qualificação das equipes municipais para o entendimento e a aplicação do formato de gestão pública que o Estatuto da Cidade traz a partir da elaboração do PDM.
- Era necessário fazer com que a população entenda a forma de gestão pública que o Estatuto da Cidade traz a partir da elaboração do PDM, bem como, apontar e orientar como os mesmos podem participar;
- Apontamento de necessidades relacionadas a organização, criação e implantação de leis, regulamentações de ações que realizem a organização gestão municipal, para se organizar e desenvolver o território municipal.
- Necessidade de criação e implantação de políticas públicas de gestão do território, com foco na valorização do trabalho dos conselhos municipais, principalmente o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Plano Diretor Municipal.

3.3. Avaliação Por Áreas Apontadas No PDM Vigente

Com a leitura dos documentos elaborados em 2009, com visitas técnicas aos setores e secretárias municipais e reuniões técnicas com a ETM e demais equipes do executivo municipais, foi possível realizar apontamentos de ações previstas em 2009, a partir das necessidades de cada setor, e verificar a sua execução neste período de vigência (2009 – 2019), conforme segue:

3.3.1. Setor 01

- i. regulamentação da legislação urbanística vigente;
- ii. implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- iii. atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo, para fins urbanos, edificações e obras, e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais;

Territoriais	Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Distribuição da População	População dispersa pela grande extensão de área municipal.	População sem apoio para continuar no campo. Taxa de C A Negativa = - 2,26% A ocupação dispersa pelo território dificulta a prestação de serviços públicos, onerando o poder público municipal. Falta de acessibilidade de escoamento de produção.	Qualidade de vida no campo.	População dispersa pela grande extensão de área municipal.	Taxa de Crescimento = 1,93% Falta de acessibilidade de escoamento de produção. Políticas Públicas, incentiva a comunidade a permanecer no campo.	Considerando a evolução da taxa de crescimento populacional, existem áreas adequadas e disponíveis para a consolidação de uma ocupação urbana em locais apropriados. Políticas Públicas como incentivo da comunidade a se especializar na economia local.

01 - Promover a regularização fundiária sustentável do solo municipal, priorizando o atendimento à população de baixa renda residente em imóveis ou áreas degradadas e de risco ambiental. Assim como a regularização das áreas de ocupação irregular e os assentamentos.

Ação 01: Zonas de Interesse Social – ZEIS;

Ação 02: Concessão de Direito Real de Uso;

Ação 03: Direito de Preempção;

Avaliação: Estas ações foram executadas de forma parcial, existindo a necessidade de reavaliar cada umas delas e readequar a realidade atual do município;

Territoriais	Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Regulamentação do Uso do Solo	Adensamentos populacional em área rural.	Não há uma regulamentação eficiente por uma norma municipal, logo não há controle da utilização territorial. Inexistência de Planos de Manejo do uso do solo, logo trazendo certo comprometimento. Distrito com necessidade de delimitação do Perímetro Urbano como ocorre em Guampará.	Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação do uso do solo, facilitando o gerenciamento e entendimento entre órgãos e população local para a sustentabilidade municipal.	Comércio. Serviços. Residências. Indústrias.	Crescimento de ocupações irregulares em áreas impróprias e de maneira desordenada. Situação de irregularidade de uma grande parte dos terrenos em Marquinho, ausência de matrículas e registro oficial dos terrenos. Regulamentação municipal desatualizada, logo não há controle da utilização territorial.	Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação do uso do solo, facilitando o gerenciamento e entendimento entre órgãos e população local para a sustentabilidade municipal.

01 - Promover a atualização do uso e ocupação ordenada do solo urbano, tendo como referência a cidade real, e tendo o objetivo e o cumprimento da função social da propriedade e o acesso de seus habitantes ao direito à cidade.

Ação 01: Ampliação do Perímetro Urbano da Sede;

Ação 02: Delimitação do Perímetro Urbano do Distrito da Guampará;

Ação 03: Implementação da Nova Regulação Urbana como Instrumento Fundamental à Garantia da Acessibilidade;

Avaliação: As ações 01 e 02 foram executadas e a 03 está sendo realizada ainda, já que depende de investimentos e parcerias, sendo que parte do território já foi regularizado e parte está em projeto de regularização;

02 - Implantar o sistema de coleta e tratamento de esgoto no município e estabelecer alternativas para redução da poluição hídrica por esgotamento sanitário, garantindo a qualidade ambiental.

Ação 01: Elaboração de um Plano Municipal de Saneamento;

Ação 02: Manual do Saneamento Ambiental;

Ação 03: Implantação do sistema de tratamento de esgoto na área urbana e conexão obrigatória das edificações;

Ação 04: Obrigatoriedade de conexão de novos loteamentos à rede coletora;

Avaliação: As ações 01 e 02 foram executadas de forma parcial e as 03 e 04 não foram executadas por ser de autarquia de entidade estadual, sendo que o município vem viabilizando esta possibilidade de implantação, baseado novo marco regulatório no nível federal;

Territoriais	Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Uso do Solo	Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal. Solo e Relevo. Rios Vegetação. Agropecuária. Ventos predominantes.	Ausência de Zoneamento do município definindo claramente usos permitidos, permissíveis e proibidos no território. Não há parâmetros de uso e ocupação do solo.	Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação de Uso e Ocupação do Solo.	Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal.	Parâmetros de uso e ocupação do solo não existente. Ausência de um Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural.	Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação.

01 - Organizar o uso e ocupação ordenada do solo na área urbana e rural, tendo como referência a diversidade socioespacial e a sustentabilidade ambiental.

Ação 01: Áreas Rurais;

Ação 02: Áreas Urbanas;

Ação 03: Delimitação das Áreas de Ocupação-Zona Urbana;

Ação 04: Definição dos Usos e Parâmetros Construtivos;

Avaliação: Ações executadas, porem necessitam de readequações para a nova realidade do município;

02 - Garantir a circulação entre as comunidades, o acesso amplo aos espaços e equipamentos públicos, a mobilidade no território municipal, e deste com os demais municípios da região.

Ação 01: Maior Manutenção das Estradas Vicinais;

Ação 02: Desenvolvimento e Implementação de um Plano Municipal de Transporte;

Avaliação: Ações executadas, porém necessitam de ações e adequações contínuas, ou seja, precisam de constante avaliação e adequação;

03 - Qualificar o sistema viário urbano para o uso do pedestre e do ciclista, atendendo a critérios ambientais, escala e garantindo a acessibilidade.

Redefinir a hierarquia do sistema viário urbano e municipal, de acordo com a função da via, buscando a continuidade da malha viária, a sinalização e educação de Trânsito.

Ação 01: Vias de Passeio ou Animação;

Ação 02: Passeios Públicos;

Ação 03: Plano Municipal de Arborização Urbana;

Ação 04: Hierarquia Urbana da Sede;

Ação 05: Hierarquia Urbana do Distrito de Guampará;

Ação 06: Campanha de Educação para o Trânsito;

Avaliação: Ações executadas para a situação encontrada em 2009, porem necessitam de readequações para a nova realidade do município;

3.3.2. Setor 02

Aspectos Ambientais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Clima	Influencias climáticas através da latitude, circulação das massas atmosféricas, altitude, relevo e hidrografia.	Ocorrência de inversão térmica ocasionada por queimadas.	Existência de sistemas alternativos de queimadas para a limpeza de pastos e preparação de solos.	Climas Cfa e Cfb.	Ocorrência de inversão térmica ocasionada por queimadas.	Existência de sistemas alternativos de queimadas para a limpeza de pastos e preparação de solos.	Climas Cfa e Cfb.	Ocorrência de inversão térmica ocasionada por queimadas.	Existência de sistemas alternativos de queimadas para a limpeza de pastos e preparação de solos.

Avaliação: Não foram encontradas ações específicas para este setor;

01 - Fomentar o monitoramento permanente das condições meteorológicas.

Aspectos Ambientais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Solo e Relevo	<p>Solos profundos e com fertilidade, oriundos da decomposição e desagregação de rochas magmáticas de origem vulcânica.</p> <p>Relevo planáltico com declividade geral voltada para oeste, ou seja, para a calha do Rio Paraná.</p>	<p>Terrenos bastante erodidos pela ação das águas correntes e pela ação de intemperismo.</p>	<p>Manejo do solo de acordo com as curvas de níveis.</p>	<p>Solos profundos e com fertilidade, oriundos da decomposição e desagregação de rochas magmáticas de origem vulcânica.</p> <p>Na ocupação das áreas em função do relevo: consideradas as faixas, definidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal.</p>	<p>Problemas de erosão.</p> <p>Degradação do solo.</p> <p>Utilização incorreta de defensivos agrícolas.</p>	<p>A recomposição das florestas em áreas de declives mais acentuados reduzindo os processos erosivos.</p> <p>Manejo do solo de acordo com as curvas de níveis.</p> <p>Desenvolvimento de programas na área rural, voltados para a agropecuária de cunho familiar.</p>	<p>Solos profundos e com fertilidade, oriundos da decomposição e desagregação de rochas magmáticas de origem vulcânica.</p> <p>Na ocupação das áreas em função do relevo: consideradas as faixas, definidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal.</p>	<p>Lixo Urbano. Dejeito direto no solo.</p> <p>Erosão urbana ocasionada por falta de drenagem, galerias pluviais etc.</p>	<p>Alta taxa de cobertura pela rede de esgoto (fossa séptica) Reciclagem do Lixo.</p> <p>Local para o Aterro Sanitário. Destinação correta Lixo Hospitalar.</p>

01 - Desenvolver e implantar projetos de uso do solo agrícola, visando o desenvolvimento do território. E o manejo do solo de acordo com as curvas de níveis.

Ação 01: Projetos Piloto de Uso do Solo Agrícola;

Avaliação: Estas ações foram executadas de forma parcial, porém com a realidade atual do município, existe a necessidade de adequação destas ações;

02 - Reduzir o índice de contaminação no solo, ocasionado por agrotóxicos, lixo doméstico e esgoto.

Ação 02 - Conscientização da Comunidade Rural e Urbana sobre o Manejo Adequado do Agrotóxico;

Avaliação: Ações executadas, através de parcerias externas;

Aspectos Ambientais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
<p>Composição Florística e Fauna</p>	<p>Diversidade de ambientes criados pelo relevo e clima.</p> <p>Abriga inúmeras espécies de.</p> <p>Grande diversidade ambiental de Marquinho em relação aos municípios da mesorregião do Paraná e do Brasil.</p>	<p>Cobertura vegetal primitiva era constituída de Matas de Araucárias .</p> <p>Exploração da Madeira de lei, pinheiro entre outras.</p>	<p>Um dos elementos mais belos do espaço natural do município corresponde aos campos intercalados com matas de araucárias. A recuperação das áreas devastadas e a conservação das existentes se constituem em excelente apelo para o turismo rural. Atividades econômicas compatíveis com a preservação da fauna e flora como a apicultura.</p>	<p>Cobertura vegetal.</p> <p>Abriga inúmeras espécies de fauna endêmicas e ameaçadas de extinção.</p> <p>A mata ciliar existente nos fundos de vale.</p>	<p>Devastação das matas nativas. Reflorestamentos com espécies não nativas. Caça e pesca ilegal.</p>	<p>Reflorestamento com ervamate (Ilex-paraguaienses) estimulando a atividade ervateira. Possibilidades de formação de áreas florestais para parcerias internacionais lucrativas, relacionadas aos "Sorvedouros de Carbono" propostos pelo Protocolo de Kioto. Estabelecer regras claras de fiscalização e controle ambiental.</p>	<p>Cobertura vegetal.</p> <p>Abriga inúmeras espécies de fauna endêmicas e ameaçadas de extinção.</p> <p>A mata ciliar existente nos fundos de vale.</p>	<p>Posse irregular de terrenos. Construções irregulares em relação ao nível da rua, alinhamento, etc.</p>	<p>Loteamentos licenciados pela prefeitura e IAP. O Plano Diretor Municipal definirá usos do solo compatíveis com as áreas de mata nativa</p>

01 - Controlar os processos erosivos e de assoreamento, recuperando as matas ciliares nas bacias hidrográficas do município.

Ação 01: Corredores de Biodiversidade;

Avaliação: Ações não executadas, e de acordo com o entendimento da equipe, não existe viabilidade de implantação no momento;

02 - Implantar rotas e caminhos para o desenvolvimento sustentável do turismo de aventura e observação da natureza. Divulgar e estimular as possibilidades econômicas ligadas à silvicultura como cultivo de erva-mate, apicultura e ervas medicinal. Criar mecanismos para articular a preservação do ambiente natural à geração de renda da população local, revertendo num cenário de longo prazo o quadro de exploração da flora e fauna.

Ação 01: Recuperação das Áreas Devastadas e a Conservação das Existentes

Avaliação: Ações com execução continua, a partir de campanhas de incentivo para os proprietários realizarem este processo, porem a fiscalização da execução não fica em autarquia de entidades municipais, sendo necessário se enquadrar em leis federais e a fiscalizações estaduais.

Aspectos Ambientais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Potencial Hídrico	Bacias do Iguaçu e do Piquiri	Assoreamento ocasionado pela destruição das matas ciliares. Redução do volume hídrico devido ao rebaixamento do lençol freático ocasionado pelo desmatamento das áreas próximas aos mananciais.	Rede hidrográfica numerosa constituída por rios perenes integrantes das bacias do rio Piquiri e Iguaçu. Potencial hidráulico compatível com instalação de pequenas centrais hidrelétricas. Volume hídrico que possibilita projetos de irrigação. Implantação para infraestrutura de canoagem em corredeiras	Bacia do rio Piquiri. Além do rio Piquiri, banham o município o rio Cobre, rio Marquinho, rio Cinco Voltas, rio São Tomé, rio Juti, rio Guampará e rio Anta Gorda que abastece a cidade.	Contaminação ocasionada por agrotóxicos, lixo doméstico e esgoto. Assoreamento ocasionado devido a falta da água tratada. Falta de pavimentação nas estradas. A ocupação e expansão urbana têm promovido a poluição dos rios, através do lançamento de resíduos e efluentes domésticos e industriais.	Programas na área rural, voltados para a agropecuária de cunho familiar. Reconstituir as matas-galerias	Além do rio Piquiri, banham o município o rio Cobre, rio Marquinho, rio Cinco Voltas, rio Juti, rio Guampará e rio Anta Gorda que abastece a cidade.	Contaminação ocasionada por lixo doméstico e esgoto. Falta da água tratada. A ocupação e expansão urbana têm promovido a poluição dos rios, através do lançamento de resíduos e efluentes domésticos e industriais.	Ampliação da taxa de cobertura pelas redes de água tratada para toda a área urbana. Rios que compõem a Microbacias.

01 - Assoreamento, reconstituição das matas ciliares nas bacias hidrográficas do município.

Ação 01: Potencializar a Rede Hidrográfica

Avaliação: Ações com execução contínua, a partir de campanhas de incentivo para os proprietários realizarem este processo, e com programas específicos de apoio, em parceria com outras entidades;

02 - Garantir a qualidade hídrica dos mananciais de abastecimento do município e o atendimento presente e futuro de toda a população.

Ação 01: Programa de Educação Sanitária e Ambiental

Avaliação: Ações com execução contínua, a partir de campanhas de incentivo para os proprietários realizarem este processo, e com programas específicos de apoio, em parceria com outras entidades;

03 - Ampliar e melhorar o sistema de abastecimento de água das comunidades servidas pelo sistema de auto-gestão.

Avaliação: Ações com execução contínua, a partir de campanhas de incentivo para os proprietários realizarem este processo, e com programas específicos de apoio, em parceria com outras entidades;

3.3.3. Setor 03

iv. provisão de infraestrutura e equipamentos, e prestação de serviços públicos;

Aspectos	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Dinâmica Econômica IC	Setores econômicos: primário, secundário e terciário.	Falta de infraestrutura para desenvolvimento econômico e geração de renda.	Trabalhos em parceria para a construção de estruturas que possibilitam o desenvolvimento global entre os aspectos dos setores econômicos.	Principal setor econômico-primário, após secundário e terciário.	Crescimento negativo. Precarização do mercado de trabalho (trabalho informal, baixa remuneração). Emprego formal alocados no poder público municipal. Esvaziamento econômico (empresas e indústrias) Indefinição do potencial econômico.	Turismo Rural. Lixo em renda. Estradas municipais Diversificação agrícola. Atividades artesanais. Pequenas indústrias. Incentivo a diversificação produtiva.	Principal setor econômico-primário, após secundário e terciário.	Deficiência de infraestrutura urbana. Comércio pouco competitivo. Setor de serviços muito incipientes não podendo atender adequadamente a área turística. Serviços de hospedagens e alimentação.	Turismo Rural. História do município. Regularização de áreas urbanas. Atividades culturais e de lazer.
Finanças Pública OUTROS	Apoio de órgãos estadual e federal	Muitos municípios vivem de repasses federais e Estaduais, não geram receitas próprias. Faltam profissionais qualificados na Gestão administrativa.	Atividades de geração de renda regional.	Apoio de órgãos estadual federal	Dificuldade de egerar receitas.	Atividades de pesquisa com implementação de projetos pilotos. Parcerias com universidades locais.	Apoio de órgãos estadual federal	Dificuldade de egerar receitas.	Atividades de pesquisa com implementação de projetos pilotos. Parcerias com universidades locais.

01 - Elevar a capacidade de geração da receita própria, estimulando a instalação de novos estabelecimentos e da regularização fiscal das atividades econômicas informais.

Ação 01: Elevação da Receita Orçamentária Própria;

Avaliação: Ações com execução contínua, a partir de campanhas de incentivo e projetos próprios do município, captação de receita a partir da atração de investimentos e parcerias com governo estadual e federal, pelas secretárias, ministérios e emendas parlamentares;

Aspectos Econômicos	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Agropecuária AGRI	Agroindústria.	Acesso a profissionais qualificados.	Buscar assessorias específicas em parceria com as universidades	Produção leiteira.	Pequena atividade econômica.	Diversificar produção para melhorar a receita tributária.	Atividade econômica agropecuária.	Falta mão de obra qualificada na gestão pública.	Projetos universitários e qualificação para os jovens.

Avaliação: Não foram encontradas ações específicas para este setor, porém a equipe técnica apontou que aconteceram algumas parcerias com entidades externas do município em alguns momentos que atenderam parcialmente estes apontamentos, mas precisa-se de novas avaliações;

Aspectos Econômicos	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Potencial Turístico IC	Proximidade física com o Turismo Regional	Desconhecimento do passado e das tradições.	Desenvolvimento e implantação de projetos de trekking e cavalgadas pelo Caminho do Peabirú, implantação de campings municipais para eventos como rodeios, festivais, etc.	Fluxo rodoviário intermunicipal.	Desconhecimento do passado e das tradições.	Conscientização através de escolas, do poder público municipal e dos clubes de serviço da importância econômica das atividades turísticas para o município tanto na área rural como na área urbana.	Pr-158	Desconhecimento do passado e das tradições.	Valorização do potencial histórico turístico municipal, implantação de camping municipal para campistas de maior poder aquisitivo como proprietários de motorhomes e trailer.
		Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade o turismo.	Desconhecimento do potencial econômico que corresponde na atualidade o turismo.		Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade o turismo.	Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade o turismo.		Desconhecimento do potencial econômico que corresponde na atualidade o turismo.	Total ausência de infraestrutura para o turismo, com os hotéis, restaurantes, meios alternativos de transporte como táxi, vans, etc. Falta de divulgação da existência do município dentro até mesmo do próprio estado do Paraná.

Avaliação: Não foram encontradas ações específicas para este setor, porem de acordo com a equipe técnica apontou que não teve ações neste setor;

Aspectos Sociais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Educação	Parcerias com o governo estadual e federal.	Faltam profissionais qualificados. Entraves na aprovação de projetos.	Projetos universitários. Espaços para pesquisa científica.	Educação voltada a realidade rural.	Falta formação técnica. Equipamentos sem adequação. Ensino Infantil. Transporte Escolar. Vagas em aberto no ensino fundamental. Não há a Casa Familiar Rural. Não há a APAE. Vagas no ensino infantil.	Estrutura para Ensino Médio. Formação técnica em cursos Pós-Médio e distância. Ensino para Jovens e Adultos.	Educação voltada a cursos técnicos de capacitação na produção local.	Falta formação técnica. Equipamentos sem adequação. Ensino Infantil. Transporte Escolar. Vagas em aberto no ensino fundamental. Não há a APAE. Vagas no ensino infantil.	Estrutura para Ensino Médio. Formação técnica em cursos Pós-Médio e a distância. Projetos universitários. Ensino para Jovens e Adultos.

01 - Dimensionar e priorizar a rede de ensino fundamental e infantil, possibilitando o acesso igualitário às unidades de ensino em todo o território municipal, garantindo uma melhoria na qualidade de ensino e a freqüente capacitação dos profissionais envolvidos.

Ação 01: Melhoria no Transporte Escolar

Ação 02: Educação Infantil

Ação 03: Ensino Fundamental Integral

Ação 04: Programa de Inclusão Social Educacional

Ação 05: Capacitação de Professores e Profissionais da Educação

Avaliação: Ações com execução contínua, porém quando se realiza um comparativo com a situação em 2009, existiu uma grande evolução, com a execução de várias ações com foco no atendimento destas ações, efetuadas pelo próprio município ou em parcerias com entidades externas;

02 - Melhorar os índices de alfabetização municipal.

Ação 01: Criação de Programa de Alfabetização Municipal para Adultos.

Avaliação: Ações com execução contínua, porém quando se realiza um comparativo com a situação em 2009, atendeu-se a mesma com a efetivação de parcerias com entidades externas;

03 - Garantir o planejamento educacional de forma contínua e integrada às diretrizes sociais, ambientais e econômicas do município.

Ação 01: Inclusão do ensino de Educação Ambiental no currículo permanente;

Ação 02: Implantação de Ensino Técnico Profissionalizante;

Ação 03: Potencializar o Plano Municipal de Educação;

Ação 04: Divisão Física do Departamento de Educação;

Avaliação: Ações 01, 03 e 04 apresentam execução contínuas e atendidas de formas parciais, quando comparadas com 2009, com várias ações e apontamento de melhorias. A ação 03 não é uma atividade de autarquia municipal, mas sim estadual.

Aspectos Sociais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Saúde	Parcerias com o governo estadual e federal.	Saúde alto custo para municípios.	Atividades de pesquisa com implementação de projetos pilotos.	Iniciativa de programas de saúde preventiva. População dispersa pelo território municipal.	Dificuldade de transporte e de comunicação. Equipamentos sem adequação. Falta de acessibilidade.	Centro de Saúde de Guampará	Iniciativa de programas de saúde preventiva.	Saúde básica ineficiente. Atendimento nas Especialidades.	Atendimento 24 horas. Programa de Saúde Básica e Preventiva. Centro de Saúde da Mulher e da Criança.

01 - Promover a expansão da cobertura de atendimento, priorizando o investimento nas comunidades isoladas e locais onde são registrados os maiores e mais complexos desafios.

Ação 01: Reelaborar Plano Municipal de Saúde;

Ação 02: Dinamização do Posto de Saúde da Sede;

Ação 03: Posto de Saúde no Distrito de Guampará;

Ação 04: Posto de Saúde em Gleba Nove;

Ação 05: Capacitação de Profissionais;

Avaliação: Ações executadas, porem apresentam necessidades de se realizar ações continuas.

02 - Desenvolver programas de educação sanitária e ambiental de forma articulada com as secretarias de educação, meio-ambiente e obras.

Ação 01: Programa de Saneamento Básico articulado com outras secretarias;

Avaliação: Ação executada de forma parcial, porem apresentam necessidades de se realizar ações continuas.

Aspectos Sociais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Habitação	Parcerias com o governo estadual e federal.	Falta de infraestrutura para desenvolvimento econômico e social.	Parceria para a construção de estruturas habitacionais.		Habitação em condições precárias.	Parcerias com órgãos estaduais.		Habitação em condições precárias.	Parcerias com órgãos estaduais na busca de financiamento de baixo custo.
Trabalho e Renda AS	Parcerias com o governo estadual e federal.	Incapacidade de gerar empregos pouco desenvolvimento secundário e terciário;	Perspectiva de atrair investimentos.	Iniciativa de programação de geração de renda.	Falta de investimento de diversificação no sistema produtivo.	Programas de Geração de Renda.	Iniciativa de programação de geração de renda.	Falta de investimento de diversificação no sistema produtivo.	Investir na diversificação da produção. Turismo Rural.

01 - Construir uma rede de apoio às micro e pequenas empresas, incentivando a instalação de atividades econômicas ligadas ao turismo e a agricultura familiar.

Ação 01: Constituição de uma Rede de Apoio à Pequena Indústria e a Agricultura Familiar.

Ação 02: Criação de uma Escola Técnica.

Ação 03: Desenvolvimento do Ecoturismo e Turismo Rural

Ação 04: Estabelecimento de uma Rede de Contato com Agências de Turismo

Avaliação: Ação 01 executada de forma parcial, porem apresentam necessidades de se realizar ações continuas e com parcerias. A ação 02 entende-se que não é autarquia do município. As ações 03 e 04 não foram executadas;

02 - Articular o desenvolvimento econômico do município à proteção do meio ambiente e à busca pela redução das desigualdades sociais.

Ação 01: Mão de Obra Qualificada Através do Ensino Profissionalizante;

Ação 02: Aliança entre as Comunidades, Prefeituras e Organizações Ambientais;

Ação 03: Organização de Cooperativas;

Avaliação: A ação 01 entende-se que não é autarquia do município, apenas poderá realizar o incentivo. As ações 02 e 03 foram executadas de forma parcial, porem apresentam necessidades de se realizar ações continuas e com parcerias.

Aspectos Sociais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Segurança OUTROS	Parcerias com o governo estadual federal.	Dependência do Estado.	Parceria com o Estado. Patrulha Rural.	População dispersa pelo território municipal.	Dificuldade de comunicação e transporte. Problemas com as áreas rurais e dificuldade de policiamento nas fazendas. Telefones públicos.	Tranquilidade Urbana.	Tranquilidade Urbana.	Jovens sem perspectiva de inclusão social. Telefones públicos.	Trabalhos de prevenção junto aos jovens. Tranquilidade.

01 - Garantir a segurança dos cidadãos, através da ampliação dos recursos humanos e da infraestrutura, visando à realização das atividades de vigilância, a prevenção da violência e o estímulo a participação das comunidades nas questões relativas à segurança.

Ação 01: Adoção da Sugestão da Secretaria de Segurança Pública para o Fechamento de Bares, Bailões e Casas Noturnas;

Ação 02: Criação do Conselho Municipal de Segurança Pública;

Ação 03: Cobertura Total do Programa Preventivo contra as Drogas e a Violência;

Ação 04: Programa Direito e Deveres da Criança e do Adolescente;

Avaliação: As ações previstas foram executadas de forma parcial, porem apresentam necessidades de se realizar ações continuas e com parcerias.

Aspectos Sociais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Seguridade Social ASS	Parcerias com o governo estadual e federal.	Incapacidade de gerir a subsistência.	Projetos universitários. Espaços para pesquisa científica. Parceria entre as prefeituras e universidades para desenvolvimento de projetos.	Capacitação profissional da população.	Grande parte da população sem capacidade de gerar renda. Dependência em programas sociais.	Ampliação da participação da população nos programas sociais. PETI.	Cursos profissionalizantes de acordo com a realidade local.	Grande parte da população sem capacidade de gerar renda. Dependência em programas sociais.	Participação da população nos programas sociais. PETI.

01 - Garantir a acessibilidade aos cidadãos, através da conscientização entre os próprios cidadãos, como também a capacitação de profissionais técnicos e gestores urbanos, sobre as necessidades peculiares de acesso à população.

Ação 01: Garantir a Acessibilidade para a População;

Ação 02: Conscientização e Dinamização do Programa Bolsa Família;

Ação 03: Programa Casa Familiar Rural;

Ação 04: Conselho Municipal da Terceira idade e do Idoso;

Ação 05: Centro de Integração da Terceira Idade e do Idoso – CITI;

Ação 06: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS;

Avaliação: As ações previstas foram executadas, porem apresentam necessidades de se realizar ações continuas e com parcerias. Porém os programas das ações 02 e 03 não existem mais.

3.3.4. Setor 04

Aspectos de Infraestrutura e Transportes	Escala Municipal rural			Escala Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Resíduos Sólidos AGRI	Local destinado ao aterro sanitário.	Coleta de lixo doméstico depositado na natureza/queimado/enterrados Coleta de lixo hospitalar ineficiente. Não há Projetos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Coleta de lixo hospitalar-coleta terceirizada.	Coleta de lixo hospitalar. Coleta de lixo hospitalar.	Coleta de lixo doméstico depositado em área não apropriada. Coleta de lixo hospitalar ineficiente. Não há Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Alguns Programas de Educação Ambiental. Coleta de lixo hospitalar-coleta terceirizada.

01 - Ampliar e melhorar a coleta de resíduos sólidos, implantando um sistema de coleta com separação de lixo reciclável e hospitalar em todo o município.

Ação 01: Manual do Saneamento Ambiental;

Ação 02: Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Município;

Ação 03: Implantação da Coleta Seletiva;

Ação 04: Gerenciamento dos resíduos sólidos na formação de aterro sanitário consorciado intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos;

Avaliação: As ações previstas foram executadas de forma parcial, já que existem a necessidade de investimentos externos e em parcerias com governo estadual. As mesmas apresentam necessidades de se realizar ações contínuas e com parcerias.

Aspectos de Infraestrutura e Transportes OUTROS	Escala Municipal rural			Escala Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública	Satisfatória Rede de Energia elétrica.	População sem energia elétrica. Ausência de iluminação pública.	Rede elétrica garantindo cobertura quase de total ao município.	Satisfatória Rede de Energia elétrica.	População quase que totalmente atendida.	Rede elétrica garantindo cobertura quase de total ao município.
Sistema de Telecomunicações.	Parcerias com o governo federal e estadual.	Falta de telefones públicos. Não há emissoras de rádio.		Parcerias com o governo federal e estadual.	Falta de telefones públicos. Não há emissoras de rádio.	

Avaliação: Não foram encontradas ações específicas para este setor, porém a equipe técnica apontou que aconteceram algumas parcerias com entidades externas do município em alguns momentos que atenderam parcialmente estes apontamentos, mas precisa-se de novas avaliações;

3.3.5. Setor 05

v. provisão de infraestrutura e equipamentos, e prestação de serviços públicos;

ASPECTOS INSTITUCIONAL	Escala Municipal Rural		Escala Municipal Urbana			
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Estrutura Organizacional OUTROS	Departamentos municipais.	Insuficiência dentro do quadro próprio do município para desempenhar as funções necessárias à implementação do Plano Diretor Municipal.	Quadro técnico do município através de aperfeiçoamento profissional para a implementação do processo permanente de planejamento na aplicação do Plano Diretor Municipal.	Departamentos municipais.	Regulamentação e instrumentos para a regulação do território municipal dentro dos limites legais para a implementação do Plano Diretor Municipal no ordenamento de uso e ocupação do solo rural.	Quadro técnico do município através de aperfeiçoamento profissional para a implementação do processo permanente de planejamento na aplicação do Plano Diretor Municipal.
		Falta de departamentos visando incentivar o turismo rural e geração de renda. Sub-sedes nas comunidades de maior concentração.	Dentro do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento há programas de Geração de Renda e Turismo Rural.		Articulação entre os departamentos municipais na execução de projetos e programas na discussão do Plano Diretor Municipal.	

01 - Formalizar parcerias entre município e estado, visando à regulamentação do processo de consulta, discussão e deliberação de questões relacionadas ao planejamento e gestão municipal.

Ação 01: Formação de Câmaras Técnicas Setoriais e Formalização de Convênios

Avaliação: Não foi encontrada nenhuma atividade específica para atender esta ação, sendo um setor deficitário no município;

02 - Reorganizar a estrutura administrativa municipal, racionalizando as atribuições, funções e inter-relações entre as secretarias municipais e demais órgãos, e fortalecendo o quadro técnico municipal responsável pela implementação de um processo contínuo de planejamento e gestão territorial.

Avaliação: Não foi encontrada nenhuma ação e atividade específica para atender este item;

03 - Reorganizar as medidas de polícia administrativa municipal, fortalecendo a organização das atividades antrópicas no meio físico-territorial e estabelecer as relações entre o poder público local e os municípios.

Ação 01: Criação do Código de Posturas e Código de Obras do município.

Ação 02: Implantação da Subsede no distrito de Guampará

Avaliação: Ação 01 atendida, porém existe a necessidade de adequação e atualização. Ação 02 atendida, porém com necessidade de ações contínuas;

04 - Fortalecer, qualificar e capacitar o quadro técnico municipal responsável pela implementação de um processo contínuo de planejamento e pela gestão do Plano Diretor Municipal.

Ação 01: Promoção da Qualificação, Capacitação do Quadro dos Servidores Municipais.

Avaliação: Ação atendida, porém com necessidade de ações contínuas;

05 - Promover a participação, o controle social e a integração entre as políticas públicas municipais.

Ação 01: Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Plano Diretor Municipal;

Avaliação: Ação atendida, porém com necessidade de ações contínuas;

06 - Garantir a divulgação e o esclarecimento da população como garantia da efetividade das diretrizes, propostas e ações do Plano Diretor Municipal.

Ação 01: Elaboração da Cartilha do Plano Diretor Municipal e realização de Eventos do Plano Diretor Municipal;

Avaliação: Ação atendida, porém com necessidade de ações contínuas;

07 - Implantar e atualizar um banco de dados e informações georreferenciadas do município, que auxiliará no planejamento e monitoramento municipal e promoverá a interação das políticas públicas do município.

Ação 01: Planejamento Municipal com a Implementação do Sistema de Informação Geográfica – SIG.

Avaliação: Ação não atendida;

ASPECTOS INSTITUCIONAL	Escala Municipal Rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Legislação OUTROS	Áreas urbanas consumadas em área rural.	Disciplinamento municipal insuficiente em matérias que condicionam a elaboração do Plano Diretor Municipal.	Distrito de Guampará com características urbanas.	Na ocupação das áreas em função das leis consideradas as faixas, definidas pela Legislação Federal, Estadual Municipal: Lei 6.766 / 79 Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 Código Florestal.	- Legislação municipal de Marquinho, no que concerne ao uso e ocupação do solo é extremamente precária, inexistente. - O corpo de Leis não contempla os princípios gerais de política urbana. - Deficiência da estrutura de fiscalização municipal, não sendo integralmente viabilizada.	Discussão coletiva como representação de uma grande oportunidade para que se criem os princípios da política urbana e elabore-se uma regulamentação urbanística capaz de viabilizar um processo permanente de planejamento. Loteamentos recentes em processo de regularização dos imóveis urbanos trazendo segurança jurídica aos munícipes. Lei de Diretrizes e Base. Lei de Orçamento Anual. Plano Plurianual.

01 - Organização e monitoramento constante da administração na gestão territorial.

Ação 01 - Capacitação de Funcionários para o Constante Monitoramento da Comunidade;

Avaliação: Ação atendida, porém com necessidade de ações contínuas;

4. CONCLUSÕES

Baseados nos apontamos realizados nas diretrizes, proposições ações previstas no PDM elaborado em 2010, verifica-se que as atividades previstas apresentam uma variabilidade grande em seu cumprimento e em execução.

Verifica-se que foram apontadas várias ações que, segundo a ETM, são entendidas como atividade que não é possível ser executadas pelo município, já que as mesmas não dependem diretamente do município, já que existem outras autarquias que regem a implantação das mesmas.

Além disso, o não cumprimento de algumas ações também se justifica pelo fato de que as características do município mudaram, não sendo mais algo que necessite ou que tenha espaço para se aplicar.

Outra situação apontada pela ETM, e a falta de indicadores de monitoramento para a execução das atividades, tanto no que se refere a tempo como níveis de monitoramento de evolução do indicador.

Assim, nesta revisão espera-se adequar e atualizar as diretrizes e proposições de acordo com a realidade e necessidades atuais, apresentando novas ações para que se atenda/resolva estas necessidades, sem deixar de manter aquelas ações que forma executadas ao longo deste período, que de se demonstraram efetivas, com resultados satisfatórios e que faz sentido a realidade atual do município.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

CONSULTORIA CONTRATADA

**FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA
EM PROJETOS LTDA**

COORDENAÇÃO GERAL

**Diego Ronaldo Matciulevicz
Engenheiro Civil, CREA PR-107371/D**

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

**Rodrigo Maschio De Freitas
Arquiteto e Urbanista, CAU PR
00A1075365**

**Tiago David Damiani
Administrador**

**Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista, CORECON/PR 7576**

**Cezar Augusto Soares
Engenheiro Ambiental, CREA PR-
174256/D**

**Evandro Alif Bolba Barbieiro
Advogado, OAB/PR nº 60.847**

**José Francisco De Gois
Geógrafo, CREA PR-199212/D**

**Taise Signorini
Psicóloga**

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Eng^a Nágila Terezinha Freiria

**Analista de Desenvolvimento
Municipal**

Arq. Urb. Maria Inês Terbeck

**Analista de Desenvolvimento
Municipal**

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

COORDENAÇÃO

**Charles Alexandre Batista
Engenheiro Civil**

EQUIPE

**Emerson Baptistel
Diretor Administrativo**

**Marcos Baptistel
Contador**

**Telma Mugnol
Advogada**

**Clodoaldo Paviani
Controle Interno**

**Sergio Luiz Dal Pai
Secretaria de Administração**

**Eder Barbosa Vaz
Secretaria de Agricultura e Meio
Ambiente**

**Aldair Mossolin
Professor de Ed. Física**

**Fernando Pires
Diretor Departamento de Tributação**

**Eliane Ramos Padilha
Secretaria de Educação**

**Mariclea Telles de Vargas
Secretaria de Saúde**

**Tissiane Varela Schisler
Secretaria de Promoção de Ação
Social**

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

PODER PÚBLICO

**Gilmar Camargo
Diego Pereira Moreira**

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

**Altair Bittencourt
João Maria Cardoso**

DISTRITOS MUNICIPAIS

**Alex Sandro Baptistel
Valdir Gorff**



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS
AUGUSTINHO ZUCCHI Secretário
LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

AUGUSTINHO ZUCCHI Superintendente

CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executivo e
Diretora de Operações

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa e de Guarapuava

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da
Região Metropolitana e Litoral

AMERICO MEGUMY NONAKA Coordenador ER Cascavel

JOSÉ RICARDO MATTOS DO AMARAL Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MARQUINHO

Prefeito:

ELIO BOLZON JUNIOR

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2021

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Agosto/2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DAS OFICINAS TÉCNICAS FASE II- PARTE I	5
I – REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO E REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA	6
II – REUNIÃO DE COORDENAÇÃO	9
III – 1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA COMUNITÁRIA	11

RELATÓRIO DAS OFICINAS TÉCNICAS

FASE II- PARTE I

I – REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO E REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA

Para dar início a Fase II da revisão do Plano Diretor de Marquinho, realizou-se no dia 17 de maio de 2022 às 09:00 nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho a Reunião Técnica de Capacitação e a Reunião Técnica Preparatória com os secretários dos setores de Agricultura e Meio Ambiente; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Saúde e Vigilância Sanitária; Assistência Social; Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e Equipe Técnica Municipal.

Apresentou-se os procedimentos da Fase II- Parte 1 e as metodologias para a aprovação das secretarias e da Equipe Técnica Municipal para:

1. mapear áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos;
2. mapear uso e ocupação atual do solo;
3. avaliar a capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
4. avaliar o uso e ocupação do solo atual, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
5. avaliar a expansão urbana, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
6. avaliar as condições gerais de moradia e fundiárias;
7. avaliar as condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana;
8. avaliar a capacidade de investimento do município;
9. avaliar a estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes;
10. Oficina de “Leitura Técnica” – “Análise Temática Integrada”.

Direcionou-se os debates sobre os temas voltados à Capacidade de Atendimento e Distribuição das Infraestruturas, Equipamentos e Serviços Públicos com todas os secretário e, como forma de organizar os trabalhos, a equipe técnica e a coordenação geral realizou uma reunião com cada setor separadamente, onde explicou-se as especificações de cada secretaria, apontando as metodologias para a realização do relatório e as informações de para grupo.



FIGURA 1- Reunião Técnica de Capacitação e a Reunião Técnica Preparatória

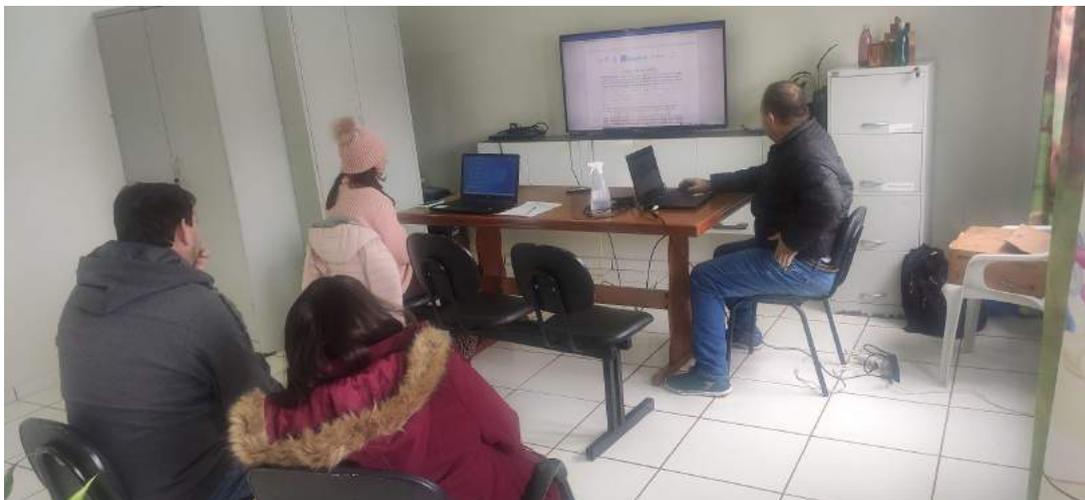


FIGURA 3- Reunião Técnica de Capacitação e a Reunião Técnica Preparatória- Secretaria de Assistência Social



FIGURA 4- Reunião Técnica de Capacitação e a Reunião Técnica Preparatória- Secretaria de Agricultura

LINK DOS VÍDEOS DA REUNIÃO:
<https://drive.google.com/drive/folders/17WiJ7kV8LxibYvRpgXAdfXLUyFykb2ir?usp=sharing>

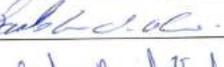
Lista de Presença da Reunião Técnica de Capacitação e a Reunião Técnica Preparatória



**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO - PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 17/05/2022 - 09:00 **ASSUNTO:** Reunião Técnica Capacitação (Parte 1)
Reunião Técnica Preparatória

Nome	RG	Assinatura
Felme Augustal	9.970.307-3	
Edite S. Ribeiro	6.561.733-0	
Tuicere V. J. Bignon	9.982.344-5	
MARCEL DE BUDADES	984342289	
Paulo Cesar do Carmo	8.076.065-5	
Carlos Daniel Tonello		Carlos Daniel Tonello
Luiz Fernando Zaneta	6.026.460-0	
Márcio B. dos Santos	15.801.027-5	
Atten Britten-cent	9.825.464-8	
TONY DANIEL DAMIANI	9.722.813-0	
Charles A. Batista	19.346.179-0	
Sergio Luiz Dal Pai	4.483.439-1	
Josi Ros de Fois	5563.992-2	
Emerson Zanetti	8.520.984-1	

II - REUNIÃO DE COORDENAÇÃO

Realizou-se no dia 17 de maio de 2022 às 08:00 nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho a Reunião Técnica de Capacitação e a Reunião Técnica Preparatória com a Equipe Técnica Municipal.

Apresentou-se as metodologias e técnicas da implantação da Fase II à equipe técnica para aprovação.



FIGURA 5- Reunião de Coordenação

LINK DOS VÍDEOS DA REUNIÃO:

https://drive.google.com/drive/folders/10uEhZ_myvuTKvK2HK3_3bvBrnl8qvN_c?usp=sharing

III – 1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA COMUNITÁRIA

A 1ª Oficina de Leitura Técnica Comunitária ocorreu no dia 10 de julho de 2022 às 14:00 em 3 comunidades do Município e na Sede:

- Sede
- Guampará
- Alto do Cobre
- Gleba Nova

Nesta Oficina foi apresentado o que é Plano Diretor Municipal e o que são os objetivos. Foram realizados formulários para avaliar o atendimento qualitativo e quantitativo, e distribuição espacial das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, visando garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental e ao lazer.



FIGURA 6- 1º Oficina de Leitura Técnica Comunitária- Sede do Município



FIGURA 6- 1º Oficina de Leitura Técnica Comunitária- Comunidade Gleba Nove



FIGURA 6- 1º Oficina de Leitura Técnica Comunitária- Comunidade Gleba Alto do Cobre

LINK DOS VÍDEOS DA REUNIÃO:

<https://drive.google.com/drive/folders/1yRuBfa1IAArXAlsh--y6K9Wxop1grDxw?usp=sharing>

Listas de Presença da 1ª Oficina de Leitura Técnica Comunitária



**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO- PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 10-06-2022 14:00

ASSUNTO: Oficina Leitura Técnica e Comunitária - "Análise Temática Integrada"

Nome	RG	Assinatura
Robledo		Schialli Padilha
José Ivo Zanella		Santos (Santos)
Alcides Zucarelli		Alcides Zucarelli
Elson José Ribicini		
Marcelo		marcio mendes
Jose Roberto de Souza	4002468	Jose Roberto de Souza
Erivaldo Zamboni	034032589-55	Erivaldo Zamboni
Ague Dalmaço	039.327.941	Ague Dalmaço
marcio mendes da Silva	046.557.369-09	marcio mendes
Carmelina Terres Padilha		Pedra Branca
Chya Padilha Zucarelli		Pedra Branca
Maria Sante Barbosa		Pedra Branca
Neiva f Campos		Pedra Branca
Antonio Eduardo P. de J.		Pedra Branca Antonio Eduard
Marcelo Roberto da Silva	057.706.809-11	Marcelo
Sraze de Quadros	008444609-90	Sraze de Quadros
Valdecar Ern	024.173.063-48	Valdecar Ern
Jose Sidnei Valensuelo	091.885.477-22	Valensuelo
Arnaldo de Souza		Arnaldo Souza
Maisa Borges & Almeida	CPF: 052.050.099	Maisa B & Almeida



**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO- PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 10-06-2022 14:00

ASSUNTO: Oficina Leitura Técnica e Comunitária - "Análise Temática Integrada"

Nome	RG	Assinatura
Aristide Jansen de Moraes		
Marcos Vinícius Breda		
Dr. Waldemar Bonetti		
Somero Rodrigues		
Rafael Carlos		
Fabrizio		
Belso Bonetti		
Osvaldo Vargas		
marin Cardaro		
Sebastião Cardoso dos Santos		
Ardo Schell Modella		
Vilmar Kluster da Silva		
Guilherme Fleury		
Salvador Basso Pereira		
Dayton da Silva		
Vilmar Baptista		
Carlos A. Vitorino		
Ornato da Cruz		
Guilherme		
Belso Bonetti		
Paulo Hux		



**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO- PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 10-06-2022 14:00

ASSUNTO: Oficina Leitura Técnica e Comunitária - "Análise Temática Integrada"

Nome	RG	Assinatura
Osvaldo Batista	10316174-0	
Salette Tan		
Assimenes Ribeiro da Lima		
Wilson Rios		
Jaiston Koslos		
Leoni Sde Barbo		
Margalene S Barbo		
Leoni dos Reis		
Yosi Kuruy		
Domingos Duarte		
Arri Santirino Schile		
Quirice Ferreira		
Jaiston Oliveira Alves		
Nelson F. Bierock		
Antônio Almeida		
Yozel Fortes		
Antônio Ovata		
Marcelo S. da Silva		
Yara de Sant'Anna		
Altieres Marcelino de Barros		
A Taidy Tan		



**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO- PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 10-06-2022 14:00

ASSUNTO: Oficina Leitura Técnica e Comunitária - "Análise Temática Integrada"

Nome	RG	Assinatura
<i>Leandro</i>		
<i>Sauvio Krowadzki</i>		
<i>Pro: Edilson Lima de Lobo</i>		
<i>Edmundo Lourenço</i>		
<i>Lucio Jaramil</i>		
<i>Grando de comercio</i>		
<i>Cleuini de S. M. Forzetta</i>		
<i>Serli Cruz de Siqueira Bast</i>		
<i>Merci Krowadzki</i>		
<i>Perilda da P. B. K. K.</i>		
<i>Carole M. de Lempes</i>		
<i>José Wilson Cardoso -</i>		
<i>Yoseluo Cardoso</i>		
<i>Fortuno Fortunato</i>		
<i>Elias Pictchak</i>		
<i>Prochlo de S. Skpash</i>		
<i>Somano Ribeiro Junfalves</i>		
<i>Platina Sefene</i>		
<i>Anselmo Forzetta</i>		
<i>Valdeir Lima</i>		
<i>Musa G. Forzetta</i>		

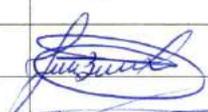


**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO- PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 10-06-2022 14:00

ASSUNTO: Oficina Leitura Técnica e Comunitária - "Análise Temática Integrada"

Nome	RG	Assinatura
Atanilene José Kroginski		
Caetano José		
Roselino F. de Lencas		
Rosenitor R. Lencas		
Amelio Fernandes		
Redson Pacheco		
Mulheres Dourado		
João Maria Cardoso		
Lucio Pereira Meurer		
Regedete Vargas		
João Batista Traczynski		
Vagner dos Santos		
Valdemir Caporaso de F.		
Edson J. de Villos		
João Pedro		
João Azende		
Valmor Ribat		
Fernandes Hoff		
Guilherme Regatta		
Luiz Botelho		
Manoel L. Almeida		



**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO- PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 10-06-2022 14:00

ASSUNTO: Oficina Leitura Técnica e Comunitária - "Análise Temática Integrada"

Nome	RG	Assinatura
Erico Samosa de Loubo		
Ritória Klepa		
Marcia Kulapig		
Luciane Lulek		
Fabio R. de Lenc		
Elmar da Cruz Siqueira		
Jose Lermen		
Evandro Manoel Schom		
Al. Kwon		
João Roberto Meneguel		
Lucia de Souza Meneguel		
Luiz Kawan		
Victória Dzuonik		
Sémar Santos		
Thamiré Siffert		
maurício Sklmer		
Paulo Stepani Zalkin		
Luiz Stepani Zalkin		
Bryno Gimolano		
Nikeli Zoratto		
João Baur de Corgo		

CONSULTORIA CONTRATADA

FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA

COORDENAÇÃO GERAL

Diego Ronaldo Matciulevicz
Engenheiro Civil, CREA PR-107371/D

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

Rodrigo Maschio De Freitas
Arquiteto e Urbanista, CAU PR 00A1075365

Tiago David Damiani
Administrador

Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista, CORECON/PR 7576

Cezar Augusto Soares
Engenheiro Ambiental, CREA PR-174256/D

Evandro Alif Bolba Barbieiro
Advogado, OAB/PR n° 60.847

José Francisco De Gois
Geógrafo, CREA PR-199212/D

Taise Signorini
Psicóloga

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

COORDENAÇÃO

Charles Alexandre Batista
Engenheiro Civil

EQUIPE

Emerson Baptistel
Diretor Administrativo

Marcos Baptistel
Contador

Telma Mugnol
Advogada

Clodoaldo Paviani
Controle Interno

Sergio Luiz Dal Pai
Secretaria de Administração

Eder Barbosa Vaz
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Aldair Mossolin
Professor de Ed. Física

Fernando Pires
Diretor Departamento de Tributação

Eliane Ramos Padilha
Secretaria de Educação

Mariclea Telles de Vargas
Secretaria de Saúde

Tissiane Varela Schisler
Secretaria de Promoção de Ação Social

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

Gilmar Camargo
Diego Pereira Moreira

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Altair Bittencourt
João Maria Cardoso

REPRESENTANTE DOS DISTRITOS MUNICIPAIS

Alex Sandro Baptistel
Valdir Gorff

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Nágila Terezinha Freiria

Analista de Desenvolvimento Municipal



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho
Produto 2ª fase – Parte I

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DAS CIDADES

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Secretário

MARCIO JULIANO MARCOLINO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Superintendente

CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executiva

JOSÉ ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

ALBARI ALVES DE MEDEIROS Diretor de Operações

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador Operacional

CARLO ANDRÉ MELLO HAKIM Coordenador de Recursos Humanos

FABIO ANDERSON MIGUEL Coordenador Financeiro

FERNANDO DOMINGUES CAETANO Coordenador de Estudos e Captação de Recursos

FLAVIO LUIZ SAUERBRONN Coordenador Administrativo

LEANDRO VICTORINO DE MOURA Coordenador de Tecnologia da Informação

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

MUNICÍPIO DE MARQUINHO

Prefeito:

ELIO BOLZON JUNIOR

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2021

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Agosto/2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS	3
2.1. Limites Territoriais Municipais	3
2.1.1. Delimitações Intramunicipais	8
2.1.2. Área de Expansão Urbana	10
2.1.3. Áreas Urbanas Consolidadas	11
2.1.4. Bairros Urbanos	13
2.2 Caracterização Físico-Ambiental	13
2.2.1. Geologia	13
2.2.2. Hipsometria Municipal	21
2.2.3. Declividade Municipal	22
2.2.4. Hidrografia e Hidrologia	23
2.2.5. Clima e Pluviosidade	26
2.2.6. Cobertura Vegetal	28
3. USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO	31
3.1. Histórico E Evolução Da Ocupação Antrópica	31
3.2. Uso E Ocupação Do Solo Urbano E Análise Legal	34
3.2.1. Uso e Ocupação do Solo Urbano	34
3.2.2.1. Zoneamento da Sede Urbana	34
3.2.2.2. Zoneamento do Distrito Guampará	42
3.2.3 Parcelamento do Solo	42
3.2.3.1. Loteamentos	43
3.2.3.2 Vazios Urbanos	43
3.2.4 Tipologias de usos do solo urbano	44
3.2.5 Uso e Ocupação do Solo Rural	44
4. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	47
4.1. Compartimentação Territorial	47
4.2. Aspectos Sociodemográficos	51
4.3. Capacidade de Atendimento e Distribuição das Infraestruturas, Equipamentos e Serviços Públicos	55

4.3.1. Educação	56
4.3.1.1. Trajetória da Educação no Município de Marquinho	56
4.3.1.2. Análise situacional do setor da Educação	73
4.3.2. Assistência Social	86
4.3.2.1. Vulnerabilidade social	87
4.3.2.2. O CADÚNICO no Município de Marquinho	88
4.3.2.3 Recursos Humanos da Secretaria de Ação Social	89
4.3.2.4 Proteção Social Básica	90
4.3.2.5 Benefícios Eventuais	91
4.3.2.6 Programa de Transferência Renda	91
4.3.2.7 Projetos e Ações da Secretaria de Ação Social	92
4.3.2.8 Proteção Social Especial	94
4.3.3. Agricultura	95
4.3.3.1. Bloco de Notas de Produtor Rural	101
4.3.3.2. Serviços veterinários	101
4.3.3.4. Porteira Adentro	101
4.3.3.5. Pacote Agrícola	102
4.3.3.6. Distribuição de Mudas Nativas	102
4.3.3.7. Coleta Seletiva de Lixo	103
4.3.3.8. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável	104
4.3.3.9. Associação de produtor Rural	104
4.3.3.10. Programa de Aquisição de Alimentos	107
4.3.3.11. Cooperativa de Agricultores Familiares de Marquinho	107
4.3.4 Saúde	108
4.3.4.1 Perfil Epidemiológico do Município	110
4.3.4.2 Organização e funcionamento da gestão municipal de saúde	114
4.3.4.3 Programas na Área da Saúde	116
5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	123
6. ANEXOS	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Mesorregiões do estado do Paraná.	4
Figura 2.2. Localização da região Centro-Sul do Paraná.	5
Figura 2.3. Localização do Território Cantuquiriguaçu.	6
Figura 2.4. Município de Marquinho, Paraná.	7
Figura 2.5. Município limites de Marquinho, Paraná.	8
Figura 2.6. Perímetro da Sede Urbana de Marquinho, Paraná.	9
Figura 2.7. Perímetro do Distrito de Guampará, Marquinho, Paraná.	9
Figura 2.8. Áreas Irregulares e perímetro da Sede Urbana do Município de Marquinho	10
Figura 2.9. Expansão do perímetro da Sede Urbana do Município de Marquinho	11
Figura 2.10. Áreas Urbanas Consolidadas.	12
Figura 2.11. Áreas Urbanas Consolidadas fora do perímetro definido pela Lei Municipal Nº 340/2010 .	12
Figura 2.12. Bairros do Município de Marquinho.	13
Figura 2.13. Geomorfologia Paranaense.	14
Figura 2.14. Perfil longitudinal dos Planalto Paranaense.	14
Figura 2.15. Distribuição dos tipos de rochas no Terceiro Planalto Paranaense.	15
Figura 2.16. Formação geológica do Paraná.	16
Figura 2.17. Sub Unidades morfoestruturais.	17
Figura 2.18. Unidades Litoestratigráficas.	18
Figura 2.19. Seção geológica ilustrativa de Barracão, demarcado o afloramento com ocorrência de pegmatitos básicos. As altitudes foram tiradas com GPS e os contatos são controlados na encosta, sendo inferidos para dentro do maciço.	19
Figura 2.20. Tipos de Solo.	20
Figura 2.21. Aptidão dos Solos.	21
Figura 2.22. Mapa Hipsométrico do Município de Marquinho.	22
Figura 2.23. Mapa Hipsométrico da área urbana do Município de Marquinho.	22
Figura 2.24. Mapa de Declividade do Município de Marquinho.	23
Figura 2.26. Localização do município de Marquinho na bacia do Rio Piquiri.	25
Figura 2.27. Distribuição dos tipos de climas.	26
Figura 2.28. Média da variação da temperatura.	27
Figura 2.29. Média da variação da precipitação.	28

Figura 2.30. Cobertura vegetal nativa de Marquinho	29
Figura 2.31. Uso da terra e remanescentes da cobertura vegetal.	29
Figura 3.1. Zoneamento segundo a Lei Complementar 346/2010.	35
Figura 3.2. Vistas da Zona de Comércio e Serviços-ZCS.	36
Figura 3.3. Vista da Zona de Industrial- ZI .	37
Figura 3.4. Vista da Zona de Residencial- ZR.	38
Figura 3.5. Vista da Zona de Expansão Urbana – ZEU.	38
Figura 3.6. Áreas para Implantação de Parque	39
Figura 3.7. Distribuição dos Loteamentos da área Urbana de Marquinho - Pr.	43
Figura 3.8. Macrozoneamento de Marquinho.	46
Figura 4.1. Mesorregiões do estado do Paraná.	47
Figura 4.2. Localização da região Centro-Sul do Paraná.	48
Figura 4.3. Localização do Território Cantuquiriguaçu	49
Figura 4.4. Município limites de Marquinho, Paraná.	50
Figura 4.5. Pirâmide Etária de Marquinho (2010).	52
Figura 4.6. Primeiro prédio próprio da Escola.	59
Figura 4.7. Prédio da Escola após reforma.	60
Figura 4.8. Primeiro prédio próprio da Escola.	62
Figura 4.9. Primeiro prédio próprio da Escola.	63
Figura 4.10. Segundo prédio próprio da Escola.	65
Figura 4.11. Primeiro prédio próprio do CMEI.	66
Figura 4.12. Primeiro prédio próprio da escola.	67
Figura 4.13. Prédio da Escola após melhorias.	68
Figura 4.14. Primeiro prédio próprio da APAE.O primeiro prédio da APAE era o antigo prédio do CMEI Sebastião Batista de França.	70
Figura 4.15. Prédio atual da APAE Marinalva Caniel Barboza.	71
Figura 4.16. Prédio atual da Escola.	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1. Usos permitidos para cada zona.	40
Tabela 3.2. Parâmetros de ocupação do solo urbano.	42
Tabela 4.1. Evolução da população entre 1970 a 2018	51
Tabela 4.2. Distribuição Da População Por Faixas Etárias Em 2010.	52
Tabela 4.3. Número De Famílias, Em Domicílios Particulares Permanentes, Segundo A Composição – 2010	53
Tabela 4.4. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios – 2010	53
Tabela 4.5. Taxa De Analfabetismo Segundo Faixa Etária - 2010	53
Tabela 4.6. indicadores e evolução do IDH-M de Marquinho-PR	54
Tabela 4.7. Número De Estabelecimentos De Ensino – 2022.	74
Tabela 4.8. IDEB Municipal Marquinho – Resultados e Metas 5º ano.	75
Tabela 4.9. IDEB Municipal Estado Do Paraná - Resultados e Metas 5º Ano.	75
Tabela 4.10. IDEB Estadual Resultados E Metas 9º Ano.	75
Tabela 4.11. Número de alunos atendidos por ano letivo na rede municipal.	76
Tabela 4.12. Número de alunos matriculados por modalidade de ensino no município no ano de 2022.	76
Tabela 4.13. Número de docentes por escolas e modalidade- 2022.	77
Tabela 4.14. Organização das instituições de educação infantil.	78
Tabela 4.15. Organização das instituições de ens. Fund. - anos iniciais	79
Tabela 4.16. Número de matrículas nas instituições de ensino municipais em 2022.	79
Tabela 4.17. Matrículas Na Educação Especial- APAE Em 2022.	80
Tabela 4.18. Profissionais da Assistência Social.	90
Tabela 4.19. Condição Do Produtor Em Relação Às Terras	97
Tabela 4.20. Estabelecimentos Agropecuários e Área Segundo as Atividades Econômicas – 2018.	97
Tabela 4.21. Área Colhida, Produção e Rendimento Médio em Culturas Temporárias – 2020.	98
Tabela 4.22. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas permanente – 2021	99
Tabela 4.23. Efetivo Dos Rebanhos Em 2021.	99
Tabela 4.24. Produção De Origem Animal – 2021.	100

Tabela 4.25. Comunidades Atendidas Pelo Porteira Adentro - JAN-JUN 2022.	102
Tabela 4.26. Equipamentos entregues em 2020, 2021 e 2022 para associações de produtores rurais.	105
Tabela 4.27. Causas Dos Óbitos Entre 2012 e 2016.	109
Tabela 4.28. Taxa De Mortalidade Em Crianças Menores De 1 Ano A Cada Mil Nascidos Vivos -2009-2016.	110
Tabela 4.29. Doenças De Notificação – 2010-2015.	110
Tabela 4.30. Informações Sobre Nascimentos No Período De 2012 A 2016.	112
Tabela 4.31. Número De Nascidos Vivos De Mães Com 7 Ou + Consultas De Pré-Natal – 2012/2016.	112
Tabela 4.32. Total De Crianças Nascidas Vivas X Consult. Pré-Natais 2012-16.	113
Tabela 4.33. Imunizações – Cobertura 2013 – 2016.	113

1. INTRODUÇÃO

A Análise Temática Integrada (ATI) se caracteriza como a leitura técnica do território de Barracão, com objetivo de compreender os aspectos que condicionam, interferem e definem as principais questões territoriais da localidade. Em atendimento ao Contrato nº 023/2021, a ATI integra a 2ª Fase do projeto de revisão do Plano Diretor e das legislações urbanísticas complementares, estando dividida em:

- Parte 1: Levantamento da situação atual do município;
- Parte 2: Expansão urbana e capacidade de suporte da infraestrutura disponível; e
- Parte 3: Síntese das análises elaboradas e definição dos objetivos para o desenvolvimento municipal.

Neste contexto, o presente relatório é dedicado à Parte 1, cujas informações coletadas foram sistematizadas e desenvolvidas em torno dos seguintes eixos temáticos:

i. Contextualização de Marquinho na Mesorregião Centro Sul do Paraná e Microrregião de Guarapuava, considerando os acessos e sua relação com os municípios vizinhos;

ii. Caracterização ambiental e geográfica do território, por meio da identificação das áreas aptas, aptas com restrição e inaptas à ocupação.

iii. Caracterização socioeconômica do município, com base nos dados referentes à (i) demografia: população, taxa de crescimento, natalidade, migração, domicílios; (ii) indicadores econômicos: PIB, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias, turismo), trabalho e rendimento.

iv. Caracterização do uso e ocupação do solo atual, por meio da análise do uso e ocupação atual do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas e de expansão urbana, a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens ou registros fotográficos;

v. Caracterização da infraestrutura e serviços públicos, considerando a capacidade e distribuição espacial das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.

Durante a elaboração do texto, serão abordadas as considerações finais frente aos principais desafios para a elaboração da revisão do Plano Diretor de Marquinho, com intuito de auxiliar na etapa prognóstica.

Cumpre mencionar que a análise constante neste documento se encontra amparada em:

- Dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº
- 10.257/2001, bem como nas resoluções do Conselho Nacional da Cidade;
- Fontes secundárias amplamente reconhecidas;
- Mapas georreferenciados; e
- Informações prestadas pelos gestores públicos.

2. ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS

O planejamento do uso e ocupação do solo urbano é condicionado às características do território e sua adequação para assegurar a sustentabilidade e a qualidade de vida da população sem riscos. Portanto, a identificação de áreas aptas ou inaptas aos usos antrópicos demanda a análise dos fatores ambientais, espaciais e humanos compatíveis ou incompatíveis com as necessidades de ocupação, apropriação e expansão dos espaços urbanos.

Assim, parte-se do entendimento dos espaços urbanos consolidados e não ocupados quanto às suas características nos contextos urbano e municipal para a definição das áreas aptas à ocupação. Nas áreas urbanas analisam-se os limites territoriais definidos pelos perímetros urbanos, áreas de expansão, área urbana consolidada, vazios e bairros urbanos. Na área rural do município, identificam-se as áreas com restrições à ocupação, tais como: corpos d'água, curvas de cheias do Rio Iguaçu, microbacias de captação, risco de inundação e deslizamento, altas declividades, remanescentes florestais e áreas de preservação permanente. A partir da análise integrada dessas características, chega-se à definição das áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos.

2.1. Limites Territoriais Municipais

O Paraná pertence à macrorregião Sul que por sua vez é integrado por 10 mesorregiões e 39 microrregiões. As mesorregiões Paranaenses são: Centro Ocidental Paranaense, Centro Oriental Paranaense, Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense, Oeste Paranaense, Metropolitana de Curitiba, Sudeste Paranaense, Sudoeste Paranaense e a mesorregião Centro Sul Paranaense.

A mesorregião Centro – Sul corresponde a mesorregião 4108 e é constituída por três microrregiões: Guarapuava, Palmas e Pitanga, as quais totalizam 28 municípios a seguir discriminados: na Microrregião de Guarapuava: Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo e Virmond; na Microrregião de Palmas: Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas;

e a Microrregião de Pitanga: Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga e Santa Maria do Oeste.



Figura 2.1. Mesorregiões do estado do Paraná.

O município de Marquinho faz parte da microrregião de Guarapuava que por sua vez integra a mesorregião Centro-Sul Paranaense. A capital regional desta microrregião é a cidade de Guarapuava. Marquinho apresenta multipolarização com Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Cantagalo, Goioxim, Guarapuava, Palmital, Paranaguá e Curitiba. A polarização com Curitiba se dá em virtude de ser a capital do estado e por esta razão sediar os principais órgãos públicos do estado.

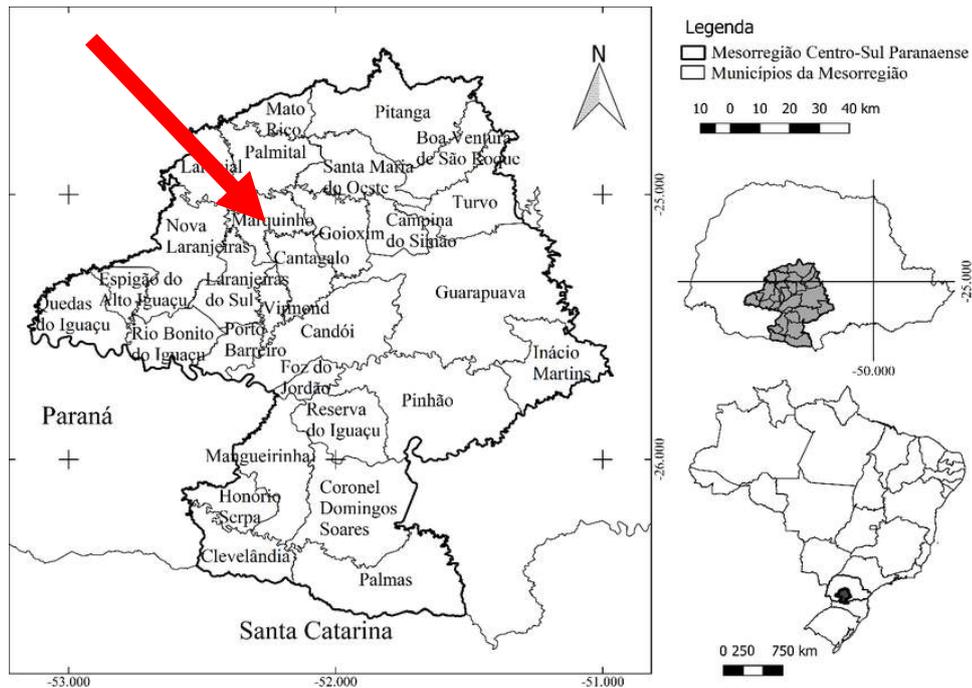


Figura 2.2. Localização da região Centro-Sul do Paraná.

O Território Cantuquiriguaçu localiza-se nas mesorregiões geográficas Centro-Sul e Oeste do Estado do Paraná e abriga 20 municípios, os quais estão organizados em uma associação desde de 1984 e onde residem 232.729 pessoas, a saber: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. De acordo com as análises de um conjunto de indicadores, construídos a partir dos dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aqueles municípios identificaram profundas desigualdades na realidade local, resultando em uma mobilização de entidades públicas e privadas na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Para cumprir essas diretrizes estabelecidas neste plano desenvolvido em 2003 pelas associações destes municípios, constituiu-se um grupo de trabalho coordenado pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), do qual participam as seguintes instituições: o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (Condetec), Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB/Deral/Deagro), Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

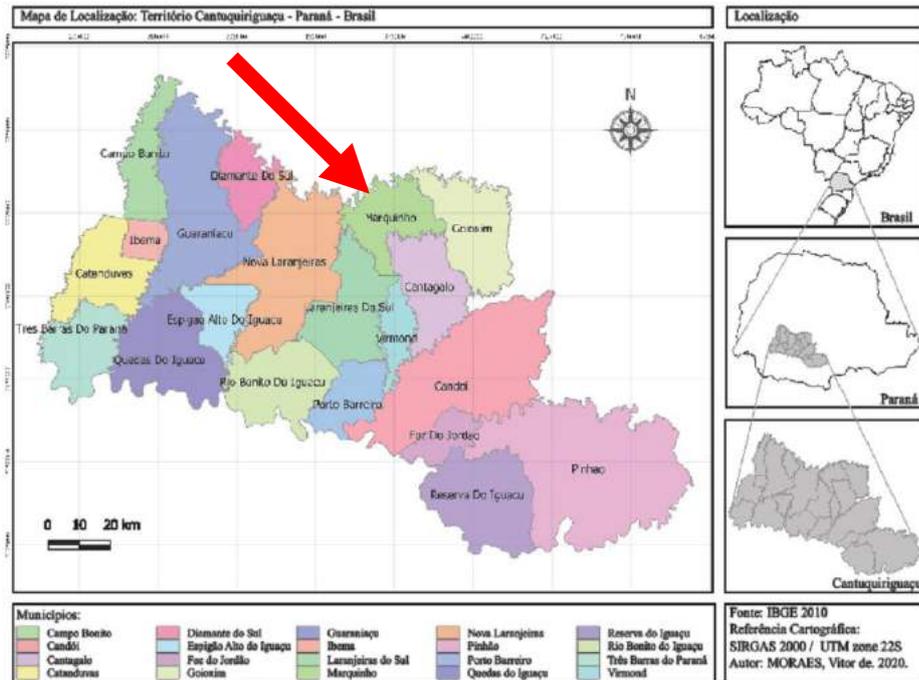


Figura 2.3. Localização do Território Cantuquiriguaçu.

Dentro do contexto regionalizado do município de Marquinho e dos municípios que fazem parte da microrregião de Guarapuava que se interagem com Marquinho, deve-se considerar também os seguintes municípios em estudo: Cantagalo, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Guarapuava e Palmital. Totalizando 07 municípios em estudo e analisando-os no contexto regional, os quais ocupam 3,77% do território do Estado que correspondem a 2,51% da população do Paraná.

O município de Marquinho conta com uma área territorial de 511,147 km², entre as coordenadas geográficas extremas de 25º 06' 46"S de latitude e 52º 15' 14"O de longitude, com a distância da sede do município a capital do Estado é de 400,04 km (IPARDES,2018).

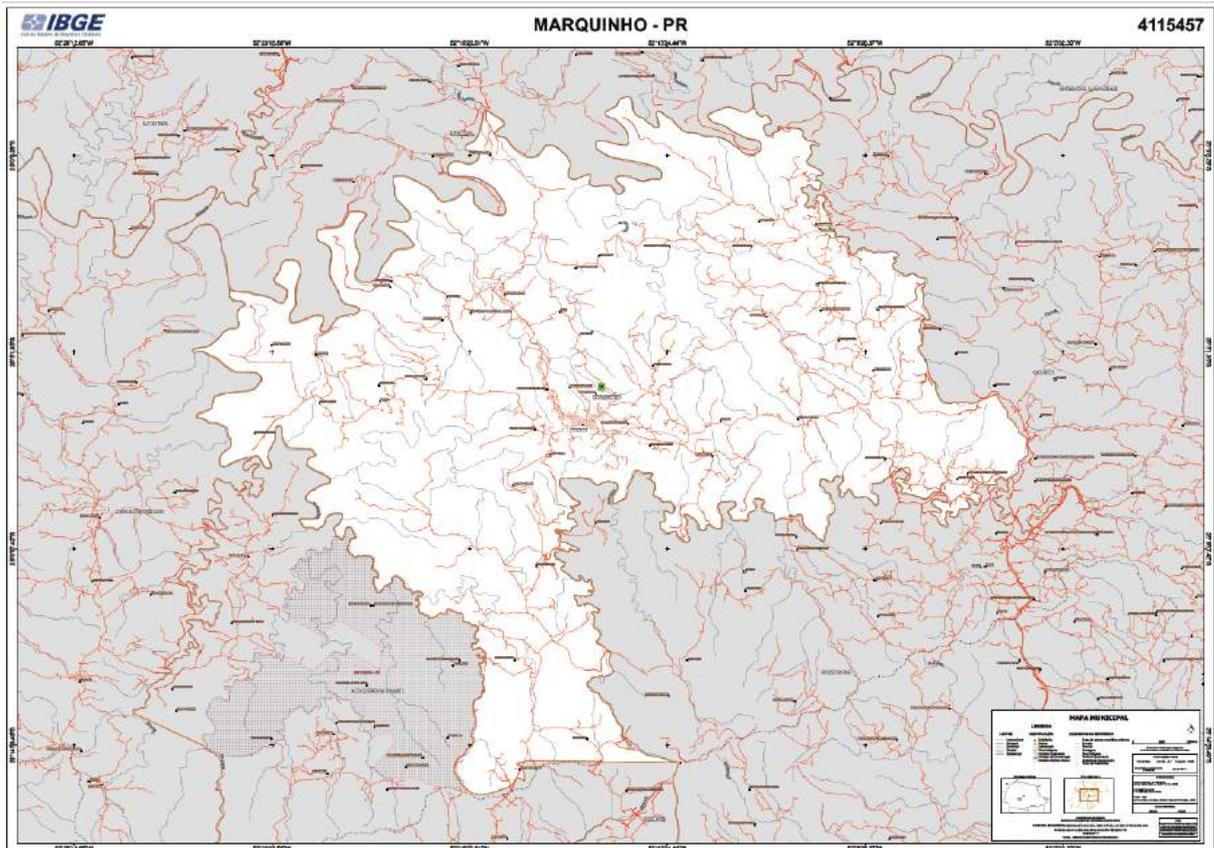


Figura 2.4. Município de Marquinho, Paraná.

Fonte: IBGE, 2010.

A ligação com Paranaguá se dá em função do porto por onde são escoadas as safras agrícolas, após terem sido beneficiadas por unidades industriais situadas principalmente no município de Laranjeiras do Sul, Palmital e Guarapuava.

A ligação com Laranjeiras do Sul se dá em virtude de ser a cidade mais próxima ligada por rodovia asfaltada – 35 km, além de ser sede de Comarca, a qual se subordina Marquinho, como também pela importância do entroncamento rodoviário para Guarapuava e o Oeste do Paraná, como por exemplo Cascavel e Foz do Iguaçu. Porém, a maior ligação se dá com Guarapuava, que correspondem ao centro regional e que lideram através de suas indústrias, instituições universitárias, núcleos de ensino, batalhões policiais, instituições de saúde e serviços, tal como o serviço funerário não ofertado no município de Marquinho, o qual depende dos municípios de Palmital e Laranjeiras do Sul. A polarização com os municípios citados se dá através de relações econômicas, comerciais e industriais, assim como também no nível territorial. Também é evidente que há as

relações sociais que integram a população destes municípios, tais como: eventos, bailes, rodeios, etapas de motocross, etc.

As divisas do município se realizam da seguinte forma: Ao Norte: Palmital; A Nordeste: Goioxim; A Sudeste: Cantagalo; A Sul: Laranjeiras do Sul; A Oeste: Nova Laranjeiras (Figura 2.5).



**MUNICÍPIOS
LIMÍTROFES COM O
MUNICÍPIO DE
MARQUINHO/ PR**



Figura 2.5. Município limites de Marquinho, Paraná.

Fonte: IPARDES NOTA: Base Cartográfica ITCG, 2010.

2.1.1. Delimitações Intramunicipais

Em 2010 foi elaborado o primeiro Plano Diretor do Município de Marquinho o qual estabeleceu o primeiro perímetro urbano através da Lei Municipal Nº 340/2010. Os perímetros urbanos de Marquinho foram definidos pela Lei Municipal Nº 340/2010 de 18 de outubro de 2010, que subdivide o município em duas porções urbanas, quais sejam: Sede Urbana e Distrito Guampará, demonstrados nas Figura 1.6. e Figura 1.7

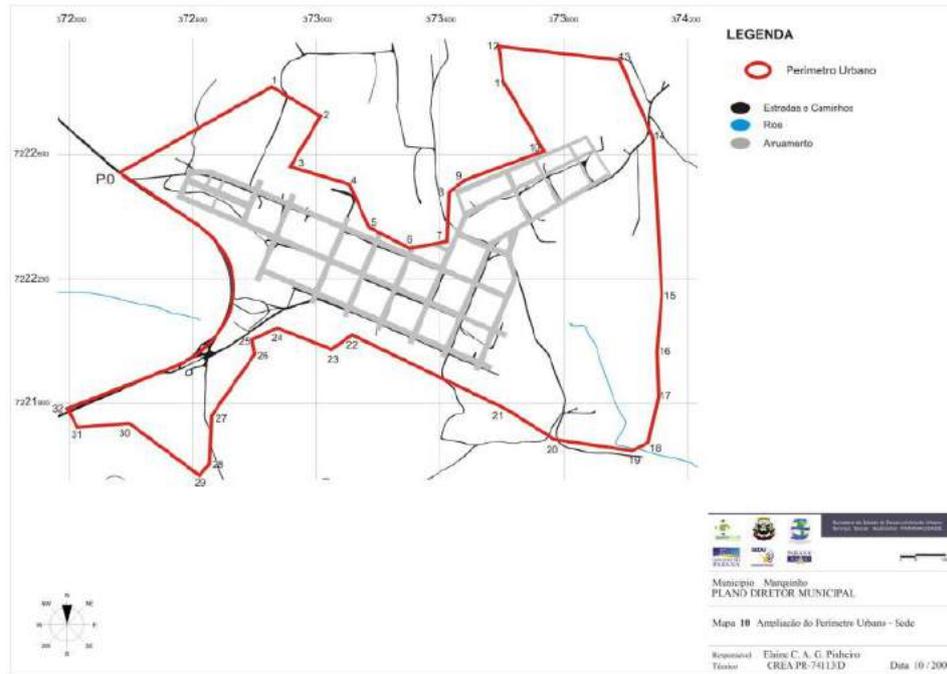


Figura 2.6. Perímetro da Sede Urbana de Marquinho, Paraná.

Fonte: Município de Marquinho, Lei Municipal Nº 340/2010.

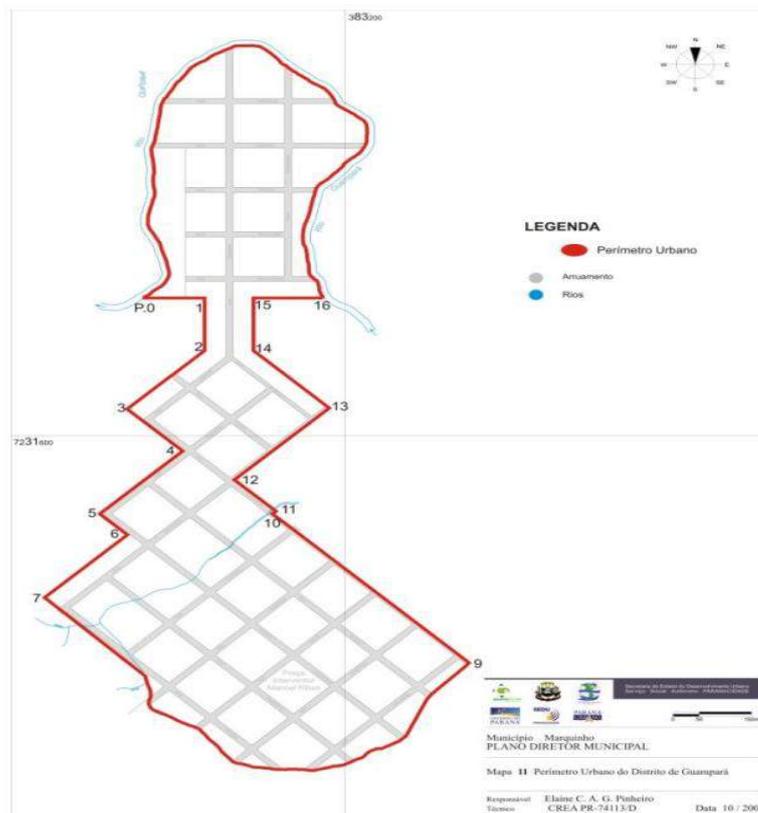


Figura 2.7. Perímetro do Distrito de Guampará, Marquinho, Paraná.

Fonte: Município de Marquinho, Lei Municipal Nº 340/2010.

2.1.2. Área de Expansão Urbana

Atualmente, a área do perímetro urbano delimitada pela Lei Municipal Nº 340/2010 está 63% ocupada, porém verifica-se que há várias áreas de loteamentos irregulares fora do perímetro urbano proposto, conforme apresentado na Figura 2.8.



Figura 2.8. Áreas Irregulares e perímetro da Sede Urbana do Município de Marquinho

Fonte: GOOGLE EARTH, 2022; Elaborado por Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

A proposta de ampliação do Perímetro Urbano de Marquinho se dá prevendo o direcionamento do crescimento urbano tendencial principalmente nos sentidos Noroeste, Nordeste e Sudoeste devido ao eixo logístico da BR 158 e PR 364, onde se prevê uma concentração de áreas destinadas às atividades industriais e logísticas, conforme observa-se na Figura 1.9

Nas regiões centralizadas de ampliação, prevê-se o crescimento de áreas comerciais e habitacionais seguindo a disposição dos loteamentos implantados a curto prazo.

As diretrizes físico-territoriais e institucionais da proposta, foram fundamentadas em:

- conduzir as tendências de crescimento urbano para áreas aptas e vocacionadas à ocupação;

- ofertar novas áreas de ocupação, com diversidade e tipologias de usos;
- reduzir a ocupação de áreas de risco e com importância ambiental.



Figura 2.9. Expansão do perímetro da Sede Urbana do Município de Marquinho

Fonte: GOOGLE EARTH, 2022; Elaborado por Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

2.1.3. Áreas Urbanas Consolidadas

O conceito de Área Urbana Consolidada (AUC) aparece pela primeira vez no Código Tributário Nacional de 1966 e mais recentemente na lei que dispõe sobre a Regularização Fundiária Rural e Urbana – Lei Federal nº 13.465/2017, dentre outras legislações em sinergia com o tema.

As áreas urbanas consolidadas de Marquinho foram delimitadas em função de alguns parâmetros, que resultaram na Figura 8, quais sejam:

- Incluída dentro do perímetro urbano ou zona urbana definida por lei;
- Densidade populacional acima de 50 habitantes por hectare;
- Existência de ao menos duas das seguintes infraestruturas urbanas: sistema viário, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, distribuição de energia elétrica e coleta de resíduos sólidos;
- Loteamentos aprovados;

- Não há existência de maciços florestais e grandes áreas verdes de preservação relevante.

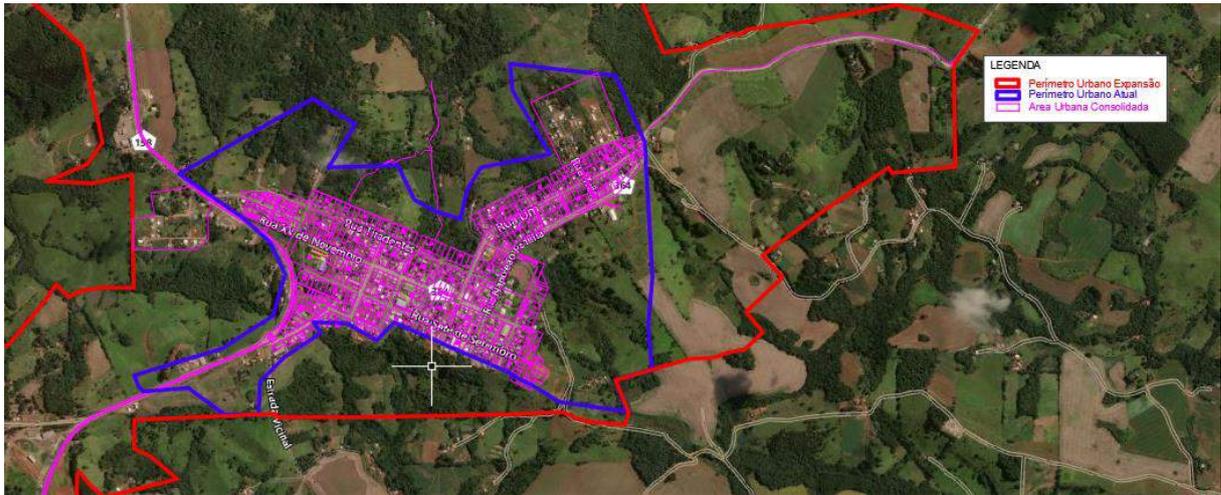


Figura 2.10. Áreas Urbanas Consolidadas.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2022; Elaborado por Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Há apenas uma área com ocupação consolidada fora do perímetro urbano definido pela Lei Municipal Nº 340/2010 que corresponde a uma ocupação irregular localizada a oeste do perímetro atual em um local com potencial para expansão urbana e onde prevê-se a ampliação do perímetro.

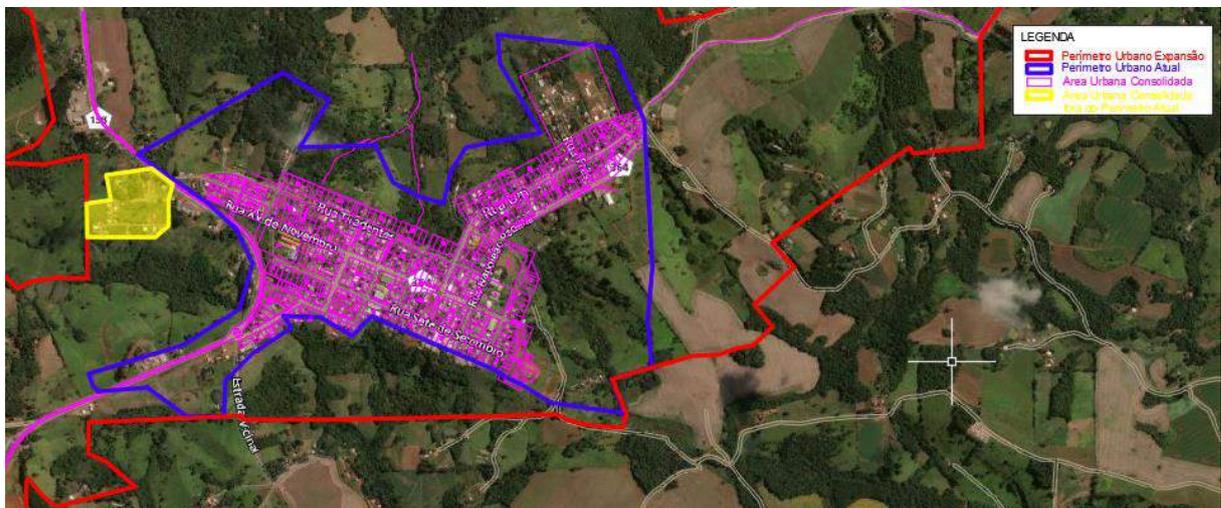


Figura 2.11. Áreas Urbanas Consolidadas fora do perímetro definido pela Lei Municipal Nº 340/2010 .

Fonte: GOOGLE EARTH, 2022; Elaborado por Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

2.1.4. Bairros Urbanos

Marquinho é subdividido em 4 bairros que abrangem a área urbana do município: Bairro Centro, Bairro Roziski, Loteamento Blomer e Residencial Marquinho I, cujas delimitações constam na Figura 2.12.



Figura 2.12. Bairros do Município de Marquinho.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2022; Elaborado por Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

2.2 Caracterização Físico-Ambiental

Este item apresenta as principais características físico-ambientais do município, abordando-se a geologia, a hipsometria, declividades, hidrografia e hidrologia e cobertura vegetal.

2.2.1. Geologia

A área de localização do município faz parte do Terceiro Planalto Paranaense, também chamado de Planalto Basáltico ou de Guarapuava, constitui a mais extensa das unidades de relevo do Paraná, ocupando dois terços de superfície do estado, localizado nas terras situadas a oeste da escarpa da Esperança (Figura 2.13).

Limita-se, a leste, a Serra Geral, que, com um desnível de 750m, domina o planalto paleozoico; a oeste, o limite é formado através do rio Paraná, que ao lado do ponto onde ficavam os saltos de Sete Quedas, forma um desfiladeiro. Tenha-se presente que o planalto se estende além dos limites do Paraná e forma parte dos territórios de Mato Grosso do Sul, do Paraguai e da Argentina (GONÇALVES, 2010).

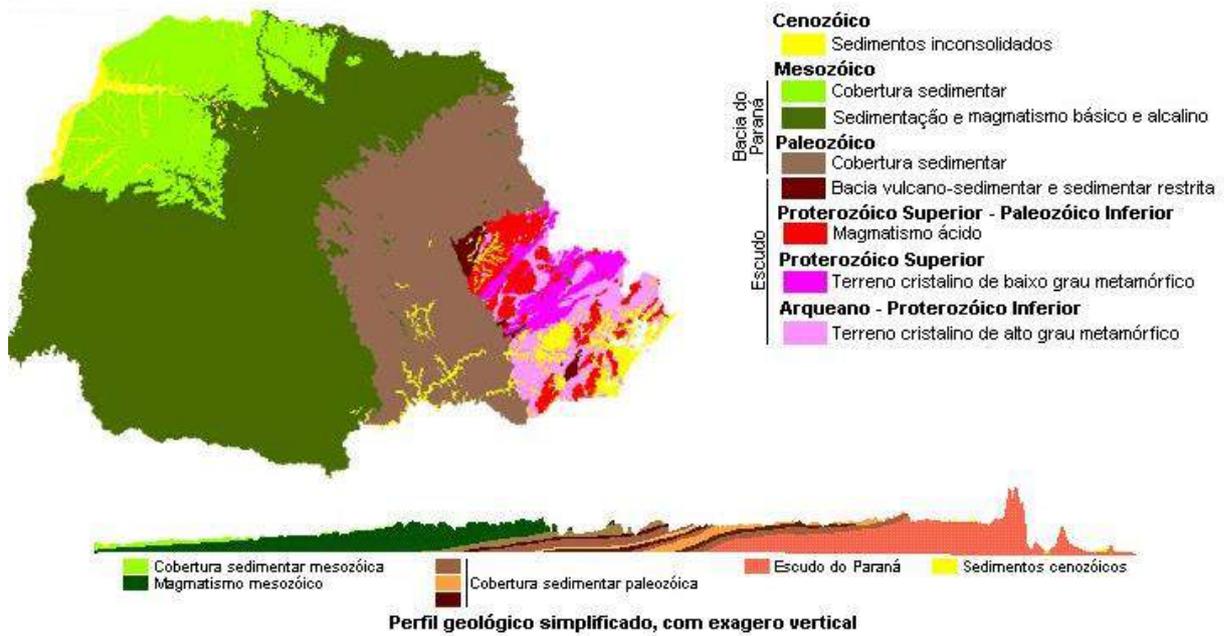


Figura 2.13. Geomorfologia Paranaense.

Fonte: ITCG, 2017.

O planalto basáltico (Figura 2.14 e 2.15), assim como o planalto paleozóico, inclina-se suavemente para o ocidente: cai de 1.250m, a leste, para 300m nas margens do Paraná (a montante de Sete Quedas). Constituído por uma sucessão de derrames (empilhados) de basalto, este planalto domina toda a metade ocidental do estado.

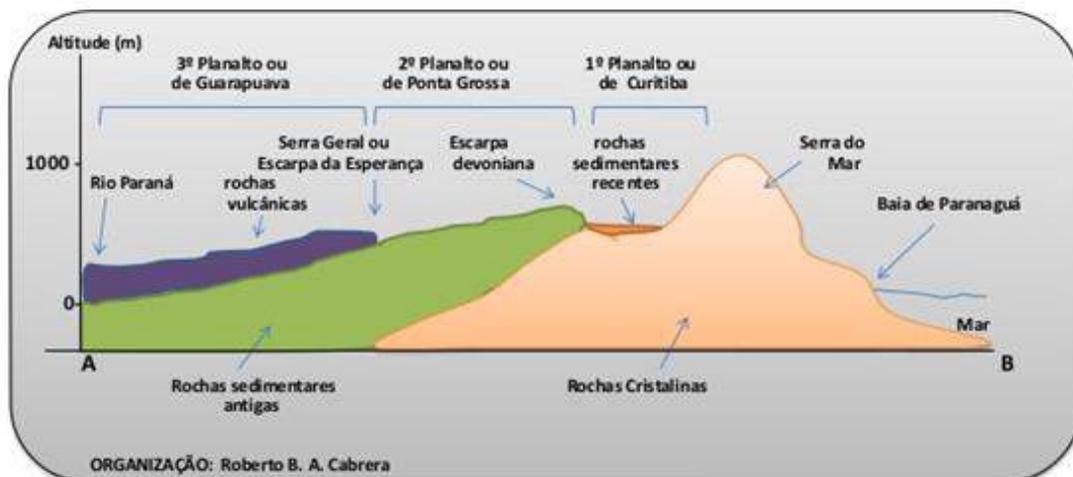


Figura 2.14. Perfil longitudinal dos Planalto Paranaense.

Fonte: ITCG, 2017.

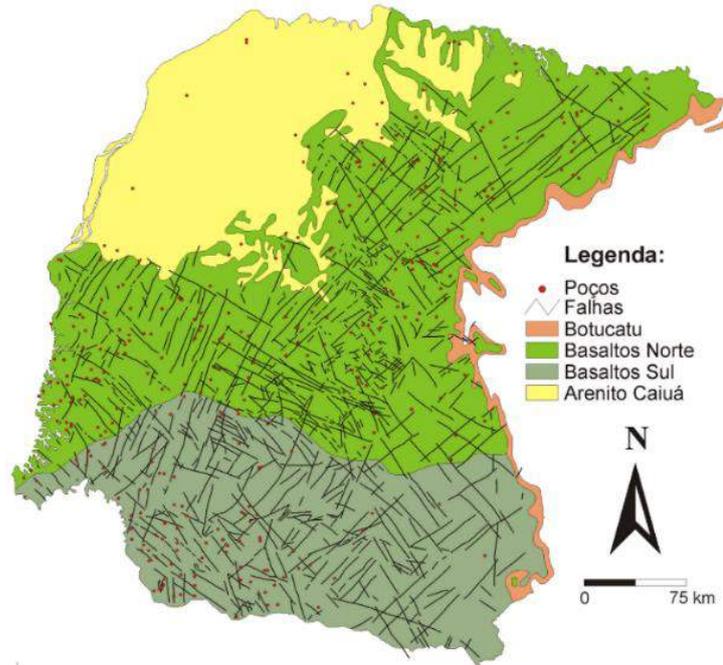


Figura 2.15. Distribuição dos tipos de rochas no Terceiro Planalto Paranaense.

Fonte: CPRM, 2011.

Assinala-se, ainda, que seus solos, cuja origem vem dos produtos da decomposição do basalto, formam a chamada “terra roxa”, que se encontra no norte e oeste do estado. Ponderando o assunto, o Terceiro Planalto consiste no derrame de rochas eruptivas – *basaltos, diabásios e meláfiros* – e aos depósitos de *arenitos* (Botucatu e Caiuá) da era mesozóica, onde ocorreu o *maior* derrame de lavas vulcânicas de todo o mundo. Vale lembrar que este famoso derrame também é conhecido como *derrame de Trapp*, que formou a terra roxa (GONÇALVES, 2010).

O Terceiro Planalto, com base nos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, divide-se nos seguintes blocos: planalto de Cambará e São Jerônimo, planalto de Apucarana, planalto de Campo Mourão, planalto de Guarapuava e planalto de Palmas (GONÇALVES, 2010).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Rural elaborado para o município pela Emater em conjunto com a Prefeitura Municipal, os solos de Marquinho são oriundos da decomposição e desintegração das rochas vulcânicas, que formam o terceiro planalto paranaense, também conhecido como planalto de Trapp, sendo que a unidade do relevo é denominada de Bacia do rio Piquiri.

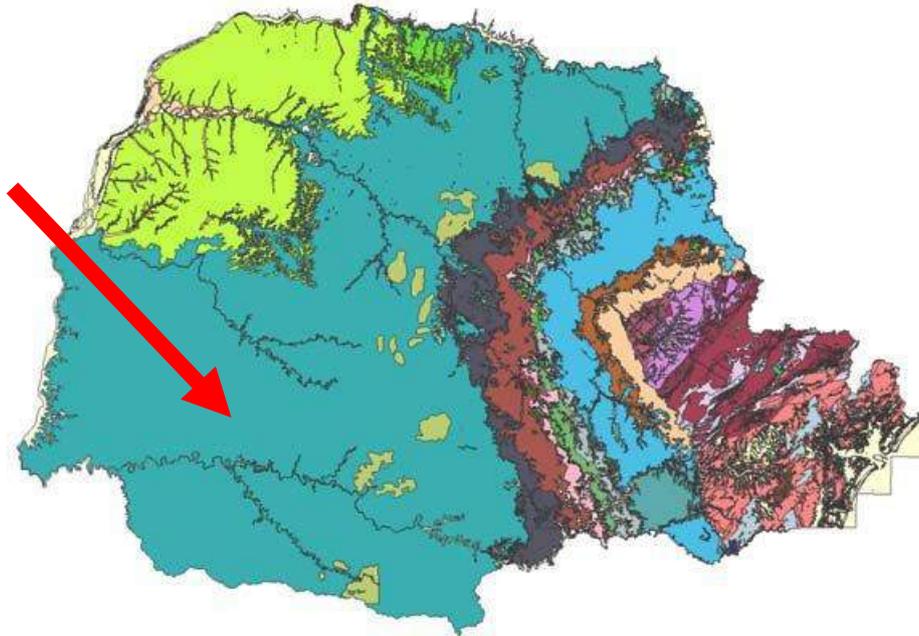


Figura 2.16. Formação geológica do Paraná.

Fonte: ITCG, 2017.

Pode-se destacar que a paisagem é originária sobre um conjunto de rochas basálticas, que de acordo com Leinz e Amaral (1985), foi formado por sucessivos derrames de lava, deixando grandes marcas na morfologia da paisagem da região, já que estes derrames são marcados por três segmentos, geralmente:

- Base: composta por vidro, devido ao rápido resfriamento da lava em contato com o substrato frio. Esse segmento passa gradativamente para um basalto microcristalino com fraturas predominantemente horizontais, ou seja, basalto de disjunção horizontal;

- Central: formado por basalto de granulação mais grossa e diáclases verticais ou basalto colunar;

- Topo: Apresenta vesículas vazias ou preenchidas de zeólitas, ágata ou quartzo, chamado basalto vesicular.

Estas rochas que se formam a partir da Serra Geral, deram origem a solos argilosos em sua grande maioria e com boa profundidade, onde o relevo se caracteriza como pouco ondulado e ondulado.

GUARAPUAVA

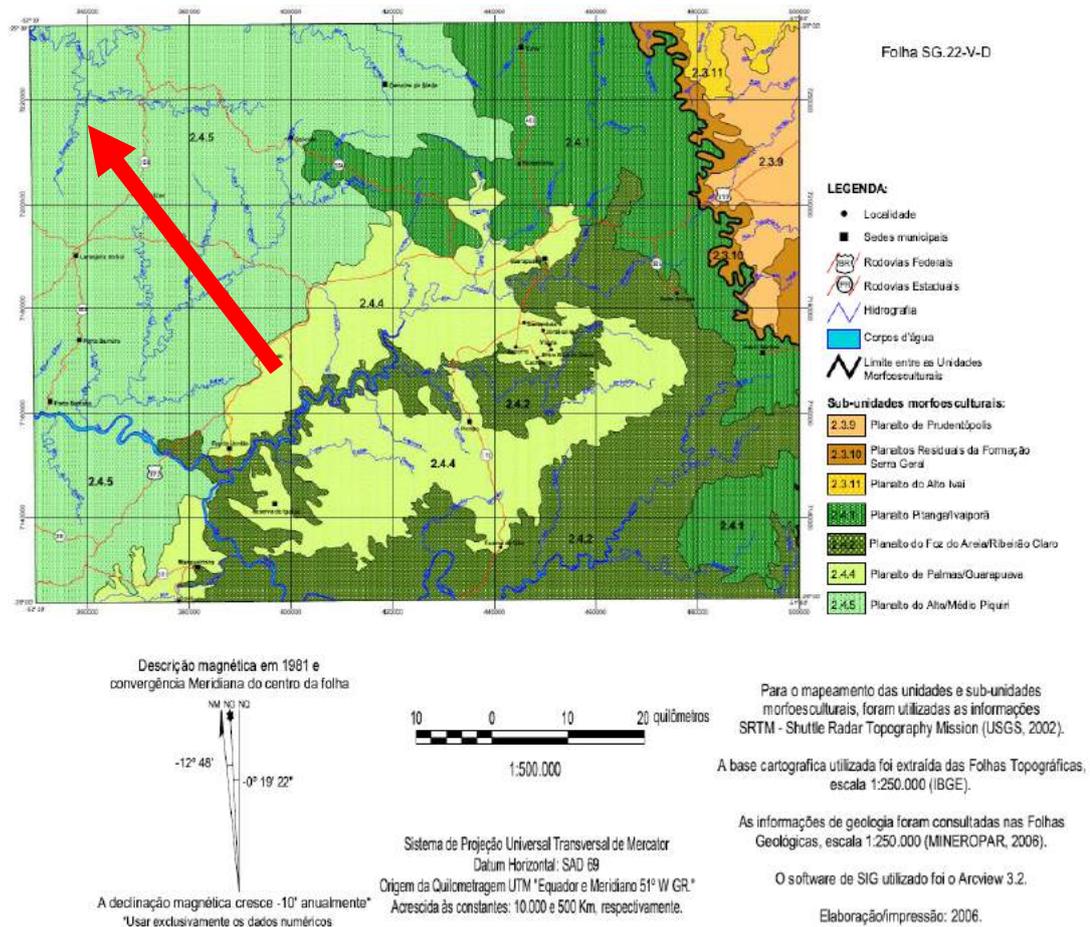


Figura 2.17. Sub Unidades morfoestruturais.

Fonte: ITCG, 2017.

A Sub Unidade morfoescultural número 2.4.5, denominada Planalto do alto/médio Piquiri, situada no Terceiro Planalto Paranaense, apresenta dissecação média e ocupa uma área de 5.840,68 km². A classe de declividade predominante está entre 12-30% em uma área de 2.191,30 km². Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 940 metros com altitudes variando entre 280 (mínima) e 1220 (máxima) m.s.n.m. As formas predominantes são topos alongados e isolados, vertentes convexas e convexo-côncavas e vales em “U” aberto, modelados em rochas da formação Serra Geral.

Marquinho pertence a unidade Litoestratigráfica Fm. Barracão, que corresponde a derrames tabulares e lobados de basaltos avermelhados (oxidação pervasiva) com abundantes intercalações de rochas vulcanoclásticas e sedimentares. Dentro da unidade Litoestratigráfica Fm. Barracão, temos 3 associações faciológicas (Figura 2.18):

individuais com espessuras de até 20-30 m e continuidade lateral de até dezenas de quilômetros.

É constituído por dois a quatro derrames tabulares com entablamento em cunha, de ferro-basalto, com delgadas intercalações de brecha hidrovulcanoclástica e hidrotufo fino, laminado. O basalto representa aproximadamente 95% da espessura da sequência, constituindo as intercalações vulcanoclásticas e sedimentares os restantes 5%. Petrograficamente, o basalto é semelhante ao do Membro Salgado Filho, diferindo pela ausência dos termos afaníticos, nos afloramentos analisados, e pelo baixo grau de vesiculação. Caracteriza-se pelas feições: zona de topo microvesicular, entablamento em cunha, disjunção tetragonal e pegmatitos básicos.

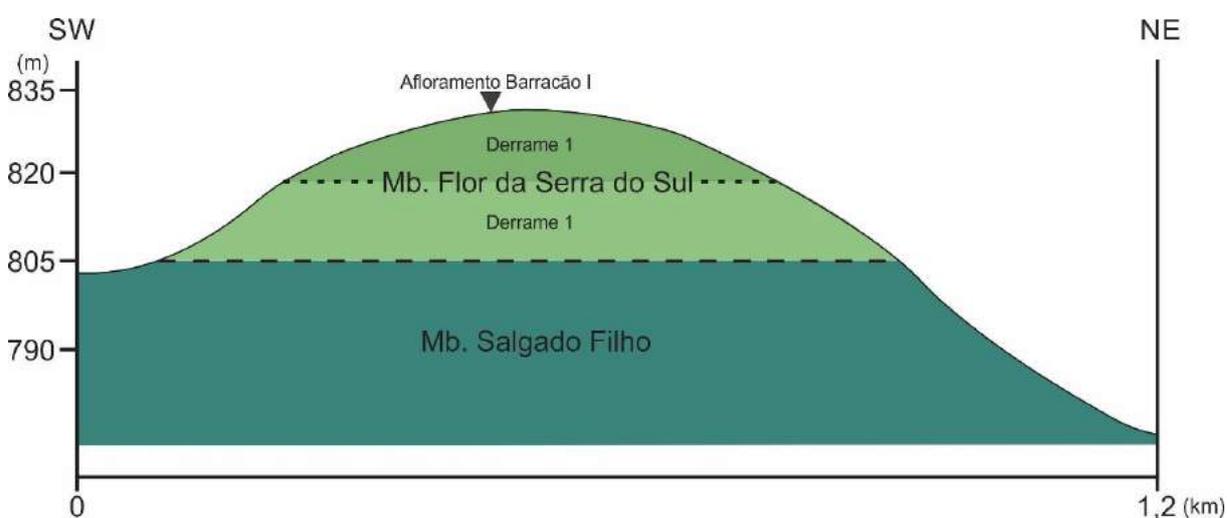


Figura 2.19. Seção geológica ilustrativa de Barracão, demarcado o afloramento com ocorrência de pegmatitos básicos. As altitudes foram tiradas com GPS e os contatos são controlados na encosta, sendo inferidos para dentro do maciço.

Fonte: Arioli & Licht (2013).

O Membro Salgado Filho é a unidade mais basal da Formação Barracão e aflora na região sudoeste do Paraná, balizada pelas fronteiras com Santa Catarina e Argentina, a sul e oeste, respectivamente, e pelo vale do rio Iguaçu, a norte, estendendo-se até as imediações da cidade de Francisco Beltrão, a leste. Mapeado entre as cotas de 400 m, ao nível da foz do rio Iguaçu, e 1.100 m na região de Salgado Filho, a espessura exposta do Membro Salgado Filho é estimada em 700 m. É constituído por uma sequência de derrames lobados com abundantes intercalações de brechas vulcanoclásticas, menos abundantemente brechas de fluxo e tufos. Os lobos de basalto vesicular apresentam seção

lenticular em grande parte dos afloramentos, mesmo nas porções mais espessas, em que a estrutura da rocha se torna maciça.

Nota-se que as rochas eruptivas básicas que constituem a região, devido ao clima do quaternário recente, se decompõem em solos argilosos vermelhos classificados pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS) como Nitossolos, Latossolos Brunos e Vermelhos, Cambissolos Háplicos e Neossolos Litólicos (Figura 2.20). Como se tratam de extensos derrames horizontais de material ígneo o relevo apresenta certa uniformidade fisiológica regional.

O tipo latossolo é encontrado principalmente nos compartimentos leste do município no ponto de encontro da divisa com os municípios de Cantagalo e Goioxim. Os neossolos e nitossolos estão divididos por toda a extensão do município. As principais características destes tipos de solos são o grande volume de solo a ser explorado pelas raízes; ocorrendo um relevo plano ou suavemente ondulado; apresenta mais de 60% de argila na sua composição. São resistentes à erosão em decorrência de suas características físicas, porém quando mal manejado, tem sua erodibilidade incrementada face às alterações de ordem estrutural.

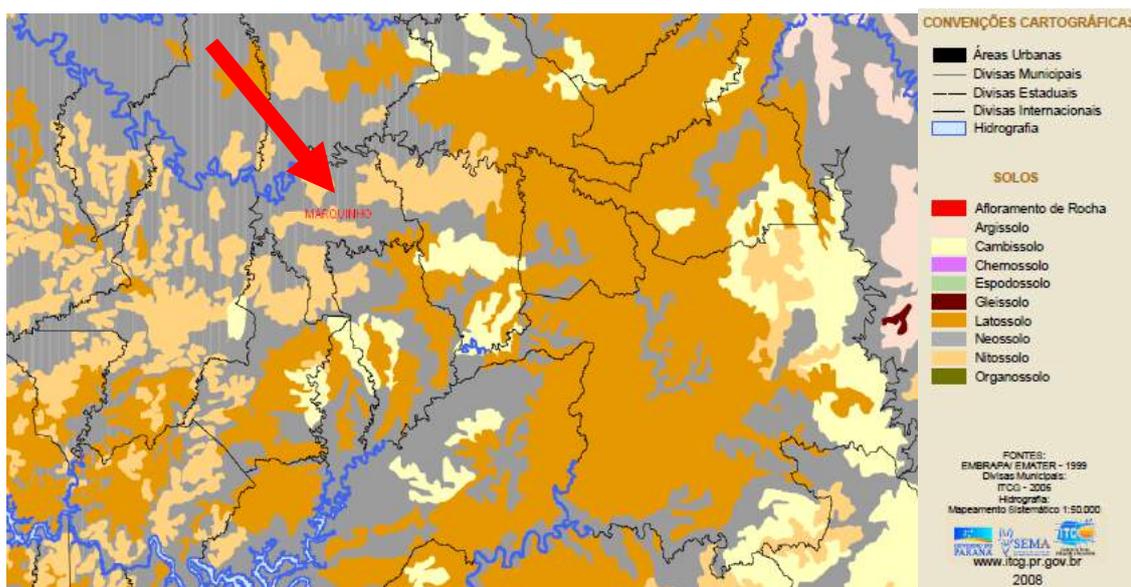


Figura 2.20. Tipos de Solo.

Fonte: ITCG, 2017.

Os solos litólicos eutróficos ocupam as partes dissecadas de um relevo fortemente ondulado ou montanhoso. São de alta fertilidade natural, elevada saturação, bem supridos de potássio e cálcio, com deficiência de fósforo solúvel.

Observa-se também o latossolo vermelho escuro que apresenta textura argilosa, com um teor de ferro entre 9 a 18%, sendo derivado de arenitos, siltitos e argilosos. É um solo resistente a erosão e quando corrigidas as deficiências de fertilidade apresenta alto potencial de produtividade (Figura 2.21).

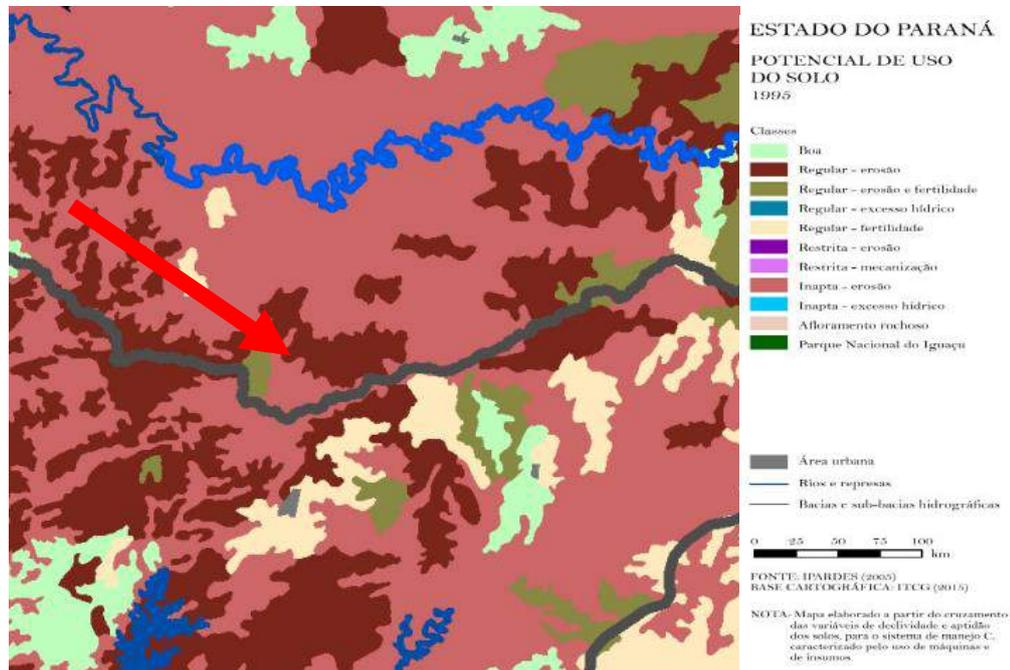


Figura 2.21. Aptidão dos Solos.

Fonte: IPARDES, 2008

2.2.2. Hipsometria Municipal

O relevo de Marquinho é marcado por áreas de alta e baixa altitude graças a presença de espigões da extremidade da Serra São João bem marcados que elevam a topografia a aproximadamente 1.200m do nível do mar próximas ao leito das bacias do Rio do Cobre e do Rio Piquiri e de seus afluentes, formando vales que chegam a atingir cotas abaixo de 500 m do nível do mar, como apresenta a Figura 2.22. A mancha urbana se encontra em um local de altitude entre 820 a 900 metros, como apresenta a Figura 1.23.

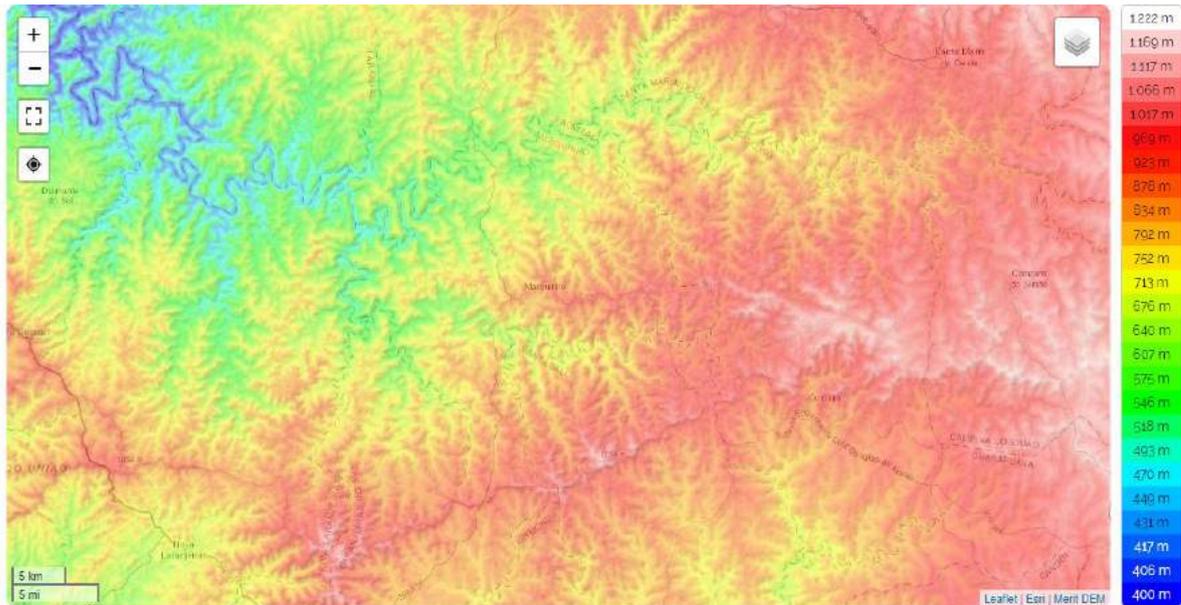


Figura 2.22. Mapa Hipsométrico do Município de Marquinho.

Fonte: ESRI, 2022.

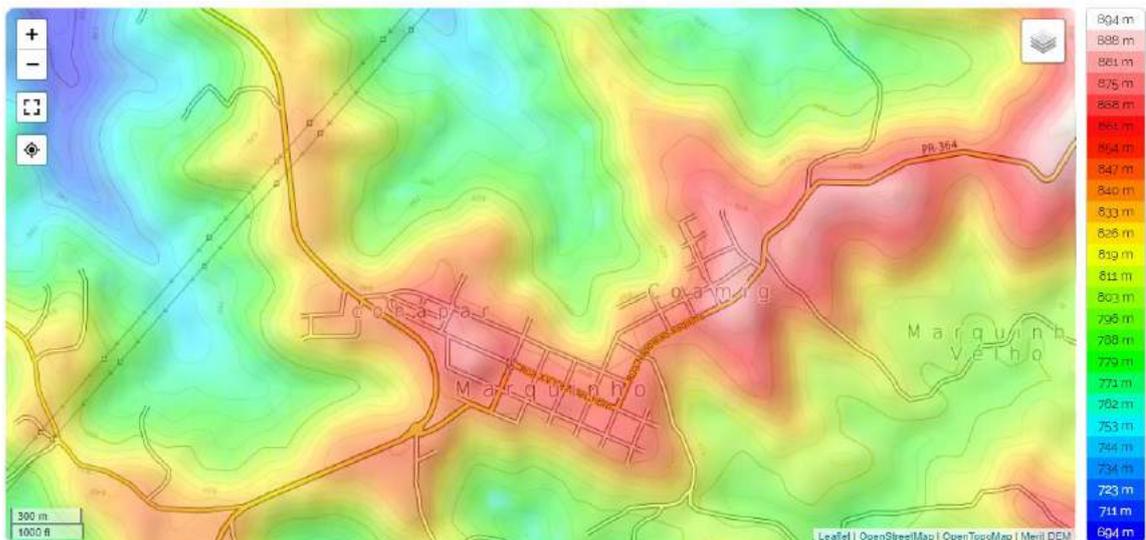


Figura 2.23. Mapa Hipsométrico da área urbana do Município de Marquinho.

Fonte: ESRI, 2022.

2.2.3. Declividade Municipal

O município de Marquinho apresenta declividades acentuadas nos espigões da Serra São João e nas proximidades ao Rio do Cobre e ao Rio Piquiri, de 10 a 45%. Na região leste do município, observam-se declividades mais suaves, entre 0 a 10%, assim como apresenta a Figura 2.24.

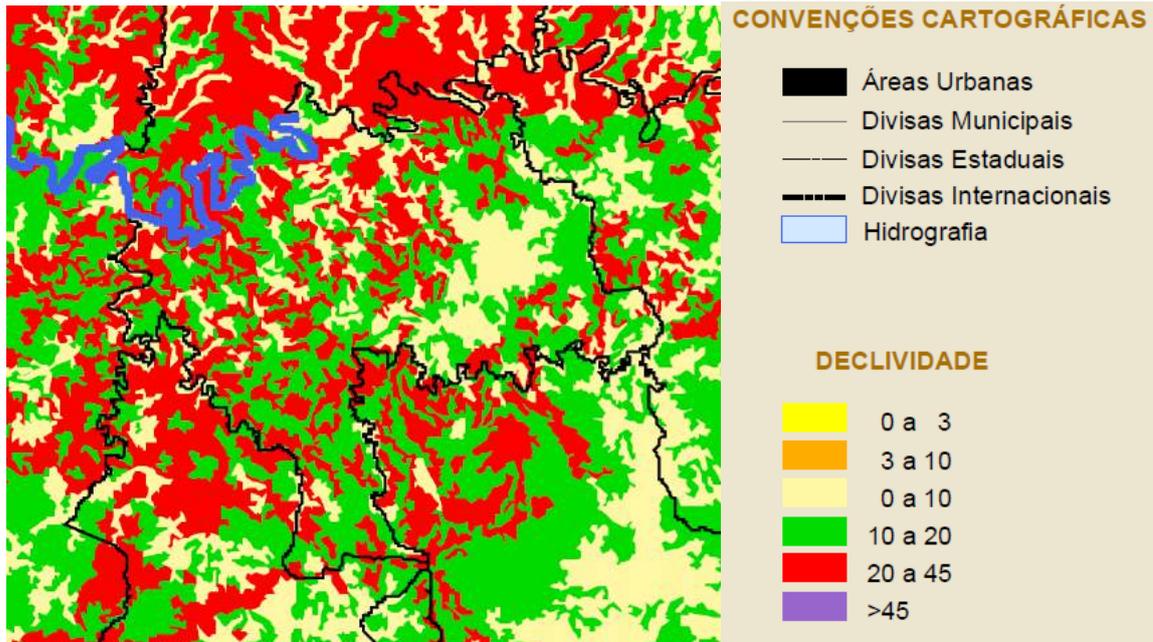


Figura 2.24. Mapa de Declividade do Município de Marquinho.

Fonte: IPARDES, 2008

As restrições de ocupação referente a declividade se dão em áreas com declividade maior de 45%, o que não ocorre no município.

2.2.4. Hidrografia e Hidrologia

O estado do Paraná está subdividido em 16 bacias hidrográficas e o município Marquinho está totalmente integrado na bacia do Rio Piquiri (Figura 2.25). O Rio Piquiri é um afluente do Rio Paraná, e este é o maior rio do estado do Paraná, formado pelo encontro do Rio Iraí e Rio Atuba na parte leste do município de Curitiba, junto a divisa deste com os municípios de Pinhais e São José dos Pinhais.

A bacia do rio Piquiri se localiza integralmente dentro do estado do Paraná, abrangendo uma área de drenagem de 24.156 km², o rio tem sua nascente na Serra do São João na divisa dos municípios de Turvo e Guarapuava e possui sua foz na divisa dos municípios de Altônia e Terra Rocha.

O curso do Rio Piquiri segue o sentido geral leste/oeste, até chegar na divisa dos municípios de Laranjal e Marquinho onde ele passa a seguir o sentido geral de sudeste/noroeste até desaguar na margem esquerda do rio Paraná.

O Rio Piquiri desde sua nascente até sua foz no Rio Paraná percorre cerca de 600 km, sendo que este banha total ou parcialmente os municípios de Guarapuava, Turvo,

Campina do Simão, Goioxim, Santa Maria do Oeste, Marquinho, Palmital, Laranjal, Nova Laranjeiras, Diamante do Sul, Altamira do Paraná, Guaraniaçu, Campo Bonito, Campina da Lagoa, Braganey, Anahy, Iguatu, Corbélia, Ubiratã, Nova Aurora, Quarto Centenário, Goioerê, Mariluz, Alto Piquiri, Formosa do Oeste, Brasilândia do Sul, Assis Chateaubriand, Palotina, Iporá, Francisco Alves, Terra Rocha e Altônia.

A precipitação média anual da bacia é de 1761,9 mm, a maior precipitação registrada foi no ano de 1983 com precipitação média anual de 2558,7 mm, já a menor precipitação registrada ocorreu no ano de 1988 com 1256,7 mm.

A bacia apresenta uma vazão média de 6101,3 m³/s, sendo este valor registrado na estação hidrométrica Balsa Santa Maria . Ao se verificar a vazão mensal pode-se observar que a média do rio Piquiri é de 508,4 m³/s, sendo que no mês de março e identificado a menor vazão média 383,9 m³/s e o mês de outubro se identifica o mês de maior vazão 643,1 m³/s.

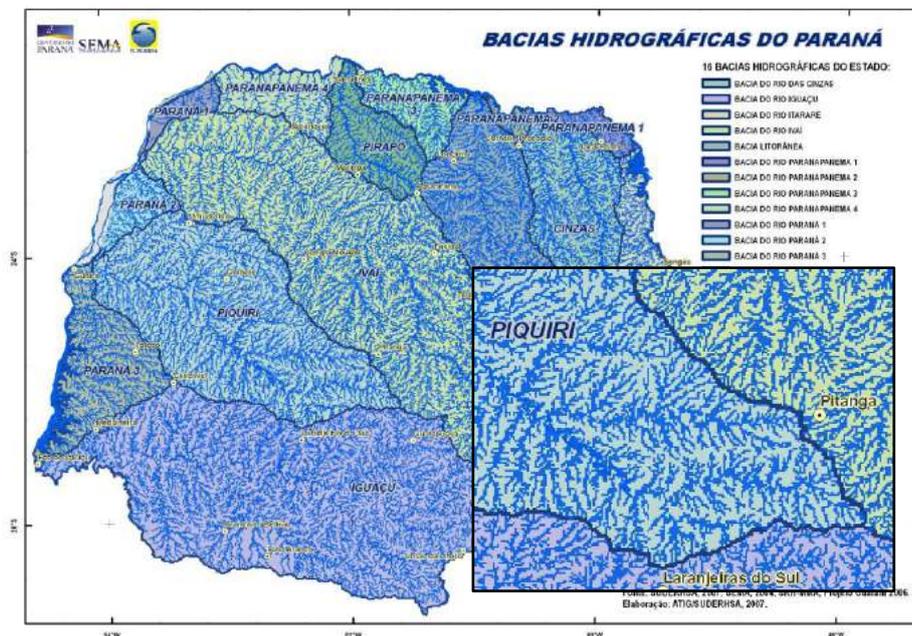


Figura 2.25. Bacia do Rio Piquiri.

Fonte: SUDERHSA, 2007.



Figura 2.26. Localização do município de Marquinho na bacia do Rio Piquiri.

Fonte: IAT, 2007.

Vários córregos e riachos tem origem no município, sendo que além do Rio Piquiri, banham o município o Rio do Cobre, Rio Marquinho, Rio Cinco Voltas, Rio São Tomé, Rio Juti, Rio Guampará e Rio Anta Gorda.

O abastecimento público da localidade de Marquinho é realizado com água captada do Rio Marquinho, e de um poço no Aquífero Serra Geral, localizado nos limites territoriais do município. A bacia possui predomínio de ocupação rural.

A rede de abastecimento de água tratada da Sanepar está disponível para 100% da população urbana de Marquinho. O sistema de tratamento de água de Marquinho é composto pelas seguintes fases: Coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação.

A água captada no manancial enquadra-se aos padrões do Conama 357/05 e Conama 396/08 do Ministério do Meio Ambiente. A água é apropriada para consumo humano.

2.2.5. Clima e Pluviosidade

O município de Marquinho se situa na área de domínio de clima subtropical úmido, sem estação seca bem caracterizada e sujeito a geadas. De acordo com a classificação de Koeppen, no município há a predominância do clima tipo Cfa, no entanto nas porções do extremo leste e sul que apresentam maiores altitudes se encontra o clima Cfb.

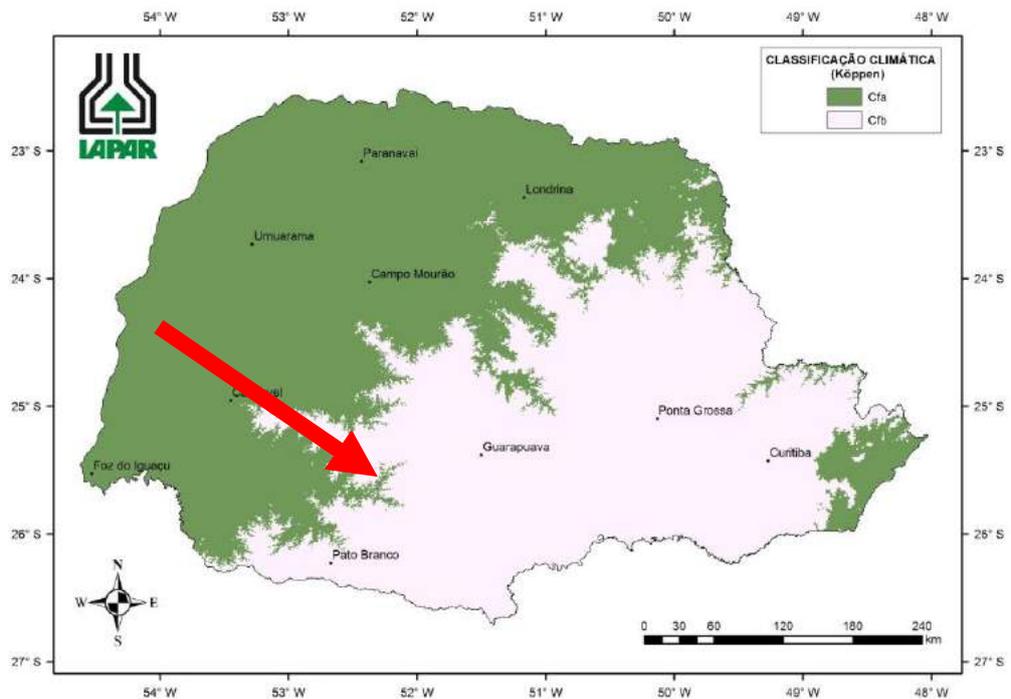


Figura 2.27. Distribuição dos tipos de climas.

Fonte: IAPAR

Segundo Koeppen a letra “C” significa clima pluvial temperado (mesotérmico), com a temperatura do mês mais frio entre 18° e – 3° C, sendo frequentes as geadas. A letra “f” representa que o clima é sempre úmido, sem estação seca, com chuvas distribuídas em todos os meses do ano. A letra “a” indica que a temperatura do mês mais quente fica acima de 23 ° C. A letra “b” indica que a temperatura do mês mais quente é inferior a 22 ° C.

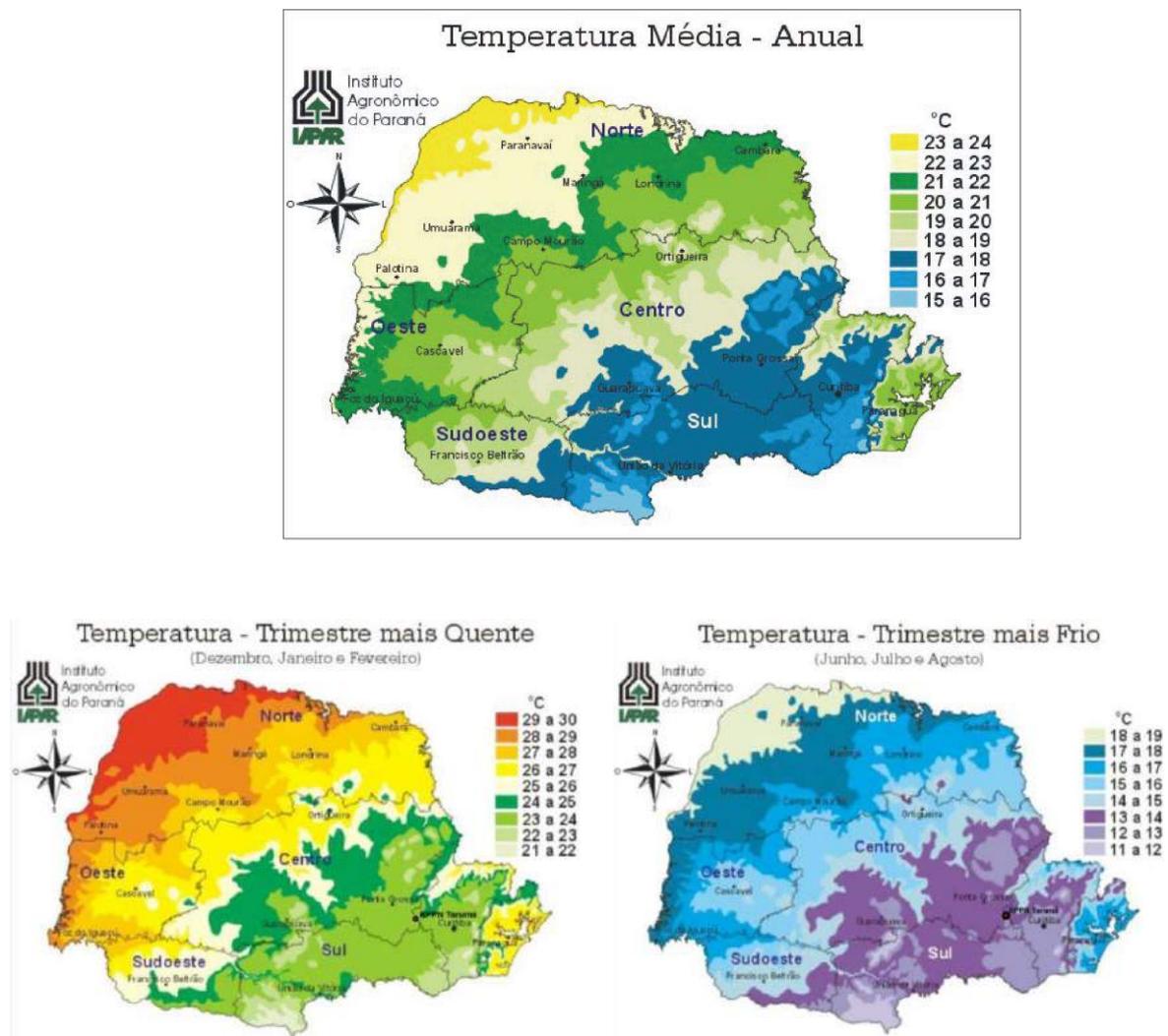


Figura 2.28. Média da variação da temperatura.

Fonte: IAPAR.

No que se refere a precipitação, o índice pluviométrico anual varia de 1700 a 2000 mm, sendo que os meses mais chuvosos março, abril e maio contribuem com 28% do total da precipitação anual, e os meses menos chuvosos julho, agosto e setembro contribuem com 21% o que demonstra que a uma distribuição uniforme da precipitação durante o ano. Pode-se observar na Figura 2.29 a variação da precipitação no estado do Paraná e a situação do município no contexto estadual.

Precipitação - Média Anual

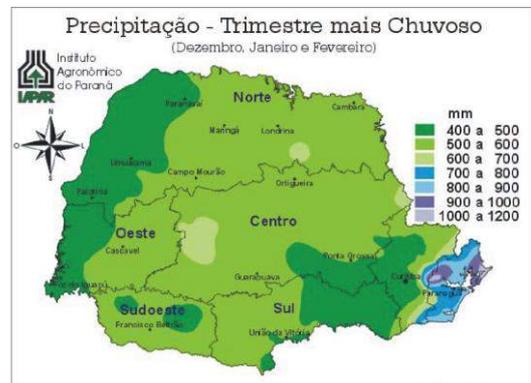
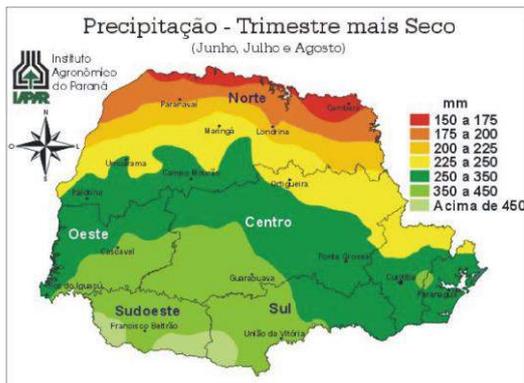


Figura 2.29. Média da variação da precipitação.

Fonte: IAPAR.

2.2.6. Cobertura Vegetal

A vegetação predominantemente no município é a floresta ombrófila mista que envolve as Matas de Araucária, a Floresta Pluvial Subtropical e Matas situadas ao longo do Rio Piquiri e seus afluentes, além das Estepes Gramíneo Lenhosas também denominadas de formações herbáceas, representadas pelos Campos Limpos (Gerais) ou sujos (isolados) que são intercalados com manchas de formações florestais (Figura 2.30).

O Município de Marquinho não conta com nenhuma Unidade de Conservação de jurisdição estadual ou federal, em consequência das altas taxas de desmatamento que ocorreram na região, restando poucos maciços florestais significativos.

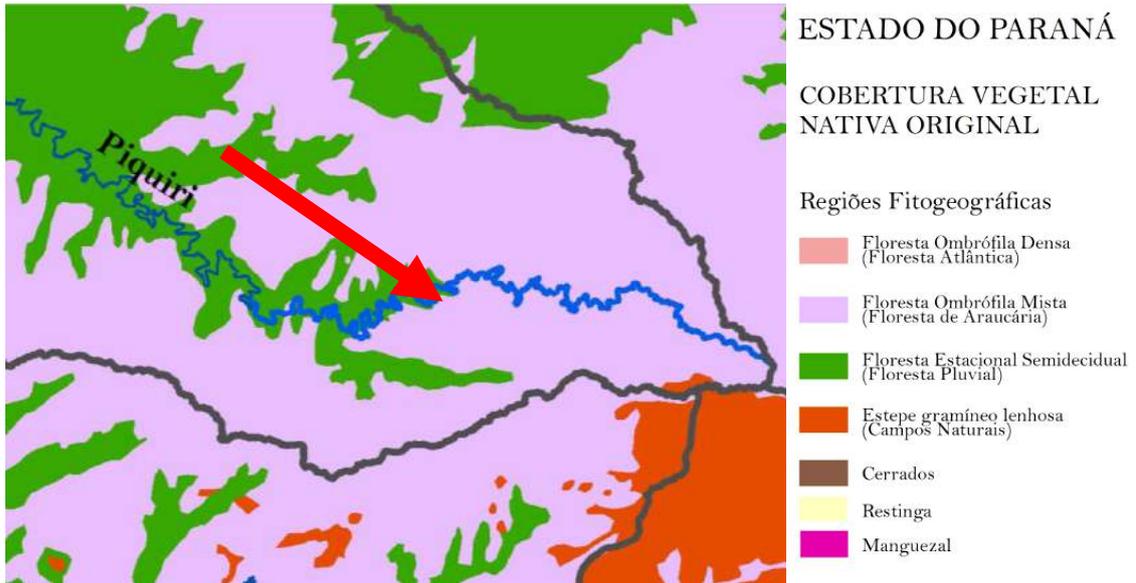


Figura 2.30. Cobertura vegetal nativa de Marquinho

Fonte: IAPAR, 2017.

Com uma hidrografia abundante, as faixas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água encontram-se desmatadas gerando problemas de erosão e diminuição da fauna local. Pode-se observar também algumas áreas de florestas replantadas (Figura 2.31).

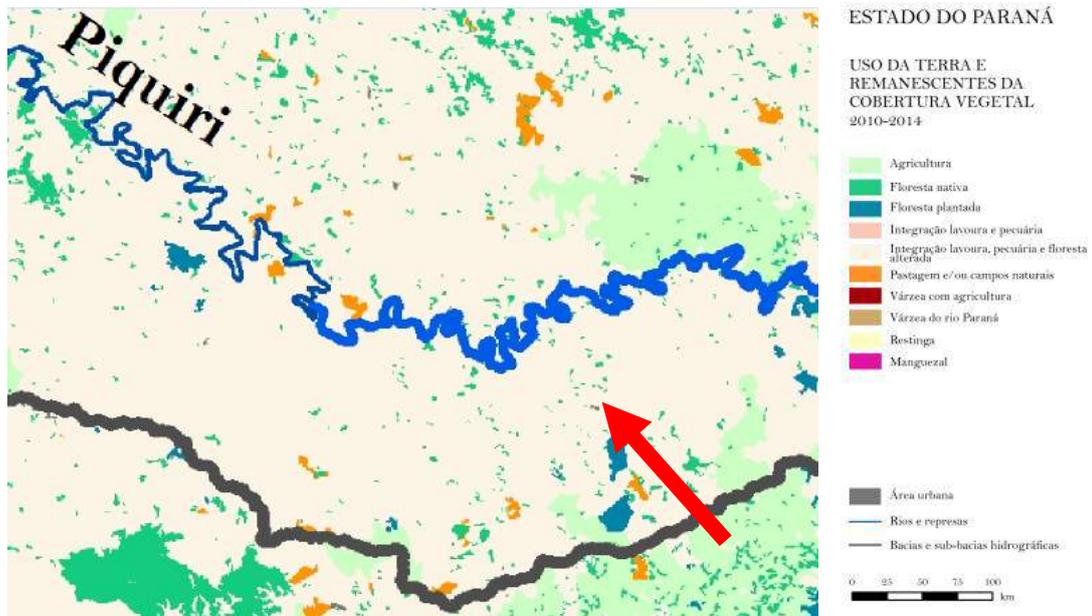


Figura 2.31. Uso da terra e remanescentes da cobertura vegetal.

Em relação a fauna as espécies vem sofrendo um declínio populacional ao longo dos anos devido à redução de habitats naturais, da caça, pesca e comercio ilegal. O município não apresenta levantamento dos nomes científicos e da situação atual das espécies.

De acordo com relatos no município se encontravam as determinadas espécies – mamíferos: Paca, Cutia, Veado, Mico, Lebre, Graxaim, Irara, Jaguatirica, Gambá, Raposa, Furão, Capivara, Lontra, Onça, Tateto, Queixada, Porco do mato e Lobo guará; Peixes: Traíra, Cará, Tilápia, Bagre, Cascudo, Curimbatá e Dourado; Aves: Pagaios, Pomba, Pica-pau, Guacho preto, Guacho branco, Sabiá, Azulão, Canário e Gralha Azul; Répteis: Sapos, rãs, e várias espécies de cobras como jararaca, coatiara, cobra d'água e caninana.

Em relação a flora a paisagem natural foi bastante modificada aos longos dos anos, devido a queimadas, destruição de matas ciliares, exploração de madeira e técnicas inadequadas de utilização de arados e máquinas pesadas.

Devido a exploração de madeira grande parte das espécies de madeira de lei sofreram extinção como é o caso da imbuia, cedro entre outras. O pinheiro-do-Paraná, apesar de não ser uma madeira de lei, também sofreu forte exploração, restando poucas formações de araucária remanescentes no município.

3. USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO

3.1. Histórico E Evolução Da Ocupação Antrópica

A mesorregião Centro Sul Paranaense integra uma vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação remonta ao Século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. A região teve sua história de organização do espaço sempre vinculada a atividades econômicas tradicionais, de cunhos extensivos e extrativos, concentradas nas vastas áreas de campos naturais. Inicialmente apoiada na criação de muares e de gado para comercialização, a economia regional, paulatinamente, direcionou-se apenas à invernagem e engorda do gado transportado pelos tropeiros, incorporando, em paralelo, a extração da erva-mate e, mais tarde, da madeira. Nesse sentido, convém sublinhar que, de forma geral, o desenvolvimento da região esteve sempre associado à exploração de algum recurso da natureza, consumada de forma predatória e rudimentar.

Adicionalmente, as sucessivas atividades econômicas predominantes no Centro Sul basearam-se, via de regra, em grandes propriedades rurais, que praticavam, também, uma agricultura de subsistência, sempre com o recurso da mão-de-obra escrava e do trabalho familiar. A junção de todas essas características da sociedade campeira - tradicional, patriarcal e latifundiária, fundada sobre bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo - a uma quase total ausência de vias de comunicação funcionou, por um longo período, como um mecanismo de entrave à integração viária da região com outras áreas mais dinâmicas do Estado, freando a ocupação regional em larga escala e mantendo escassa sua população.

Nesse contexto de baixo adensamento populacional, a mesorregião Centro Sul Paranaense alcançou o início da década de 1970 abrigando cerca de 338 mil habitantes, constituindo uma das áreas menos populosas do Estado. Recortada por um pequeno número de extensos municípios, apresentava a maior parte da população residindo no meio rural, situação refletida no reduzido grau de urbanização estimado para 1970 (24%), um dos mais baixos do Estado.

Dadas as características estruturais da base produtiva regional, essencialmente assentada na pecuária extensiva e na exploração da madeira, com o predomínio de grandes propriedades agrícolas, a inserção da mesorregião no processo de modernização da agropecuária paranaense nos anos 70 foi mais lenta, tendo atuado, inclusive, como fronteira interna de ocupação, absorvendo fluxos populacionais vindos de outras regiões do Paraná, em particular do norte e do oeste (IPARDES, 2000).

É interessante notar que a mesorregião Centro Sul, entre 1970 e 1980, experimentou a mais alta taxa de crescimento populacional dentre as mesorregiões do interior do Estado (3% a.a), bem acima da taxa estadual. O ritmo de crescimento das áreas urbanas, 8,45% a.a., bastante elevado, só foi inferior ao da mesorregião Oeste, e, em termos rurais, juntamente com a Centro Oriental, constituíram os únicos espaços mesorregionais a registrarem incremento positivo de população naquela década, embora mínimo.

Nas décadas seguintes, esse movimento se inverteu, ocorrendo perdas demográficas no meio rural da região, gradualmente intensificadas. Apesar de as áreas urbanas terem evidenciados ritmos expressivos de crescimento populacional – provocando aumentos paulatinos no grau de urbanização regional –, o conjunto da mesorregião experimentou taxas declinantes, diferentemente da maior parte das mesorregiões paranaenses. Como consequência dessa dinâmica, o peso populacional da região no total do Estado permaneceu baixo e estável nas três últimas décadas do século XX, ainda que seja necessário destacar que, em 2000, o Centro Sul abrigava uma das mais elevadas proporções de população rural do Paraná, 11,7%

O Município de Marquinho se iniciou com a demarcação das terras pelo índio Francisco Tororó, que colocou o primeiro marco entre o Cemitério e o Rio Bonito, criando a localidade de Marquinho. Hoje, um pouco descentralizado da primeira demarcação em função do desenvolvimento, constituindo a atual Sede do Município de Marquinho.

Em 1889, na região de Marquinho Velho, instalaram-se os primeiros fundadores: José Ribeiro (José Grande), Elias Ribeiro, João Ribeiro, Hipólito Ribeiro, Antonio Ribeiro e Pedro Ribeiro. O primeiro Padre vinha a cavalo de Virmond celebrar missas no Marquinho, chamava-se Pe. Gino celebrava missas na residência de Pedro Ribeiro.

Em 1942, foi fundada a Sede do Atual Marquinho, sendo os primeiros moradores: Henrique Gonsiorkiewicz, Otávio Folda, Leopoldo Folda, Napoleão Lopes Padilha e Adão Wachak. Mais tarde em 1955, passou a ser distrito de Guarapuava, através de solicitação feita por Napoleão Lopes Padilha. Com poucas perspectivas de comércio, pois os colonos não podiam vender seus produtos por absoluta falta de compradores, o comércio era realizado em Guarapuava ou Goioxim.

A partir de 1943, houve um movimento de migração para a região de pessoas vindas de outros estados e cidades, como do Estado de Santa Catarina e da Cidade de Cruz Machado - PR. Ao chegarem em Marquinho, compraram terras do governo e desenvolveram safras de suínos, os quais eram transportados a pé para Goioxim, Cantagalo ou até Guarapuava. O primeiro ônibus que fazia a linha Marquinho/Guarapuava, duas vezes por semana, pertencia a Teodoro Banack.

No ano de 1954, foi fundado o primeiro cartório em Marquinho, tendo como cartorário Valdemar Farago. Até então, os registros e casamentos civis eram realizados em Goioxim.

Em 1986, foi criado o ensino de 5^a a 8^a na escola Estadual João Rysicz, tendo como diretora Wilma Padilha Varela Busarello. Julia Kulka Folda foi a primeira professora de 1^a a 4^a série e Irma Varela, a segunda professora. No ano de 1994, foi criado o 2^o Grau com o curso de Educação Geral, no Colégio Estadual João Rysicz, com o empenho da Diretora Sônia Maria Gonsiorkiewicz Esteche, e esta contou com o apoio de outras pessoas, dentre elas: Orlando Bueno Staine, Pe. Vieslau Morawiski, Wilma Padilha Varela Busarello, João Paulo Gonsiorkiewicz, João de Lima Eleutério e Maria Helena Reston Pinto (Chefe do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, na época).

O Distrito de Marquinho apresentava condições exigidas pela Lei Orgânica dos Municípios para se desmembrar territorial e administrativamente da Jurisdição Municipal de Cantagalo conquistando sua autonomia.

O tempo passou, as lutas em prol da emancipação começaram a ganhar adesões importantes como a participação direta da Assembleia, do Deputado Estadual Orlando Pessuti. A comissão que trabalharia junto à Assembléia, Câmara de Vereadores de Cantagalo e governo de Estado, ficou assim composta: Vilmar Baptistel – Presidente da Câmara João de Lima Eleutério, Orlando Bueno Staine e demais Vereadores do Município de Cantagalo. Com tantas idas e vindas, conseguiu-se no dia 13 de março de 1994, realizar-se o Plebiscito, no qual 56% dos eleitores cadastrados no Futuro Município compareceram para votar. Foi registrado 98% de votantes a favor da Emancipação e apenas 2% contrários. Com a vontade do povo expressa através do Plebiscito, no dia 22 de junho de 1994, através da Lei n.º 10.834, ficou criado o Município de Marquinho, com o território desmembrado de Cantagalo.

3.2. Uso E Ocupação Do Solo Urbano E Análise Legal

O Plano Diretor, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001, artigo 39), deve abranger o território municipal como um todo. Assim, o macrozoneamento, ou zoneamento, municipal, que consiste na divisão do território municipal em áreas com características homogêneas, ou seja, espaciais, econômicas, ambientais, culturais e de infraestrutura, tem o objetivo de promover alterações nos padrões de produção e de utilização do solo considerando o desenvolvimento sustentável (RIO DE JANEIRO, 2009).

O município de Marquinho teve seu Plano Diretor Municipal elaborado no ano de 2009, instituído por meio da Lei Complementar nº 345/2010, de 18 de outubro de 2010, o qual deu origem a outras sete leis, dentre elas a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede - Lei Complementar 346/2010, de 18 de outubro de 2010, que estabeleceu o zoneamento municipal em seu capítulo II.

3.2.1. Uso e Ocupação do Solo Urbano

3.2.2.1. Zoneamento da Sede Urbana

Segundo a Lei Complementar 346/2010, o município de Marquinho é subdividido em seis zonas municipais, citadas abaixo, cuja localização pode ser observada na Figura 2.1.1.

I - Zona de Comércio e Serviço – ZCS;

II - Zona Industrial – ZI;

III - Zona Residencial – ZR;

IV - Zona de Expansão Urbana – ZEU

V - Área de Preservação Permanente – APP;

VI - Área Verde Pública – AVP.

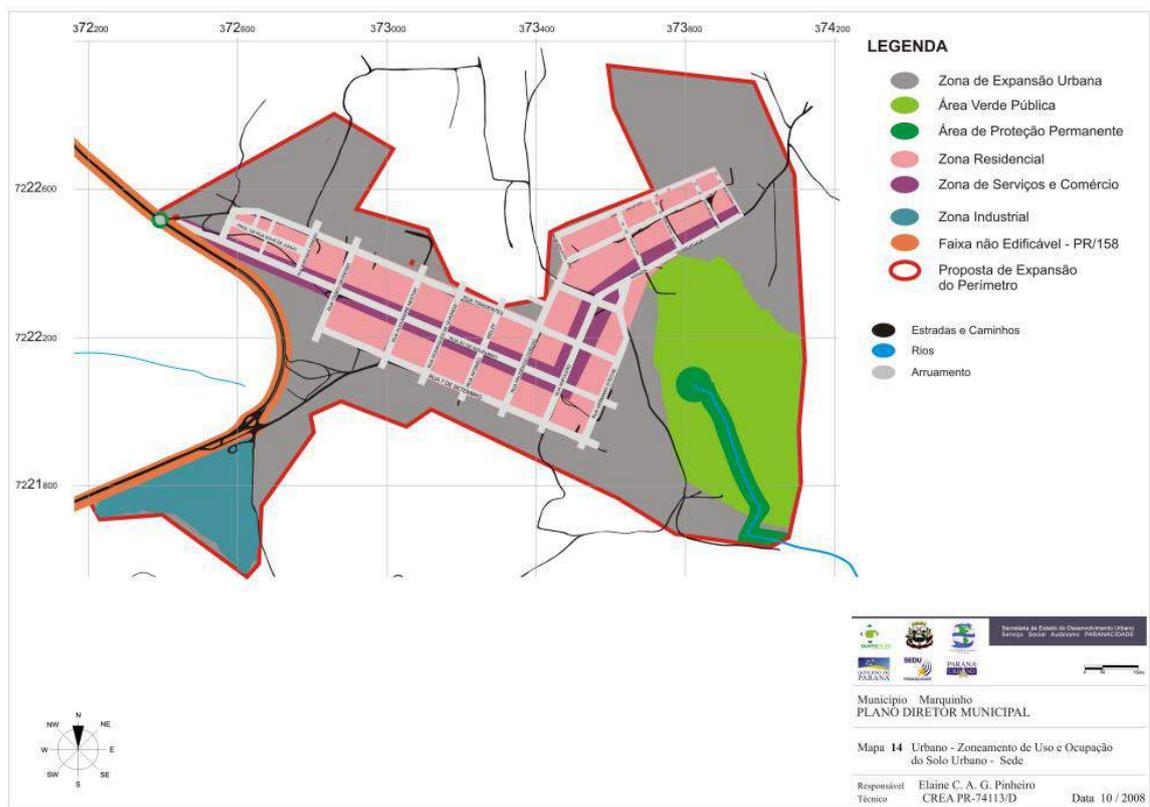


Figura 3.1. Zoneamento segundo a Lei Complementar 346/2010.

Fonte: Município de Marquinho, 2009

Zona de Comércio e Serviço - ZCS: está situada ao longo da Rua XV de Novembro ao norte, sul e leste, entre as zonas residenciais, incorporando os lotes localizados defronte para esta via até a profundidade do lote, o qual é variável e será permitido uso comercial, de serviços e o uso residencial será permissível.

São objetivos desta zona otimizar a infraestrutura existente, com a ocupação adequada dos parcelamentos e edificações e priorizar o atendimento de novos empreendimentos.

Ao verificar essa zona no perímetro urbano atual, nota-se que há uma grande restrição territorial aos comércios e serviços devido ao fato dessa zona abranger uma

pequena margem ao longo da Rua XV de Novembro. Avaliou-se, assim, que há a necessidade de ampliação da área destinada a comércio e serviços nesta zona central do município para incentivar o crescimento deste setor que atualmente está restrito territorialmente.



Figura 3.2. Vistas da Zona de Comércio e Serviços-ZCS.

Fonte: Google Earth, 2011-2019 – Street View.

Zona Industrial – ZI: O objetivo do Zoneamento Industrial é poder repartir o solo com intenção de um melhor desenvolvimento da atividade industrial exercida, como buscar a diminuição dos impactos negativos ao meio ambiente.

Os objetivos desta zona são otimizar o Parque Industrial fomentando a economia local, com a infraestrutura apropriada e a ocupação adequada dos parcelamentos desta zona, criar anéis verdes com intuito de isolassem, assimilando suas respectivas poluições e priorizar o atendimento de novos empreendimentos.

Ao analisar a implantação desta zona no perímetro urbano atual, nota-se que a área destinada à atividade industrial não foi ocupada por indústrias e que há algumas edificações residenciais. Verificou-se também que não há categorização distributiva dentro do zoneamento industrial quanto ao nível de impacto ambiental e proximidade com a mancha urbana.

Verifica-se, assim, além da necessidade de políticas públicas de incentivo à implantação de indústrias, a necessidade de ampliação de novas áreas industriais que despertem o interesse industrial devido à ocupação atual da área destinada à Indústria.



Figura 3.3. Vista da Zona de Industrial- ZI .

Fonte: Google Earth, 2011-2019 – Street View.

Zona Residencial – ZR: localizada em duas áreas, a primeira ao norte limitada entre a ZEU e a ZCS, a segunda ao sul entre a zona comercial ZCS e a zona de expansão urbana - ZEU. Nesta zona será permitido uso residencial e o uso de comércio e serviços são permissíveis.

Os objetivos desta zona são de ocupar vazios urbanos, otimizando a infraestrutura existente, garantir a continuidade do sistema viário e da qualidade de desenho urbano nos novos loteamentos, garantir a inclusão urbana da população marginalizada, garantir o predomínio do uso habitacional de média densidade e permitir uma diversidade no parcelamento do solo.

Ao analisar a implantação desta zona no perímetro urbano atual, nota-se que a área destinada à atividade residencial já está consolidada e ocupada, necessitando-se assim da ampliação das áreas destinadas à ocupação residencial e de comércios de baixo impacto.



Figura 3.4. Vista da Zona de Residencial- ZR.

Fonte: Google Earth, 2011-2019 – Street View.

Zona de Expansão Urbana – ZEU: localizada nas margens do perímetro urbano. Esta zona está destinada para a futura expansão da ocupação urbana da sede, e somente poderá ser parcelada e ocupada, após a ZR atingir 80% (oitenta por cento) do total de ocupação definida na lei.

Ao analisar a implantação desta zona no perímetro urbano atual, nota-se que a área destinada à expansão urbana já está consolidada e 67% ocupada, limitando assim a implantação de novos loteamentos. Verifica-se, portanto, a necessidade de ampliação das áreas destinadas à ocupação residencial e de comércio e serviços de baixo impacto.



Figura 3.5. Vista da Zona de Expansão Urbana – ZEU.

Fonte: Google Earth, 2011-2019 – Street View.

Área de Preservação Permanente – ZPP: corresponde às áreas de mata nativa e de fundo de vale dos rios localizados dentro do perímetro urbano, cujas dimensões devem respeitar as legislações pertinentes conforme especificado no art.8 da Lei de Zoneamento.

Área Verde Pública – AVP: está dividida em uma porção a sudeste e corresponde às áreas de melhorias urbanas, ao sudeste, a qual deverá ser implementados projetos de reurbanização e de integração à educação e área de lazer, onde haverá também a reurbanização da área e implantação do Parque Municipal.

A área que foi destinada à implementação dos projetos de parques ainda não foi ocupada. Pretende-se, com a ampliação do perímetro urbano, adicionar-se novas áreas de parque para fomentar o Turismo e Lazer no município.

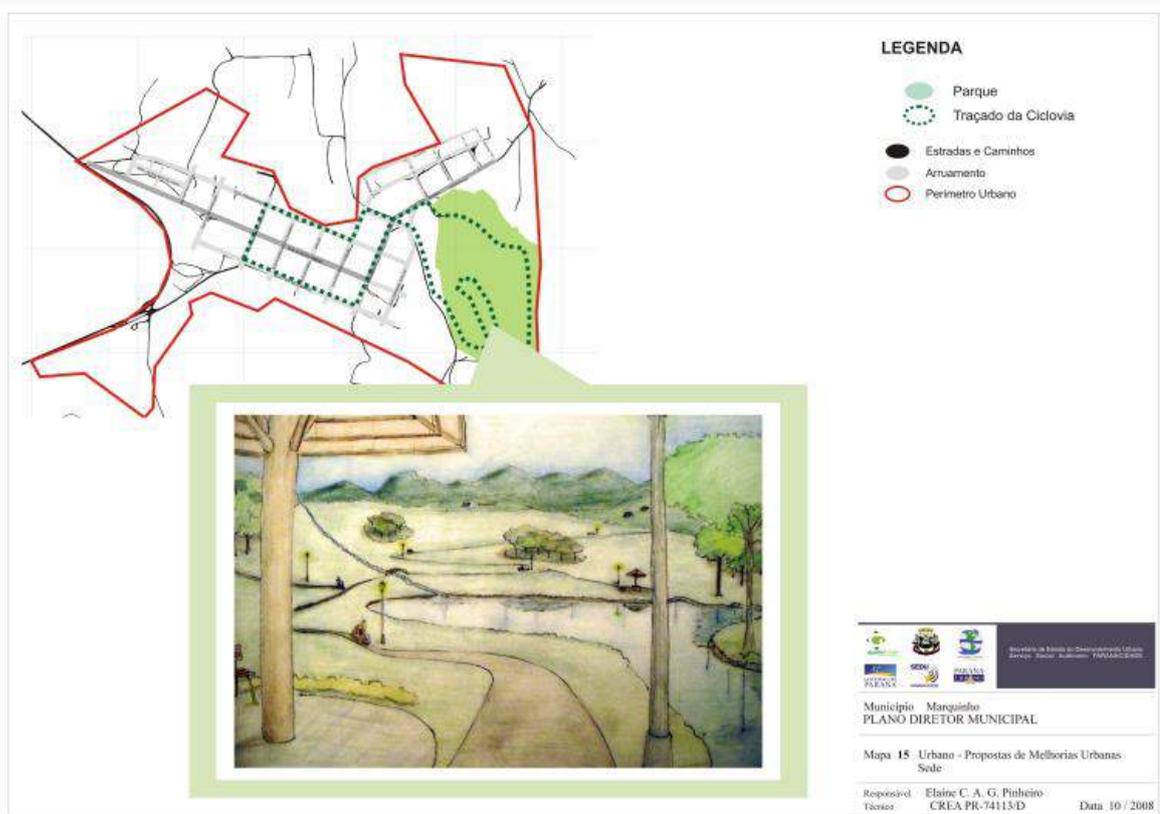


Figura 3.6. Áreas para Implantação de Parque

Fonte: Município de Marquinho, 2009

A Tabela 2.1, sintetiza os usos permitidos para cada uma dessas zonas.

Tabela 3.1. Usos permitidos para cada zona.

Zona	Uso Permitido	Uso Permissível	Uso Proibido
ZR	Residencial unifamiliar Comércio local: Açougues, Frutarias, Padarias, Farmácia, Papelaria e Livraria, Banca de Jornal e Revistas, Floricultura, Discotecas, Supermercado. Equipamentos recreativos em geral, tais como lazer e cultura Institucional Pequenas indústrias domésticas e artesanais: Doces, Cerâmica, Ateliê de Costura, Couro, Perfume, Bijuterias e Joias em Geral.	Estabelecimentos de Saúde, Templos Religiosos, Estabelecimentos Educacionais.	Hotéis, Indústrias de: Móveis, Beneficiamento de Alimentos, Serralheria, Oficinas mecânicas, Comércio de grande porte, Depósitos em geral, Postos de gasolina Indústrias, Oficinas mecânicas, comércio e depósitos de grande porte
ZCS	Serviço local e central: Bancos e Agências Financeiras, Pousadas e Pensões, Serviços Técnicos Profissionais, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e similares, Agências de Turismo, Estúdios Fotográficos, Agências Lotéricas, Agências Funerárias, Agências Públicas em geral. Institucionais Pequenas indústrias domésticas e artesanais: Doces, Cerâmica, Ateliê de Costura, Couro, Perfume, Bijuterias e Joias em Geral.		
ZI	Indústria de grande porte.	Indústria de médio porte.	Todos os demais.
APP	Nenhuma edificação será permitida nesta Zona		

AVP	Residencial unifamiliar, ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS, Atividades ligadas ao lazer e recreação	Hotéis e similares	Indústrias em geral, Postos de gasolina depósitos em geral, Oficinas em geral
AVP	Uso liberado para habitação unifamiliar somente com parecer do órgão competente		Todos os demais.

A Tabela 3.2 sintetiza os parâmetros de ocupação do solo urbano de Marquinho.

Taxa de Ocupação corresponde ao percentual expresso pela relação entre a área de projeção ortogonal da edificação ou edificações e a área total do lote onde se pretende edificar. Coeficiente de Aproveitamento corresponde ao valor que deve ser multiplicado pela área do terreno para se obter a área máxima a construir;

Recuos Frontais, Laterais e de Fundos corresponde à distância entre o limite extremo da edificação e cada uma das divisas do lote; os recuos frontais serão medidos a partir do alinhamento predial, sendo que os demais a partir de linhas paralelas às divisas do lote, salvo projeções de saliências em edificações, nos casos previstos em lei;

Altura da Edificação corresponde a dimensão vertical máxima da edificação, expressa em metros, quando medida de seu ponto mais alto até o nível do terreno, ou em número de pavimentos a partir do térreo, inclusive;

Taxa de Impermeabilização corresponde ao percentual expresso pela relação entre a área ocupada pelas edificações - estacionamentos, acessos, quadras, piscinas -, ou seja, área impermeabilizada do lote, e a área total do lote.

Tabela 3.2. Parâmetros de ocupação do solo urbano.

	Mínimo	Básico	Máximo	Taxa de ocupação Máxima	Taxa de permeabilidade Mínima	Lote mínimo (m ²)	Frente mínima (m)	Gabarito de altura máxima (m)	Frente (m)	Lateral	Fundos
ZR	0,15	1,00	1,50	0,50	0,30	300,00	12,00	10,00	3,00	1,5	2,00 m
ZCS	0,20	1,00	2,50	0,80	0,15	300,00	12,00	25,00	Não exigido	1,5	2,00 m
ZI	-	-	-	0,80	0,20	1000,00	20,00	-	10,00	-	-
APP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AVP	Estudo de cada caso pelo Executivo										
ZEU ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Lei Municipal 346/2010.

De acordo com a Lei 346/2010 a dimensão do Lote ou Fração Mínima corresponde à área mínima do lote individual, quando do parcelamento de uma gleba, ou fração pela qual a área total da gleba deve ser dividida, com a finalidade de obter as frações ideais a elas aplicáveis;

3.2.2.2. Zoneamento do Distrito Guampará

O Plano Diretor elaborado em 2010 não definiu o zoneamento para o Distrito de Guampará, apesar de definir o perímetro Urbano através da Lei Complementar 340/2010.

Dentro do perímetro definido para o distrito em 2010 a ocupação se deu através de edificações comerciais, residenciais e de serviços. Nota-se que houve a implantação de uma área grande próxima ao Rio Guampará. Analisando a distribuição da ocupação atual, observou-se que há uma tendência à ocupação na região da estrada rural que liga o distrito à Sede, localizada ao lado oposto ao Rio Guampará.

3.2.3 Parcelamento do Solo

O parcelamento do solo urbano pode ocorrer por meio da implantação de loteamentos ou pelo desmembramento de lotes, sendo suas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

A legislação vigente de Marquinho sobre o parcelamento do solo é a Lei Complementar nº 343/2010. O disposto nesta lei obriga não só os loteamentos,

desmembramentos e remembramentos, realizados para venda ou para melhor aproveitamento de imóveis, como também os efetivados em inventários, por decisão amigável ou judicial, para extinção de comunhão de bens ou qualquer outro título.

3.2.3.1. Loteamentos

Para implantação de novos loteamentos, a Lei Complementar nº 343/2010 considera obrigatório o cumprimento dos seguintes itens de infra - estrutura básica para a aprovação do loteamento: meio fio, calçamento e paisagismo; rede de energia elétrica com iluminação pública; rede de água potável; rede de esgoto; rede de drenagem, com colocação de tubos especificados pelo município.

Os loteamentos de interesse social, quando promovidos por iniciativa pública, deveriam ter o lote mínimo de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), obedecidos os demais requisitos da legislação federal, estadual e municipal sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Desde a implantação da Lei Complementar nº 343/2010 houve a abertura de 1 novo loteamento: o Loteamento Blomer, conforme localização prevista na Figura 2.7. Cabe destacar também, que há áreas de ocupação irregular, problema enfrentado pela administração pública municipal há alguns anos que devem ser regularizadas.



Figura 3.7. Distribuição dos Loteamentos da área Urbana de Marquinho - Pr.

3.2.3.2 Vazios Urbanos

A sede urbana de Marquinho não possui vazios urbanos.

3.2.4 Tipologias de usos do solo urbano

A Lei 346/2010 faz a classificação dos tipos de uso do solo urbano em 5 categorias:

- **Uso Habitacional:** edificações destinadas à habitação permanente ou transitória. Predominante em praticamente toda a sede urbana e no distrito de Guampará. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), há um total de 188 domicílios nas áreas urbanas do município.
- **Uso Comercial e de Serviços:** atividade caracterizada pela relação de troca, visando o lucro, estabelecendo a circulação de mercadorias, ou atividade caracterizada pelo préstimo de mão-de-obra e assistência de ordem intelectual ou espiritual. Predominante nas margens da Rua XV de Novembro
- **Uso Industrial:** atividade que resulta na produção de bens pela transformação de insumos;
- **Uso Agropecuário:** atividade de produção de plantas, criação de animais, agroindustriais e piscicultura;
- **Uso Extrativista:** atividade de extração mineral e vegetal.

3.2.5 Uso e Ocupação do Solo Rural

O Uso e Ocupação do Solo Rural em Marquinho é definido pela Lei Complementar 344/2010 que dispõe sobre o Macrozoneamento do município, estabelecendo os critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo.

A área municipal ficou subdividida em seis macrozonas (Figura 3.5.1.)

Zona Urbana - ZU: Corresponde à área que efetivamente é ocupada pelos moradores.

Zona de Amortecimento - ZA: Corredores de vegetação estabelecidos próximos a zonas de ocupação.

Zona de Interesse Turístico - ZIT: Corresponde às áreas ao nordeste que estimulem as possibilidades econômicas relacionadas ao fomento da agricultura orgânica, da erva-mate, apicultura, atividade leiteira, atividade madeireira

Áreas de Preservação Permanente - APP: Áreas protegidas por lei e que formam um ecossistema de importância no meio ambiente natural. Também são aquelas

adjacentes ao rio Piquiri, Cobre e Marquinho e outros rios, numa faixa de 30,00 de cada lado.

Unidades de Conservação - RPPN: implementar o manejo da Reserva, revisando e corrigindo quando necessário. de modo a transformá-la em modelo de RPPN, utilizando como centro de difusão de conhecimento e tecnologia para manejo de unidades de conservação e induzir para que o município receba o ICMS ecológico. Atualmente nem o manejo da Reserva e nem o ICMS ecológico foram implantados.

Zona de Exploração Agropecuária - ZEA: áreas caracterizadas pela presença de produção de alimentos e criação de animais, junto a áreas residenciais com baixo número de moradores, agregando aos programas municipais já existentes que atendem as comunidades rurais no apoio à geração de renda.

Zona de Exploração Agropecuária Restritiva - ZEAR: áreas caracterizadas pela presença de produção de alimentos e criação de animais, junto a áreas residenciais com baixo número de moradores, agregando aos programas municipais já existentes que atendem as comunidades rurais no apoio à geração de renda em áreas de manejo para a produção devido às altas declividades.

Analisando-se o Macrozoneamento adotado, observa-se que ao longo dos anos de aplicação, as delimitações de todas as zonas restringiram a produção agropecuárias em algumas áreas devido à modificação das leis ambientais.

Atualmente é vigente a Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 que substituiu alguns itens da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/81) e do Código Florestal (Lei nº 4771/65) quanto á redução da faixa obrigatória de preservação permanente e reserva legal, dentre outros. Portanto, o presente Macrozoneamento se encontra defasado e necessita de atualizações.

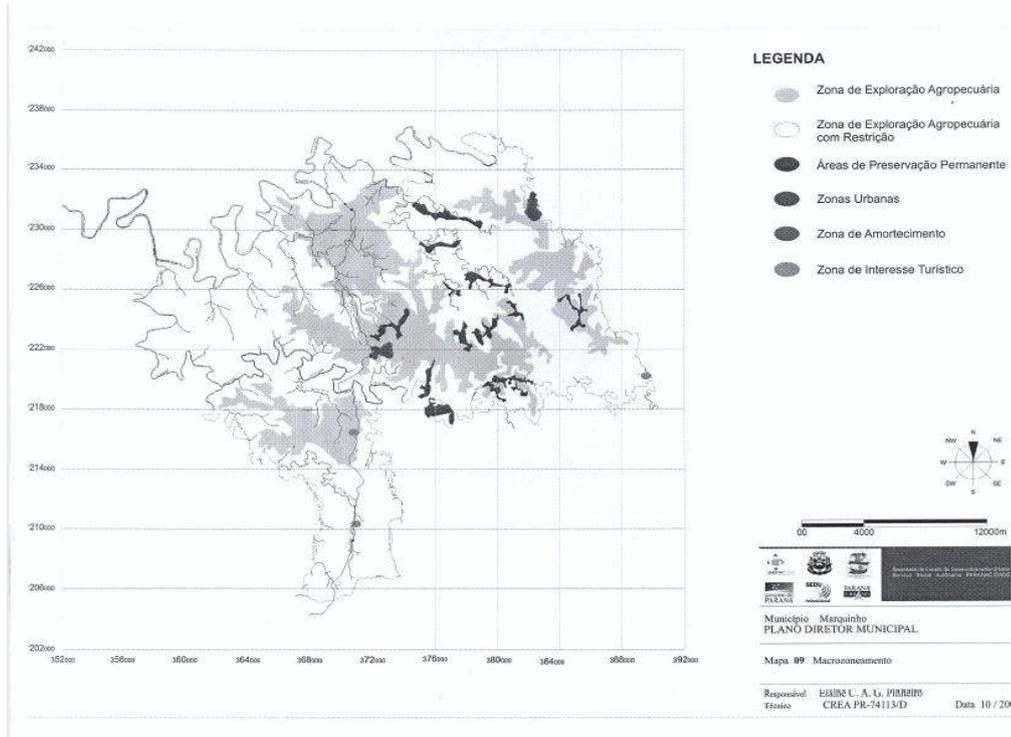


Figura 3.8. Macrozonamento de Marquinho.

4. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

4.1. Compartimentação Territorial

O Paraná pertence à macrorregião Sul que por sua vez é integrado por 10 mesorregiões e 39 microrregiões. As mesorregiões Paranaenses são: Centro Ocidental Paranaense, Centro Oriental Paranaense, Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense, Oeste Paranaense, Metropolitana de Curitiba, Sudeste Paranaense, Sudoeste Paranaense e a mesorregião Centro Sul Paranaense.

A mesorregião Centro – Sul corresponde a mesorregião 4108 e é constituída por três microrregiões: Guarapuava, Palmas e Pitanga, as quais totalizam 28 municípios a seguir discriminados: na Microrregião de Guarapuava: Campina do Simão, Cândói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo e Virmond; na Microrregião de Palmas: Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas; e a Microrregião de Pitanga: Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga e Santa Maria do Oeste.



Figura 4.1. Mesorregiões do estado do Paraná.

O município de Marquinho faz parte da microrregião de Guarapuava que por sua vez integra a mesorregião Centro-Sul Paranaense. A capital regional desta microrregião é

a cidade de Guarapuava. Marquinho apresenta multipolarização com Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Cantagalo, Goioxim, Guarapuava, Palmital, Paranaguá e Curitiba. A polarização com Curitiba se dá em virtude de ser a capital do estado e por esta razão sediar os principais órgãos públicos do estado.

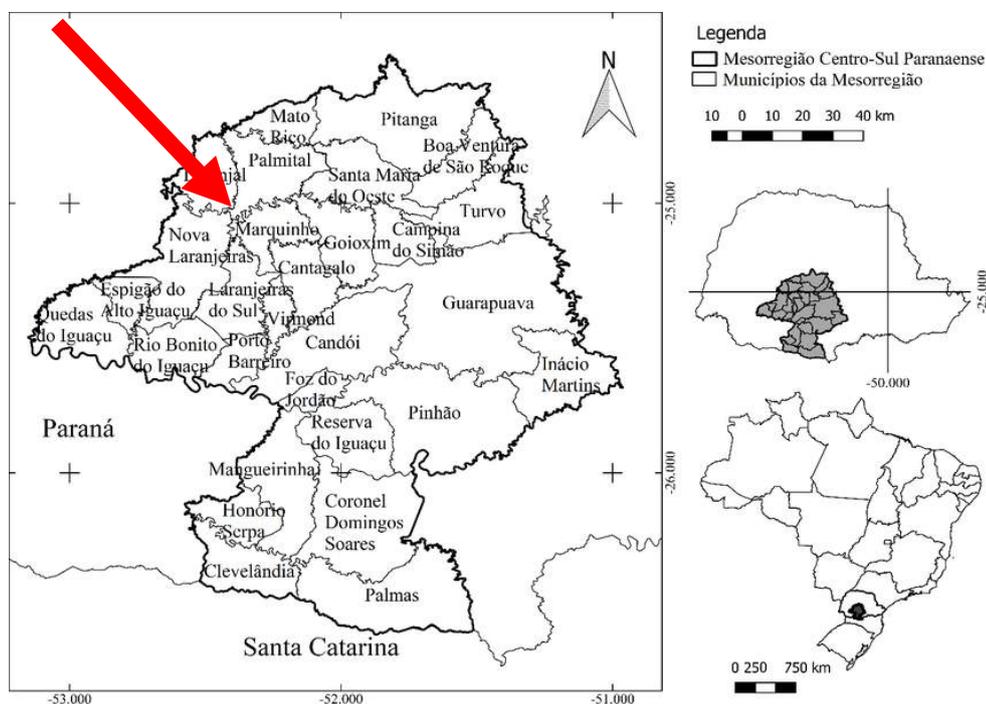


Figura 4.2. Localização da região Centro-Sul do Paraná.

O Território Cantuquiriguaçu localiza-se nas mesorregiões geográficas Centro-Sul e Oeste do Estado do Paraná e abriga 20 municípios, os quais estão organizados em uma associação desde de 1984 e onde residem 232.729 pessoas, a saber: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçú, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçú, Reserva do Iguaçú, Rio Bonito do Iguaçú, Três Barras do Paraná e Virmond. De acordo com as análises de um conjunto de indicadores, construídos a partir dos dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aqueles municípios identificaram profundas desigualdades na realidade local, resultando em uma mobilização de entidades públicas e privadas na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Para cumprir essas diretrizes estabelecidas neste plano desenvolvido em 2003 pelas associações destes municípios, constituiu-se um grupo de trabalho coordenado pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), do qual

participam as seguintes instituições: o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (Condetec), Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB/Deral/Deagro), Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL).

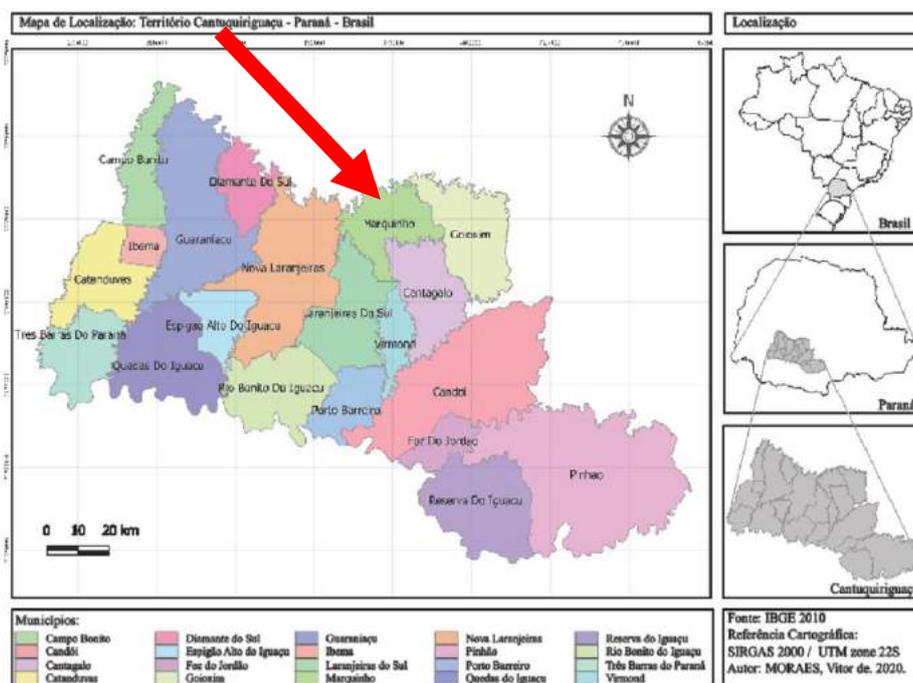


Figura 4.3. Localização do Território Cantuquiriguaçu

Dentro do contexto regionalizado, do município de Marquinho, que pertence a microrregião de Pitanga, e dos municípios que fazem parte da microrregião de Guarapuava que se interagem com Marquinho, deve-se considerar também os seguintes municípios em estudo: Cantagalo, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Guarapuava e Palmital. Totalizando 07 municípios em estudo e analisando-os no contexto regional, os quais ocupam 3,77% do território do Estado que correspondem a 2,51% da população do Paraná.

O município de Marquinho conta com uma área territorial de 511,147 km², entre as coordenadas geográficas extremas de 25° 06' 46" S de latitude e 52° 15' 14" O de longitude, com a distância da sede do município a capital do Estado é de 400,04 km (IPARDES, 2018).

A ligação com Paranaguá se dá em função do porto por onde são escoadas as safras agrícolas, após terem sido beneficiadas por unidades industriais situadas principalmente no município de Laranjeiras do Sul, Londrina, Palmital e Guarapuava.

A ligação com Laranjeiras do Sul se dá em virtude de ser a cidade mais próxima ligada por rodovia asfaltada – 35 km, além de ser sede de comarca, a qual se subordina Marquinho, como também pela importância do entroncamento rodoviário para Guarapuava e o oeste do Paraná, como por exemplo Cascavel e Foz do Iguaçu. Porém, a maior ligação se dá com Londrina e Guarapuava, que correspondem ao centro regional e que lideram através de suas indústrias, instituições universitárias, núcleos de ensino, batalhões policiais, instituições de saúde e serviços, tal como o serviço funerário não ofertado no município de Marquinho, o qual depende dos municípios de Palmital e Laranjeiras do Sul. A polarização com os municípios citados se dá através de relações econômicas, comerciais e industriais, assim como também no nível territorial. Também é evidente que há as relações sociais que integram a população destes municípios, tais como: eventos, bailes, rodeios, etapas de motocross, etc.

As divisas do município se realizam da seguinte forma: Ao Norte: Palmital; A Nordeste: Goioxim; A Sudeste: Cantagalo; A Sul: Laranjeiras do Sul; A Oeste: Nova Laranjeiras (Figura 4.4).



**MUNICÍPIOS
LIMÍTROFES COM O
MUNICÍPIO DE
MARQUINHO/ PR**

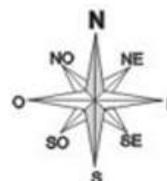


Figura 4.4. Município limites de Marquinho, Paraná.
Fonte: IPARDES NOTA: Base Cartográfica ITCG, 2010.

4.2. Aspectos Sociodemográficos

O município de Marquinho, segundo o Censo Demográfico do IBGE (Tabela 4.1), em 2000 possuía 5.659 habitantes, já em 2010 registrou 4.981 habitantes, já em 2021, o município conta com uma população estimada de 4.283 habitantes (IPARDES, 2022), resultando em uma densidade demográfica de 8,38 habitantes/km².

Desde a década de 2000 o município vem sofrendo uma diminuição da população, sendo que sua taxa de crescimento geométrico populacional urbano de 2000 a 2010, apresentou taxa negativa de crescimento anual de -0,8%, e a rural apresentou uma taxa negativa de crescimento anual de -1,32%. No censo populacional de 2021 o município apresenta uma estimativa de diminuição da população.

Isso mostra a progressão de uma constatação realizada em 2019 na Análise Temática Integrada (ATI), quando destacou-se que: “Segundo os resultados da projeção o crescimento populacional tende a decrescer no município.

Tabela 4.1. Evolução da população entre 1970 a 2018

Período	Urbana	%	Rural	%	Total
2000	568	10,04	5.091	89,96	5.659
2010	524	10,52	4.457	89,48	4.981
2021					4.283

* Não divulgados; ** Estimativa IPARDES (2021);

Na composição da população por sexo de 2010, observa-se um comportamento contrário a tendência média do conjunto do Estado, pois é possível observar que na faixa etária acima dos 40 anos, o predomínio numérico e da população masculina, sendo notado que nas faixas etárias mais jovens também apresentam uma população masculina maior que a feminina (Figura 4.1 e Tabela 4.2)

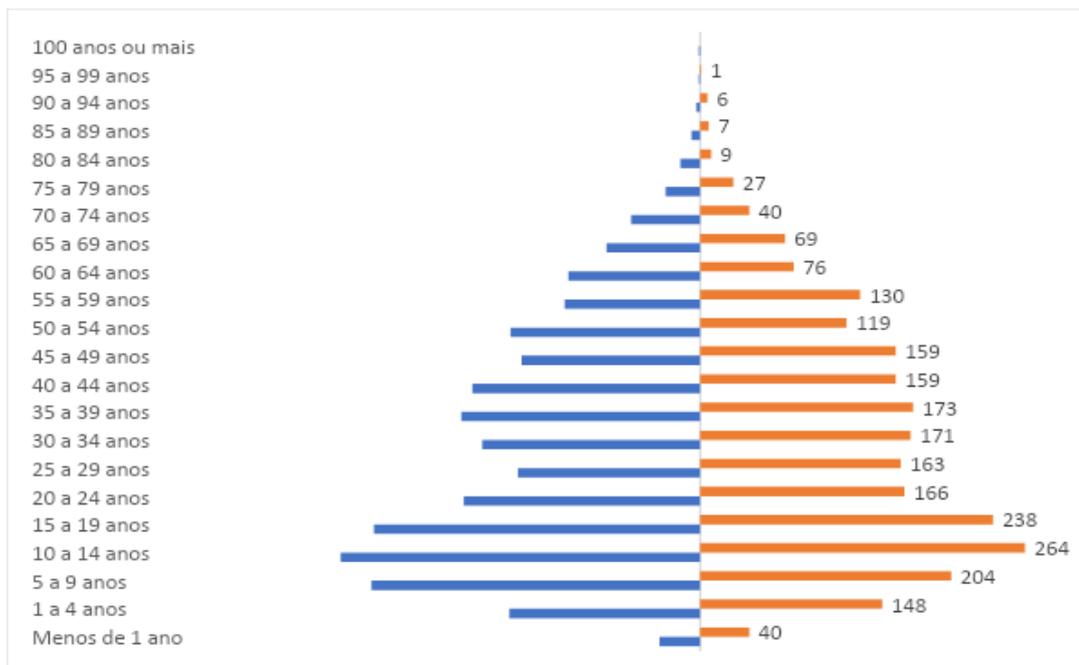


Figura 4.5. Pirâmide Etária de Marquinho (2010).

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

Tabela 4.2. Distribuição Da População Por Faixas Etárias Em 2010.

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	188	188	376
5 a 9 anos	267	204	471
10 a 14 anos	292	264	556
15 a 19 anos	265	238	508
20 a 24 anos	192	166	358
25 a 29 anos	148	163	311
30 a 39 anos	371	344	715
40 a 49 anos	330	318	648
50 a 59 anos	264	249	513
60 a 69 anos	183	145	328
70 anos ou mais	112	90	202
Total	2.612	2.369	4.981

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 4.3. Número De Famílias, Em Domicílios Particulares Permanentes, Segundo A Composição – 2010

COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS	Nº DE FAMÍLIAS
Com até 2 pessoas	397
Com 3 pessoas	417
Com 4 pessoas	318
Com 5 pessoas ou mais	272
TOTAL	1.405

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 20 de agosto de 2014.

No que se refere às estruturas públicas que atendem estes domicílios, como abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo, o município atende mais de 84% da população (Tabela 4.4.)

Tabela 4.4. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios – 2010

Características	Nº de domicílios
Número de domicílios particulares permanentes	1.432
Abastecimento de água (Água canalizada)	1.374
Esgotamento sanitário (Banheiro ou sanitário)	1.390
Destino do lixo (Coletado)	679
Energia elétrica	1.402

Fonte: IPARDES (2021);

Quando se buscam os dados relacionados à taxa de analfabetismo, observa-se que o mesmo se encontra superior à média do estado de 6,28%. Nota-se que a maior concentração de analfabetos do município se apresenta na população adulta com idade acima de 25 anos, conforme Tabela 4.5.

Tabela 4.5. Taxa De Analfabetismo Segundo Faixa Etária - 2010

FAIXA ETÁRIA (anos)	TAXA (%)
----------------------------	-----------------

De 15 ou mais	13,97
De 15 a 19	1,99
De 20 a 24	3,91
De 25 a 29	6,43
De 30 a 39	7,55
De 40 a 49	14,97
De 50 e mais	29,94

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Em relação ao crescimento do município, o mesmo apresenta em 2020 uma taxa bruta de natalidade de 12,90 por mil habitantes e de mortalidade geral de 4,84 por mil habitantes (IPARDES, 2022), resultando em um crescimento de 8,06 por mil.

Considerando os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M): Esperança de vida ao nascer; Taxa de frequência escolar (pessoas de 7 a 22 anos); Taxa de alfabetização de adultos; e Renda per capita, observa-se que o melhor desempenho está associado à realização de políticas públicas, especialmente na área da educação.

Nota-se, diante dos dados, que a expectativa de vida no município aumentou nos últimos anos, destacando a melhoria do atendimento de serviços básicos de saúde. Da mesma forma, no setor da educação, a alfabetização e a frequência bruta escolar também aumentaram, dado percebido no IDH-M Educação.

Tabela 4.6. indicadores e evolução do IDH-M de Marquinho-PR

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	66,59 anos	68,43 anos	73,83 anos
Taxa de alfabetização de adulto	80,18	82,26	86,03
Taxa bruta de frequência escolar	0,04	0,26	0,63
Renda per capita	100,17(1,00)	216,85(1,00)	366,30(1,00)
IDHM-L Longevidade	0,693	0,724	0,814
IDHM-E Educação	0,042	0,211	0,463
IDHM-R Renda	0,406	0,530	0,615

Indicadores	1991	2000	2010
IDH-M	0,228	0,433	0,614
Classificação IDH-M Na UF	396	395	389
Classificação Nacional IDH-M	5.220	4.220	3.820

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP, IPARDES

Como o incentivo governamental e o surgimento de mais empresas no município, a renda bruta per capita evoluiu, o que é refletido no IDH-M Renda.

4.3. Capacidade de Atendimento e Distribuição das Infraestruturas, Equipamentos e Serviços Públicos

As principais questões no âmbito regional estão relacionadas à infraestrutura, sistema econômico, serviços de saúde, educação, ação social, segurança, cultura e lazer. Como se observou, os temas sociais, econômicos ou ambientais constituem uma rede em que não é possível resolver apenas um dos problemas. Apenas com políticas públicas amplas e integradas será possível atender parte das demandas emergenciais da população. Dessa forma, a composição laboral da população, mecanismos de inserção no mercado de trabalho, demandas por educação e qualificação, em específico, diferem.

Pode-se dizer, a grosso modo, tomando-se a divisão administrativa dos municípios em estudo, que existe uma tipologia de municípios que assim pode ser descrita: do ponto de vista territorial-ambiental pode-se dividir os municípios em estudo em áreas urbanas e rurais. Na área urbana as questões sociais dizem respeito às aglomerações cuja fragilidade ambiental está associada à baixa capacidade de resposta econômica que agregue a maioria dos moradores, em especial os de baixa renda, e há uma rede bem constituída de oferta de serviços públicos, mas que necessita aumentar sua eficiência. Na área rural os problemas quase sempre estão relacionados à forma como o território é apropriado e explorado. Uma vez que é de onde estas populações tiram seu sustento, quer por exploração econômica de base monetária, quer por atividade extrativa. Com relação às questões sociais que foram observadas na pesquisa in loco, elas se concentram na falta de acesso aos serviços disponíveis de educação e saúde, pela imensa dificuldade de locomoção dessas comunidades.

Em síntese, quer nas áreas urbanas como nas rurais, quer em municípios maiores ou menores do ponto de vista populacional, quer em economias urbanas mais ou menos

complexas, o ponto central das questões sociais assenta na dificuldade de obtenção de trabalho e renda. Este fator interfere diretamente nas condições de vida do morador mais pobre e, indiretamente, na capacidade das atividades econômicas produzirem efeitos multiplicadores no que diz respeito à absorção produtiva da maioria da população em idade de trabalhar.

4.3.1. Educação

4.3.1.1. Trajetória da Educação no Município de Marquinho

A educação do Município de Marquinho passou por grandes e importantes transformações no decorrer de sua trajetória. Necessário se faz conhecer tal percurso, no intuito de entender o contexto atual, requisito para o planejamento de ações pertinentes a serem executadas, culminando na continuidade do desenvolvimento, não apenas do ensino, mas da região como um todo.

Vamos começar nosso itinerário na década de quarenta, quando ainda não havia escolas, nem mesmo professores formados e remunerados. Os filhos de emigrantes que aqui chegavam, aprendiam com pessoas mais instruídas em aulas simples, nas quais se ensinava a ler, escrever e a fazer as quatro operações, cujo aprendizado não abarcava certificado.

Em 1944 chegou em Marquinho a primeira professora formada, Senhora Júlia Kulka Folda, a qual começou a dar aulas particulares em um espaço simples, sem nem mesmo carteiras escolares, com apenas bancos. Em 1948, a primeira instituição de escola pública iniciou suas funções com o nome de Escola Isolada de Marquinho, sem estrutura física própria, nem adequada, ou professor habilitado para a função, no intuito de atender ao objetivo de fazer com que seus alunos aprendessem a ler e escrever, apenas decodificando. Apenas mais tarde, em 1969, foi construída a primeira escola, no centro da vila, através da união dos moradores locais, com ajuda do agrimensor João Rysicz, a qual foi nomeada “Grupo Escolar João Rysicz”. Com o passar do tempo foram construídas escolas rurais, distribuídas nas diversas localidades do município.

Naquela época não existia material didático gratuito, o professor tinha que comprar tudo, além de limpar a escola com recursos próprios. A caneta era chamada de penar e era usada com tinteiro. Os alunos vinham para a escola a pé ou a cavalo, de

grandes distâncias. Durante o recreio, período de trinta minutos, as meninas brincavam separadas dos meninos, geralmente com cantigas de roda, enquanto eles se divertiam com bôlicas ou pega-pega, já que não havia bola para jogar.

Em 1986 foi implantado no distrito de Marquinho, que então pertencia ao município de Cantagalo, o ensino de 5^a a 8^a série na escola Municipal João Rysicz, tendo como diretora a professora Wilma Padilha Varela Busarello. Quatro anos após, em 1992, sob a direção da professora Sônia Maria Gonsiorkiewicz Esteche, com a ajuda do deputado Orlando Pessuti, do vereador Orlando Bueno Staine e do Padre Vieslau Morawiski, foi implantado o Ensino Médio, a partir daí a escola passou a se chamar Colégio Estadual João Rysicz, cuja nomenclatura segue até os dias atuais.

A partir da Emancipação do Marquinho, a qual ocorreu no dia 22 de junho de 1994, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura passou a ter sede neste município e atualmente detém sob seus cuidados registros das diversas escolas que passaram a compor sua rede, as quais situavam-se nas comunidades municipais, onde atendiam crianças em turmas multisseriadas, abarcando discentes de 1^a a 4^a série.

Com o passar do tempo, principalmente em função do êxodo rural, algumas escolas precisaram ser cessadas no campo, visto que não possuíam número de alunos suficiente para continuar seu funcionamento. Neste contexto, atualmente o município possui apenas duas instituições rurais que oferecem ensino a partir da pré-escola, 04 anos, até o 5^o ano, sendo: Escola Rural Municipal Cândido Xavier EIEF – localizada no Distrito de Guampará; e Escola Rural Municipal Domingos Lopes EIEF – situada no Distrito de Gleba Nove. Além dessas, o município conta com a Escola Municipal Rui Barbosa EF, localizada na Rua Rodrigues de Quadros, Centro, a qual atende alunos do 1^o ao 5^o ano. Bem como, com o CMEI Sebastião Batista de França, situado a Rua Paulo Firmino Cardoso, Centro, atendendo crianças da creche, 0 a 3 anos, e da pré-escola, 4 a 5 anos.

Para atender ao Ensino Fundamental - Anos Finais, conta-se com a Escola Estadual do Campo Professora Júlia Folda, situada na Comunidade Alto do Cobre, zona rural, e com o Colégio Estadual João Rysicz, localizado na Rua XV de Novembro; sendo que este último atende também ao Ensino Médio, 1^o a 3^o Ano. O município possui também, a APAE Marinalva Caniel Barboza EI EF EM MOD ED ESP, a qual abrange todas as etapas de ensino, compreendendo Educação Infantil e Educação Básica; e um polo de atendimento

presencial da UNINTER (Universidade Internacional) que oferece diversos cursos de Ensino Superior, na modalidade EAD

Frente à elucidação do percurso, constata-se que este município já avançou muito no quesito educação, no entanto, ciente de que tal trajetória precisa continuar, cada vez mais apta a atender às necessidades educacionais de seus munícipes, esta Secretaria Municipal de Educação revisa o presente Plano Diretor.

Histórico das instituições de ensino do município

Escola Rural Municipal Domingos Lopes - Ensino Pré-Escolar e Fundamental – Anos Iniciais.

A Instituição de Ensino sobre a qual ora se redige, iniciou seu funcionamento em caráter provisório no ano de 1951, com o nome de Escola Rural de Gleba Nove, utilizando o espaço de uma igreja. Na época, sob os cuidados do professor João Brasil, funcionava apenas uma turma de 1ª série. Mais tarde, mudou-se para uma casa feita de pau-a-pique e chão batido, do proprietário Senhor Otávio Martins, onde atendia uma classe multisseriada.

No ano de 1961, instalou-se em sede própria, toda em madeira, contendo 02 salas de aula, uma cozinha e uma varanda. Por volta de 1970, a escola ganha reforma, ficando com 3 salas de aula, 1 cozinha, 2 quartos, 1 despensa e uma grande varanda. Tornando possível a morada da merendeira e de sua família no prédio da escola. Em 1980 a escola foi autorizada a funcionar com o nome de Escola Rural Municipal Domingos Lopes - Ensino Fundamental I, turmas de 1ª a 4ª série, de acordo com o Decreto Municipal Nº 562 de 11 de agosto de 1971 e a Resolução N.º2948/82. Em 2004, o prédio da escola foi desmanchado para dar origem a um novo, em pré-moldado, composto por 2 salas de aula, 2 banheiros, 1 saguão e 1 cozinha. O prédio atual da escola em questão foi construído em 2016, abrangendo uma área total edificada de 726,42 m², na qual estão construídas quatro salas de aula, sala de informática, de TV e sala de professores, biblioteca, refeitório, cozinha, despensa, sanitários masculinos e femininos.

Em 2009, de acordo com a Resolução nº 5656/2008 e Parecer 3596/08-CEF foi autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, sendo ofertado de forma gradativa. O credenciamento para a oferta de Educação Básica ocorreu pela

Resolução 4468/2011 e a renovação de credenciamento pela Resolução 5041/2016 e Parecer 3035/2016. Em 2017 foi implantado a Educação infantil com Autorização de Funcionamento pela Resolução nº 926 de 20/03/2017 e Parecer 780/2017.

O Conselho Escolar foi instituído em 2010, como órgão de participação coletiva, com a finalidade de verificar e acompanhar a utilização dos recursos da educação, deliberar sobre assuntos afins e auxiliar na realização das metas pretendidas para a referida instituição.

Atualmente a Escola aqui abordada, atende a quatro turmas, organizadas como segue. Turmas multi anos: Pré I e II; 1º e 2º Ano; 3º e 4º ano; e uma turma de 5ºano.

As imagens a seguir são o registro da evolução, no que tange a estrutura física, desta Instituição de Ensino, que a partir das ações planejadas no documento que ora se redige, continuará a se desenvolver, tanto física quanto pedagogicamente, para atender às necessidades da comunidade na qual está inserida.



Figura 4.6. Primeiro prédio próprio da Escola.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação.



Figura 4.7. Prédio da Escola após reforma.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação.

Escola Rural Municipal Cândido Xavier – Educação Infantil – Pré-Escolar e Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

A Escola Rural Municipal aqui relatada localiza-se no Distrito de Guampará, a 28 km da sede do município. Foi instalada no centro da comunidade, no ano de 1948, registrada com o nome de Escola Rural de Guampará. Obteve autorização de funcionamento do Ensino de 1º grau - 1ª a 4ª série - pela Resolução N.º 2948/82, publicada no DOE em 02 de dezembro de 1982. Inicialmente, a mesma possuía apenas uma sala, contendo uma classe multisseriada, cuja professora era Alda Faragos.

Com a emancipação do município de Cantagalo, a referida escola foi registrada com o nome de Escola Rural Municipal Cândido Xavier, conforme Resolução nº 1467/97 DOE 22/05/1997. Em 1997, houve a alteração da Entidade Mantenedora passando a ser a Prefeitura Municipal de Marquinho, visto que este município foi emancipado.

No ano de 2008, a instituição solicitou Autorização e Funcionamento para o Ensino Fundamental de 9 Anos – Anos iniciais do 1º a 5º ano –, sendo implantado gradativamente. Este foi autorizado por meio da Resolução nº 5656/2008 e Parecer 3596/2008 CEF. No

ano de 2011, a instituição solicitou Renovação de Autorização de Funcionamento para o Ensino Fundamental de 9 anos-anos iniciais que foi aprovada pela Resolução nº 4469/2011 DOE 06/12/2011. Nesse mesmo ano, foi instituído o primeiro Conselho escolar da instituição e o cargo de coordenação escolar, responsável pela gestão da escola.

A Educação Infantil iniciou seu atendimento em 2006, cujo funcionamento foi autorizado, posteriormente, pela Resolução 1256/2008 e Parecer 1005/2008 –CEF. No entanto, devido a escassez de público alvo, foi cessada definitivamente em 2009, através da Resolução 2610/2009 e Parecer 1828/2009. Felizmente, com a obrigatoriedade de matrículas para crianças de 4 e 5 anos na etapa de Pré-escolar, pautada na demanda da comunidade, a instituição solicitou novamente autorização de funcionamento para educação Infantil e passou a ofertá-la a partir de 2016, através da Resolução 2972/2016 e Parecer 1642/2016-SEED/SEF. Com a constatação da necessidade de construção de um novo prédio escolar, através de um estudo realizado em 2018, esse foi construído abrangendo uma área total edificada de 867, 69 m², com 06 novas salas, secretaria, diretoria, almoxarifado, arquivo, sala dos professores, cozinha, despensa, área de serviço, depósito, sanitários masculinos e femininos. Prédio esse que foi inaugurado no dia 25 de junho de 2022, oferecendo excelente espaço físico, o que incide positivamente no ensino aprendizagem e na vida da comunidade na qual a escola está inserida.



Figura 4.8. Primeiro prédio próprio da Escola.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação.

Escola Municipal Rui Barbosa - Ensino Fundamental

A Instituição de Ensino, hoje nomeada Escola Municipal Rui Barbosa, iniciou suas funções em 1948 com o nome de Escola Isolada de Marquinho, no intuito de atender ao objetivo de fazer com que seus alunos aprendessem a ler e escrever, apenas decodificando, sem estrutura física adequada ou professor habilitado para a função. Mais tarde, em 1969, passou a funcionar em caráter provisório em um salão de baile com o nome de Grupo Escolar João Rysicz. Na época, funcionava apenas uma turma de 1ª série, sob os cuidados da professora, tendo como entidade mantenedora o Estado do Paraná.

Em 1952, instalou-se na Rua XV de novembro s/n em prédio próprio, com 4 salas de aula, uma cozinha, sala de direção e varanda, tendo como primeiro diretor o padre Aldo e a segunda Wilma Padilha Varela Busarello. Já em 1983, assumiu a direção em caráter provisório, Terezinha Varela Schisler.

Em 1984, passou a chamar-se Escola Estadual João Rysicz, autorizada pelo Decreto Lei nº 2948/82 de 02/12/1982. No ano de 1991, foi autorizada a funcionar pela Resolução nº 4560/91 de 27 de dezembro de 1991 DOE 15/01/92 com o nome Escola Municipal Rui Barbosa, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, com deferimento assinado pelo secretário de Estado Elias Abraão. A senhora Wilma Padilha Varela Busarello foi indicada como diretora pelo prefeito da época José Fabrício dos Santos.



Figura 4.9. Primeiro prédio próprio da Escola.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação

No ano de 1997, o município de Marquinho passou a ser o Mantenedor pela Resolução nº 1467 de 18/04/97 DOE 22/05/97. E nesse mesmo ano, foi feita, por tempo indeterminado, a renovação de funcionamento da Escola Municipal Rui Barbosa, pela Resolução nº 3494/97 de 15/10/97.

Em 12 de novembro de 1997, foi autorizado pela Resolução 3846/97 DOE 05/12/97 e Parecer 2208/97-CEF o funcionamento da Educação Infantil - Ensino Pré-escolar. Nesse mesmo ano, foi criada a Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, abrindo caminhos para uma gestão participativa. Até Janeiro de 1999 a Escola Municipal Rui Barbosa funcionava em dualidade com o Colégio Estadual João Rysicz, por não possuir prédio próprio. A partir do mês de fevereiro, a Escola Municipal Rui Barbosa passou a funcionar na Rua Napoleão Padilha, S/N. centro, em um prédio do Centro Catequético, alugado da Igreja Matriz Imaculado Coração de Maria de Marquinho.

No ano de 2002, foi solicitada a cessação definitiva da Educação Infantil pela Resolução 2821/2002 DOE 10/07/2002. E nesse mesmo ano, a escola solicitou abertura de turma para SALA de REC. S. IN. D. INTEL. TRAN. F. E., autorizada pela Resolução nº 3238/2002 DOE 16/09/2002.

No ano de 2005, pela Resolução 2652 e Parecer 1428/2005-CEF altera o endereço da Rua Napoleão Padilha S/N para Rodrigues de Quadros, a Escola Municipal Rui Barbosa- Ensino Fundamental adquiriu sede própria, através de uma permuta feita com o Estado. E nesse mesmo ano, foi solicitada autorização e funcionamento para a Classe Especial D. I, pela Resolução nº 2750/2005 DOE 27/10/05. No ano de 2006, a escola solicitou abertura de turma para EJA FASE I – 2 Etapas/ Períodos, sendo autorizada pela Resolução nº 3819/2006 DOE 28/08/06, com renovações subsequentes e a última renovação Parecer 1116/14 – SEED/CEF com vencimento em 31/12/2018. Resolução nº4070/2014 de 07/08/2014, publicada no DOE 09/09/2014.

A instituição oferece atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais através da Sala de Recurso Multifuncional Tipo I – Séries Iniciais, que foi autorizada, por tempo indeterminado, pela Resolução nº 2506/2011 DOE 31/08/2011. Nesse mesmo ano, foi solicitada a cessação definitiva da Classe Especial.

Também no ano de 2011 foi instituído o primeiro Conselho Escolar, um mecanismo da gestão democrática, com a finalidade de auxiliar na tomada de decisões coletivas e fiscalizar a aplicação dos recursos da educação. O Credenciamento da educação básica sucedeu pela Resolução 5905 em 15/12/2011 e a Renovação de Credenciamento para oferta da educação básica ocorreu pela Resolução 4659 de 21/10/2016.

Diante do exposto, constata-se que a Escola Municipal Rui Barbosa tem um longo percurso, durante o qual esteve sediada em vários espaços físicos. Atualmente possui sede própria, na Rua Rodrigues de Quadros, S/N, composta por quatro prédios, os quais abarcam 9 salas de aula, cozinha, despensa, refeitório, depósito, sanitários masculinos e femininos, salas de informática, de jogos, da psicóloga, da fonoaudióloga, das pedagogas e dos professores, biblioteca e auditório. Podemos visualizar alguns prédios que comportam a referida escola, dentre estes, o atual, nas imagens que seguem.



Figura 4.10. Segundo prédio próprio da Escola.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação

Centro Municipal de Educação Infantil Sebastião Batista de França

O Centro Municipal de Educação Infantil Sebastião Batista de França, iniciou seu funcionamento em prédio próprio na Rua Napoleão Padilha – centro, no dia 23 de julho de 2001, foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 1261/2002 de 25 de abril de 2002. O nome da Instituição foi escolhido em homenagem a um farmacêutico da cidade.

Com a crescente demanda de vagas para a Educação Infantil, foi adquirido uma nova área onde se construiu um novo prédio com 5 salas de aula, sala dos professores, cozinha e refeitório. O que se deu através da adesão do município ao programa Proinfância via PAR no MEC do governo federal. No ano de 2011 foi realizado o credenciamento para oferta da Educação básica (05 anos) pela Resolução 3576/2011.

No ano de 2015, a partir de primeiro de janeiro, de acordo com a Resolução 1007/2016 de 04/04/2016 altera-se o nome da rua na qual a instituição de ensino possui sede, passando a se chamar Rua Paulo Firmino Cardoso, S/N. No ano de 2018 foi ampliado a escola com a construção de mais 02 salas de aula para turmas de Pré-escola.

Paralela ao redigir deste documento, ocorre a reforma do CMEI em questão, através do uso de recursos próprios do município. Reforma esta, imprescindível para a segurança e o conforto dos pequenos discentes, visto que o prédio encontra-se com muitas rajaduras e infiltrações. Necessária ainda, porque contempla a construção de uma

sala de aula, diretoria, secretaria, banheiros masculino e feminino, bem como, a ampliação de duas salas de aula que estão pequenas para atender à demanda vigente.

Podemos observar algumas mudanças no espaço físico da instituição de ensino, sobre a qual ora se redige, nas imagens que seguem abaixo.



Figura 4.11. Primeiro prédio próprio do CMEI.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação

Colégio Estadual do Campo Professora Júlia Folda Ensino Fundamental – Anos Finais

A Escola Rural Estadual Professora Júlia Folda teve seu início em 14 de fevereiro de 2011, cujo nome homenageia a primeira professora formada do nosso Município, a qual trabalhava em uma escola que tinha apenas uma sala de aula, feita de madeira com a ajuda dos pais dos educandos para que estes tivessem a oportunidade de estudar e assim garantir um futuro melhor diferente da dos pais que na sua maioria eram analfabetos.

O Ato de Autorização para Funcionamento do Ensino Fundamental da Escola, Resolução nº 5315/12 de 28/08/2012 – DOE de 28/09/2012, a Assistência Técnica da Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Educação autoriza a implantação do ensino de

5ª a 8ª série. O reconhecimento do Ensino Fundamental anos finais foi através da Resolução nº2379/2013 de 21/05/2013 e Doe de 07//06/2013.

A Renovação do Reconhecimento se deu pela Resolução nº252/2016 de 02/02/2016 e doe 22/02/16. O Credenciamento ocorreu através da resolução nº5315/2012 de 28/03/2012 Doe de 28/09/12. O público alvo, em sua grande maioria, reside na área rural.



Figura 4.12. Primeiro prédio próprio da escola.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação

No que tange ao transporte escolar, o município custeia toda a necessidade, visto que 100% dos alunos moram em áreas rurais e muitos têm dificuldades para se deslocarem até a escola, principalmente em dias chuvosos, pelo fato de virem de longa distância e transitarem por estradas de terra.

A instituição de ensino sobre a qual ora se relata ainda não possui prédio próprio, assim sendo, ocupa um espaço onde anteriormente funcionava o pavilhão da igreja da Comunidade do Alto do Cobre. Espaço este, pelo qual paga aluguel. Vale ressaltar que várias melhorias foram realizadas, construção de salas de aula, organização de cozinha, diretoria, sala de professores e aumento do espaço físico.



Figura 4.13. Prédio da Escola após melhorias.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação

APAE - Marinalva Caniel Barboza – Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial de Marquinho

A trajetória dos cidadãos com necessidades especiais do município de Marquinho é feita de muitos percalços. Durante muitos anos, deslocavam-se para municípios vizinhos para receberem atendimento especializado. De 1997 até 2000, os alunos frequentaram a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjeiras do Sul – Paraná; saíam no período da manhã e retornavam à tarde, transportados com uma Kombi da Provopar. A partir desse período foi autorizada uma sala de Classe Especial na Escola Municipal Rui Barbosa, porém, mesmo assim, os alunos mais comprometidos continuaram frequentando a APAE citada.

Em 2001, foi aberto um contrato com a APAE de Palmital, para onde os alunos se deslocavam duas vezes por semana. Eram transportados em carro pequeno, ficavam o dia todo estudando e recebendo atendimento necessário. Com o aumento da demanda, foi necessário um ônibus para levá-los, o que ocorreu até 2004, ano no qual os alunos

voltaram a ser atendidos pela APAE de Laranjeiras do Sul, onde permaneceram até 2013. Todo este processo era muito cansativo, perigoso e quase inviável para os alunos, o que levou a população a reunir-se e reivindicar uma escola de Educação Especial no município de Marquinho.

Em vista de tal reivindicação, a Provopar deste município, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, realizou um levantamento minucioso e detalhado de todas as crianças que necessitavam de atendimento especializado, que não estavam sendo atendidas. Após esse levantamento foram convidados os pais e comunidade local para uma reunião, onde ficou decidido a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marquinho, a qual foi oficializada, em Assembleia Geral Ordinária com Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, no dia 03 de abril de 2013.

A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais concedeu à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marquinho-Pr. a partir de 27/08/2013 sob o nº 2221, o Certificado de Filiação desta Federação e, de acordo com seus Estatutos, o gozo de todos os direitos de Associação Filiada. A Escola Marinalva Caniel Barboza foi Credenciada e Autorizada a ofertar Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade de Educação Especial através da Resolução nº 1720/2014 na data de 31 de março de 2014. Foi solicitada a Renovação de Autorização de Funcionamento da Educação Infantil e concedida através da Resolução nº 420 até 05/05/2022 e Renovação de Autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental – FASE I e EJA – Resolução nº 6042 concedida até 05/05/2021.

A referida Instituição de Ensino recebeu o nome de Marinalva Caniel Barboza pela história de vida de uma aluna especial a qual nasceu no dia vinte e nove de julho de um mil e novecentos e noventa e três, no Hospital Santo Antônio, município de Cantagalo, apresentando sérios problemas de saúde, dentre eles, deficiência mental leve, deficiência motora e hipotireoidismo. Com o passar dos anos ela ficou cada vez mais doente, precisando ficar muito tempo fora da escola. Marinalva teve uma vida repleta de dificuldades, até que no dia 12 de junho de dois mil e doze, faleceu a caminho do hospital, vítima de uma parada cardiorrespiratória.

Diante disso, com a apreciação da comunidade, decidiu-se colocar o nome de Marinalva Caniel Barboza à Escola de Educação Básica Modalidade de Educação Especial de Marquinho, prestando-lhe, assim, uma homenagem.

Em seu primeiro ano de fundação a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marquinho foi mantida somente pela prefeitura deste Município. No ano seguinte, os professores passaram a ser contratados pela Secretaria de Estado da Educação em regime de Processo Seletivo Simplificado. A partir do ano de 2017 os cargos de direção, equipe pedagógica e agente educacional II foram cedidos pela SEED para prestação de serviços na Escola e os professores continuaram em regime de Processo Seletivo Simplificado.

As imagens abaixo ilustram a APAE, sobre a qual ora se redige, como a mesma se encontra na atualidade.



Figura 4.14. Primeiro prédio próprio da APAE. O primeiro prédio da APAE era o antigo prédio do CMEI Sebastião Batista de França.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação

De acordo com os Pareceres CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14 e CEE/BICAMERAL nº 128/18 a escola desenvolve suas atividades para atender alunos com Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento, com oferta de:

-Educação Infantil, que compreende Estimulação Essencial (0 a 3 anos) e Educação Pré-Escolar (4 e 5 anos).

-Ensino Fundamental - Anos Iniciais – 1º e 2º ciclo (6 a 15 anos);

-Educação de Jovens e Adultos – Fase I - 1º ao 5º ano (ciclo único), a partir de 15 anos, articulada ou não às Unidades Ocupacionais.



Figura 4.15. Prédio atual da APAE Marinalva Caniel Barboza.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação

Colégio Estadual João Rysicz – Ensino Fundamental e Médio

O Colégio Estadual João Rysicz teve seu início em 1966, como “Escola Isolada de Marquinho”. Em 1969, passou a se chamar “Grupo Escolar João Rysicz”. Em 1970, mudou sua nomenclatura e passou a chamar-se “Escola Estadual João Rysicz”. Com o Ato de autorização da Escola, resolução nº 090 de 20/01/1986 foi implantado o ensino de 5ª a 8ª série. No entanto o ato de reconhecimento da Escola saiu quatro anos depois com a resolução nº 2430 de 13/09/1990. Em 1994 através da Resolução nº 4829/94 foi autorizada a implantação do 2º grau regular – Educação Geral Preparação Universal, e a instituição passou a denominar-se Colégio Estadual João Rysicz – Ensino de 1º e 2º Graus. O curso teve sua implantação gradativa a partir de 1994, o qual foi reconhecido em 23 de maio de 2003, pela resolução 1130/03.

No ano de 1998 houve a última mudança na nomenclatura, a partir da qual passou a se chamar Colégio Estadual João Rysicz – Ensino Fundamental e Médio, conforme Resolução da Secretaria nº 3120/98 de 11/09/98. Com a Resolução nº 2732/02 de 11/10/2002 teve a Renovação do Ato de Reconhecimento do Ensino Fundamental do Colégio. Em vinte de junho de 2001, com o nº 212/01 tem-se o Ato Administrativo de Aprovação do Regimento Escolar. Um novo prédio para o colégio foi construído numa área de 900m², inaugurado em 25 de abril de 2005 pelo governador Sr. Roberto Requião Melo e Silva, situado na área urbana do município, a uma distância de 45 quilômetros do Núcleo Regional de Educação.

As imagens abaixo relacionadas ilustram parte do percurso percorrido pela instituição de ensino aqui abordada, no que concerne aos espaços físicos que já atenderam, e o que atende atualmente, às necessidades do público alvo do Colégio Estadual João Rysicz.



Figura 4.16. Prédio atual da Escola.

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação

Em relação ao transporte dos alunos, o município custeia toda a necessidade de transporte para atender ao Ensino Fundamental e Médio.

4.3.1.2. Análise situacional do setor da Educação

Caracterização

A Secretaria Municipal da Educação de Marquinho - PR, compreende a educação, como direito de todos e dever do Município, da família, e da comunidade, constitui a atividade primordial e permanente para o desenvolvimento humano, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho, tendo como norteadora a Lei Federal n. 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBE).

Em relação ao segmento pedagógico todo referencial pedagógico é regido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, Marquinho encaminha sua história educacional de forma planejada e estruturada, alcançando desenvolvimento contínuo nos seus indicadores.

Para isso, conta também com o Sistema de Ensino Aprende Brasil, implantado no ano de 2020, atendendo a Educação Infantil Pré-escola (04 e 05 anos) e Ensino Fundamental – Anos Iniciais. O Aprende Brasil é um sistema de ensino completo, que oferece um conjunto específico de soluções para a rede de ensino do seu município: Livro Didático Integrado, Assessoria Pedagógica, Aprende Brasil Digital e os sistemas hábile e simeB.

A Educação Básica no município responde pela Educação Infantil de 0 a 5 anos e Ensino Fundamental – Anos Iniciais. O Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio é de responsabilidade do Estado, porém, o município é responsável pelo transporte escolar desses alunos. Além disso, efetiva convênio com a Escola Filantrópica de Educação Especializada Marinalva Caniel Barboza, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marquinho. A Educação Profissional está articulada ao Ensino Médio e a Educação Superior possui um polo de EAD pelo Centro Universitário UNINTER, com cursos de graduação e pós-graduação. Não possui no município escolas de educação

básica particular. As escolas da Rede Estadual que ofertam Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio são duas, sendo: Colégio Estadual João Rysicz EF M e Profissional e Escola Estadual do Campo Professora Julia Folda EF. A EJA Fase I - Educação de Jovens e adultos só é ofertada na Escola de Educação Especializada Marinalva Caniel Barboza.

A quantidade de Estabelecimentos Escolares do município que ofertam as modalidades de ensino está representada na Tabela 4.7.

Tabela 4.7. Número De Estabelecimentos De Ensino – 2022.

Modalidade De Ensino	Estadual	Municipal	Filantrópica Particular	TOTAL
Creche (Regular)	-	1	-	1
Pré-escolar (Regular)	-	3	-	3
Ens. Fund. Anos Inic. (Regular)	-	3	-	3
Ens. Fund. Anos Finais (regular)	2	-	-	2
Ensino médio (Regular)	1	-	-	1
Educação especial (Especial)	-	-	1	1
Ensino Superior (EAD)	-	-	1	1
TOTAL	02	04	2	12

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

NOTA 01: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa e/ou modalidade.

NOTA 02: A Escola de Educação Especializada oferta as modalidades de Educação Infantil (creche e pré-escola) Ensino Fundamental (1º e 2º ciclo, em etapas) e EJA Fase I.

Bem como apontado anteriormente, o Município de Marquinho vem progredindo seus índices na área educacional, o que se evidencia na Tabela 4.8 do Município em comparação com a Tabela 3.9 do Estado do Paraná no IDEB, sendo que no ano de 2019 o IDEB municipal observado foi superior ao Estado do Paraná.

Tabela 4.8. IDEB Municipal Marquinho – Resultados e Metas 5º ano.

Município	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
MARQUINHO	3.8	3.9	4.6	5.6	5.3	5.7	5.8	6.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0

Fonte: IDEB, 2021.

Tabela 4.9. IDEB Municipal Estado Do Paraná - Resultados e Metas 5º Ano.

Estado	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PARANÁ	4.4	4.8	5.3	5.4	5.8	6.1	6.3	6.4	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5

Fonte: IDEB, 2021.

Na comparação do resultado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com a Rede Estadual, o Ideb Observado dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, está inferior ao Ideb observado dos Anos Iniciais, como mostra a Tabela 4.10.

Tabela 4.10. IDEB Estadual Resultados E Metas 9º Ano.

Município	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
MARQUINHO	3.1	4.0	4.2	4.2	4.6	4.2	4.0	4.8	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.6	4.8	5.1

Fonte: IDEB, 2021.

A Tabela 4.11 apresenta o número total de alunos matriculados da Rede Municipal de Ensino nos últimos cinco anos. Nesse número estão incluídas todas as escolas, sendo 02 Escolas Rurais Municipais que atende alunos da Educação Infantil Pré-Escola (04 e 05 anos) e Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 01 Escola do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e 01 CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil que

atende alunos de 0 a 5 anos. A Tabela 4.12 mostra o número de matrículas de todas as modalidades da Educação Básica ofertadas no município de Marquinho no ano de 2022.

Tabela 4.11. Número de alunos atendidos por ano letivo na rede municipal.

	2017	2018	2019	2020	2021
Educação Infantil	179	180	170	180	180
Ensino Fundamental	348	332	304	283	318
Total	527	512	474	463	498

Fonte: INEP, 2021.

Tabela 4.12. Número de alunos matriculados por modalidade de ensino no município no ano de 2022.

Modalidade	Estadual	Municipal	Filantrópica ⁽²⁾	Total
Educação infantil	-	213	01	214
Ens. Fund. -Anos Iniciais	-	297	23	320
Ens. Fund. - Anos Finais	258	-	-	258
Ensino Médio ⁽¹⁾	174	-	-	174
Total	432	510	24	966

Fonte: SERE – Sistema Estadual de Registro Escolar, 2022.

(1) Inclui as matrículas do Ensino Médio, Novo Ensino Médio e Ensino Médio Profissional.

(2) Inclui alunos da Escola de Educação Especializada (APAE).

A Rede Municipal de Educação, que atende Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conta com os professores do Quadro Próprio do Magistério, todos com formação em Nível Superior e Pós-graduação, alguns com até quatro pós-graduações. Os professores contratados por PSS - Processo Seletivo Simplificado, também todos apresentam formação em Nível Superior, o que favorece a oferta de uma educação de qualidade. Dos 43 professores efetivos do Ensino Fundamental e Educação Infantil, 02

são Diretores de Escolas e 02 são Coordenadores Pedagógicos (01 coordenador pedagógico de escola e 01 coordenador pedagógico na Secretaria de Educação) tendo também 04 professoras com um período de pedagoga e outro de professora em sala de aula.

Para atender ao disposto na Legislação Educacional, as Propostas Pedagógicas das Escolas estão todas de acordo com a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, tencionando garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

A Tabela 4.13, apresenta o número de docentes de acordo com as modalidades de ensino em cada instituição escolar.

Tabela 4.13. Número de docentes por escolas e modalidade- 2022.

ESCOLA	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ENS. FUND.	TOTAL
CMEI – Sebastião B. de França	10	10	-	20
ERM.Cândido Xavier EI e EF	-	01	04	05
ERM. Domingos Lopes EI e EF	-	01	04	05
EM Rui Barbosa EF	-	-	20	20
TOTAL	10	12	28	50

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

NOTA 01: O número total de professores quantificados está maior que o número de professores efetivos porque alguns professores estão com carga horária semanal de 40 horas e trabalham 20 horas em cada escola ou 40 horas em 01 escola.

NOTA 02: Também há professores concursados com 40 horas semanais.

O município de Marquinho, investiu e continua investindo na ampliação e construção de novas escolas. Essa ação vem ao encontro de políticas nacionais de ampliação de oferta de vagas para crianças de 0 a 5 anos.

O Centro Municipal de Educação Infantil Sebastião Batista de França e as Escolas que ofertam Educação Infantil - Pré Escola (4 e 5 anos) possuem salas adequadas às turmas que atendem, ou seja, à faixa etária. A organização se dá como segue:

- BERÇÁRIO - Crianças de 0 à 1 ano e 6 meses de idade
- MATERNAL - Crianças com 1 ano e 7 meses à 3 anos e 11 meses de idade
- PRÉ-ESCOLAR 4 - Crianças com 4 anos de idade
- PRÉ-ESCOLAR 5 - Crianças com 5 anos de idade

Em relação à permanência das crianças no CMEI, atendemos de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu artigo 31º inciso III que orienta “o atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral”. Esse atendimento é ofertado às crianças de 0 a 3 anos no CMEI com horários que variam entre 4 e 11 horas diárias.

Já o atendimento de crianças de 4 e 5 anos, matriculadas no Pré-escolar, é ofertado no CMEI e em 02 Escolas do município, cujo período de permanência é de quatro horas.

De acordo com a lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a LDB n. 9394/96, as crianças com 4 anos de idade devem ser matriculadas, sendo essa a idade obrigatória de ingresso na educação básica. Além disso, estabelece a frequência mínima de 60% para a educação infantil sendo que a carga horária mínima é de oitocentas horas e de, no mínimo, duzentos dias letivos.

As Tabelas 4.14 e 4.15, apresentam as instituições municipais de ensino, sua localização, faixa etária e regime de atendimento.

Tabela 4.14. Organização das instituições de educação infantil.

Instituição	Localidade	Faixa etária	Período
CMEI Sebastião Batista de França	Sede	0 a 5 anos	M/T e Integral
E. R. M. Domingos Lopes	Gleba Nove	4 a 5 anos	Tarde
E. R. M. Cândido Xavier	Guampará	4 a 5 anos	Tarde

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

Tabela 4.15. Organização das instituições de ens. Fund. - anos iniciais

Instituição	Localidade	Período
Escola Municipal Rui Barbosa	Sede	Manhã/Tarde
ERM Cândido Xavier	Guampará	Tarde
ERM Domingos Lopes	Gleba Nove	Tarde

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A Escola Municipal Rui Barbosa EF - Anos Iniciais, oferta também uma Sala de Recursos Multifuncional Tipo I. A SRM é um atendimento educacional especializado (AEE), de natureza pedagógica, que complementa a escolarização de estudantes que apresentam deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na rede pública de ensino. O encaminhamento dos estudantes para as SRM - tipo I se efetiva a partir da avaliação psicoeducacional no contexto escolar. Essa avaliação deverá ser realizada pela Equipe multidisciplinar (psicóloga, fonoaudióloga) e pelo professor e pedagogo da escola, com enfoque nos aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistema de numeração, cálculos, medidas, entre outros; bem como, as áreas do desenvolvimento, considerando as habilidades adaptativas, práticas sociais e conceituais. A SRM citada, atende também a alunos das Escolas Rurais Municipais Cândido Xavier e Domingos Lopes. Caso necessário, após avaliação, os discentes serão encaminhados em horário contrário ao período de aula regular.

Os dados educacionais, segundo o número de matrículas por instituição no âmbito municipal em 2022, são apresentados na Tabela 4.16.

Tabela 4.16. Número de matrículas nas instituições de ensino municipais em 2022.

Instituição	Creche	Pré - Escola	Ens. Fund.	Total
CMEI- Sebastião Batista de França	76	108	-	184
Escola Municipal Rui Barbosa	-	-	243	243
E. R. M Cândido Xavier	-	16	37	53

Instituição	Creche	Pré - Escola	Ens. Fund.	Total
E. R. M. Domingos Lopes	-	11	18	29
TOTAL	76	124	298	509

Fonte: SERE- Sistema Estadual de Registro Escolar, 2022.

O município dispõe de convênio com uma Instituição Filantrópica, Escola de Educação Especializada Marinalva Caniel Barboza – APAE (Associação dos Amigos e Excepcionais), conforme já citado, sendo este um espaço de atendimento de Educação especial para alunos com Deficiência Intelectual e Múltipla, com vários níveis de atendimentos educacionais, conforme é apresentado na Tabela 4.17.

Tabela 4.17. Matrículas Na Educação Especial- APAE Em 2022.

Modalidade De Ensino	Municipal	Filantrópica	Total
Creche	-	01	01
Pré -Escola	-	-	-
Ensino fundamental	-	06	06
Educação de jovens e adultos	-	18	18
TOTAL	-	24	24

Fonte: SERE - Sistema Estadual de Registro Escolar, 2022.

3.1.3 Organização do Setor de Educação

O setor da Educação é de fundamental importância para o desenvolvimento de todo e qualquer âmbito federal, estadual ou municipal. Nesse contexto, necessário se faz organizá-lo de forma a atender às exigências e possibilitar o acesso da população às informações. Assim sendo, para bem organizar a gestão educacional deste município, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Marquinho possui organismos legais para

monitoramento, fiscalização e controle financeiro e educacional. Organizações essas, abaixo relacionadas:

- Conselho Municipal de Educação (CME);
- Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB (CACS/ FUNDEB);
- Comitê Gestor do Plano Municipal de Educação;
- Comitê do Transporte Escolar;
- Conselho da Alimentação Escolar (CAE);
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA);
- Comissão de enfrentamento ao COVID 19

Além destas, conta-se ainda, com organizações compostas por representantes da comunidade escolar e local, regulamentadas e em funcionamento, sendo: o Conselho Escolar, e a Associações de Pais, Mestres e Funcionários (APMF); as quais têm por finalidade garantir que tudo o que acontece dentro do ambiente escolar seja pensado e decidido coletivamente.

No que tange à alimentação escolar, a sistemas municipais, estaduais e federais, e demais organismos afins, esta Secretaria Municipal de Educação conta os listados no rol abaixo, os quais encontram-se devidamente atualizados.

- Programa Dinheiro Direto na Escola –PDDE;
- Programa Dinheiro Direto na Escola – PDD interativo;
- Programa Novo Mais Educação - PNME;
- Programa Mais alfabetização -PMALF;
- Programa Nacional do Livro Didático - PNLD;
- Programa Educação Conectada;
- Programa Educacenso - Censo escolar;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE);
- Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação;
- Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;
- Programa de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação;
- Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação – SICME;
- Sistema Presença – Programa Auxílio Brasil;

- Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE
- Sistema de Gestão do Transporte Escolar – SIGET;
- Sistema Integrado de Monitoramento de Execução e Controle – SIMEC;
- Plano de Ações Articuladas - PAR-FNDE
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb;
- Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação;
- Plano de Carreira, Cargos e Salários;

Em relação a projetos pedagógicos, a Secretaria aqui abordada, executa vários ao longo do ano, através das metodologias ativas, cuja proposta visa proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento do ensino aprendizagem, permitindo que o professor crie situações a partir das quais o aluno possa trabalhar, construindo sua aprendizagem de maneira significativa. Na execução de alguns desses projetos, conta-se com a parceria de Instituições privadas para monitoramento e desenvolvimento, conforme segue:

- Programa União Faz a Vida – Sicredi;
- Programa Um Olhar para o Futuro – Cresol;

Sabedores da importância da avaliação nos e dos processos de ensino aprendizagem, para acompanhar os resultados dos trabalhos desenvolvidos e atuar a partir destes, conta-se com um sistema de avaliação, o qual atua conforme elucidado a seguir.

Na Educação Infantil os registros da avaliação da aprendizagem são expressos através de Parecer Descritivo Individual trimestral, considerando-se a aprendizagem verificada ao longo do período letivo, documentada em múltiplos registros dos professores, tais como: portfólios, atividades dirigidas, atividades livres, fotos, álbuns, registros específicos por educando e demais mecanismos que possam oferecer subsídios para emissão do referido parecer, o que ocorre ao final de cada trimestre letivo e abarca os seguintes aspectos:

- ✓ **Cognitivo:** no qual descreve-se como os alunos estão desenvolvendo o aspecto cognitivo no ambiente de sala de aula, executando as atividades propostas e assimilando os conteúdos selecionados pelo currículo;

- ✓ Social: onde é descrito como a criança se relaciona com os colegas, com o grupo e com outros adultos. Características como participação, cumprimento de regras, trabalho em equipe, organização e responsabilidade, entram nessa categoria;
- ✓ Emocional: aqui relata-se os comportamentos relativos à expressão de emoções. Como a criança lida com sucessos e fracassos? Como se sente no ambiente escolar? Como reage a novos desafios? De que forma lida com seus sentimentos (costuma chorar, tem alguma atitude agressiva, isola-se do resto da classe, etc.).
- ✓ Físico: no qual aborda-se o desenvolvimento da expressão corporal, ritmo e equilíbrio, motricidade ampla e fina, uso e aplicação de força e demais afins.

Além da avaliação, deve-se considerar que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, mesmo não abarcando caráter de promoção, precisa atender à legislação, sendo necessária frequência mínima de 60%, na etapa pré-escolar, 4 e 5 anos. Vale ressaltar, no entanto, que uma frequência inferior não será impedimento para o ingresso no Ensino Fundamental. Nesse contexto, os registros avaliativos no sistema SERE, serão trimestrais e, aliados à frequência, terão o indicativo APD (Avaliação através de Parecer Descritivo) e no relatório final a sigla PC (Progressão Continuada).

No que concerne ao Ensino Fundamental, assim como na Educação Infantil, o ano letivo terá períodos trimestrais de organização pedagógica. Serão determinadas, no calendário escolar, as épocas de recesso e férias, atendendo às exigências das leis vigentes. Além do trabalho direto com os alunos, o ano letivo compreenderá o período das atividades preparatórias de programação, planejamento, coordenação, avaliação, atualização e aprimoramento de pessoal.

A avaliação será diagnóstica, formativa e somativa; a mesma ocorrerá ao longo do período letivo, favorecendo o processo de ensino aprendizagem. O resultado das avaliações deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino. Destaca-se que todos os instrumentos avaliativos deverão ser anotados no Registro de Classe.

Deve-se considerar que o processo avaliativo no Ensino Fundamental terá, nas turmas de 1º e 2º anos, resultados expressos em forma de Parecer Descritivo Individual, compreendendo os conteúdos propostos para o trimestre em cada componente curricular, exceto o de Ensino Religioso, o qual terá aferição de nota, conforme as orientações da Instrução 15/2017 SUED/SEED

Quanto aos alunos do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, para estes os registros de avaliação serão expressos através de notas, computados no período letivo numa escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero), sendo que o rendimento mínimo, exigido para aprovação, será de seis vírgula zero (6,0) no decorrer de cada trimestre. Para aferição de notas, serão aplicadas no mínimo 03 (três) avaliações sendo: 02 (duas) provas em cada disciplina com valores de 3,5 (três vírgula cinco) em cada, e um trabalho no valor de 3,0 (três vírgula zero); resultados estes que comporão a média. Ressalta-se que deverá ser aplicada a recuperação de todas as avaliações, caso o aluno não atinja o percentual de 60% (sessenta por cento) do valor total. Mesmo que o discente consiga atingir 60% do valor da avaliação, tem o direito de fazer a recuperação.

Ainda considerando o quesito avaliação, deve-se registrar as que seguem, as quais são realizadas para diagnosticar as aprendizagens dos alunos.

✓ **Sondar** - Avaliativa interna Municipal do Sistema de Ensino Aprende Brasil - Instrumento de Avaliação dos conteúdos e habilidades trabalhados nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática do Ensino Fundamental. Cujas provas acompanham um gabarito comentado para professores.

✓ **Hábil** - Avaliativa externa Municipal - avaliação educacional externa de aprendizagem em larga escala do sistema de Ensino Aprende Brasil, que colabora com a equipe pedagógica das escolas públicas, oferecendo dados que fundamentam a análise dos resultados das práticas avaliativas e dos processos de ensino aprendizagem.

✓ **Prova Paraná** - Avaliativa externa Estadual - exame que abrange todos os componentes curriculares e tem como objetivo fornecer um diagnóstico sobre o

nível de aprendizado dos estudantes do 5º ano do ensino fundamental, em relação aos conteúdos abordados em sala de aula.

✓ **Prova Brasil – SAEB** - Avaliativa externa Federal - avaliação censitária das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino básico. Até 2021, a Educação Infantil não fazia parte de tal processo, a partir de então, passou a participar, de forma amostral, por meio de questionários aplicados aos secretários municipais de Educação, diretores e professores dessa etapa estudantil. Questionário esse, que abrange alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, com enfoque direcionado, cujos resultados são base para o cálculo do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)

É importante relatar no documento ora redigido, a proposição do novo SAEB, cujo exame passará a ser realizado anualmente, aplicado a todas as séries, a partir do 2.º ano do Ensino Fundamental, para todos os alunos, sejam da rede pública ou privada. Para a Educação Infantil, tal avaliação será realizada a cada dois anos, exclusivamente por meio de questionários eletrônicos, nos quais não será considerado o caráter cognitivo.

Sem desconsiderar os demais quesitos, mas entendendo a importância da formação continuada dos profissionais da educação para garantir o desenvolvimento desta, no que tange aos processos permanentes de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, e com o objetivo de assegurar uma ação pedagógica efetiva que promova aprendizagens significativas, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura oferece suporte para:

- Formação continuada para Educação Infantil e Fundamental I – Anos Iniciais;
- Cursos de atualização dos profissionais;
- Adesão aos Programas de Formação Continuada do Governo Federal;
- Palestras;
- Cursos disponíveis na plataforma do Sistema de Ensino Aprende Brasil.

Organizado conforme disposto, o setor da Educação do Município de Marquinho potencializa suas ações, as quais incidem diretamente, não apenas no desenvolvimento

intelectual, mas na vida da comunidade escolar que abarca e, conseqüentemente, de todos os cidadãos que compõem este ente federado.

4.3.2. Assistência Social

A Política de Assistência Social no Município de Marquinho é desenvolvida pela Secretaria de Ação Social - SMAS, cujas diretrizes e princípios estão estabelecidos pela Lei Municipal no 306/2009 de 14 de setembro de 2009 que preconiza as competências da Secretaria de Ação Social.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, seguindo as diretrizes da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS de 1993, é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem como função primordial a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (NOB/05). Sua implantação tem sido realizada num amplo processo democrático que requer a afirmação da política como estatal e afiançadora de direitos, em resposta às necessidades sociais, e estratégicas no enfrentamento das desigualdades que atingem a maioria da população. Como política de proteção social de caráter não contributivo, a Secretaria Municipal de Ação Social tem com competência organizar e coordenar o Sistema Único de Assistência Social-SUAS. O Plano Municipal de Assistência Social; SINASE; Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Plano da Segurança Alimentar e Nutricional, Plano Municipal de Medidas Sócio Educativas são instrumentos impulsionadores que permitem aos trabalhadores da respectiva Política novas práticas interventivas e que para sua consolidação necessita de um aparato institucional capaz de atender as demandas e necessidades surgidas no decorrer dos anos.

Nesse sentido, o Município de Marquinho, tem intensificado suas ações, baseadas nos eixos da proteção social; vigilância socioassistencial e garantia dos direitos sociais. Contudo, o respectivo documento retrata os serviços, benefícios, ações de maneira sintética, com vistas ao aprimoramento dos serviços destinados à população marquinhense, sob o prisma da construção de projetos individuais e coletivos que impulsionem a superação das fragilidades sociais.

4.3.2.1. Vulnerabilidade social

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a vulnerabilidade social está relacionada à população que vive em privação/ausência de renda, com precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros e, ou, com vínculos familiares, relacionais e de pertencimento social fragilizados. A vulnerabilidade social para a referida política também está relacionada a discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras. (PNAS, 2004).

O município de Marquinho apresenta um nível de IDH 0,614, este ainda convive com alguns indicadores sociais que apontam a existência de situações de vulnerabilidade social. É nessa perspectiva de um olhar atento às vulnerabilidades e fragilidades das famílias, conforme prevê Política Nacional da Assistência Social - PNAS (2004) e demais normativas vigentes, apresenta-se a seguir algumas expressões de vulnerabilidade presentes no município de Marquinho que se constituem um desafio para as políticas setoriais, em especial a Assistência Social, a saber:

*Famílias residindo em bairros ou zona rural com ausência e/ou insuficiência de serviços socioassistenciais;

*Famílias sobrevivendo com renda exclusivamente oriundas de benefícios sociais e de trabalhos informais e esporádicos;

*Famílias com pessoas adultas sem qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho e/ou habilidades para gerar renda;

*Incidência de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;

*Crianças, adolescentes, jovens e idosos, pessoas com deficiência em situação de abandono familiar que se encontram em acolhimento institucional, cujos vínculos familiares encontram-se fragilizados ou rompidos;

*Mulheres em situação de risco de vida ou ameaçadas em razão da violência doméstica ou familiar causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral, acompanhadas ou não de seus filhos.

4.3.2.2. O CADÚNICO no Município de Marquinho

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico tem como principal indicador a renda, para tanto nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade e situação de trabalho, entre outras.

Desta forma, é instituído pelo governo federal como meio para identificação do público da Assistência Social, viabilizando a seleção e inclusão das famílias e indivíduos em programas federais, estaduais e municipais, de outra forma, o governo federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Auxílio Brasil, entre outros. (MDS, 2015).

No CADÚNICO são cadastradas as famílias que têm renda mensal de até três salários mínimos, sendo o seu público prioritário aquele que tem renda menor ou igual a 1/2 salários mínimos per capita. Das 917 famílias cadastradas no CadÚnico no município de Marquinho, 558 estão com seus cadastros atualizados, sendo que 822 destas famílias têm perfil de renda per capita até 1/2 salários mínimos. E 516 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado. É considerado cadastro atualizado para o CadÚnico, as famílias que atualizaram seus cadastros no período dos dois últimos anos.

Para o CadÚnico as informações declaradas pela família são registradas em um formulário, que contém informações relativas aos seguintes aspectos: identificação e caracterização do domicílio, identificação e documentação civil de cada membro da família, informações sobre escolaridade, participação no mercado de trabalho e rendimento também de cada membro da família.

Os dados de identificação das famílias do CadÚnico são sigilosos e somente poderão ser utilizados para as seguintes finalidades: formulação e gestão de políticas públicas; e realização de estudos e pesquisas. Os dados das famílias contidos no CadÚnico podem identificar a demanda de famílias com menor renda per capita, onde se concentram o maior número de famílias cadastradas, pode-se ter o quantitativo por faixa etária, por segmento populacional entre outros.

Para as políticas públicas de cada território é imprescindível caracterizar sua população e, o CadÚnico se torna um instrumento fundamental em especial para a política de Assistência Social conhecer suas demandas de atendimento. No município de Marquinho, o CadÚnico é referência para todo atendimento nos programas, projetos e ações desenvolvidas pela política de Assistência Social.

Um público relevante de identificação pelo CadÚnico é o por faixa etária, visto que o critério de idade é adotado para organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários ofertado pela política de Assistência Social nos municípios.

Para o CadÚnico, o cadastramento de cada família será vinculado ao seu domicílio e a um responsável pela unidade familiar, maior de dezesseis anos, preferencialmente mulher. No município de Marquinho é significativo o número de mulheres cadastradas no CadÚnico declaradas pessoas responsáveis pela unidade familiar.

Outro público, que se deve dar atenção são os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC23, 142 que atualmente, conforme o RMA, o Município possui pessoas beneficiárias nas modalidades de BPC Idoso, BPC Deficiente e RMV. Destarte que, 90% já estão cadastrados no CadÚnico, conforme a Portaria Interministerial no 5, em 22 de dezembro de 2017.

4.3.2.3 Recursos Humanos da Secretaria de Ação Social

A Secretaria Municipal de Ação Social, órgão que tem como atribuição o gerenciamento da Política de Assistência Social a nível local, apresenta vários trabalhadores, incluindo profissionais de serviços sociais, psicologia, pedagogia, administradores, cujas atividades estão diretamente ligados às áreas de planejamento, execução de ações, projetos, programas e benefícios.

Os profissionais da Assistência Social, lotados nas unidades dos Centros de Referência de Assistência social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Conselho Tutelar e o Órgão Gestor, representam o universo de profissionais com vínculos, estatutários, comissionados e outros vínculos (estagiários e contratados para oficinas), conforme descreve a Tabela 3.18.

Tabela 4.18. Profissionais da Assistência Social.

Tipo de vínculo por escolaridade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	0	3	6	9
Comissionados			2	2
Outros Vínculos		8	2	10
Total	0	11	10	21

No município de Marquinho, a gestão das SUAS é exercida pela Secretaria Municipal de Ação Social – SMAS, contemplando todos os serviços existentes e suas respectivas unidades.

4.3.2.4 Proteção Social Básica

A proteção social básica destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, e tem o objetivo de prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. “Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos” (PNAS, 2004, p. 32).

Em Marquinho, existem uma unidade de CRAS -Centro de Referência de Assistência Social, sendo referenciadas 20 localidades a estes equipamentos, com previsão de atendimento anual de 2.500 famílias referenciadas, conforme as diretrizes da Norma Operacional Básica do SUAS, explicitado no Plano de Ação de 2018 do Ministério do Desenvolvimento Social-MDS.

Os CRAS estão localizados em áreas de maior vulnerabilidade social, atuando com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário. Assim, a unidade do CRAS é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral - PAIF e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos– SCFV. (PNAS, 2004). No entanto, para caracterizar os atendimentos relacionados ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família abordamos uma média mensal de 150 famílias em acompanhamento ocorridas nos anos de 2020 e 2021.

Explicita-se que o número mencionado advém do Sistema de Registro Mensal de Atendimentos - RMA do Ministério de Desenvolvimento Social. Além desse acompanhamento, pontua-se que houve uma média mensal de 200 atendimentos particularizados na unidade do CRAS, tendo uma média mensal de 30 visitas domiciliares.

Como forma de complementar o trabalho social desenvolvido com as famílias integrantes do PAIF, existe o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o, qual visa a prevenção de ocorrência de situações de risco social e fortalece os vínculos familiares e comunitários, organizado em grupos, propiciando a troca de vivências e culturas entre os usuários, possibilitando o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e identidade.

4.3.2.5 Benefícios Eventuais

Há no Município de Marquinho a Lei Municipal 793/2021 de 24 de maio de 2021 que regulamenta a provisão e a oferta dos Benefícios Eventuais de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. Benefícios Eventuais - Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências (cestas básicas, material de construção, auxílio funeral entre outros conforme a lei...) _devendo ser garantida e previsível, visando ofertar benefícios na perspectiva do direito, fundamentada nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos. Também na respectiva regulamentação são elencados os benefícios a serem executados nas unidades socioassistenciais como o CRAS, com parâmetros de funcionamento e as devidas competências por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social-SMAS. Os benefícios eventuais concedidos, conforme as legislações informadas acima, representaram 700 benefícios, no período de janeiro de 2020 até dezembro de 2021 (fonte:RMA).

4.3.2.6 Programa de Transferência Renda

O Auxílio Brasil é um programa de transferência direta de renda que atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Atualmente, são elegíveis ao PAB, as famílias que tenham: cadastros atualizados nos últimos 24 meses e renda mensal por pessoa de até R\$

105,00 ou com renda mensal per capita entre R\$ 105,01 a R\$210,00 possuam crianças ou adolescentes de 0 a 21 anos em sua composição.

No Município de Marquinho, há 536 famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 11% da população total do município. No mês de abril de 2022 foram transferidos R\$137.179,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 400,00 por família. Quando uma família entra no programa, ela e o poder público assumem compromissos para garantir o acesso de suas crianças e adolescentes à saúde e à educação.

Compromissos são conhecidos como condicionalidades:

✓ Crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; Crianças de 4 a 5 anos devem ter frequência escolar mínima de 60%.

✓ Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% a cada mês;

✓ Jovens de 16 e 20 anos incompletos e matriculados na educação básica devem ter frequência escolar mínima de 75% aulas a cada mês.

Em Marquinho, 596 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação precisam ter a frequência.

4.3.2.7 Projetos e Ações da Secretaria de Ação Social

A Secretaria de Ação Social na cidade de Marquinho passa por algumas reformulações no sentido da compreensão da assistência como política pública, ou seja, da Ação Social como política de direitos.

A política pública estadual de Assistência Social acontece através de três eixos fundamentais: Gestão Social, Controle Social e Financiamento. A Gestão Social envolve o gerenciamento, mobilização e estabelecimento de estratégias, devendo ter a articulação entre poder público e sociedade. O controle social é exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social que acompanha e fiscaliza as ações da área social e o financiamento pressupõe a garantia de recursos para o desenvolvimento da política na área social.

O conselho de Assistência Social que realiza reuniões periódicas e é responsável por estabelecer as prioridades de atendimento, aprovar o plano plurianual da assistência social, acompanhar a execução financeira da Política da Assistência Social é participar do processo de avaliação de resultados.

O município conta com vários programas de atendimento social desenvolvido pelo departamento de Ação Social são os seguintes programas e serviços:

- * Projeto Construindo Laços atendimento de crianças e adolescentes de 07 a 16 anos (oficina de dança, teatro, judô, musica e artesanato).

- * Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - (famílias e idosos);

- * Cadastro Único (Auxilio Brasil);

- * Encaminhamento e Revisão do BPC (Benefício de um salário mínimo ao deficiente e ao Idoso carente acima de 65 anos);

- * Programa Nascer com Dignidade (auxílio e orientações com Gestantes e Nutrizes)

- Atendimento de Idosos através do Centro de Convivência;

- * Programa de orientações a famílias (visitas domiciliares, orientações e encaminhamentos e acompanhamentos);

- * Programa Municipal Habitacional Morar bem (Lei Municipal 793/2021)

- * Atendimento ao adolescente autor de ato infracional em meio aberto;

- * Programa leite das crianças do Estado do Paraná.

- * Programa Criança Vestida com Amor (auxílio para famílias com crianças até 10 anos em situação de vulnerabilidade social).

- *Campanha do Agasalho (receber, zelar e distribuir os itens arrecadados, reduzindo assim as dificuldades humanas e sociais do município.

- *Parceria com a Pastoral da Criança.

- *Campanha da Pessoa com Deficiência;

- *Campanha de Combate a Violência contra a Pessoa Idosa;

- *Campanha de Combate à Violência Contra as Mulheres e Meninas;

- *Campanha de Combate e Erradicação do Trabalho Infantil;
- *Campanha de Conscientização e Incentivo à destinação de IRRF para os Fundos;
- *Campanha de fixação de cartazes referente à venda de bebidas e cigarros para menores de 18 anos;
- *Campanha Faça Bonito: alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- *Capacitação para funcionários da Política da Assistência Social;
- *Rede de Proteção (incentivo e capacitação da equipe técnica e envolvidos).
- *Conferências Municipais;
- *Encontrão da Pessoa Idosa;
- *Festa Junina para a Pessoa Idosa
- *Festa Natalina, para famílias de baixa renda.
- *Festa Natalina;
- *Festa em comemoração ao Dia da Criança

A Prefeitura Municipal possui nas áreas sociais outros programas em conjunto com o Provopar Municipal, como:

- Campanha do Agasalho (Roupas e Cobertores);

4.3.2.8 Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

As diretrizes da CIT não se aplicam no município de Marquinho, não possui rede de atendimento especial, às questões pertinentes que surgem são atendidas pela equipe técnica do CRAS ou Órgão Gestor feitas por (Assistente Social e Psicóloga).

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação à Comunidade: o serviço tem por finalidade promover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Esta medida contribui para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens.

Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilidade face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com a legislação e normativas específicas para o cumprimento da medida.

O município não possui rede de atendimento de média e alta complexidade, as questões pertinentes que surgem são atendidas pela equipe técnica do CRAS ou Órgão Gestor por (Assistente Social e Psicóloga), sendo que o Município executa a LA e a PSC conforme o Plano Intersetorial de Medida Socioeducativa – SINASE.

4.3.3. Agricultura

As atividades agrícolas se estabeleceram no município de Marquinho no início do século XX com a instalação dos imigrantes europeus na região, adquirindo terras para criar gado, suínos e para cultivar o solo.

A agricultura era a atividade econômica preponderante, sendo que sua desenvoltura se originou juntamente com a pecuária, pois os grandes fazendeiros necessitavam do plantio para subsistência familiar e da criação. Porém, como muitas vezes a produção era maior que o consumo, esta produção era vendida, originando o comércio agrícola. A técnica utilizada para o plantio era rudimentar, ou seja, utilizava-se de queimadas para deixar o solo apropriado para o plantio.

Posteriormente, diferenciou seu direcionamento, em virtude do Governo Federal em incentivar os agricultores para o Plantio do Trigo, projeto este elaborado no Governo Getúlio Vargas.

A criação de porcos era outra atividade praticada, dando início às tropeadas. Posteriormente a erva – mate ou congonha foi uma atividade econômica muito explorada no início da colonização.

Com o surto de urbanização ocorrida no Rio de Janeiro e São Paulo, originou-se um grande aumento no consumo de madeira que associada à conclusão da ferrovia entre Curitiba e Paranaguá e isenções de impostos e taxas provinciais e municipais, impulsionaram a expansão do setor.

A atividade econômica predominante, segundo a Análise Técnica Integrada do Plano Direto de 2010 era a agricultura, em razão do uso correto do solo, que obedecia aos padrões técnicos exigidos, garantindo o aumento da produtividade e conseqüentemente da qualidade econômico-financeira dos produtores.

Em 2006 ressaltou-se no município produção de milho, responsável por 29,3% da agropecuária, e a venda e abate de bovinos, responsável por 22,3%. Além da significativa produção de leite em torno de 8.500.000 litros em 2006.

Percebe-se que as plantações de soja e milho são as mais significativas fatias do agronegócio. E na criação de animais, o destaque para bovinos, daí também a força da produção leiteira do município.

Desta forma, as proposições do ATI em 2010 para este setor, propôs o desenvolvimento de uma prática agrícola integrada entre todos os setores do agronegócio do município, juntamente com as entidades, associações e órgão que atuam no setor, buscando desenvolver as seguintes ações de fomento, visando gerar riquezas dentro dos próprios limites geográficos e evitando a evasão de divisas motivadas pela aquisição de bens e serviços em outras localidades.

Este setor ficou entre as áreas de atenção prioritárias para a administração municipal, dada a sua importância. A forma de execução destas atividades, deveria ser executada por organização de grupo de trabalho para a discussão das oportunidades possíveis, integração com entidades com atuação na área, para capacitação dos produtores, atualização do plano de desenvolvimento rural do Município, com o estabelecimento de cooperativas de pequenos e médios agricultores, elaboração de Programa de implementação e assistência às cooperativas.

Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que desde 2010 ocorreram várias alterações no setor agropecuário, em relação a forma de produtividade e características das propriedades.

Em relação à condição de posse dos estabelecimentos, nota-se que mais de 82,70% são produtores individuais, porém ainda encontramos outras modalidades, como arrendatários, parceiros entre outros, conforme observa-se na Tabela 4.19.

Tabela 4.19. Condição Do Produtor Em Relação Às Terras

Condição Do Produtor	Estabelecimentos	Área (Ha)
Proprietário, inclusive os co-proprietários de terras tituladas coletivamente	650	40.799
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	53	1.154
Arrendatário	28	4.611
Parceiro	21	626
Comodatário	160	2.078
Ocupante	17	66
Sem área	1	-
Total	930	49.334

Fonte: IBGE, 2017.

A economia do município tem como base principal a pecuária, voltada principalmente para o gado de corte. Assim, as áreas de pastagens ocupam cerca de 58,14% da área produtiva do município. Em seguida, o setor agrícola ocupa aproximadamente 37%, conforme observa-se na Tabela 4.20.

Tabela 4.20. Estabelecimentos Agropecuários e Área Segundo as Atividades Econômicas – 2018.

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Área (Ha)
Lavouras	890	7.017
Lavoura temporária	784	6.939
Lavoura permanente	102	76

Área para cultivo de flores	4	2
Pastagens	891	29.362
Pastagens naturais	25	247
Pastagens plantadas em boas condições	812	28.335
Pastagens plantadas em más condições	54	1.000
Matas Ou Florestas	977	11.886
Naturais	12	1.412
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	821	8.963
Florestas plantadas	121	1.257
Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	23	258
Total	2.758	48.265

Fonte: IBGE, 2017

Em relação aos tipos de produtos produzidos, pode-se dividir a produção entre temporária e permanente. Neste sentido, nota-se que a grande cultura temporária cultivada em Marquinho é soja, seguida de trigo, milho e feijão (Tabela 4.21).

No que se refere a culturas permanentes (Tabela 4.22), o cultivo de laranja é o que mais ocupa área, seguido da banana. A fruticultura vem assumindo importante papel na região, com a produção sendo incentivada por programas governamentais, assim, espera-se que nos próximos anos o espaço ocupado por esta atividade cresça, dada as oportunidades e incentivos encontrados no setor.

Tabela 4.21. Área Colhida, Produção e Rendimento Médio em Culturas Temporárias – 2020.

Tipo de cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Amendoim (em casca)	1	1	1.000
Arroz (em casca)	5	6	1.200
Aveia (em grão)	15	33	2.200
Cebola	1	7	7.000

Feijão (em grão)	300	384	1.280
Fumo (em folha)	11	27	2.455
Mandioca	60	1.836	30.600
Milho (em grão)	800	4.920	6.150
Soja (em grão)	6.300	23.436	3.720
Tomate	1	35	35.000
Trigo (em grão)	1.800	4.014	2.230
Triticale (em grão)	7	18	2.571

Fonte: IPARDES, 2022

Tabela 4.22. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas permanente – 2021

Tipo de cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Banana (cacho)	1	7	7.000
Laranja	5	70	14.000

Fonte: IPARDES, 2022

Em relação à produção da pecuária, o gado de corte ligado à produção de frangos para carne apresenta rebanhos muito representativos (Tabela 4.23), sendo responsáveis por grande parcela da receita municipal no setor da pecuária. Como estas atividades apresentam uma fonte de renda contínua, espera-se um aumento do rebanho nos próximos anos.

Isso se justifica pelo fato de que os agricultores buscam uma estabilidade financeira na propriedade, bem como, o incentivo em projetos de fomento e capacitação dos órgãos públicos e da abertura de crédito para estas atividades.

Tabela 4.23. Efetivo Dos Rebanhos Em 2021.

Efetivos	Números
Bovinos	53.192
Equinos	1.134

Galináceos	22.000
Suínos	2.819
Ovinos	400
Bubalinos	96
Caprinos	1.004
Ovinos	74
Vacas Ordenhadas	5.000

Fonte: IPARDES, 2022

Encontra-se ainda, muitos produtos oriundos da atividade pecuarista (Tabela 4.24), que também representam uma importante fonte de renda para as propriedades e fomentam a economia do município.

Tabela 4.24. Produção De Origem Animal – 2021.

Produtos	Produção
Casulos do bicho-da-seda	1.100 (kg)
Lã	100(kg)
Leite	14.800 (mil/litros)
Mel de abelha	5.100 (kg)
Ovos de codorna	- (mil/dúzia)
Ovos de galinha	60 (mil/dúzia)

Fonte: IPARDES, 2022

Atualmente a Secretaria de Agricultura está localizada em uma sala comercial alugada, na esquina da Rua Afonso Wolff com a Sete de Setembro. A secretaria conta com funcionários diretos, com funções específicas dentro dos programas em funcionamento, conforme segue abaixo.

4.3.3.1. Bloco de Notas de Produtor Rural

O setor de conta com dois funcionários e realiza as seguintes atividades: Emissão de notas de produtor rural, Cadastro de produtores rurais e Guia de Trânsito Animal;

Atualmente o município conta com 1.301 Cadastro de produtores rurais ativos, tendo média de 800 notas de produtor emitidas por ano.

A grande maioria das propriedades rurais são pequenas, tendo como principais atividades agropecuárias do município.

4.3.3.2. Serviços veterinários

Atualmente existe uma médica veterinária prestando assistência técnica nas propriedades rurais, nas áreas de bovinocultura de leite, caprinocultura e ovinocultura, além de realizar a vacinação de brucelose bovina e serviço de inspeção municipal de produtos de origem animal;

No ano de 2021 realizou-se a vacina contra Brucelose Bovina em 2.078 novilhas, de produtores rurais com propriedades em todas as comunidades do município. Além de atendimentos veterinários diversos feitos conforme a demanda da comunidade e casos de emergências. É prestado assistência veterinária também na área de ovinos e caprinos, sendo realizada conforme a demanda dos produtores.

4.3.3.4. Porteira Adentro

Porteira Adentro teve sua última alteração pela LEI N° 801/2021, o mesmo realiza a oferta de Serviços de máquinas com subsídio pelo município dentro da propriedade rural, dando estímulo à produção agropecuária, incentivando aos produtores atuar na melhoria de áreas cultiváveis, utilizando de retroescavadeira, escavadeira hidráulica e caminhão.

O valor dos maquinários é subsidiado em partes pela prefeitura, diminuindo assim o valor para acesso a esses serviços e dando oportunidade para um maior número de produtores obterem acesso a esses recursos. O principal objetivo do programa é fornecer o serviço de máquinas dentro da propriedade rural com um valor reduzido, facilitando o

acesso aos produtores familiares e incentivando o crescimento da produção agropecuária do município.

No ano de 2021 e primeiros seis meses de 2022, foram realizados cerca de 1.005 horas de Escavadeira Hidráulica e 158 cargas de caminhão caçamba, pelo programa Porteira Adentro, sendo dividido em serviços nas comunidades:

Tabela 4.25. Comunidades Atendidas Pelo Porteira Adentro - JAN-JUN 2022.

Comunidade	Escavadeira hidráulica (h)	Caminhão caçamba (cargas)
Alto do Cobre	212	36
Alto do Tigre	103	18
Ouro Verde	122	13
Rio Bonito	224	16
Guampará	344	72

Fonte: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

4.3.3.5. Pacote Agrícola

O programa Pacote Agrícola foi criado nesse ano de 2021 através da Lei Nº 792/2021, o qual visa a distribuição de fertilizantes com valor reduzido, proporcionado pelo subsídio da prefeitura, para o produtor rural familiar que possuir vínculo com alguma das associações de produtores rurais existentes no município, além de atender outros requisitos necessários que constam na lei.

No ano de 2021 foram distribuídos com subsídio 1.760 sacos de adubo químico formulação 08-20-15 (NPK) e 1.760 sacos de Uréia (46% N), o que atendeu um total de 220 (duzentos e vinte) produtores do município.

4.3.3.6. Distribuição de Mudanças Nativas

O Instituto Água e Terra disponibiliza mudas de árvores nativas para distribuição nas escolas uma vez ao ano, próximo ao Dia da Árvore.

4.3.3.7. Coleta Seletiva de Lixo

A coleta seletiva possibilita o melhor reaproveitamento do que consideramos lixo. Estes materiais continuam sendo matéria-prima para novos produtos.

Principais vantagens da coleta seletiva:

- Diminui a exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis;
- Reduz o consumo de energia;
- Diminui a poluição do solo, água e ar;
- Diminui a proliferação de doenças e a contaminação de alimentos;
- Prolonga a vida útil dos aterros sanitários;
- Melhora a qualidade do composto produzido a partir da matéria orgânica;
- Melhora a limpeza da cidade;
- Possibilita a reciclagem de materiais que iriam para o lixo;
- Diminui os custos da produção, com o aproveitamento de recicláveis pelas indústrias;
- Diminui o desperdício;
- Diminui os gastos com limpeza urbana;
- Cria oportunidade de fortalecer organizações comunitárias;
- Gera empregos para a população;
- Gera renda pela comercialização dos recicláveis.

Resultado de melhoria:

a) Ambientais

Os maiores beneficiados por esse sistema são o meio ambiente e a saúde da população. A reciclagem de papéis, vidros, plásticos e metais – que representam em torno de 40% do lixo doméstico – reduz a utilização dos aterros sanitários, prolongando sua vida útil. Se o programa de reciclagem contar, também, com uma usina de compostagem, os benefícios são ainda maiores. Além disso, a reciclagem implica uma redução

significativa dos níveis de poluição ambiental e do desperdício de recursos naturais, através da economia de energia e matérias-primas.

b) Econômicos

A coleta seletiva e reciclagem do lixo doméstico apresenta, normalmente, um custo mais elevado do que os métodos convencionais. Iniciativas comunitárias ou empresariais, entretanto, podem reduzir a zero os custos da prefeitura e mesmo produzir benefícios para as entidades ou empresas. De qualquer forma, é importante notar que o objetivo da coleta seletiva não é gerar recursos, mas reduzir o volume do lixo, gerando ganhos ambientais. É um investimento no meio ambiente e na qualidade de vida. Não cabe, portanto, uma avaliação baseada unicamente na equação financeira dos gastos da prefeitura com o lixo, que despreze os futuros ganhos ambientais, sociais e econômicos da coletividade. A curto prazo, a reciclagem permite a aplicação dos recursos obtidos com a venda dos materiais em benefícios sociais e melhorias de infraestrutura na comunidade que participa do programa. Também pode gerar empregos e integrar na economia formal trabalhadores antes marginalizados.

c) Políticos

Além de contribuir positivamente para a imagem da cidade, a coleta seletiva exige um exercício de cidadania, no qual os cidadãos assumem um papel ativo em relação à administração da cidade. Além das possibilidades de aproximação entre o poder público e a população, a coleta seletiva pode estimular a organização da sociedade civil.

A coleta seletiva em Marquinho é realizada em meio urbano e rural e é separada entre reciclável e orgânico.

4.3.3.8. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável

Todo mês realiza-se uma reunião com os integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável -CMDR, com o intuito de debater sobre as demandas de cada associação e definir em conjunto suas prioridades, buscando soluções dos problemas apresentados.

4.3.3.9. Associação de produtor Rural

Atualmente no município existem 14 associações de produtores rurais, as quais buscam com a ajuda da prefeitura, máquinas e implementos agrícolas, para

desenvolvimento das atividades agrícolas das propriedades, visando desenvolver a agricultura familiar.

Foram entregues nos anos de 2020, 2021 e 2022 como em forma comodataria para as associações os seguintes equipamentos e maquinários:

Tabela 4.26. Equipamentos entregues em 2020, 2021 e 2022 para associações de produtores rurais.

Comunidade	Equipamento/Maquinário
Anta Gorda	Trator de Pneu 4x4 LS Carreta Agrícola Colhedora de Forragem Semeadora Adubadora
Bracatinga	Trator de Pneu 4x4 LS Carreta Agrícola Semeadora Adubadora
Pedra Branca/ Terra Boa/ Gleba Nove	Trator de Pneu 4x4 Budny Carreta Agrícola Distribuidor Semeador Semeadora Adubadora
Rio Bonito	Trator de Pneu 4x4 New Holland Carreta Agrícola Distribuidor Semeador Semeadora Adubadora Colhedora de Forragem
Alto do Tigre	Semeadora Adubadora Pulverizador Agrícola

Comunidade	Equipamento/Maquinário
Ouro Verde	Trator de Pneu 4x4 Budny Carreta Agrícola Colhedora de Forragem Semeadora Adubadora
Marquinho	Trator de Pneu 4x4 LS Colhedora de Forragem Semeadora Adubadora
Guampará/ Alto do Cobre/ Ouro Verde	Distribuidor Aradado Subsolador Grade Aradora
Guampará	Semeadora Adubadora Arado Subsolador
	Trator de Pneu 4x4 New Holland
Alto do Cobre	Pulverizador Agrícola
Rio da Barra	Semeadora Adubadora Colhedora de Forragem
Barreiro	Semeadora Adubadora Colhedora de Forragem Trator de Pneu 4x4 Solis Carreta Agrícola
Disponível para todas as Associações	Distribuidor de adubo orgânico

Fonte: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, 2022.

4.3.3.10. Programa de Aquisição de Alimentos

Programa desenvolvido em parceria com o IDR/EMATER, CRAS e APAE, o qual visava a compra de produtos in natura de agricultores familiares do município, e destes produtos, uma porcentagem era direcionada a APAE, e o restante para o CRAS. As entidades montam cestas e distribuem as famílias com baixa renda do município.

No programa participaram vinte e dois produtores da agricultura familiar municipal.

Foram distribuídos no período de agosto a novembro de 2021, em forma de cestas, cerca de 5300 kg de alimentos in natura, entre legumes, tubérculos, frutas, hortaliças etc, provenientes da agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos beneficiou cerca de 400 famílias com baixa renda, residentes no meio urbano e rural do município.

4.3.3.11. Cooperativa de Agricultores Familiares de Marquinho

A Cooperativa de Agricultores Familiares de Marquinho, conta hoje com 47 associados, sendo 16 mulheres e 31 homens. A COPEMAR participa de diversos programas em que realiza a venda e entrega hortaliças, frutas e outros produtos da agricultura familiar através do convênio com a Prefeitura Municipal

Programas da COPEMAR estão em atividade:

- Compra direta;
- PNAE (Programa nacional de Alimentação Escolar);
- Entregas municipais.

Outra atividade de grande importância da COPEMAR é a Feira dos Agricultores, oferecendo produtos em natura como hortaliças, frutas, feijão, milho verde, temperos entre outros, além de contar com embutidos, queijos, doces e panificação, todos produtos coloniais, vindo diretamente do produtor familiar. A Feira ocorre em todas as terças e sextas-feiras do mês.

4.3.4 Saúde

Como prioridade da Administração Municipal, a saúde pública recebe cada vez mais investimentos e atenção, para que ofereça o atendimento idealizado pelo poder público e reivindicado pela população, prevenindo agravos à saúde da população, e dessa maneira, diminuindo as taxas de mortalidade, principalmente infantil e materna.

Para avaliar a qualidade da saúde pública de Marquinho - Pr, nada melhor do que conhecer e avaliar o volume de serviços prestados à população. Nas unidades hospitalares o município conta com 52 funcionários. O Setor de Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde dispõe de Enfermeiras, Auxiliares de enfermagem e Agentes de saúde, havendo no município Exames citopatológicos para prevenção de câncer cérvico-uterino; exames de Ecografia e Ultrassonografia; e Eletrocardiograma.

Os agravos prevalentes no município são as diarreias causadas, em sua maioria por consumo de água não tratada, pneumonias em sua maioria em crianças menores de cinco anos, já em adultos prevalece as DPOC, Diabetes e Hipertensão arterial. Os hipertensos são acompanhados pelas ESFs. Existem ações da atenção primária à saúde para redução de agravos como dengue, febre amarela e tuberculose. Todas as crianças são acompanhadas pela atenção Básica e pelo pediatra ou Enfermeira pelo menos em seu primeiro ano de vida, mantendo ativas as ações de puericultura. São desenvolvidos ações e programas que atendam crianças, adolescentes, homens e mulheres adultos idosos através dos programas do adolescente, saúde do homem, saúde da mulher e saúde da pessoa idosa.

Tabela 4.27. Causas Dos Óbitos Entre 2012 e 2016.

ÓBITOS- CAUSAS	2012	2013	2014	2015	2016
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1	0	1	0	1
Neoplasias (tumores)	5	3	3	7	7
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	2	1	0	0
Transtornos mentais e comportamentais	1	0	0	0	0
Doenças do sistema nervoso	0	0	0	1	0
Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	0	0	0	0
Doenças do aparelho circulatório	4	5	6	9	6
Doenças do aparelho respiratório	4	8	3	6	6
Doenças do aparelho digestivo	3	0	3	1	1
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	0	0
Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	0
Gravidez parto e puerpério	0	0	0	0	0
Algumas afecções originadas no período perinatal	3	2	1	1	0
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	1	0	0	1	0
Sintomas e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	3	5	0	1	0
Lesões e envenenamento e algumas outras consequência de causas externas	0	0	0	0	0
Causas externas de morbidade e de mortalidade	4	0	1	0	3
Total	30	25	19	27	24

Fonte: Secretaria de Saúde de Marquinho, 2022.

4.3.4.1 Perfil Epidemiológico do Município

No que tange ao perfil epidemiológico, os dados são dos sistemas de informação, utilizando-se informações do período de 2012 a 2017 relativos a pessoas residentes em Marquinho. Para a análise, os dados foram organizados por Mortalidade, Morbidade hospitalar, Doenças de Notificação Individual, Natalidade e Cobertura Vacinal.

a) Mortalidade: Referente à mortalidade, a dimensão está focalizada nas condições de saúde da população, tendo como uma taxa de mortalidade geral de 4,84 mil habitantes. De acordo com o que ocorre no País como um todo, constata-se aumento da expectativa de vida ao nascer.

Tabela 4.28. Taxa De Mortalidade Em Crianças Menores De 1 Ano A Cada Mil Nascidos Vivos -2009-2016.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Óbitos infantis (nº absoluto)	1	0	1	3	3	0	1	0
taxa de mortalidade infantil	13,5/ 1000 nv	0	13/ 1000 nv	43,47/ 1000 nv	39,47/ 1000 nv	0,0	17,85/ 1000 nv	0,0

Fonte: SIM, 2021.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades,2019), com referência ao ano de 2010, a expectativa de vida da população do município é de 73,83 anos e o índice de longevidade é de 0,814. Isto devido à redução dos níveis de mortalidade, especialmente em menores de um ano de idade.

Os dados evidenciam que a principal causa mortis mostram que entre 2012 e 2016 são as doenças relacionadas às doenças do aparelho circulatório, aparelho respiratório, seguido das neoplasias, (Fonte: SIM).

Tabela 4.29. Doenças De Notificação – 2010-2015.

Doença de Notificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Hepatites Virais	1	1	0	1	0	0
Intoxicação Exógena	6	4	3	4	1	5
Dengue	0	0	0	0	0	0

Doença de Notificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Malária	0	0	0	0	0	0
Meningites não especificada	0	0	0	0	0	0
Acidentes por animais peçonhentos	8	8	8	16	9	27
Coqueluche	0	0	0	0	3	1
Leishmaniose Tegumentar americana	0	1	0	0	0	0
Leptospirose	0	1	0	0	0	0
Raiva	0	0	0	0	0	0
Sífilis gestantes	0	0	0	0	0	0
Sífilis Congênita	0	0	0	0	0	0
Toxoplasmose	0	0	0	0	0	0
Síndrome da Rubéola Congênita	0	0	0	0	0	0
Tétano Acidental	0	0	0	0	0	0
Violência doméstica, sexual e/outras	1	0	1	2	1	0
Tuberculose	0	1	0	0	0	0
Varicela	1	5	0	0	0	0
Hanseníase	1	0	1	1	0	0
HIV/AIDS	0	0	0	0	0	0

Fonte: TABNET; DATASUS, 2021.

Diante dos dados apresentados, percebe-se a necessidade de intensificação das estratégias de prevenção de doenças que possam agravar os problemas circulatórios, principalmente investindo na promoção e prevenção a saúde pela atenção básica e no controle das doenças e agravos não transmissíveis, onde o estilo de vida é fator preponderante para o adoecimento e morte, reforçando a necessidade do vigiar constantemente.

Ressalta-se que a “notificação” é o procedimento de registrar todos os casos suspeitos, não significando que sejam positivos, pois há o processo de investigação para confirmar ou descartar o caso.

b) Natalidade:

Em relação a natalidade, não se verifica uma grande variação no número de nascimentos ao longo dos anos de 2012 a 2016. Quanto à forma de nascer, nota-se que ainda tem-se a grande maioria dos nascimentos por parto natural. (Tabela 4.30).

Tabela 4.30. Informações Sobre Nascimentos No Período De 2012 A 2016.

Condições	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de Nascidos Vivos	69	76	72	56	49
Nº de mães de 10-14 anos	1	3	1	1	1
Nº de mães de 10-19 anos	12	21	14	12	8
Taxa nascidos vivos por cesárea	43	29	33	20	19
Taxa nascidos vivos por partos naturais	26	47	39	36	30

Fonte: SINASC,

Quando se analisa a frequência do acompanhamento médico durante a gestação do total de crianças nascidas vivas, mostra que as gestantes estão fazendo as consultas de acordo com o preconizado (Tabela 4.31).

Tabela 4.31. Número De Nascidos Vivos De Mães Com 7 Ou + Consultas De Pré-Natal – 2012/2016.

Consulta de Pré-natal	2012	2013	2014	2015	2016
7 ou + Consulta de Pré-natal	50	51	60	47	39

Fonte: SINASC, 2018.

A proporção de gestantes com 1 á 3 consultas, em 2012 - 2016, neste município, foi de 3,23%. As gestantes com 7 ou mais consultas foram 78,9% (Tabela 3.32).

Tabela 4.32. Total De Crianças Nascidas Vivas X Consult. Pré-Natais 2012-16.

Consulta de Pré-natal	2012	2013	2014	2015	2016
1-3 consultas	02	02	01	01	01
4-6 consultas	17	23	11	08	09
>7 consultas	50	51	60	47	39
Total	69	76	72	56	49

Fonte: SINASC, 2018.

O Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, sete consultas pré-natais durante a gravidez. Quanto maior o número de consultas pré-natais, maior a garantia de uma gestação e partos seguros, prevenindo, assim, a saúde da mãe e do bebê.

Cobertura Vacinal: A cobertura vacinal para crianças menores de 01 ano e cobertura vacinal da influenza em idosos, nota-se que existe uma grande cobertura vacinal, superando a cobertura municipal em muitos itens, conforme Tabela 4.33.

Tabela 4.33. Imunizações – Cobertura 2013 – 2016.

Menores de 1 ano	2013	2014	2015	2016
BCG	102,6	128,99	93,42	94,44
Hepatite B	87,01	130,43	96,05	101,39
Rotavírus Humano	87,01	142,03	97,37	88,89
Penta	87,01	130,43	96,05	80,56
Pneumocócica	103,90	131,88	97,37	91,67
Poliomielite	87,01	127,54	96,05	79,17
Tríplice Viral	85,71	131,88	113,16	100,00

Fonte: SINASC, 2018.

Devido à baixa porcentagem e não homogeneidade de algumas vacinas deve-se considerar que a meta estabelecida pelo Estado para o município é sobre 72 nascidos vivos, segundo IBGE, 2011, no entanto, nasce uma quantidade variável menor que isso ao ano, conforme se pode observar nos quadros anteriores, sendo um dos fatores pelo qual o município não consegue alcançar a meta de cobertura vacinal. Uma das ações importantes para a redução da mortalidade infantil é a prevenção através de imunização contra doenças infectocontagiosas.

4.3.4.2 Organização e funcionamento da gestão municipal de saúde

Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica tem como principal objetivo a obtenção contínua e oportuna de conhecimentos acerca dos componentes envolvidos com as condições de saúde e a ocorrência de doenças, visando oferecer apoio aos programas de prevenção, tanto no controle como na erradicação de doenças. Neste sentido, entre as atividades desenvolvidas podemos citar: ações educativas e mobilização da comunidade para o controle das doenças, avaliação da cobertura vacinal, monitoramento da reposição de imunobiológicos, notificação de casos suspeitos e/ou confirmados das doenças e agravos de notificação compulsória; controle e acompanhamento de óbitos, dentre outras.

A vigilância epidemiológica conta com trabalhos de:

- Registro, monitoramento e investigação de doenças diarréicas;
- Notificações de doenças de notificação imediatas e compulsórias;
- Controle do Programa contra a Hanseníase;
- Controle do Programa contra a Tuberculose;
- Realização de testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites;
- Monitoramento e acompanhamento de pacientes portadores de HIV e Hepatites Virais;

A Secretaria Municipal de Saúde presta serviços à comunidade, através da Atenção Básica à Saúde no Centro de Saúde de Marquinho Unidade Básica, na Unidade de Saúde da Família Sede e de uma Unidade na localidade do Guampará, uma UAPSF

(Unidade de Apoio ao Programa Saúde da Família), a nível ambulatorial. Já os serviços de média e alta complexidade são encaminhados para os hospitais de Laranjeiras do Sul, conveniados com o município. E, as especialidades como ortopedia, oftalmologia, cardiologia, e exames como eco-cardiograma, eletrocardiograma, eletro-encefalograma e ultra-sonografia são realizados através do Consórcio ASSISCOP, outros exames e especialidade são encaminhados para Curitiba, Guarapuava e Cascavel através de TFD (Tratamento Fora de Domicílio).

Além dos cuidados básicos prestados à população na Atenção Primária à Saúde, também é desenvolvida ações para melhoria na qualidade do pré-natal, intensificação na coleta de exames cêrvico-uterino, saúde do trabalhador, saúde do adolescente, e saúde bucal. O baixo IDH e a população com renda às vezes inferior a um salário mínimo aumentam o número de famílias cadastradas nos programas sociais como Bolsa Família, Leite das Crianças e outras ações sociais com vistas à diminuição dos riscos às famílias e para promover sua inserção na sociedade.

4.3.4.3 Programas na Área da Saúde

Saúde Preventiva

- Programa de Agentes Comunitários de Saúde;
- Programa Nacional de Imunizações, que além da vacinação de rotina tem participação também em todas as campanhas a nível nacional e ou de interesse do município.
- Educação em Saúde nas escolas, comunidades em geral, seja individual ou coletivamente.
- Projeto Ativas, equipe de Fisioterapia em grupos;
- Controle do Programa contra a Hanseníase;
- Controle do Programa contra a Tuberculose;
- Realização de testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites;
- Monitoramento e acompanhamento de pacientes portadores de HIV e Hepatites Virais;

A Secretaria Municipal de Saúde presta serviços à comunidade, através da Atenção Básica à Saúde no Centro de Saúde de Marquinho Unidade Básica, na Unidade de Saúde da Família Sede e de uma Unidade na localidade do Guampará, uma UAPSF (Unidade de Apoio ao Programa Saúde da Família), a nível ambulatorial. Já os serviços de média e alta complexidade são encaminhados para os hospitais de Laranjeiras do Sul, conveniados com o município. E, as especialidades como ortopedia, oftalmologia, cardiologia, e exames como eco-cardiograma, eletrocardiograma, eletro-encefalograma e ultra-sonografia são realizados através do Consórcio ASSISCOP, outros exames e especialidade são encaminhados para Curitiba, Guarapuava e Cascavel através de TFD (Tratamento Fora de Domicílio).

Além dos cuidados básicos prestados à população na Atenção Primária à Saúde, também é desenvolvida ações para melhoria na qualidade do pré-natal, intensificação na coleta de exames cervico-uterino, saúde do trabalhador, saúde do adolescente, e saúde bucal. O baixo IDH e a população com renda às vezes inferior a um salário mínimo aumentam o número de famílias cadastradas nos programas sociais como Bolsa Família, Leite das Crianças e outras ações sociais com vistas à diminuição dos riscos às famílias e para promover sua inserção na sociedade.

Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica (AF) engloba um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao acesso e seu uso racional. Tem, portanto, caráter sistêmico e multidisciplinar representa, atualmente, uma atividade de grande impacto financeiro no âmbito do SUS, em razão da crescente demanda por medicamentos. As ações da AF devem estar fundamentadas nos preceitos da Constituição Federal, na Lei Orgânica da Saúde e na legislação específica da área.

A Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004 do Conselho Nacional de Saúde, diz que “a assistência farmacêutica é conjunto de ações voltadas à promoção, à proteção, e à recuperação da saúde, tanto individual quanto coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial, que visa promover o acesso e o seu uso racional; esse conjunto que envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população”.

O Serviço de Assistência Farmacêutica na Secretaria Municipal de Saúde NIS I atua no planejamento, seleção, programação, aquisição, armazenamento, controle, regulamentação, acompanhamento da distribuição dos medicamentos e dispensação.

Diante da multiplicidade de produtos e fórmulas farmacêuticas presentes no mercado, faz-se necessário um criterioso estudo das reais necessidades e aplicabilidade desses em esfera clínica. A Assistência Farmacêutica Pública tem como parâmetro a RENAME – Relação Nacional de Medicamentos – mediante câmara técnica que avalia as características farmacotécnicas, farmacocinéticas e farmacodinâmicas do medicamento, distribuição e controle, resguardando a segurança, eficácia e a qualidade do produto farmacêutico.

O serviço de atenção farmacêutica tem por objetivo ajudar o paciente evitando internamentos, consultas médicas devidas a intercorrências de Ram ou de efeitos adversos entre drogas que culminem com sintomas graves que ameacem a vida ou a integridade do organismo.

Existem muitas atividades realizadas na farmácia pelo farmacêutico e seus auxiliares que visam melhorar a qualidade do tratamento dado aos pacientes, além da execução de diversos programas de saúde estaduais e federais e também programas estabelecidos pelo município.

Respeitando o elenco básico do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual da Saúde, o planejamento do elenco de medicamentos municipal deve ser estudado observando questões como custo/benefício, efeitos colaterais, segurança tolerabilidade e as principais patologias que acometem o município.

Atenção Primária à Saúde

Na Atenção Primária, estão inseridas as políticas de: Saúde da Família; Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Saúde do Adolescente; Saúde do Homem; Saúde do Idoso; e Saúde Bucal.

Quanto a Saúde da Mulher há:

- Consulta de Enfermagem em saúde da mulher, ginecologia;
- Realização de exames preventivos Citopatológico de colo do útero;
- Busca ativa de mulheres para realização de exames preventivos;

- Orientações individuais ou coletivas para o auto-exame das mamas, realização de pedidos de exames de mamografias;
- Realização de testes para gravidez;
- Elaboração e acompanhamento para solicitações de vasectomias e laqueadura;
- Gestantes:
- Consultas de Enfermagem para gestantes e parceiros;
- Realização de testes rápidos para gestantes e parceiros;
- Realização de teste da Mãezinha;
- Busca ativa para gestantes faltosas;

Atenção às condições crônicas

A Atenção às Condições Crônicas envolve as Políticas de Saúde Mental, da Pessoa com Deficiência, Saúde do Homem e do Idoso, Atenção ao Portador de Diabetes e Hipertensão, Comunidades Vulneráveis, Controle do Câncer, Controle do Tabagismo e do Risco Cardiovascular e do Enfrentamento da Violência.

Atenção à Urgência e Emergência

No município de Marquinho o processo de atendimento nas urgências e emergências acontece como cuidados de primeiros socorros, por conta de não haver SAMU e outros, sendo a equipe da unidade básica quem presta o primeiro atendimento e encaminha ao hospital. Este atendimento deve abranger os seguintes fatores: redução da incidência de agravos urgentes, adoção de medidas preventivas, ambientes seguros, implemento no manejo de condições crônicas (Atenção Primária), e garantia de assistência oportuna e adequada.

Vigilância Em Saúde

O Setor de Vigilância em Saúde é constituído por áreas, que são elas: Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental (incluindo Controle de Endemias), Vigilância Epidemiológica e Vigilância em Saúde do Trabalhador. A Vigilância em Saúde tem como objetivo a análise permanente da situação de saúde da população, desenvolvendo ações que se destinam a controlar determinantes, riscos e danos à saúde da população com o intuito de prevenir agravos à saúde da população.

A Vigilância Sanitária tem como objetivo garantir a promoção da saúde à população, contando com ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, intervindo em todo tipo de problema sanitário que possa afetar a relação entre meio ambiente, produção e circulação de bens e prestação de serviços à comunidade. A Vigilância Sanitária tem como principal obrigação a realização de atos administrativos em prol da saúde, como fiscalizar, autuar e intervir para a efetivação da segurança de saúde da população. Atuando em diversas áreas, tais com: alimentos, controle de zoonoses, produtos e serviços relacionados para saúde, dentre outras.

Ações da Vigilância sanitária:

- Manter todos os estabelecimentos sujeitos a (VISA) cadastrados no Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (SIEVISA)
- Inspeccionar todos os estabelecimentos sujeitos a (VISA), tais como: Supermercado, Mercados, Açougues, Panificadoras, Farmácias, Postos de Coletas de Laboratório, Postos de Combustíveis (BENZENO), Consultórios Odontológicos, Bares, Mercarias, Lanchonetes, Salões de beleza, Escolas, Feira livre de Agroindústria familiar, Fábrica do Agricultor, etc.
- Realizar trabalhos educativos contra o fumo em comércios e recintos fechados;
- Realizar coletas de água para análises no laboratório, tais como: Ecoli, Coliformes totais, Flúor, totalizando no mínimo 72 amostras ao ano;
- Realizar análise de campo, de cloro livre e turbides, totalizando no mínimo 72 amostras ao ano;

- Realizar investigação de acidentes de trabalho graves e fatais no prazo de 30 dias e informar no Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (SIEVISA);
- Liberação de licenças sanitárias para comércios que estiver em acordo com as normas da VISA;
- Acompanhamento às agroindústrias familiar, mínimo de 2 vezes ao ano;
- Alimentar o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (SIEVISA), VIGIAGUA, VIGISOLO e Sistema Nacional de animais peçonhentos (SINAP);
- Preencher relatórios SIASUS no mínimo 1 vez ao mês;
- LIA Levantamento de Índice, visitas dos ACES para investigação de focos da Dengue nas comunidades de: Centro, Guampara, Gleba Nove e Rio da Barra; Com 1.462 imóveis, com total de 6 ciclos ao ano;
- O Setor de Vigilância em Saúde é constituído por áreas, que são elas: Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental (incluindo Controle de Endemias), Vigilância Epidemiológica e Vigilância em Saúde do Trabalhador. A Vigilância em Saúde tem como objetivo a análise permanente da situação de saúde da população, desenvolvendo ações que se destinam a controlar determinantes, riscos e danos à saúde da população com o intuito de prevenir agravos à saúde da população.
- Visitas aos pontos estratégicos (PE), totalizando: 14 Oficinas mecânicas, borracharias e cemitérios; Ponto de informações de triatomíneo PIT (mosquito barbeiro) são eles: Centro, Guampara e Ouro Verde;
- Reconhecimento Geográfico (RG);
- Busca ativa de morcegos nos locais suspeitos informados pelos proprietários rurais, quando encontrado focos é informado a ADAPAR de Laranjeiras do Sul/PR para procedimentos cabíveis;
- Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados Farmacêuticos SNGPC;
- Dia D ao combate do mosquito da Dengue;

- Observação de animais agressores, tais como: Cães, gatos, porcos, vacas, etc;

A Vigilância em Saúde do Trabalhador visa à promoção da saúde e à redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento e processos produtivos. As atividades desenvolvidas são: avaliação e fiscalização dos ambientes e processos de trabalho, investigação de todos os acidentes de trabalho graves ou fatais, promover ações educativas e mobilização social para erradicar o trabalho infantil, entre outras.

Com a junção de todas as vigilâncias em “Vigilância em Saúde” pode-se dizer que a mesma apresenta as seguintes características:

- Intervenção sobre problemas de saúde que requerem atenção e acompanhamento contínuo;
- Adoção do conceito de risco; articulação entre ações promocionais, preventivas, curativas e reabilitadoras;
- Atuação intersetorial; e
- Ação sobre o território.

Portanto, os processos de trabalho da Vigilância em Saúde apontam para o desenvolvimento de ações intersetoriais, visando responder com efetividade e eficácia aos problemas e necessidades de saúde da população e de seus contextos geradores, reduzindo ou eliminando os agravos e as doenças.

Educação Permanente em Saúde

A gestão atual percebe a importância de qualificar seus profissionais, com o intuito de proporcionar uma assistência de qualidade ao usuário, com maior interação entre a equipe, através da troca de saberes e uma reflexão sobre a prática dos serviços em saúde.

5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA APA ESTADUAL DO PASSAÚNA. Relevo Paranaense. 2010. Disponível em: <<http://amapadopassauna.blogspot.com/p/area-de-protecao-ambiental-apa-estadual.html>>. Acesso em 10 jun. 2017.

BERNARDO, S; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C. Manual de irrigação. 8. Ed. Atual. e Ampl. Viçosa: UFV, 2006. 625p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39)

BRASIL. Ministério da Saúde. Acolhimento à demanda espontânea. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica n. 28, Volume I) CPRM – Serviço Geológico do Brasil – Geologia da Borda Sudoeste do Paraná, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Informações de saúde. <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 2022.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Rodovias federais brasileiras. <<http://www.dnit.gov.br/rodovias/rodoviasfederais>>. Acesso em: 2022.

CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1995). São Paulo: Editora UNICAMP, 1998.

COPEL. Relatório de Dados e Informações para o Plano Diretor Municipal. Guarapuava. 2007.

DINIZ, C. Campolina. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem Desconcentração, Nem Contínua Polarização. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, v. 3, n. 11, 1993.

ESPAÇO DA GEOGRAFIA. Formas de Relevo e Solo. Disponível em: <<http://espacodageografia.spaceblog.com.br/123239/FORMAS-DE-RELEVO-e-SOLO-GEOMORFOLOGIA-e-PEDOLOGIA/>>. Acesso em 10 jun. 2017.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: Caminhos e Descaminhos. Brasília: IPEA, Planejamento e Políticas Públicas, n. 15, 1997.

GONÇALVES, Idoraldo Dassi. Cola da Web. Geografia física. 2010. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/estados-brasileiros/parana>>. Acesso em 10 jun. 2017.

IBGE. Censo agropecuário Paraná 1985, 1995/96. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2022.

IBGE. Censo demográfico 1991: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2022.

IBGE. Censo demográfico 2000: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2022.

IBGE. Contagem da População 2010: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2022.

IBGE. Síntese de indicadores sociais 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2022.

IPARDES. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2010: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 2022.

IPARDES. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Sul / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2008.

LEPSCH, Igo F. Formação e Conservação Dos Solos. Oficina de Textos. São Paulo. 2002.

LORENZI, H. 2002. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2 ed., v.1, v.2.

MINISTERIO DA SAÚDE. Técnico em Vigilância em Saúde – Diretrizes e Orientações para a Formação. Brasília – DF, 2011.

MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE. Plano Municipal de Saúde 2018 a 2021. 2017.

MAACK, R. Geografia Física do estado do Paraná. 3 ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

PARANÁ. Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/iap/>> Acesso em: 2022.

RAWLS, W.J., DAVID, G., VAN MULLEN, J.A., WARD, T.J. Infiltration. In: ASCE. Hydrology Handbook. 2.ed. New York. p.75-124. (ASCE Manuals and Report on Engineering Practice, 28), 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Código de Saúde do Paraná. Curitiba, 2004.

SEIBERT, P. & CARAUTA, J.P.P. Plano de Manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão. Boletim Técnico do Instituto Florestal 19: 1975.

SOLÓRZANO-FILHO, J.A. & KRAUS, J.E. Breve história das matas de Araucária. Forest, 1999. 37-47.

STRAHLER, A.N. & STRAHLER, A.H. Elements of Physical Geography. John Wiley and Sons. New York, 1989.

TEIXEIRA, Wilson. FAIRCHILD, Thomas Rich. TOLEDO, M. Cristina Motta de. TAIOLI, Fabio. Decifrando a Terra – 2a edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO. Lei Complementar 346/2010- Lei de Uso e Ocupação do Solo. Marquinho-PR, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO. Lei Complementar 343/2010- Lei do Parcelamento do Solo. Marquinho-PR, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO. Lei Complementar 345/2010- Lei do Plano Diretor. Marquinho-PR, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO. Lei Complementar 340/2010- Lei do Perímetro Urbano. Marquinho-PR, 2010.

6. ANEXOS

6.1. Mapa de localização do município na Mesorregião Paranaense

6.2. Mapa de localização do município na Microrregião Paranaense

6.3. Mapa de localização do município na Região Imediata

6.4. Mapa de localidades municipais

6.5. Mapa de Geologia Municipal

6.6. Mapa de Geomorfologia Municipal

6.7. Mapa de Tipos de Solo Municipal

6.8. Mapa Hipsométrico Municipal

6.9. Mapa Hipsométrico da Sede e Distritos

6.10. Mapa de Clima Municipal

6.11. Mapa de Vegetação Municipal

6.12. Mapa de Hidrografia Municipal

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

**CONSULTORIA CONTRATADA
FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA
EM PROJETOS LTDA**

COORDENAÇÃO GERAL

**Diego Ronaldo Matciulevicz
Engenheiro Civil, CREA PR-107371/D**

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

**Rodrigo Maschio De Freitas
Arquiteto e Urbanista, CAU PR
00A1075365**

**Tiago David Damiani
Administrador**

**Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista, CORECON/PR 7576**

**Cezar Augusto Soares
Engenheiro Ambiental, CREA PR-
174256/D**

**Evandro Alif Bolba Barbieiro
Advogado, OAB/PR nº 60.847**

**José Francisco De Gois
Geógrafo, CREA PR-199212/D**

**Taise Signorini
Psicóloga**

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

**Eng^a Nágila Terezinha Freiria
Analista de Desenvolvimento
Municipal**

**Arq. Urb. Maria Inês Terbeck
Analista de Desenvolvimento
Municipal**

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

**COORDENAÇÃO
Charles Alexandre Batista
Engenheiro Civil**

EQUIPE

**Emerson Baptistel
Diretor Administrativo**

**Marcos Baptistel
Contador**

**Telma Mugnol
Advogada**

**Clodoaldo Paviani
Controle Interno**

**Sergio Luiz Dal Pai
Secretaria de Administração**

**Eder Barbosa Vaz
Secretaria de Agricultura e Meio
Ambiente**

**Aldair Mossolin
Professor de Ed. Física**

**Fernando Pires
Diretor Departamento de Tributação**

**Eliane Ramos Padilha
Secretaria de Educação**

**Mariclea Telles de Vargas
Secretaria de Saúde**

**Tissiane Varela Schisler
Secretaria de Promoção de Ação
Social**

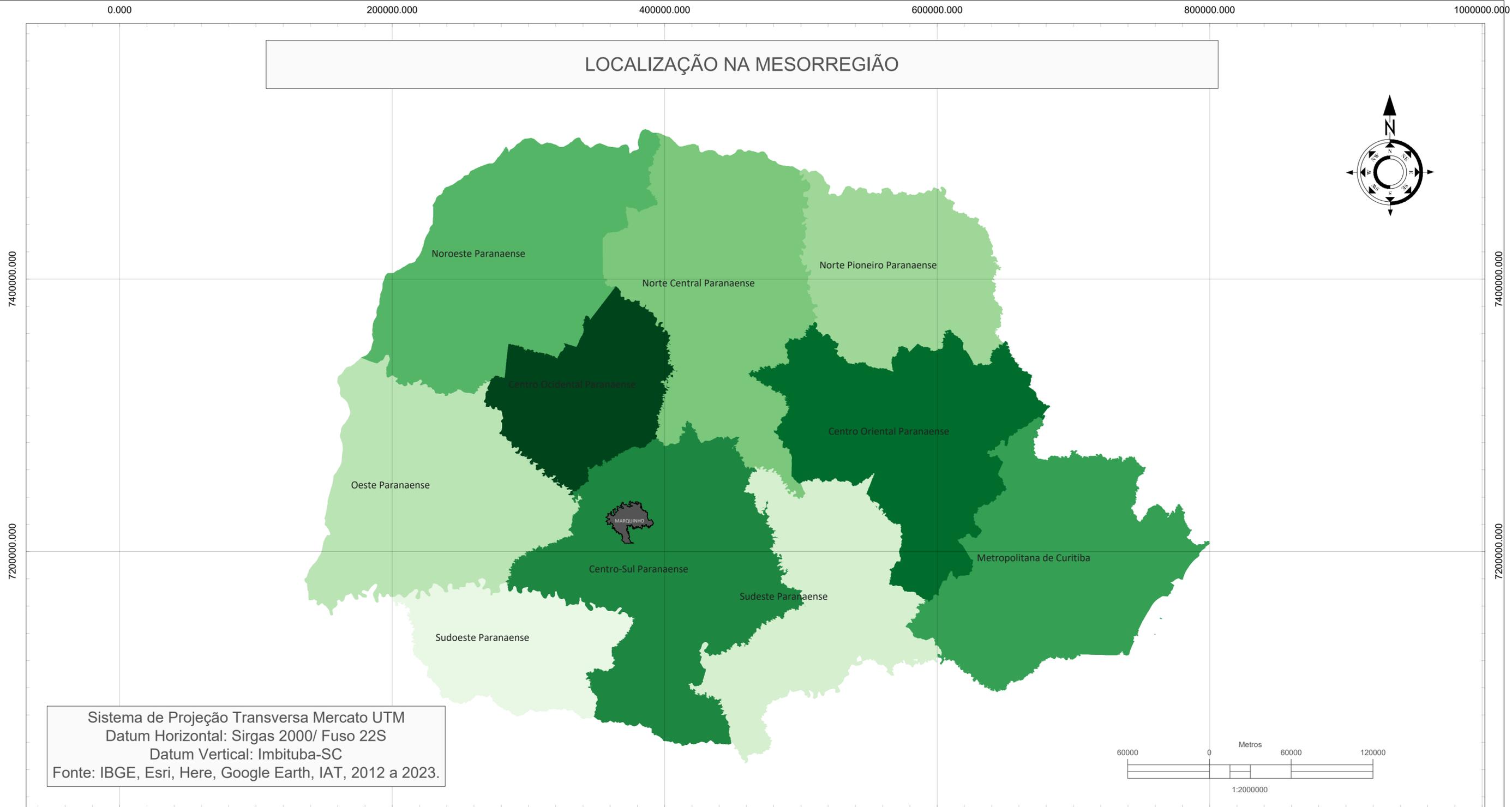
CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

**PODER PÚBLICO
Gilmar Camargo
Diego Pereira Moreira**

**SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Altair Bittencourt
João Maria Cardoso**

**DISTRITOS MUNICIPAIS
Alex Sandro Baptistel
Valdir Gorff**

LOCALIZAÇÃO NA MESORREGIÃO



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

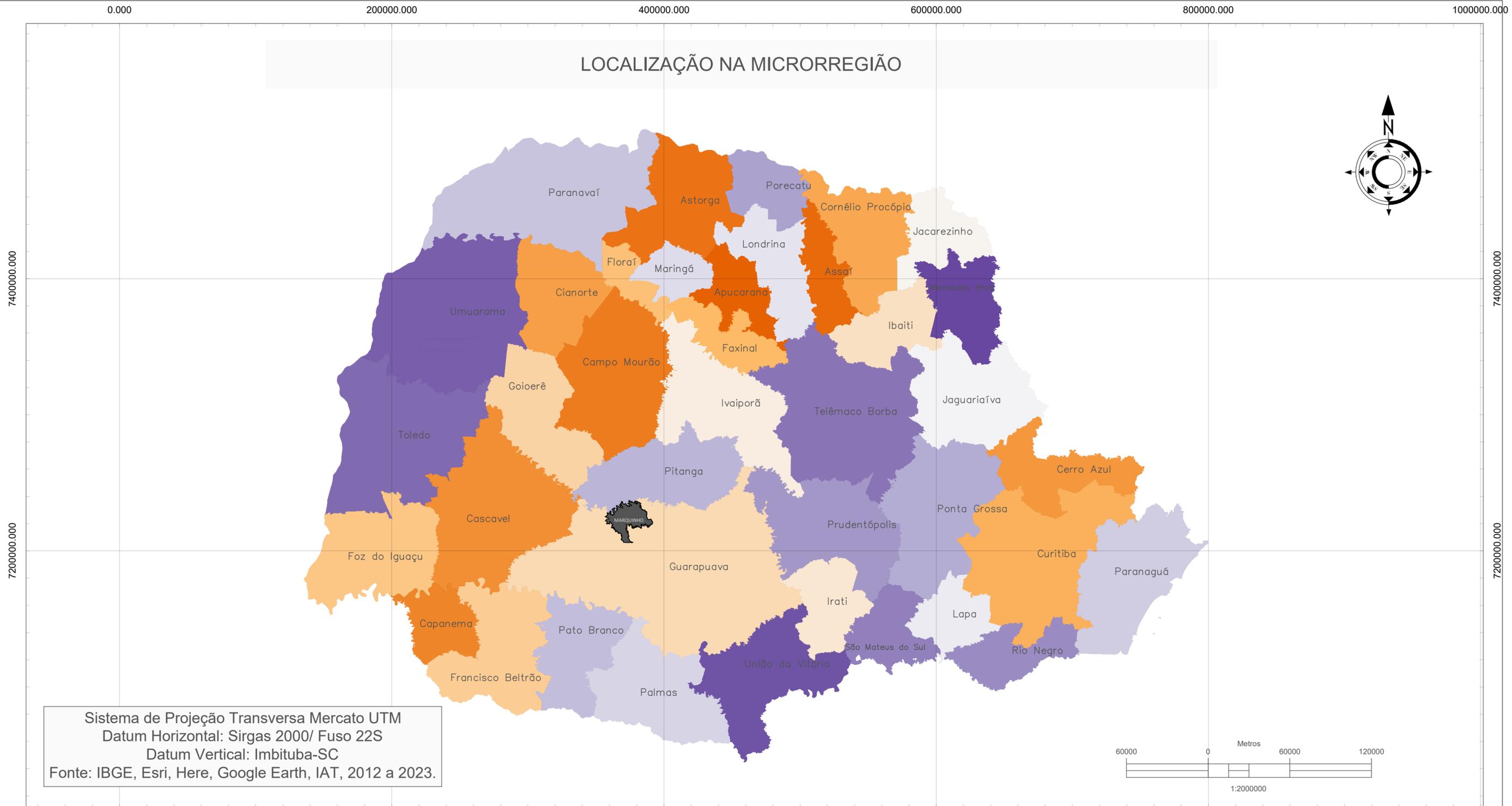


Município: Marquinhos
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Mapa: Localização na Mesorregião
Prancha: 01/01

Responsável Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
Técnico:

LOCALIZAÇÃO NA MICRORREGIÃO



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

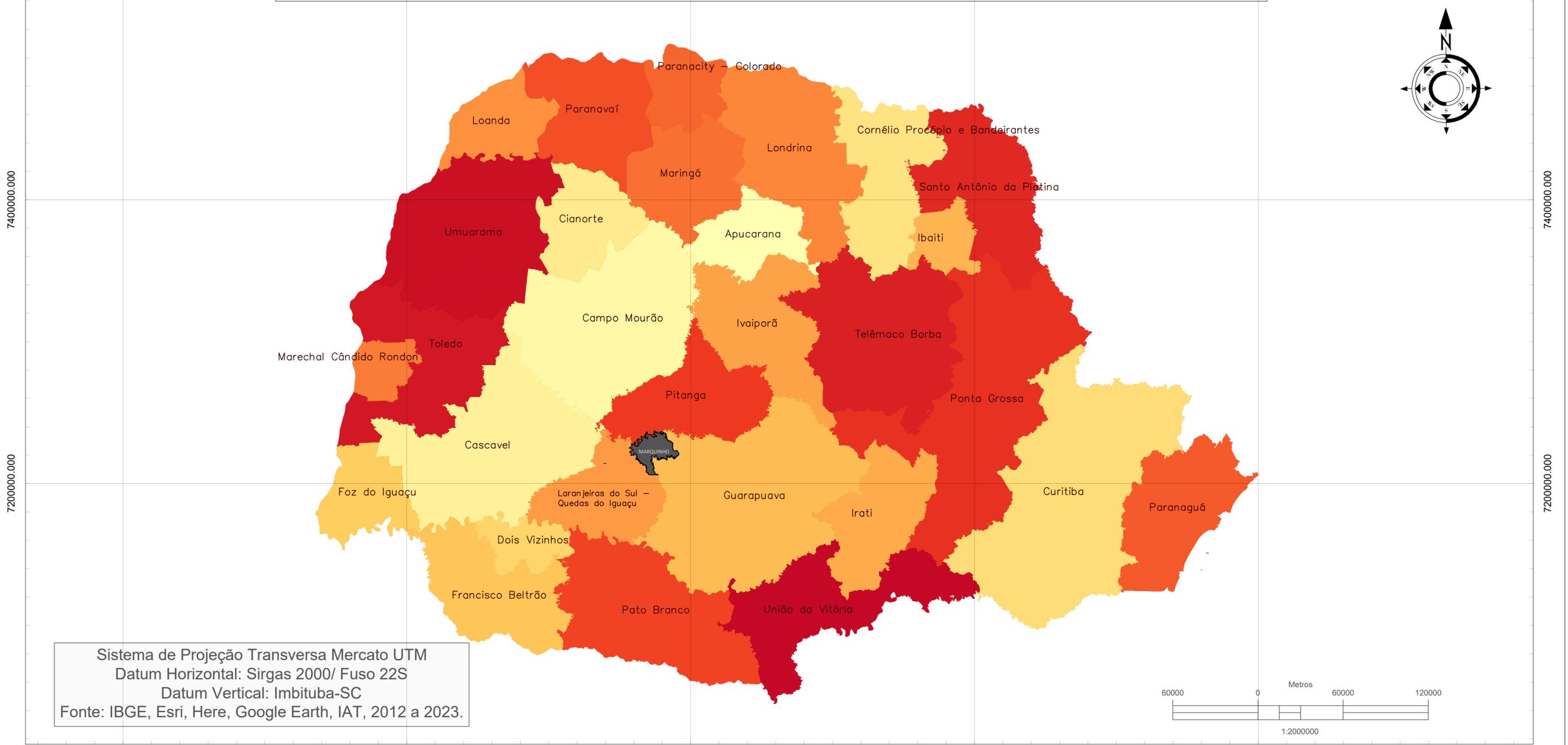


Município: Marquinhos
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Mapa: Localização na Microrregião
Prancha: 01/01

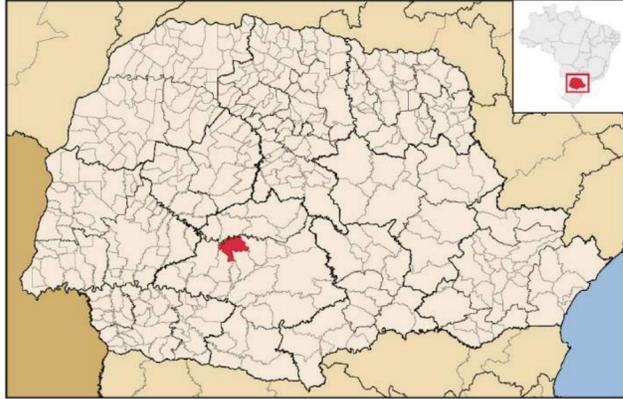
Responsável: Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
Técnico:

LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO IMEDIATA



Sistema de Projeção Transversa Mercator UTM
Datum Horizontal: Sirgas 2000/ Fuso 22S
Datum Vertical: Imbituba-SC
Fonte: IBGE, Esri, Here, Google Earth, IAT, 2012 a 2023.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

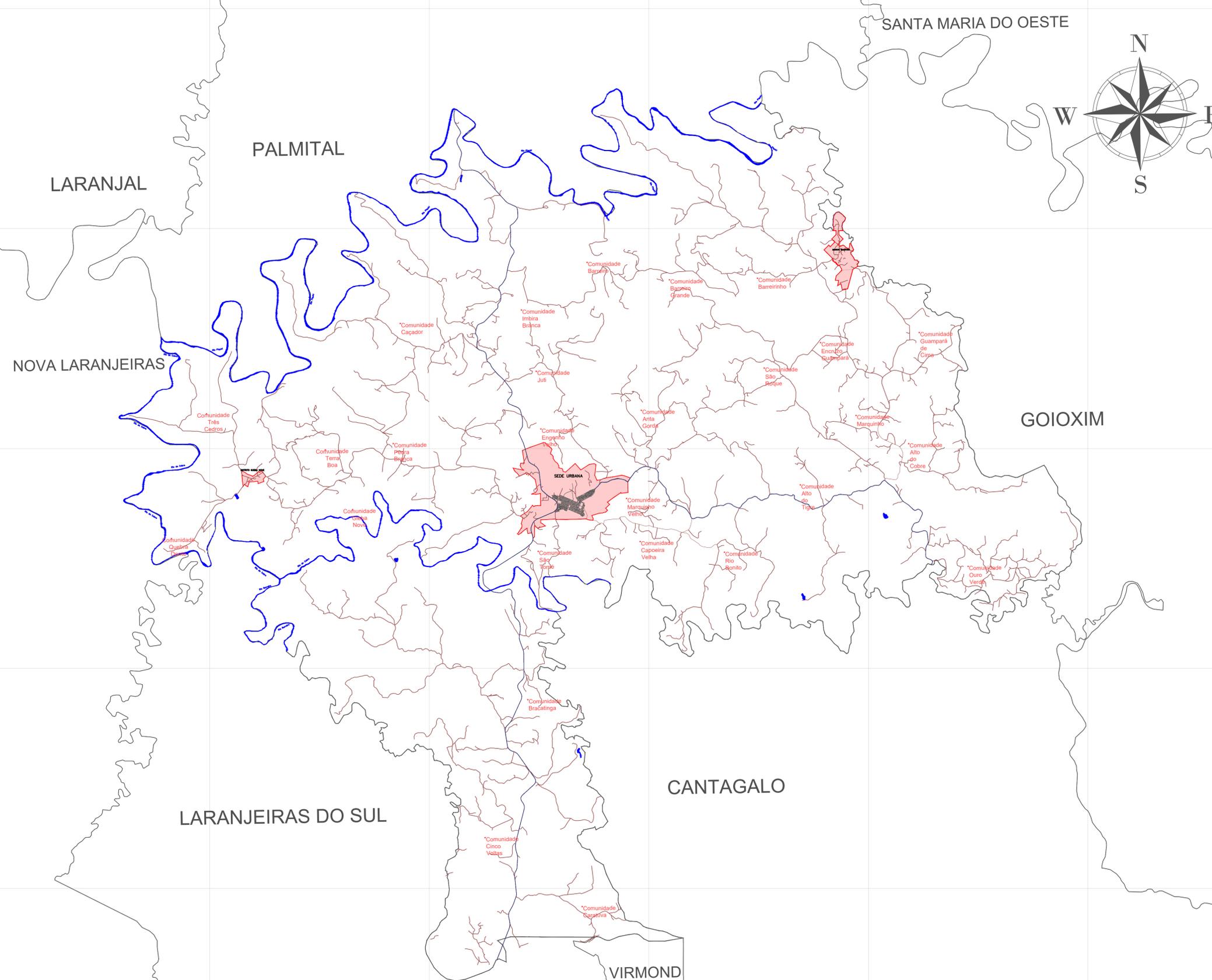
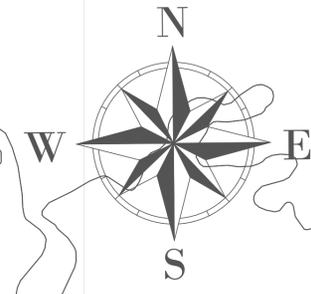


Município: Marquinho
PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Mapa: Localização na Região Imediata
Prancha: 01/01

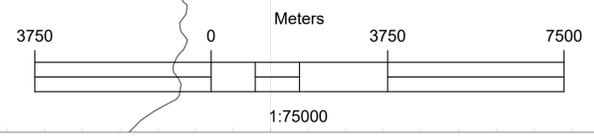
Responsável Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
Técnico:

LOCALIDADES MUNICIPAL



LEGENDA

- Limite Municipal
- Municípios Vizinhos
- Localidades do Município
- Perímetro Urbano
- Lotes Urbanos
- Rios, Córregos e Nascentes
- Rodovias
- Vias Rurais



Sistema de Projeção Transversa Mercator UTM
Datum Horizontal: Sirgas 2000/ Fuso 22S
Datum Vertical: Imbituba-SC
Fonte: IBGE, Esri, Here, Google Earth, IAT, 2012 a 2023.

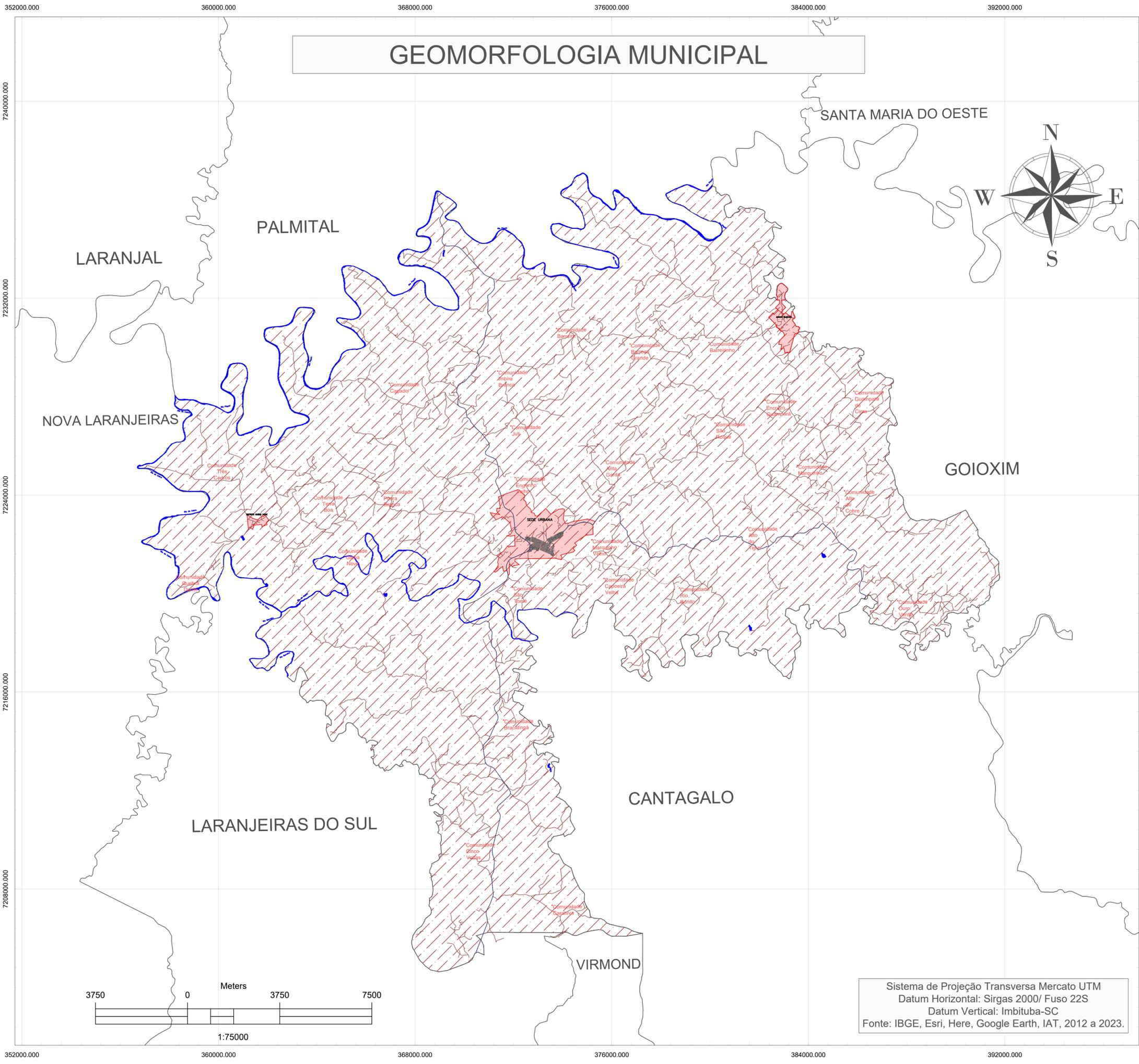
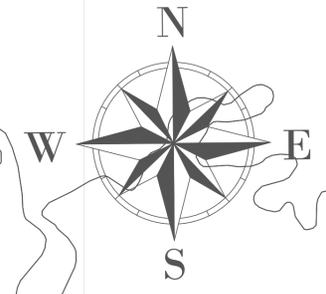


Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Marquinho
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Mapa: Localidades Municipal
Prancha: 01/01

Responsável: Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
Técnico:

GEOMORFOLOGIA MUNICIPAL

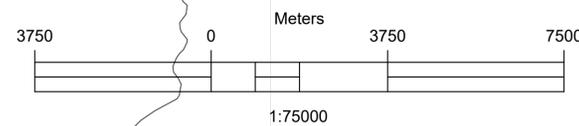


LEGENDA

- Limite Municipal
- Municípios Vizinhos
- Localidades do Município
- Perímetro Urbano
- Lotes Urbanos
- Rios, Córregos e Nascentes
- Rodovias
- Vias Rurais

GEOMORFOLOGIA

- Planalto do Alto/Médio Piquiri: apresenta dissecação média e as formas predominantes são topos alongados e isolados, vertentes convexas e convexo-côncavas e vales em "U" abertos.



Sistema de Projeção Transversa Mercator UTM
 Datum Horizontal: Sirgas 2000/ Fuso 22S
 Datum Vertical: Imbituba-SC
 Fonte: IBGE, Esri, Here, Google Earth, IAT, 2012 a 2023.

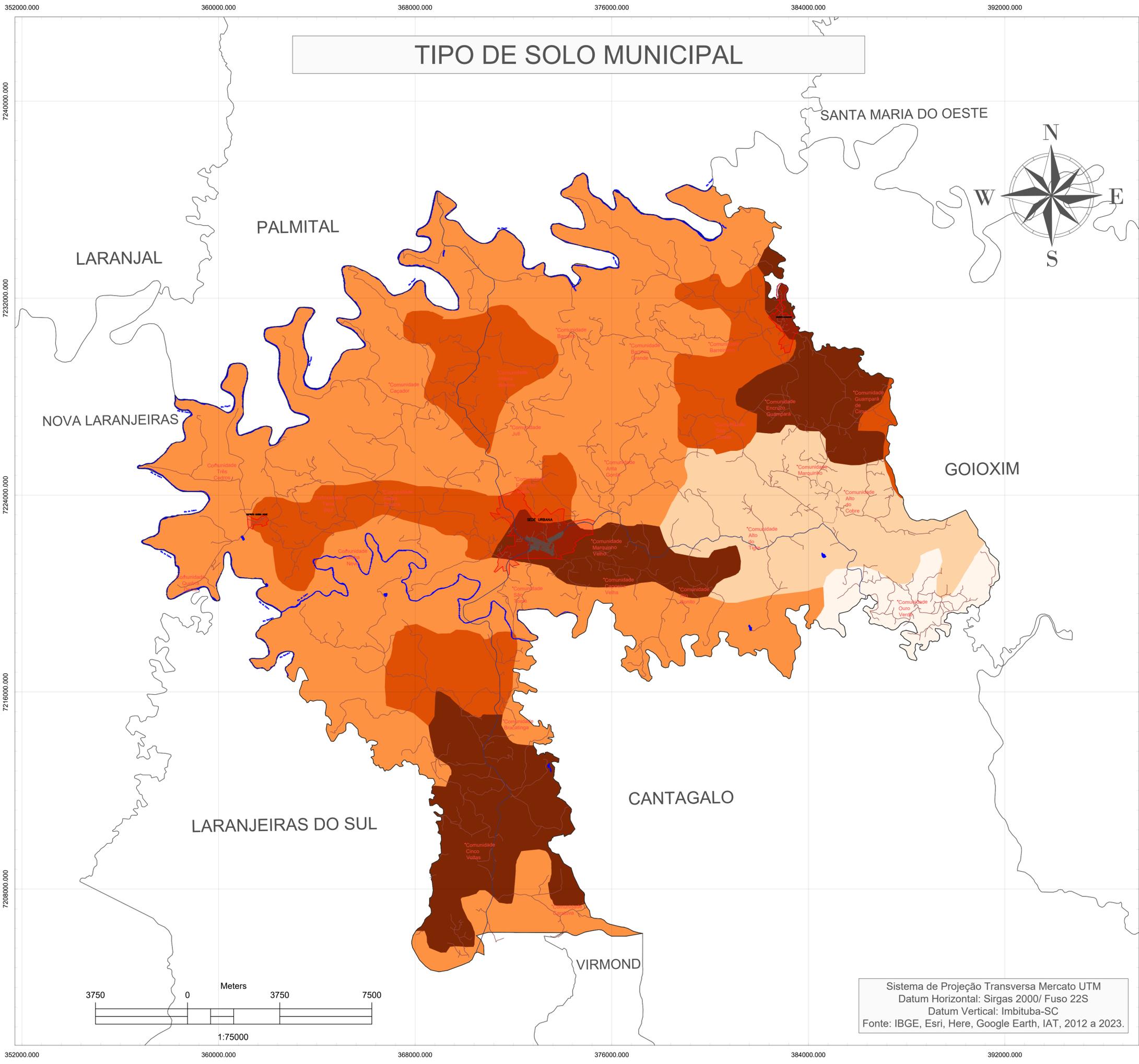
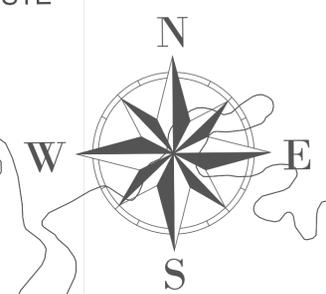


Secretaria das Cidades - SECID
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Marquinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Geomorfologia Municipal
 Prancha: 01/01

Responsável: Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
 Técnico:

TIPO DE SOLO MUNICIPAL

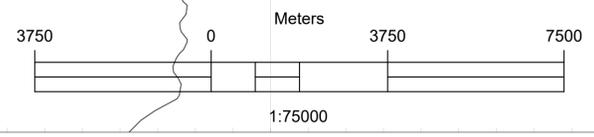


LEGENDA

- Limite Municipal
- Municípios Vizinhos
- Localidades do Município
- Perímetro Urbano
- Lotes Urbanos
- Rios, Córregos e Nascentes
- Rodovias
- Vias Rurais

TIPO DE SOLO MUNICIPAL

- Nitossolos Vermelhos Distroférricos
- Nitossolos Vermelhos Eutroférricos
- Neossolos Litólicos Eutrófic
- Latossolos Vermelhos Distroférricos



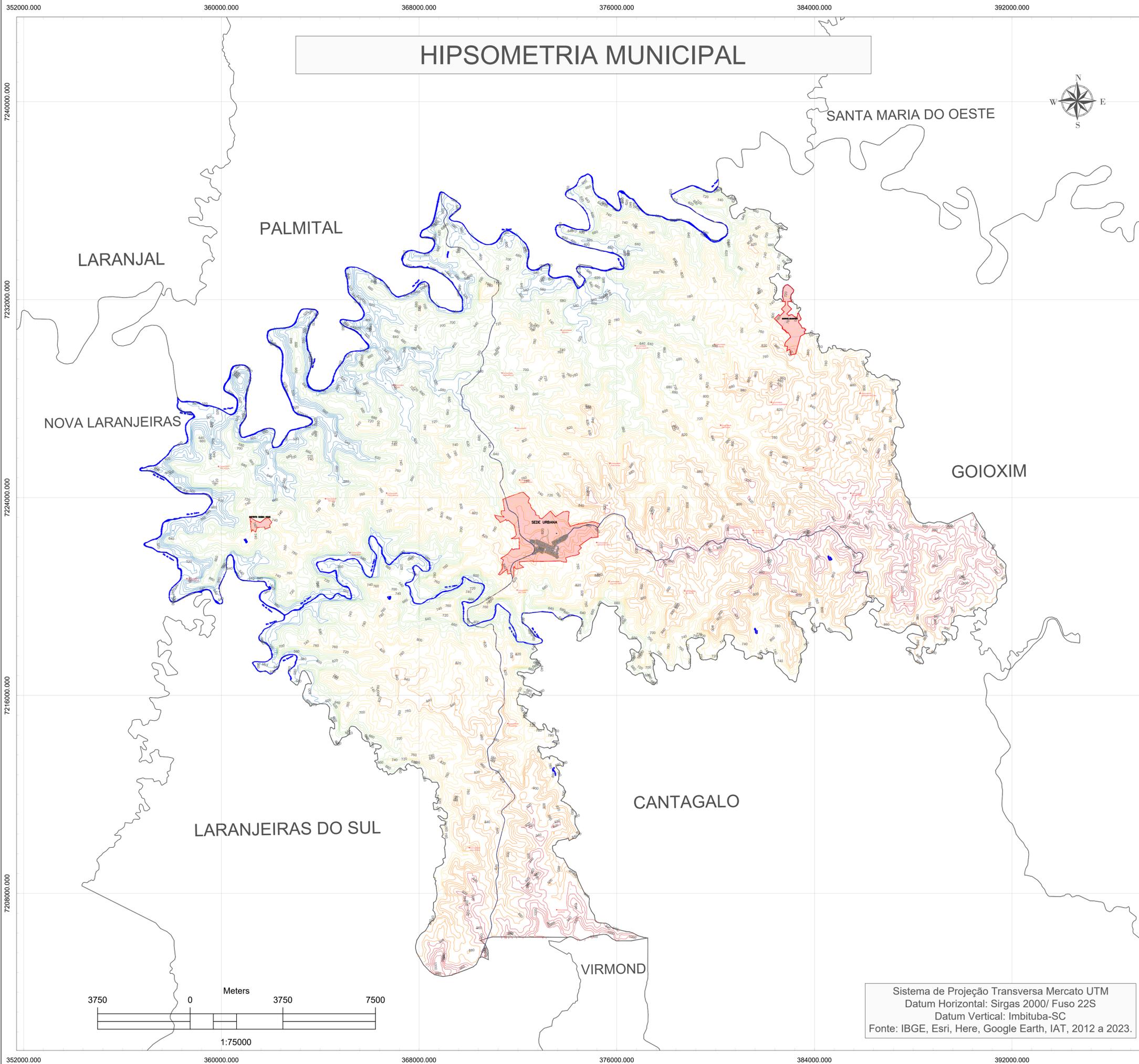
Sistema de Projeção Transversa Mercator UTM
 Datum Horizontal: Sirgas 2000/ Fuso 22S
 Datum Vertical: Imbituba-SC
 Fonte: IBGE, Esri, Here, Google Earth, IAT, 2012 a 2023.

Secretaria das Cidades - SECID
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Marquinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Tipo de Solo Municipal
 Prancha: 01/01

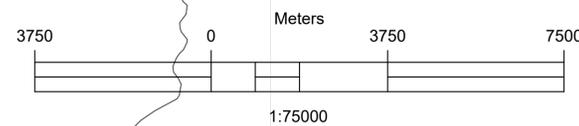
Responsável: Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
 Técnico:

HIPSOMETRIA MUNICIPAL



- LEGENDA**
- Limite Municipal
 - Municípios Vizinhos
 - Localidades do Município
 - Perímetro Urbano
 - Lotes Urbanos
 - Rios, Córregos e Nascentes
 - Rodovias
 - Vias Rurais

- HIPSOMETRIA**
- 500 - 600
 - 600 - 700
 - 700 - 800
 - 800 - 900
 - 900 - 1.000



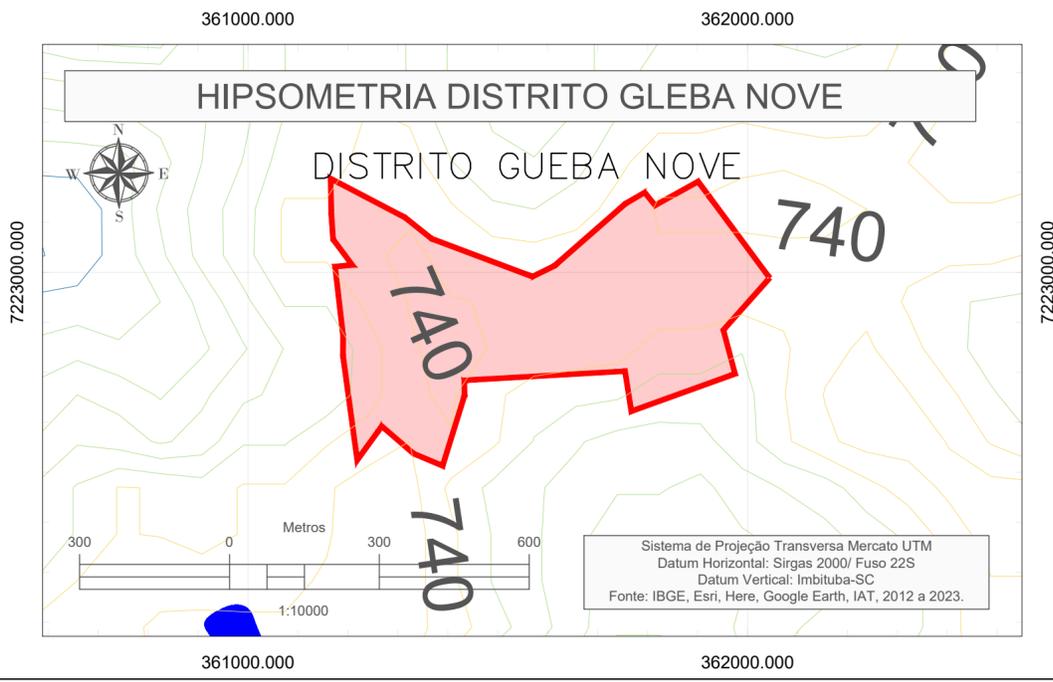
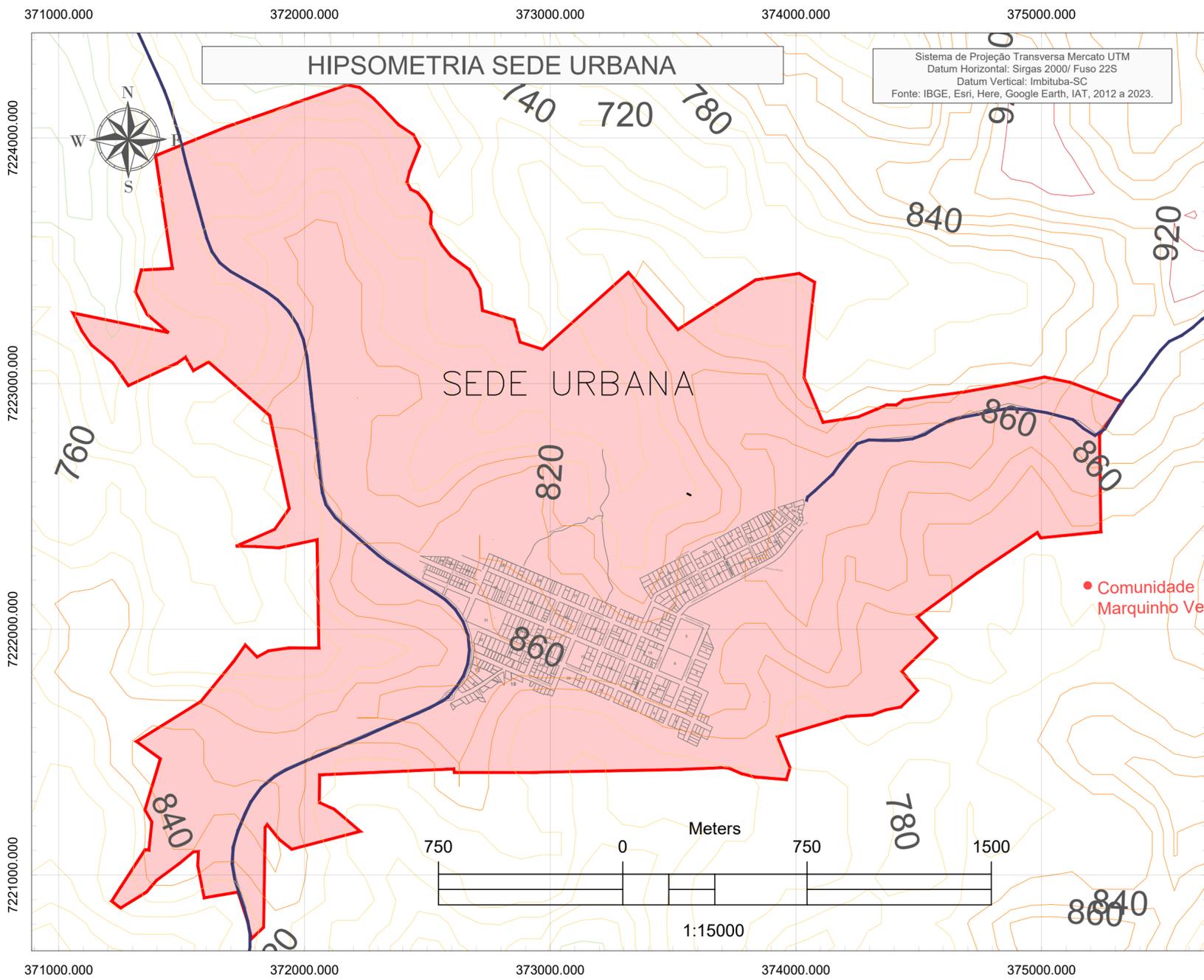
Sistema de Projeção Transversa Mercator UTM
Datum Horizontal: Sirgas 2000/ Fuso 22S
Datum Vertical: Imbituba-SC
Fonte: IBGE, Esri, Here, Google Earth, IAT, 2012 a 2023.



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

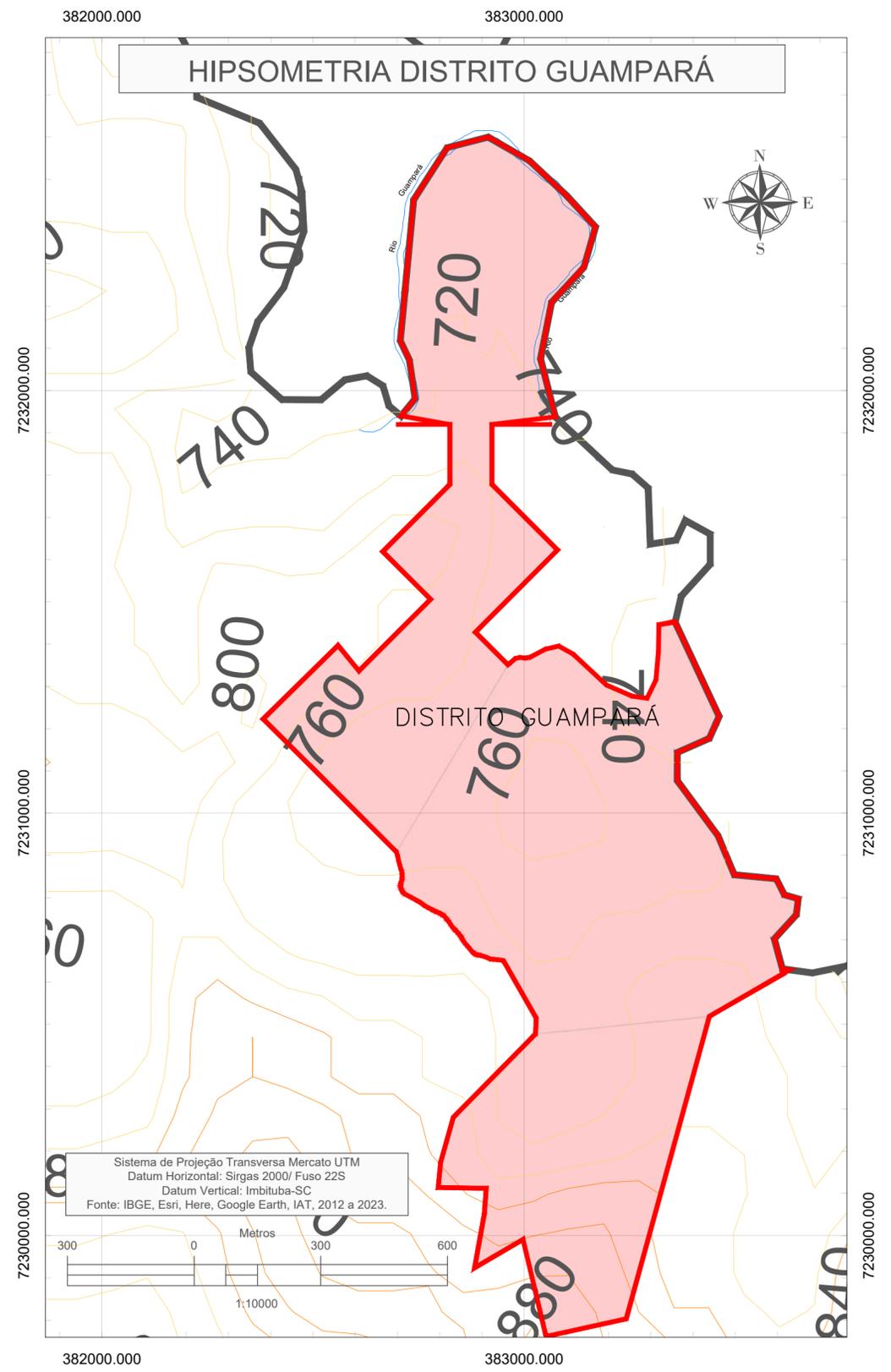
Município: Marquinho
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Mapa: Hipsometria Municipal
Prancha: 01/01

Responsável Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
Técnico:

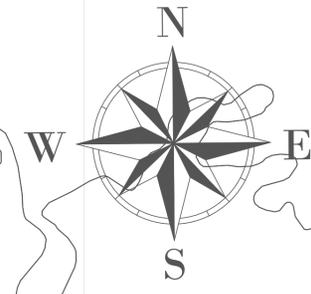


- LEGENDA**
- Limite Municipal
 - Municípios Vizinhos
 - Localidades do Município
 - Perímetro Urbano
 - Lotes Urbanos
 - Rios, Córregos e Nascentes
 - Rodovias
 - Vias Rurais

- HIPSOMETRIA**
- 500 - 600
 - 600 - 700
 - 700 - 800
 - 800 - 900
 - 900 - 1.000



CLIMA MUNICIPAL

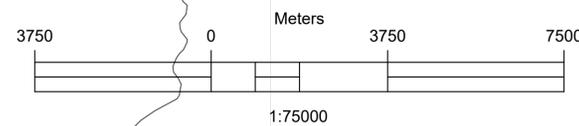


LEGENDA

- Limite Municipal
- Municípios Vizinhos
- Localidades do Município
- Perímetro Urbano
- Lotes Urbanos
- Rios, Córregos e Nascentes
- Rodovias
- Vias Rurais

CLIMA

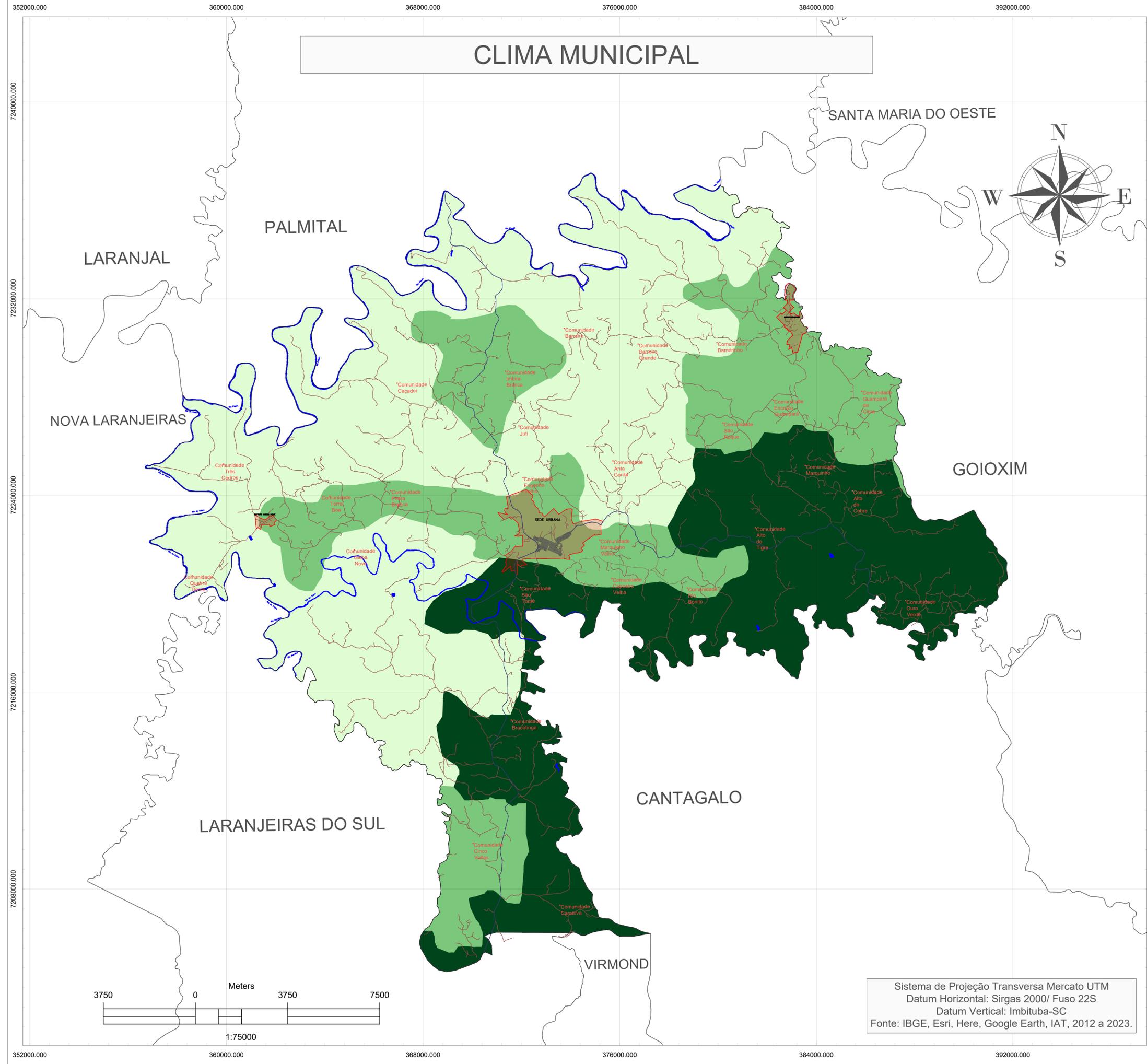
- Cfa - Clima subtropical, com verão quente.
- Cfb - Clima temperado, com verão ameno.
- Cfa/Cfb - Clima de transição.



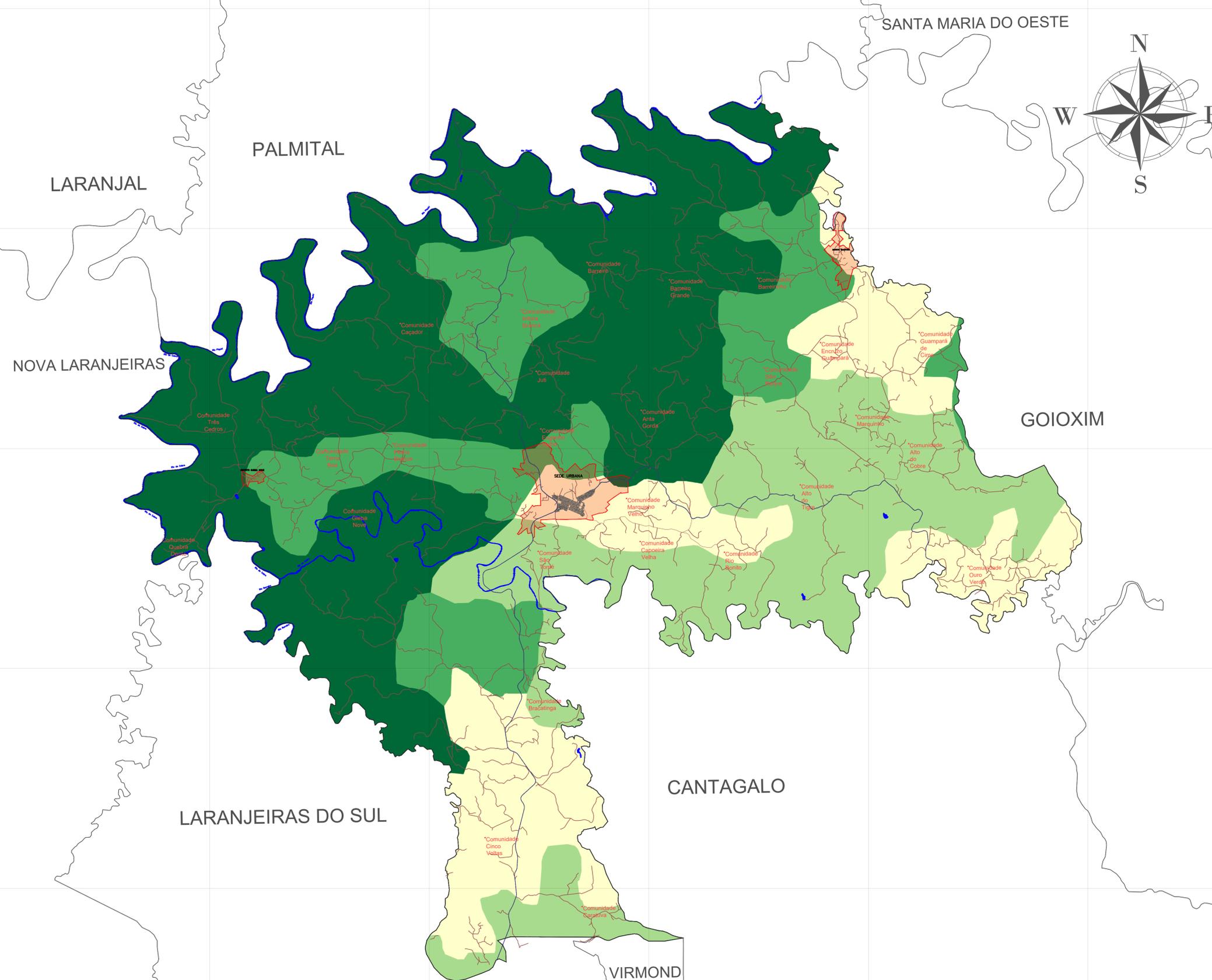
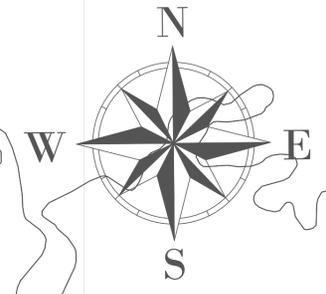
Sistema de Projeção Transversa Mercator UTM
 Datum Horizontal: Sirgas 2000/ Fuso 22S
 Datum Vertical: Imbituba-SC
 Fonte: IBGE, Esri, Here, Google Earth, IAT, 2012 a 2023.



Município: Marquinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Clima Municipal
 Prancha: 01/01
 Responsável: Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
 Técnico:



VEGETAÇÃO MUNICIPAL

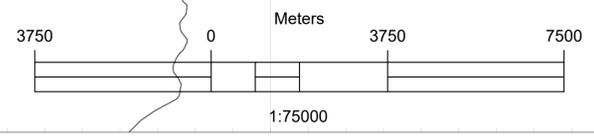


LEGENDA

- Limite Municipal
- Municípios Vizinhos
- Localidades do Município
- Perímetro Urbano
- Lotes Urbanos
- Rios, Córregos e Nascentes
- Rodovias
- Vias Rurais

VEGETAÇÃO MUNICIPAL

- Floresta Tropical Subperene
- Floresta Tropical Perene
- Floresta Subtropical Subperene
- Floresta Subtropical Perene

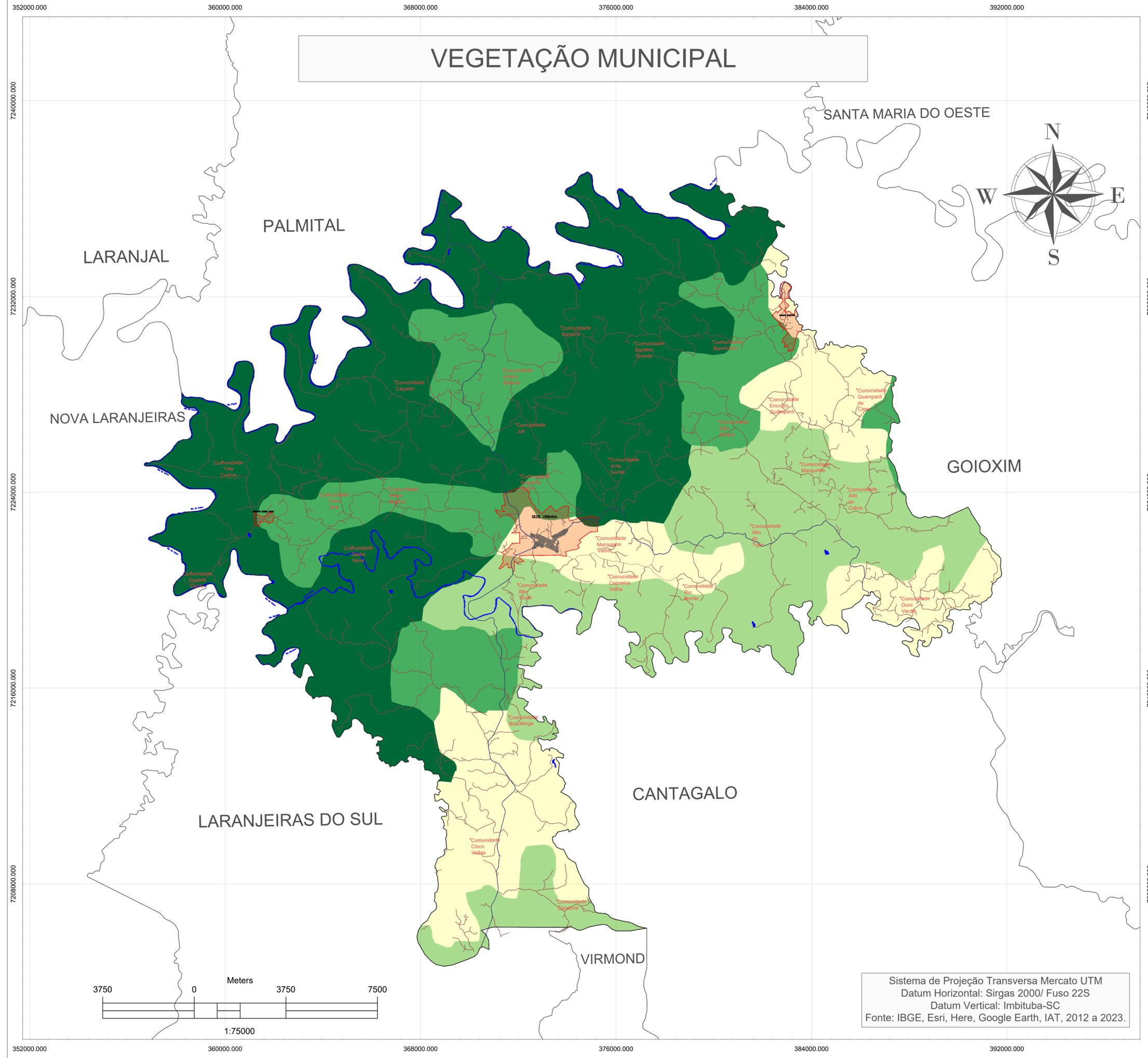


Sistema de Projeção Transversa Mercator UTM
 Datum Horizontal: Sirgas 2000/ Fuso 22S
 Datum Vertical: Imbituba-SC
 Fonte: IBGE, Esri, Here, Google Earth, IAT, 2012 a 2023.

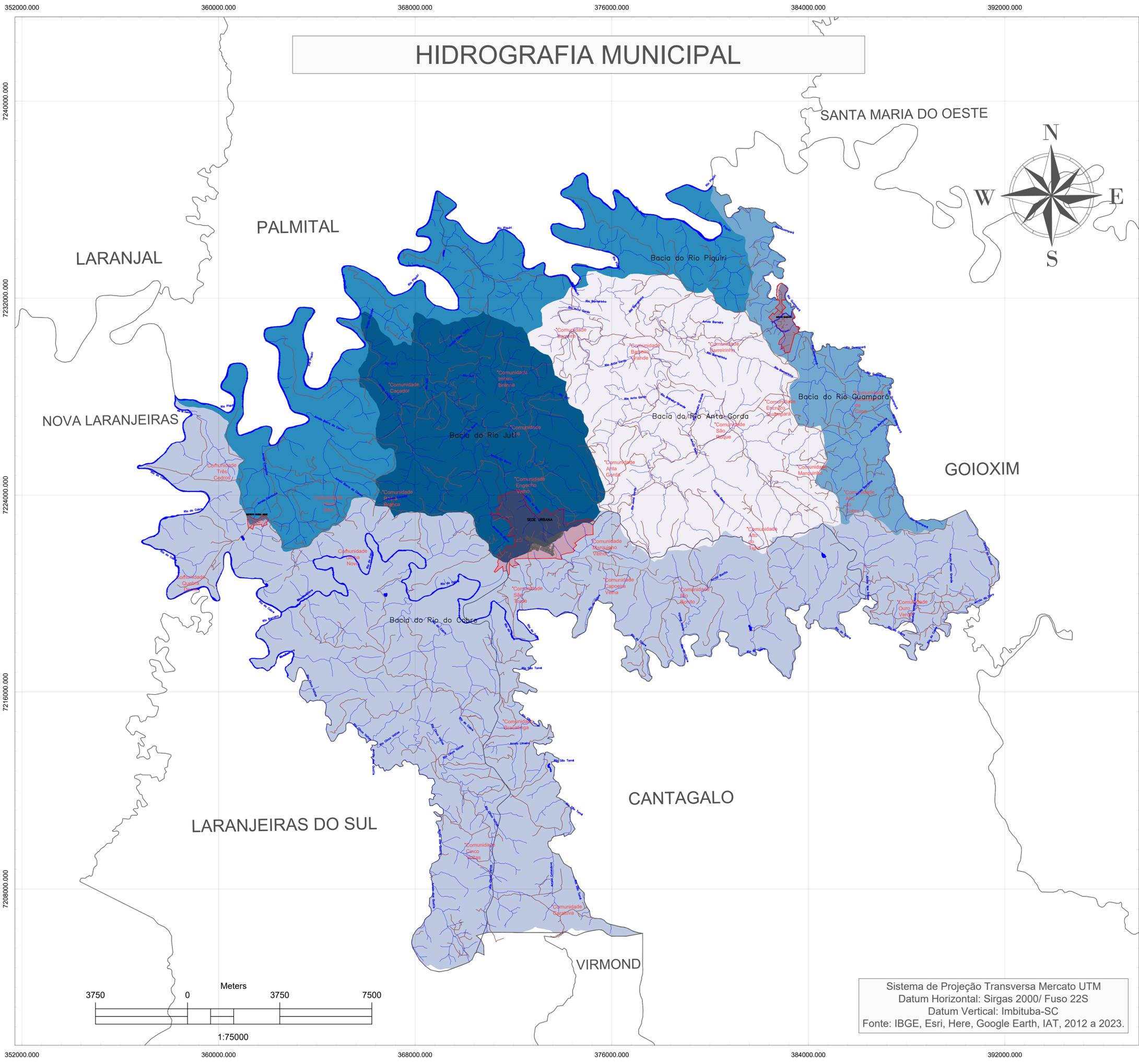
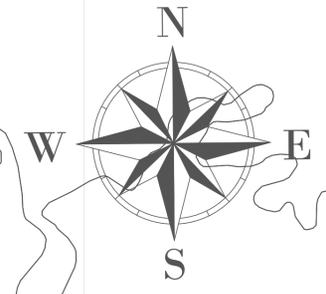
Secretaria das Cidades - SECID
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Marquinho
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL
 Mapa: Vegetação Municipal
 Prancha: 01/01

Responsável: Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
 Técnico:

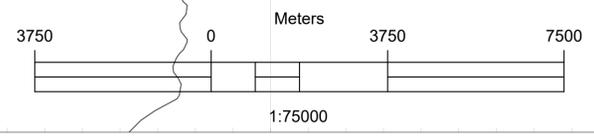


HIDROGRAFIA MUNICIPAL



LEGENDA

- Limite Municipal
- Municípios Vizinhos
- Localidades do Município
- Perímetro Urbano
- Lotes Urbanos
- Rios, Córregos e Nascentes
- Rodovias
- Vias Rurais



Sistema de Projeção Transversa Mercator UTM
Datum Horizontal: Sirgas 2000/ Fuso 22S
Datum Vertical: Imbituba-SC
Fonte: IBGE, Esri, Here, Google Earth, IAT, 2012 a 2023.



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Marquinhos
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Mapa: Hidrografia Municipal
Prancha: 01/01

Responsável: Farol 14 Consultoria em Projetos LTDA
Técnico:



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS
AUGUSTINHO ZUCCHI Secretário
LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

AUGUSTINHO ZUCCHI Superintendente

CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executivo e
Diretora de Operações

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa e de Guarapuava

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da
Região Metropolitana e Litoral

AMERICO MEGUMY NONAKA Coordenador ER Cascavel

JOSÉ RICARDO MATTOS DO AMARAL Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MARQUINHO

Prefeito:

ELIO BOLZON JUNIOR

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2021

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Setembro/2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DAS OFICINAS TÉCNICAS FASE II- PARTE I	5
I – REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO E REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA	6
II – REUNIÃO DE COORDENAÇÃO	9
III – 1ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA COMUNITÁRIA	11

RELATÓRIO DAS REUNIÕES

FASE II- PARTE II

I – REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO

Para dar continuidade a Fase II da revisão do Plano Diretor de Marquinho, realizou-se no dia 31 de agosto de 2022 às 13:30 nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho a Reunião Técnica de Capacitação com os secretários dos setores de; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Planejamento e Equipe Técnica Municipal.

Apresentou-se os procedimentos da Fase II- Parte II e as metodologias para a aprovação das secretarias e da Equipe Técnica Municipal para:

i. Uso e ocupação do solo atual, meio ambiente as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, considerando o resultado da Parte 1 , avaliação e da adequação da dinâmica atual de uso e ocupação do solo, assim como a pertinência da legislação vigente, com destaque para:

- Plano Diretor (Lei Municipal nº 345/2010) e Lei do Perímetro Urbano (Lei Municipal nº 340/2010);
- Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal nº 346/2010);
- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Rural (Lei Municipal nº 343/2010); e
- Código de Obras (Lei Municipal nº 342/2010).

ii. Expansão urbana, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, avaliação da adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana, sejam internas ou externas ao perímetro urbano de Marquinho, meio ambiente, o atendimento qualitativo e quantitativo e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, frente a dinâmica demográfica, imobiliária e das principais ou potenciais atividades produtivas do município;

iii. Condições gerais de moradia e fundiárias, considerando o resultado da Parte 1, avaliação da regularidade fundiária e suas condições de moradia, para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.



FIGURA 1- Reunião Técnica de Capacitação



FIGURA 2- Reunião Técnica de Capacitação

LINK DOS VÍDEOS DA REUNIÃO:

<https://drive.google.com/drive/folders/1lhMmuAJAANf13uyyjs15QNK4bpQLuyrz?usp=sharing>

II – REUNIÃO DE COORDENAÇÃO

Realizou-se no dia 31 de agosto de 2022 às 13:30 nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho a Reunião Técnica de Capacitação e a Reunião Técnica Preparatória com a Equipe Técnica Municipal.

Apresentou-se as metodologias e técnicas da implantação da Fase III à equipe técnica para aprovação.



FIGURA 3- Reunião de Coordenação

LINK DOS VÍDEOS DA REUNIÃO:

<https://drive.google.com/drive/folders/1lhMmuAJAANf13uyyjs15QNK4bpQLuyrz?usp=sharing>

III – 2ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA COMUNITÁRIA

A 2ª Oficina de Leitura Técnica Comunitária ocorreu no dia 01 de setembro de 2022 às 08:00 no Colégio Estadual João Rysicz e na Comunidade Bracatinga.

Nesta Oficina foi apresentado o que é Plano Diretor Municipal e o que são os objetivos. Foram realizados formulários para avaliar o atendimento qualitativo e quantitativo, e distribuição espacial das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, visando garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental e ao lazer.



FIGURA 4- 2º Oficina de Leitura Técnica Comunitária no Colégio Estadual João Rysicz



FIGURA 5- 2º Oficina de Leitura Técnica Comunitária no Colégio Estadual João Rysicz



FIGURA 6- 2º Oficina de Leitura Técnica Comunitária na Comunidade Bracatinga



FIGURA 7- 2º Oficina de Leitura Técnica Comunitária

LINK DOS VÍDEOS DA REUNIÃO:

https://drive.google.com/drive/folders/15SD7-NGLvjoJyGFwJ3KRqv_5wAkamnJP?usp=sharing

CONSULTORIA CONTRATADA

FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA

COORDENAÇÃO GERAL

Diego Ronaldo Matciulevicz
Engenheiro Civil, CREA PR-107371/D

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

Rodrigo Maschio De Freitas
Arquiteto e Urbanista, CAU PR 00A1075365

Tiago David Damiani
Administrador

Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista, CORECON/PR 7576

Cezar Augusto Soares
Engenheiro Ambiental, CREA PR-174256/D

Evandro Alif Bolba Barbieiro
Advogado, OAB/PR nº 60.847

José Francisco De Gois
Geógrafo, CREA PR-199212/D

Taise Signorini
Psicóloga

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

COORDENAÇÃO

Charles Alexandre Batista
Engenheiro Civil

EQUIPE

Emerson Baptistel
Diretor Administrativo

Marcos Baptistel
Contador

Telma Mugnol
Advogada

Clodoaldo Paviani
Controle Interno

Sergio Luiz Dal Pai
Secretaria de Administração

Eder Barbosa Vaz
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Aldair Mossolin
Professor de Ed. Física

Fernando Pires
Diretor Departamento de Tributação

Eliane Ramos Padilha
Secretaria de Educação

Mariclea Telles de Vargas
Secretaria de Saúde

Tissiane Varela Schisler
Secretaria de Promoção de Ação Social

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

Gilmar Camargo
Diego Pereira Moreira

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Altair Bittencourt
João Maria Cardoso

REPRESENTANTE DOS DISTRITOS MUNICIPAIS

Alex Sandro Baptistel
Valdir Gorff

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Nágila Terezinha Freiria

Analista de Desenvolvimento Municipal



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho
Produto 2ª fase – Parte II

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DAS CIDADES

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Secretário

MARCIO JULIANO MARCOLINO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Superintendente

CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executiva

JOSÉ ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

ALBARI ALVES DE MEDEIROS Diretor de Operações

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador Operacional

CARLO ANDRÉ MELLO HAKIM Coordenador de Recursos Humanos

FABIO ANDERSON MIGUEL Coordenador Financeiro

FERNANDO DOMINGUES CAETANO Coordenador de Estudos e Captação de Recursos

FLAVIO LUIZ SAUERBRONN Coordenador Administrativo

LEANDRO VICTORINO DE MOURA Coordenador de Tecnologia da Informação

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

MUNICÍPIO DE MARQUINHO

Prefeito:

ELIO BOLZON JUNIOR

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal Marquinho

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2021

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Setembro/2022

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL, MEIO AMBIENTE AS CAPACIDADES DE ATENDIMENTO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	3
2.1 Plano Diretor – Lei Municipal nº 345/2010 e Lei de Perímetro Urbano – Lei Municipal nº 340/2010	3
2.2 Lei de Uso e Ocupação do Solo - Lei Municipal nº 346/2010	4
2.3 Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Rural - Lei Municipal nº 343/2010	9
2.4 Código de Obra – Lei Municipal nº342/2010	9
3. EXPANSÃO URBANA, MEIO AMBIENTE E A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	12
4. CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS	25
4.1. Aspectos Sociodemográficos	25
4.2. Condições de moradia	30
4.3. Déficit habitacional	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Macrozoneamento Municipal.	3
Figura 2.2. Zoneamento urbano de Marquinho.	5
Figura 3.1. Áreas irregulares e perímetro da sede urbana de Marquinho.	12
Figura 3.2. Vetores irregulares e sede urbana de Marquinho.	13
Figura 3.3. Vetores irregulares e sede urbana de Marquinho: Vetor 3- Loteamento Folda.	15
Figura 3.4. Vetores irregulares e sede urbana de Marquinho: Vetor 4- Área Rural	17
Figura 3.5. Vetores irregulares e sede urbana de Marquinho: Vetor 5- Prolongamento da Rua Rodrigues de Quadros e da Rua Afonso Wolff.	18
Figura 3.6. Ruas sem pavimentação ou drenagem. Vetor 8- Área da Sede Urbana de Marquinho.	23
Figura 3.7. Ruas sem iluminação pública. Vetor 8- Área da Sede Urbana de Marquinho.	23

Figura 4.1. Pirâmide Etária de Marquinho (2010)	26
Figura 4.2. Classificação da dinâmica socioespacial e econômica dos municípios.	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZCR e considerações sobre a dinâmica atual.	5
Quadro 2.2. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZI e considerações sobre a dinâmica atual.	6
Quadro 2.3. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZR e considerações sobre a dinâmica atual.	7
Quadro 2.4. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZEU e considerações sobre a dinâmica atual.	7
Quadro 2.5. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZPP e considerações sobre a dinâmica atual.	8
Quadro 2.6. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da AVP e considerações sobre a dinâmica atual.	8
Quadro 2.7. Estrutura código de obras de Marquinho.	10
Quadro 3.1. Capacidade de infraestrutura vetor 1- Área Rural.	13
Quadro 3.2. Capacidade de infraestrutura vetor 2- Loteamento Vieira.	14
Quadro 3.3. Capacidade de infraestrutura vetor 3- Loteamento Folda.	16
Quadro 3.4. Capacidade de infraestrutura vetor 4- Área Rural	17
Quadro 3.5. Capacidade de infraestrutura vetor 5- prolongamento da Rua Rodrigues de Quadros e da Rua Afonso Wolff	19
Quadro 3.6. Capacidade de infraestrutura vetor 6- Loteamento Watio.	20
Quadro 3.7. Capacidade de infraestrutura vetor 7- Área Rural.	21
Quadro 3.8. Capacidade de infraestrutura vetor 8- Sede Urbana do Município	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1. Evolução da população entre 1970 a 2018.	25
Tabela 4.2. Distribuição da população por faixas etárias em 2010.	26
Tabela 4.3. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios – 2010.	29
Tabela 4.4. Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010.	29

Tabela 4.5. Indicadores e evolução do IDH-M de Marquinho-PR.	30
Tabela 4.6. Perfil de ocupação dos domicílios de Marquinho e no Paraná, em 2000 e 2010.	31
Tabela 4.7. Características dos domicílios particulares permanentes de Marquinho, em 2010.	32
Tabela 4.8. Situação dos domicílios de Marquinho, em 2010.	33
Tabela 4.9. Composição do déficit de Marquinho, em 2010	34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social;

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço;

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil;

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

ATI – Análise Temática Integrada;

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

FPJ – Fundação João Pinheiro

SISPEHIS – Sistema de Informações Sobre Necessidade Habitacionais do Paraná

1. APRESENTAÇÃO

A **Análise Temática Integrada (ATI)** se caracteriza como a leitura técnica do território de Marquinho, com objetivo de levantar: (i) uso e ocupação do solo atual, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; (ii) expansão urbana, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; e (iii) condições gerais de moradia e fundiárias.

Em atendimento ao Contrato nº 23/2021, a ATI integra a **2ª Fase** do projeto de revisão do Plano Diretor e das legislações urbanísticas complementares de Marquinho, estando dividida em três partes. Neste contexto, o presente relatório é dedicado à **Parte 2**, cujas informações coletadas foram sistematizadas e desenvolvidas em torno dos seguintes eixos temáticos:

i. **Uso e ocupação do solo atual, meio ambiente as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos**, considerando o resultado da **Parte 1**, avaliação e da adequação da dinâmica atual de uso e ocupação do solo, assim como a pertinência da legislação vigente, com destaque para:

- Plano Diretor (Lei Municipal nº 345/2010) e Lei do Perímetro Urbano (Lei Municipal nº 340/2010);
- Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal nº 346/2010);
- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Rural (Lei Municipal nº 343/2010); e
- Código de Obras (Lei Municipal nº 342/2010).

ii. **Expansão urbana, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos**, avaliação da adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana, sejam internas ou externas ao perímetro urbano de Marquinho, meio ambiente, o atendimento qualitativo e quantitativo e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, frente a dinâmica demográfica, imobiliária e das principais ou potenciais atividades produtivas do município;

iii. **Condições gerais de moradia e fundiárias**, considerando o resultado da **Parte 1**, avaliação da regularidade fundiária e suas condições de moradia, para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

Ao final do relatório, serão elaboradas as considerações finais frente aos principais desafios para a elaboração da revisão do Plano Diretor de Marquinho, com intuito de auxiliar na etapa prognóstica, objeto da **Parte 3** da **2ª Fase**.

Cumpre mencionar que a análise constante neste documento se encontra amparada em:

- Dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, bem como nas resoluções do Conselho Nacional da Cidade;
- Fontes secundárias amplamente reconhecidas;
- Mapas georreferenciados; e
- Informações prestadas pelos gestores públicos, ao longo dos meses fevereiro, março, abril e maio de 2022.

2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL, MEIO AMBIENTE AS CAPACIDADES DE ATENDIMENTO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Com extensão territorial de 511,147 Km², Marquinho apresenta baixíssima densidade demográfica (8,38 hab/Km²) e perfil majoritariamente rural, cujo grau de urbanização é de 10,52% (IPARDES 2010). O perímetro urbano ocupa 0,41% do território municipal, com uso predominante residencial, enquanto que a zona rural destaca-se pela presença de lavouras temporárias, especialmente a de soja.

Com base nesta breve descrição, o presente capítulo irá levantar as principais convergências e inconsistências da legislação urbanística vigente, frente a dinâmica atual do uso e da ocupação do solo do município.

2.1 Plano Diretor – Lei Municipal nº 345/2010 e Lei de Perímetro Urbano – Lei Municipal nº 340/2010

Conforme mencionado na **Parte 1** da Análise Temática Integrada o Plano Diretor de Marquinho divide o território municipal em **Seis Macrozonas** (Figura 2.1), fixando as regras fundamentais de ordenamento e definindo diretrizes para a utilização de instrumentos de ordenação de uso e ocupação do solo urbano e rural.

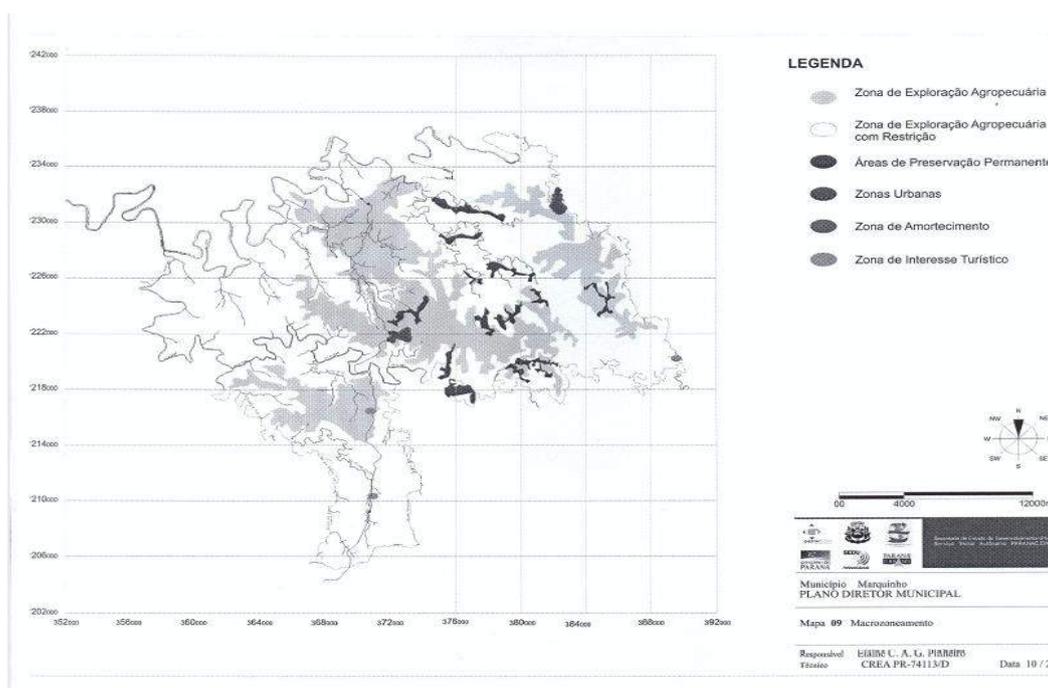


Figura 2.1. Macrozoneamento Municipal.

Fonte: Lei Municipal nº 344/2010.

A **Macrozona de Amortecimento** se refere a corredores de vegetação estabelecidos nas proximidades das zonas de ocupação.

A **Macrozona Interesse Turístico** corresponde as áreas a nordeste do município, e que estimulam as possibilidades econômicas relacionadas ao fornecimento da agricultura orgânica, da erva-mate, apicultura, atividade leiteira, atividade madeireira.

A **Macrozona de Preservação Permanente** refere-se as áreas protegidas por lei e que formam ecossistema de importância no meio ambiente natural, o qual compõe uma faixa de 30 m de cada lado de rios.

A **Macrozona de Unidade de Conservação** corresponde a área destinada a implementar o manejo da Reserva, revisando e corrigindo quando necessário, de modo a transforma-lo em modelo de RPPN, utilizando como centro de difusão de conhecimento e tecnologia para manejo de unidade de conservação e induzir para que o município receba o ICMS ecológico. Atualmente o município não implantou o manejo da Reserva, nem o ICMS ecológico.

A **Macrozona de Exploração Agropecuária** refere-se as áreas onde se tem a presença de produção alimentar e criação de animais, junto a áreas residenciais com baixo número de moradores.

A **Macrozona Agropecuária Restritiva** corresponde a áreas caracterizadas pela presença de produção de alimentos e criação de animais, junto a áreas residenciais com baixo número de moradores, os quais se situam em áreas que apresentam alta declividade.

Com base na análise do Macrozoneamento adotado, constata-se que as atuais divisões restringem a produção agropecuária em algumas áreas devido a modificação das leis ambientais. Atualmente é vigente a Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 que substitui alguns itens da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981) e do Código Florestal (Lei nº 4771/1965) quanto a redução da faixa obrigatória de preservação permanente e reserva legal, dentre outros. Portanto o presente Macrozoneamento se encontra defasado e necessita de atualização.

2.2 Lei de Uso e Ocupação do Solo - Lei Municipal nº 346/2010

Conforme o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Marquinhos, instituída pela Lei Municipal nº 346/2010, é responsável por delimitar zonas de uso e

ocupação na **Macrozona Urbana**. Desta forma, o território urbano se divide em **Seis Zonas** (Figura 2.2.), cuja principais características e a relação com a ocupação atual serão detalhadas a seguir.

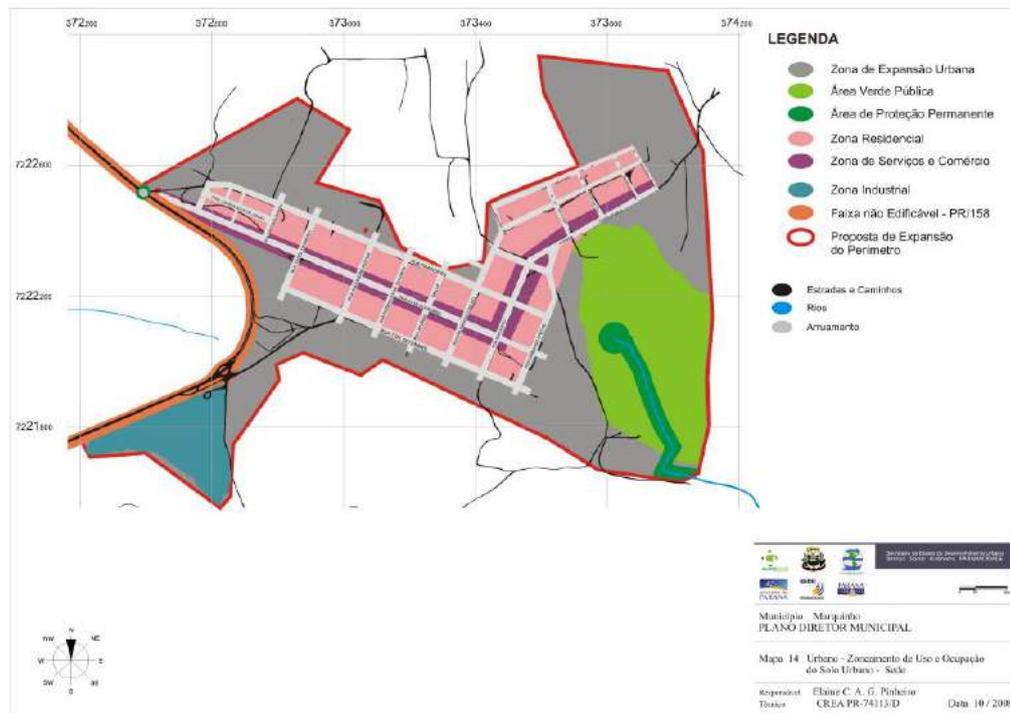


Figura 2.2. Zoneamento urbano de Marquinho.

Fonte: Lei Municipal nº 346/2010.

A **Zona de Comercio e Serviço - ZCR** o qual se situa ao longo da Rua XV de novembro ao norte, sul e leste, entre as zonas residenciais, incorporando os lotes localizados defronte para esta via até a profundidade do lote. Para esta zona, destaca-se os parâmetros de uso e ocupação elencados no Quadro 2.1.

Quadro 2.1. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZCR e considerações sobre a dinâmica atual.

Usos		Dinâmica Atual
Permitido	Serviço local e central	Condizente com os usos atuais
Tolerado	Residencial	
Ocupação		Dinâmica atual
Lote mínimo	300 m ² (não residencial)	Condizente com os usos atuais.

Taxa de ocupação máxima	0,80	Pontos de atenção, observando a ocupação atual: <ul style="list-style-type: none"> • Se possui uma grande restrição territorial aos comércios e serviços devido ao fato de a zona abrangente ser pequena. • Se tem a necessidade de ampliação da área destinada a comércio e serviço para incentivar o crescimento do setor.
Taxa de permeabilidade mínima	0,15	
Frente Mínima	12,00 m	
Gabarito de altura máxima	25 m	

Fonte: Lei Municipal nº 346/2010.

A **Zona Industrial – ZI** se destina a atividade industrial e tem como objetivo estabelecer e otimizar o parque industrial, estabelecendo a infraestrutura apropriada e a ocupação adequada do parcelamento desta zona. Para esta zona, destaca-se os parâmetros de uso e ocupação elencados no Quadro 2.2.

Quadro 2.2. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZI e considerações sobre a dinâmica atual.

Usos		Dinâmica Atual
Permitido	Industria de grande porte	Área ocupada por edificações residenciais
Tolerado	Indústria de médio porte	
Ocupação		Dinâmica atual
Lote mínimo	1000 m ²	Ocupado por edifícios residenciais
Taxa de ocupação máxima	0,80	Pontos de atenção, observando a ocupação atual: <ul style="list-style-type: none"> • A área não foi ocupada por indústrias. • Não há categorização distributiva dentro do zoneamento industrial quanto ao nível de impacto ambiental. • Não a políticas públicas de incentivo a implantação de indústrias.
Taxa de permeabilidade mínima	0,20	
Frente Mínima	20,00 m	

Fonte: Lei Municipal nº 346/2010.

A **Zona Residencial – ZR** se situa em duas áreas, a primeira ao norte limitada entre a ZEUA e a ZCS, a segunda ao sul entre a zona comercial ZCS e a zona de expansão urbana ZEUA. Para esta zona, destaca-se os parâmetros de uso e ocupação elencados no

Quadro 2.3.

Quadro 2.3. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZR e considerações sobre a dinâmica atual.

Usos		Dinâmica Atual
Permitido	Residencial	Condizente com os usos atuais
Tolerado	Comercial e serviço	
Ocupação		Dinâmica atual
Lote mínimo	300 m ²	Condizente com os usos atuais
Taxa de ocupação máxima	0,50	Pontos de atenção observando a ocupação atual: <ul style="list-style-type: none"> • A área já está consolidada e ocupadas • Necessário a ampliação das áreas destinadas a ocupação residencial e de comercio de baixo impacto.
Taxa de permeabilidade mínima	0,30	
Frente Mínima	12,00 m	
Gabarito de altura máxima	10,00 m	

Fonte: Lei Municipal nº 346/2010.

A **Zona de Expansão Urbana - ZEU** localizada nas margens do perímetro urbano, esta servira para a futura expansão da ocupação urbana da sede, sendo possível seu parcelamento após a ZR atingir 80% do total de ocupação definida na lei. Para esta zona, destaca-se os parâmetros de uso e ocupação elencados no Quadro 2.4.

Quadro 2.4. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZEU e considerações sobre a dinâmica atual.

Usos		Dinâmica Atual
Permitido	Residencial	Ponto de atenção, observando a ocupação atual: <ul style="list-style-type: none"> • A área já se encontra com 67% de ocupação. • Necessita de implantação de novos loteamentos • Necessário a ampliação das áreas destinadas a ocupação residencial e de comércios e serviços de baixo impacto
Tolerado	Comercial e serviços	

Fonte: Lei Municipal nº 346/2010.

A **Zona de Preservação Permanente - ZPP** corresponde as áreas de mata nativa e de fundo de vale dos rios localizados dentro do perímetro urbano. Para esta zona, destaca-se os parâmetros de uso e ocupação elencados no Quadro 2.5.

Quadro 2.5. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da ZPP e considerações sobre a dinâmica atual.

Usos	Dinâmica Atual
Nenhuma edificação e permitida nesta zona	<p>Ponto de atenção, observando a ocupação atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> Alguns pontos apresentam a necessidade de recuperação das matas ciliares ao longo dos percursos de rio e córregos.

Fonte: Lei Municipal nº 346/2010.

A **Zona de Área Verde Pública - AVP** se localiza na porção sudeste do município e corresponde as áreas de melhoria urbana. Para esta zona, destaca-se os parâmetros de uso e ocupação elencados no **Quadro 2.6.**

Quadro 2.6. Parâmetros de Uso e Ocupação do solo da AVP e considerações sobre a dinâmica atual.

Usos	Dinâmica Atual
Permitido	<p>Ponto de atenção, observando a ocupação atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> A área possui designação para a implantação do Parque Municipal, porém a mesma ainda não foi ocupada.
Tolerado	

Fonte: Lei Municipal nº 346/2010. Elaborado por Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Com base na análise realizada, constata-se que:

- O principal uso permitido na área urbana de Marquinho é o residencial, principalmente unifamiliar, o que é compatível com o perfil atual de ocupação.

- A zona de comércio e serviços – ZCS, encontra-se estagnada, não sendo possível a instalação de novos empreendimentos. Sendo necessário a criação de novas áreas onde se possa desenvolver tais atividades.
- Nos últimos anos a zona industrial não apresentou desenvolvimento.
- Se observa que na zona industrial – ZI, houve a construção de edificações residenciais, fazendo com que seja necessário a adequação destes e a implementação de uma nova zona industrial que apresente maior atratividade.
- Se faz necessário a implementação de políticas públicas de incentivo as indústrias para possibilitar o desenvolvimento industrial do município.
- Observa-se que a zona de áreas verde publica não apresenta ocupação e se limita a apenas uma porção no sudeste do município, sendo, portanto, necessário a implementação de novas áreas de parques para fomentar o turismo e lazer no município.

2.3 Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Rural - Lei Municipal nº 343/2010

Conforme já tratado na Parte 1 da ATI, o parcelamento do solo urbano e rural de Marquinho é regulamentado pela Lei Municipal nº 343/2010, como parte integrando do Plano Diretor Municipal, cujo objetivo é disciplinar os projetos e a execução de parcelamento do solo no município.

No que se refere ao seu impacto na ocupação de Marquinho, destacam-se: (i) definição de áreas onde não são permitidos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos; (ii) regras para o parcelamento do solo rural; (iii) destinação de área públicas; e (iv) cumprimento máximo das quadras. Tais aspectos foram respeitados pelas urbanizações implantadas nos últimos 12 anos no município.

Neste contexto, a sua revisão se constitui como oportunidade para atualizar seu conteúdo frente as novas modalidades de parcelamento instituída pela Lei Federal nº 13.465/2017.

2.4 Código de Obra – Lei Municipal nº 342/2010

O macrozoneamento, o zoneamento, a lei de parcelamento do solo e o código de obras se constituem como normativas com impacto direto na construção e uso do lote urbano, formando um sistema articulado que regulamenta a produção do espaço.

Em Marquinho, o Código de Obras é tratado pela Lei Municipal nº 342/2010, sendo o principal instrumento de controle da construção civil, regulando a aprovação e a execução de projetos e obras no município. O Quadro 2.7. apresenta a sua estrutura geral, composta por 81 artigos e 7 capítulos.

Quadro 2.7. Estrutura código de obras de Marquinho.

CÁPITULO I – Disposições Iniciais	
CÁPITULO II – Disposições administrativas e técnicas	SEÇÃO I - Licenças e Certificados
	SECAO II – Condições para a apresentação de projetos
	SECAO III – Aprovação do projeto
	SECAO IV – Do alvará de construção
	SECAO V – Certificado de conclusão de obra e laudo de vistoria técnica.
CÁPITULO III - Da execução e segurança das obras	SECAO I – Das instalações do canteiro de obras
	SECAO II – Escavações, movimentos de terra, arrimo e drenagens
CAPITULO IV – Das edificações	
CAPITULO V – Das instalações das edificações	
CAPITULO VI - Penalidades	SECAO I - Generalidades
	SECAO II – Atuação e multas
	SECAO III – Embargos
	SECAO IV - Interdição
	SECAO V - Demolição
CAPITULO VII – Disposições finais	
ANEXOS	Quadro I - Residenciais
	Quadro II – Casas populares
	Quadro III – Edifícios comerciais
	Quadro IV – Edifícios de habitação coletiva

Fonte: Lei Municipal nº342/2010. Elaborado por Farol 14 consultoria em projetos,2022.

O código de obra de Marquinho inicia-se estabelecendo as definições dos tipos de obras que põem ser realizadas no município, através desta definição se estabelece quais obras estão isentas da necessidade de anotação do responsável técnico legalmente habilitado e de taxa de alvará. Sendo apenas necessário a licença municipal.

A lei conta com anexos específicos que tratam do dimensionamento de área

mínima, iluminação, ventilação, pé direito e profundidade para residências, edificações comerciais e de habitação coletiva, além de estabelecer áreas mínimas, larguras mínimas, pé direito mínimo e larguras de portas para casas populares. Neste quesito, importante mencionar a instituição da NBR 15.575 em 2013, que dispõe sobre a Norma de Desempenho, onde vários critérios que embasam a construção civil foram regulados a nível nacional, abordando inclusive a elaboração de projetos e a especificação de materiais, que inclui o conhecimento do comportamento em uso dos diversos componentes, elementos e sistemas construtivos que compõem as edificações. Esta norma estabelece algumas exigências no quesito de conforto e qualidade em cada um dos sistemas que compõem uma edificação: estrutura, vedações, pisos, instalações e coberturas. A partir dela, tornou-se possível realizar a divisão correta das responsabilidades entre projetistas, construtores, usuários e até mesmo fabricantes de produtos da construção civil.

As instalações de águas pluviais, de mecanismos para contenção de cheias, hidráulico-sanitárias, de depósito de lixo são regulamentadas pelo Código de Obras. As questões elétricas, de gás, antenas, de para-raios, proteção contra incêndio, telefônicas também aparecem na legislação, porém remetendo a observância das Normas Brasileiras que tratam do tema.

O Capítulo VI dispõe sobre as penalidades a serem impostas diante das infrações cometidas na obra, sendo previstos embargo, multa (valores variam de 10 a 100 Unidade padrão fiscal, sendo definida de acordo com a complexidade e o andamento da obra), interdição e edificação ou dependências e até demolição do imóvel.

Observa-se que a revisão do código de obra se constitui como uma oportunidade para incorporar os parâmetros e as restrições impostas por norma já instituídas por órgãos reconhecidos (à exemplo das Normas de Procedimentos Técnicos do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná), se fazendo assim uma atualização e complementação de informações que se encontram defasadas e/ou faltantes trazendo-as para a realidade do município.

3. EXPANSÃO URBANA, MEIO AMBIENTE E A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

O presente capítulo tem como objetivo identificar e analisar os potenciais vetores de expansão urbana de Marquinho, considerando a capacidade de infraestrutura e serviços públicos disponíveis para atendimento dos novos moradores, tendo como subsídio a leitura técnica elaborada na **Parte 1 da ATI**.

As principais variáveis identificadas no município e que atuam para impulsionar a ocupação, podendo ou não interagir entre si, são: (i) proximidade com a mancha urbana e (ii) ações promovidas pelo Poder Público Local.

Foi constatado áreas de construções fora do perímetro urbano. Embora estas áreas possam representar uma expansão urbana, os loteamentos foram feitos de forma irregular podendo-se observar a presença de diversas áreas no interior do perímetro urbano que se encontram em situação de irregularidade. Também há áreas loteadas, mas com ocupação irregular, o conforme apresenta a Figura 3.1.



Figura 3.1. Áreas irregulares e perímetro da sede urbana de Marquinho.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2022; Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Para fins de identificação e análise dessas áreas irregulares, as mesmas foram identificadas com a numeração de 1 a 8, conforme a Figura 3.2. Utilizou-se a numeração 8 para identificar as áreas de ocupação regular para análise.

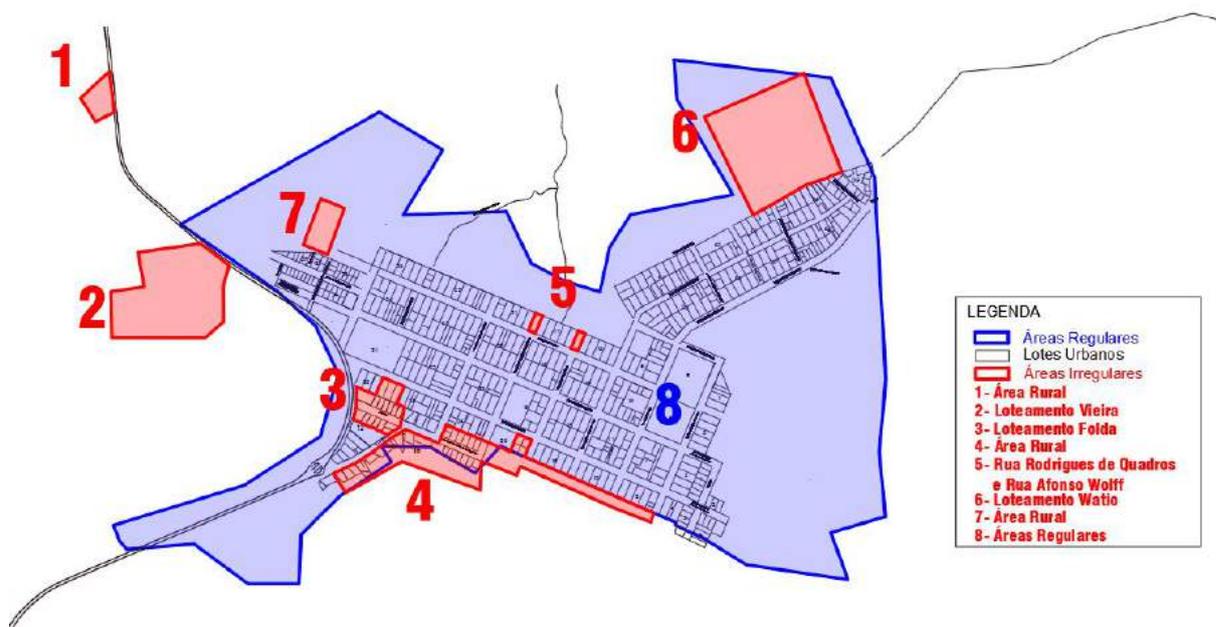


Figura 3.2. Vetores irregulares e sede urbana de Marquinho.

fonte: GOOGLE EARTH, 2022; Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O vetor 1 corresponde a uma área rural que se encontra fora do perímetro urbano. A ocupação se desenvolve as margens da BR -158 no sentido a Palmital. Em termos de disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos o vetor se encontra próximo a mancha urbana existente, sendo observado os serviços ofertados no quadro 3.1.

Quadro 3.1. Capacidade de infraestrutura vetor 1- Área Rural.

Infraestrutura e serviço público	Características da área
Infraestrutura Pública	A área não é atendida pela rede de abastecimento de água
	Marquinho não possui rede coletora e tratamento dos efluentes no município. Assim, o empreendedor deverá prever modos alternativos de tratamento de esgoto.
	A área não é atendida pela coleta de tratamento de resíduos sólidos e varrição pública.
	Não há pavimentação primária e o sistema de drenagem é inexistente.
	Não há iluminação pública.

Infraestrutura e serviço público	Características da área
Educação	Toda a áreas próximas a sede são atendidas pelo Colégio Estadual João Rysicz (ensino fundamental 2 e médio), pelo CMEI Sebastiao Batista de Franca e Escola Municipal Rui Barbosa (ensino fundamental 1)
Saúde	Os equipamentos e infraestruturas sociais disponíveis apresentam-se com bons níveis de atendimento.
Assistência social	
Cultura, esporte e lazer	
Segurança	

Fonte: Prefeitura Municipal de Marquinho, 2022; Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O vetor 2 corresponde ao Loteamento Vieira que se encontra fora do perímetro urbano. A ocupação se desenvolve as margens da BR -158 no sentido a Palmital. Em termos de disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos o vetor se encontra próximo a mancha urbana existente, sendo observado os serviços ofertados no quadro 3.2.

Quadro 3.2. Capacidade de infraestrutura vetor 2- Loteamento Vieira.

Infraestrutura e serviço público	Características da área
Infraestrutura Pública	A área é 100% atendida pela rede de abastecimento de água, devendo o responsável pelo projeto, seja entidade pública ou administração direta ou indireta, providenciar a ligação do empreendimento ao sistema público.
	Marquinho não possui rede coleta e tratamento dos efluentes no município. Assim, o empreendedor deverá prever modos alternativos de tratamento de esgoto.
	A área é atendida pela coleta de tratamento de resíduos sólidos e variação pública, de responsabilidade da prefeitura.
	Não há pavimentação primária e o sistema de drenagem é inexistente.

	100% dos domicílios são atendidos pela iluminação pública. Dessa forma, o empreendedor deverá implantar a infraestrutura necessária para se conectar à rede existente, conforme normas da concessionária (atualmente é a COPEL)
Educação	Toda a áreas próximas a sede são atendidas pelo Colégio Estadual João Rysicz (ensino fundamental 2 e médio), pelo CMEI Sebastiao Batista de Franca e Escola Municipal Rui Barbosa (ensino fundamental 1)
Saúde	Os equipamentos e infraestruturas sociais disponíveis apresentam-se com bons níveis de atendimento.
Assistência social	
Cultura, esporte e lazer	
Segurança	

Fonte: Prefeitura Municipal de Marquinho, 2022; Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Já o vetor 3 se apresenta com áreas dentro do perímetro urbano e corresponde ao Loteamento Folda. A ocupação irregular do loteamento se desenvolveu na mancha urbana e em termos de disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos, observa-se a oferta no quadro 3.3.



Figura 3.3. Vetores irregulares e sede urbana de Marquinho: Vetor 3- Loteamento Folda.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2022; Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Quadro 3.3. Capacidade de infraestrutura vetor 3- Loteamento Folda.

Infraestrutura e serviço público	Características da área
	A área é 100% atendida pela rede de abastecimento de água, devendo o responsável pelo projeto, seja entidade pública ou administração direta ou indireta, providenciar a ligação do empreendimento ao sistema público.
Infraestrutura Pública	Marquinho não possui rede coleta e tratamento dos efluentes no município. Assim, o empreendedor deverá prever modos alternativos de tratamento de esgoto.
	A área é atendida pela coleta de tratamento de resíduos sólidos e variação pública, de responsabilidade da prefeitura.
	Há pavimentação asfáltica e drenagem nas Ruas 7 de Setembro e Alexandre Nestor. Na rua 01 não há pavimentação primária nem rede de drenagem
	Há iluminação pública nas Ruas 7 de Setembro e Alexandre Nestor. Na Rua 01 não há iluminação pública, mas há ligação de todas as edificações com a rede de concessionária existente (COPEL).
Educação	Toda a áreas próximas a sede são atendidas pelo Colégio Estadual João Rysicz (ensino fundamental 2 e médio), pelo CMEI Sebastiao Batista de Franca e Escola Municipal Rui Barbosa (ensino fundamental 1)
Saúde	Os equipamentos e infraestruturas sociais disponíveis apresentam-se com bons níveis de atendimento.
Assistência social	
Cultura, esporte e lazer	
Segurança	

Fonte: Prefeitura Municipal de Marquinho, 2022; Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Já o vetor 4 se apresenta inserido no perímetro urbano e corresponde a uma área de ocupação rural irregular. Em termos de disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos a ocupação se encontra próximo a mancha urbana existente, sendo observado os serviços ofertados no quadro 3.3.

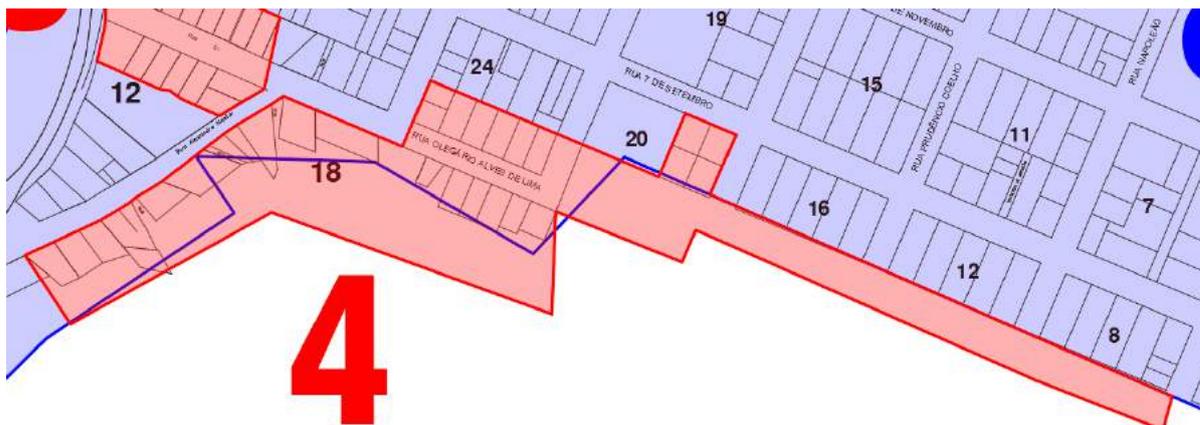


Figura 3.4. Vetores irregulares e sede urbana de Marquinho: Vetor 4- Área Rural

Fonte: GOOGLE EARTH, 2022; Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Quadro 3.4. Capacidade de infraestrutura vetor 4- Área Rural

Infraestrutura e serviço público	Características da área
Infraestrutura Pública	A área é 100% atendida pela rede de abastecimento de água, devendo o responsável pelo projeto, seja entidade pública ou administração direta ou indireta, providenciar a ligação do empreendimento ao sistema público.
	Marquinho não possui rede coleta e tratamento dos efluentes no município. Assim, o empreendedor deverá prever modos alternativos de tratamento de esgoto.
	A área é atendida pela coleta de tratamento de resíduos sólidos e variação pública, de responsabilidade da prefeitura.
	Há pavimentação asfáltica e drenagem.
Educação	Há iluminação pública em 50% das ruas de ligação à ocupação, mas há ligação de todas as edificações com a rede de concessionária existente (COPEL).
Saúde	Toda a áreas próximas a sede são atendidas pelo Colégio Estadual João Rysicz (ensino fundamental 2 e médio), pelo CMEI Sebastiao Batista de Franca e Escola Municipal Rui Barbosa (ensino fundamental 1)
Saúde	Os equipamentos e infraestruturas sociais disponíveis

Infraestrutura e serviço público	Características da área
Assistência social	apresentam-se com bons níveis de atendimento.
Cultura, esporte e lazer	
Segurança	

Fonte: Prefeitura Municipal de Marquinho, 2022; Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O vetor 5 se apresenta inserido no perímetro urbano e corresponde a uma área de ocupação irregular no prolongamento da Rua Rodrigues de Quadros e da Rua Afonso Wolff. Em termos de disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos a ocupação se encontra na mancha urbana existente, sendo observado os serviços ofertados no quadro 3.5.



Figura 3.5. Vetores irregulares e sede urbana de Marquinho: Vetor 5- Prolongamento da Rua Rodrigues de Quadros e da Rua Afonso Wolff.

FONTE: GOOGLE EARTH, 2022; Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Quadro 3.5. Capacidade de infraestrutura vetor 5- prolongamento da Rua Rodrigues de Quadros e da Rua Afonso Wolff

Infraestrutura e serviço público	Características da área
	A área é 100% atendida pela rede de abastecimento de água, devendo o responsável pelo projeto, seja entidade pública ou administração direta ou indireta, providenciar a ligação do empreendimento ao sistema público.
Infraestrutura Pública	Marquinho não possui rede coleta e tratamento dos efluentes no município. Assim, o empreendedor deverá prever modos alternativos de tratamento de esgoto.
	A área é atendida pela coleta de tratamento de resíduos sólidos e variação pública, de responsabilidade da prefeitura.
	Há pavimentação asfáltica e drenagem.
	Há iluminação pública e ligação de todas as edificações com a rede de concessionária existente (COPEL).
Educação	Toda a áreas próximas a sede são atendidas pelo Colégio Estadual João Rysicz (ensino fundamental 2 e médio), pelo CMEI Sebastiao Batista de Franca e Escola Municipal Rui Barbosa (ensino fundamental 1)
Saúde	Os equipamentos e infraestruturas sociais disponíveis apresentam-se com bons níveis de atendimento.
Assistência social	
Cultura, esporte e lazer	
Segurança	

Fonte: Prefeitura Municipal de Marquinho, 2022; Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O vetor 6 se apresenta inserido no perímetro urbano e corresponde a uma área de ocupação irregular chamada de Loteamento Watio que corresponde a 2ª etapa de regulamentação do Bairro Roziski a ser realizada. Em termos de disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos a ocupação se encontra na mancha urbana existente, sendo observado os serviços ofertados no quadro 3.6.

Quadro 3.6. Capacidade de infraestrutura vetor 6- Loteamento Watio.

Infraestrutura e serviço público	Características da área
	A área é 100% atendida pela rede de abastecimento de água, devendo o responsável pelo projeto, seja entidade pública ou administração direta ou indireta, providenciar a ligação do empreendimento ao sistema público.
Infraestrutura Pública	Marquinho não possui rede coleta e tratamento dos efluentes no município. Assim, o empreendedor deverá prever modos alternativos de tratamento de esgoto.
	A área é atendida pela coleta de tratamento de resíduos sólidos e variação pública, de responsabilidade da prefeitura.
	Não há pavimentação e nem drenagem.
	Há iluminação pública em 70% das ruas e ligação de todas as edificações com a rede de concessionária existente (COPEL).
Educação	Toda a áreas próximas a sede são atendidas pelo Colégio Estadual João Rysicz (ensino fundamental 2 e médio), pelo CMEI Sebastiao Batista de Franca e Escola Municipal Rui Barbosa (ensino fundamental 1)
Saúde	Os equipamentos e infraestruturas sociais disponíveis apresentam-se com bons níveis de atendimento.
Assistência social	
Cultura, esporte e lazer	
Segurança	

Fonte: Prefeitura Municipal de Marquinho, 2022; Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O vetor 7 se apresenta inserido no perímetro urbano e corresponde a uma área de ocupação irregular de uma área rural. Em termos de disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos a ocupação se encontra próxima a mancha urbana existente, sendo observado os serviços ofertados no quadro 3.7.

Quadro 3.7. Capacidade de infraestrutura vetor 7- Área Rural.

Infraestrutura e serviço público	Características da área
	A área é 100% atendida pela rede de abastecimento de água, devendo o responsável pelo projeto, seja entidade pública ou administração direta ou indireta, providenciar a ligação do empreendimento ao sistema público.
Infraestrutura Pública	Marquinho não possui rede coleta e tratamento dos efluentes no município. Assim, o empreendedor deverá prever modos alternativos de tratamento de esgoto.
	A área é atendida pela coleta de tratamento de resíduos sólidos e variação pública, de responsabilidade da prefeitura.
	Há pavimentação primária, e drenagem na Rua Tiradentes, que faz frente a ocupação
	Há iluminação somente na Rua Tiradentes, porém há ligação de todas as edificações com a rede de concessionária existente (COPEL).
Educação	Toda a áreas próximas a sede são atendidas pelo Colégio Estadual João Rysicz (ensino fundamental 2 e médio), pelo CMEI Sebastiao Batista de Franca e Escola Municipal Rui Barbosa (ensino fundamental 1).
Saúde	Os equipamentos e infraestruturas sociais disponíveis apresentam-se com bons níveis de atendimento.
Assistência social	
Cultura, esporte e lazer	
Segurança	

Fonte: Prefeitura Municipal de Marquinho, 2022; Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O vetor 8 se trata da área consolidada e regular pertencente a sede do município, onde é possível constatar a devida distribuição das edificações conforme as zonas definidas pela Lei Municipal nº 346/2010. Esta área é atendida por infraestruturas e serviços públicos municipais, conforme Quadro 3.8.

Quadro 3.8. Capacidade de infraestrutura vetor 8- Sede Urbana do Município

Infraestrutura e serviço público	Características da área
	<p>A área é 100% atendida pela rede de abastecimento de água, devendo o responsável pelo projeto, seja entidade pública ou administração direta ou indireta, providenciar a ligação do empreendimento ao sistema público.</p>
Infraestrutura Pública	<p>Marquinho não possui rede coleta e tratamento dos efluentes no município. Assim, o empreendedor deverá prever modos alternativos de tratamento de esgoto.</p>
	<p>A área é atendida pela coleta de tratamento de resíduos sólidos e variação pública, de responsabilidade da prefeitura.</p>
	<p>Há pavimentação primária e drenagem em todas as ruas, exceto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 40% da Rua João Eupa - Prolongamento da Rua 7 de Setembro - Prolongamento da Rua XV de Novembro - Rua "A" - 10% da Rua Alexandre Nestor
	<p>Há iluminação pública em todas as ruas, exceto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 40% da Rua João Eupa - 60% da Rua Firmino Cardoso - 40% da Rua Germano Steche - Prolongamento da Rua 7 de Setembro - 10% da Rua 7 de Setembro - Prolongamento da Rua XV de Novembro - Rua "A" - 10% da Rua Alexandre Nestor <p>Há ligação de todas as edificações com a rede de concessionária existente (COPEL).</p>
Educação	<p>Toda a áreas próximas a sede são atendidas pelo Colégio Estadual João Rysicz (ensino fundamental 2 e médio), pelo CMEI Sebastiao Batista de Franca e Escola Municipal Rui Barbosa (ensino fundamental 1).</p>
Saúde	<p>Os equipamentos e infraestruturas sociais disponíveis apresentam-se com bons níveis de atendimento.</p>
Assistência social	
Cultura, esporte e lazer	
Segurança	

Fonte: Prefeitura Municipal de Marquinho, 2022;



Figura 3.6. Ruas sem pavimentação ou drenagem. Vetor 8- Área da Sede Urbana de Marquinho.

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.



Figura 3.7. Ruas sem iluminação pública. Vetor 8- Área da Sede Urbana de Marquinho.

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Diante das informações apresentadas e da conformação da mancha urbana, consolidada, e da localização dos vetores analisados, situados às margens da ocupação já existente, é possível afirmar que a infraestrutura e os equipamentos implantados e disponíveis, em geral, atenderão a demanda futura, à exceção de algumas infraestruturas que ainda necessitam de melhoras ou de aplicação:

- Esgotamento sanitário, inexistente no município;
- Falta de pavimentação, iluminação e drenagem nas áreas que devem ser regularizadas;
- Falta de pavimentação, iluminação e drenagem em algumas ruas de ocupação regular.

Em 2021 a Prefeitura Municipal emitiu o Ofício nº150/2021 solicitando a retomada do projeto de esgoto sanitário para o Município de Marquinho. A Sanepar, empresa responsável pela concessão, respondeu através de ofício que há previsão de elaboração dos projetos de esgoto para os anos 2025-2026 com a elaboração dos projetos básicos e complementares para a implantação compreendendo 15.300 metros de redes coletoras, 763 ligações prediais, 6.700 metros de interceptores, 2 estações elevatórias e respectivas linhas de recalque, além de implantação de ETE, e previsão de execução das obras civil e elétrica nos anos de 2027-2028.

4. CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS

Este capítulo tem como objetivo analisar as condições de moradia de Marquinho, com foco no levantamento de informações que tratam da garantia dos direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

4.1. Aspectos Sociodemográficos

O município de Marquinho, segundo o Censo Demográfico do IBGE (Tabela 4.1), em 2000 possuía 5.659 habitantes, já em 2010 registrou 4.981 habitantes, já em 2021, o município conta com uma população estimada de 4.283 habitantes (IPARDES, 2022), resultando em uma densidade demográfica de 8,38 habitantes/km².

Desde a década de 2000 o município vem sofrendo uma diminuição da população, sendo que sua taxa de crescimento geométrico populacional urbano de 2000 a 2010, apresentou taxa negativa de crescimento anual de -0,8%, e a rural apresentou uma taxa negativa de crescimento anual de -1,32%. No censo populacional estimado pelo IPARDES de 2021 o município apresenta uma estimativa de diminuição da população em 14% em relação à 2010.

Isso mostra a progressão de uma constatação realizada em 2019 na Análise Temática Integrada (ATI), quando destacou-se que: “Segundo os resultados da projeção o crescimento populacional tende a decrescer no município”.

Tabela 4.1. **Evolução da população entre 1970 a 2018.**

Período	Urbana	%	Rural	%	Total
2000	568	10,04	5.091	89,96	5.659
2010	524	10,52	4.457	89,48	4.981
2021					4.283

* Não divulgados; ** Estimativa IPARDES (2021);

Na composição da população por sexo de 2010, observa-se um comportamento contrário a tendência média do conjunto do Estado, pois é possível observar que na faixa etária acima dos 40 anos, o predomínio numérico e da população masculina, sendo notado

que nas faixas etárias mais jovens também apresentam uma população masculina maior que a feminina (Figura 4.1 e Tabela 4.2)

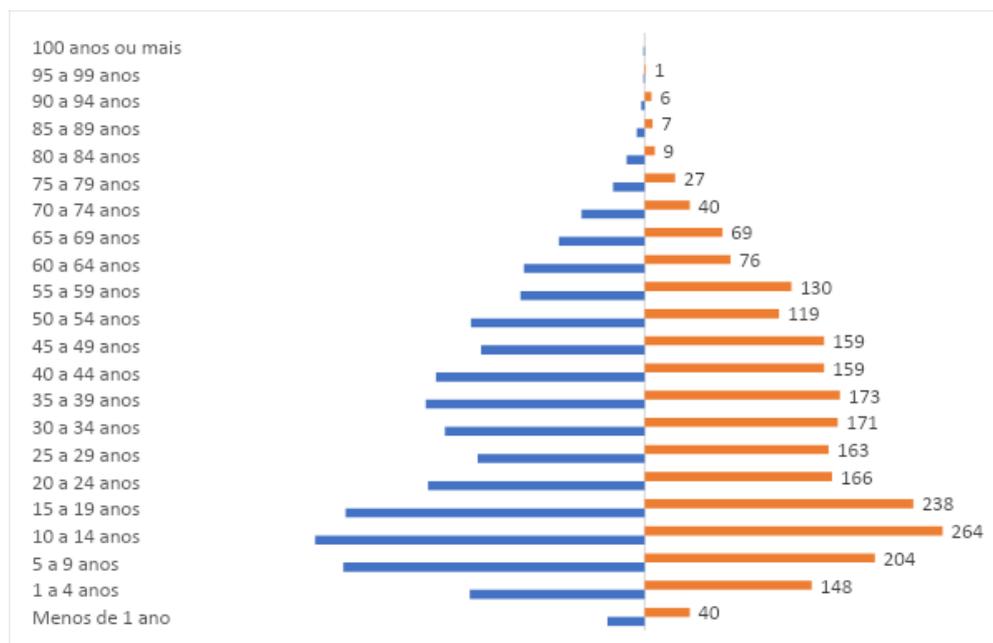


Figura 4.1. Pirâmide Etária de Marquinho (2010)

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

Tabela 4.2. Distribuição da população por faixas etárias em 2010.

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	188	188	376
5 a 9 anos	267	204	471
10 a 14 anos	292	264	556
15 a 19 anos	265	238	508
20 a 24 anos	192	166	358
25 a 29 anos	148	163	311
30 a 39 anos	371	344	715
40 a 49 anos	330	318	648
50 a 59 anos	264	249	513
60 a 69 anos	183	145	328
70 anos ou mais	112	90	202
Total	2.612	2.369	4.981

Fonte: IBGE, 2010.

Com base nas metodologias de classificação dos municípios, considerando indicadores de realidade social (influência das cidades) e econômica, desenvolvidos, respectivamente, pelo IBGE, no estudo *Região de Influência das Cidades – REGIC* (IBGE, 2018) e pelo IPARDES no estudo *Os Vários Paranás* (IPARDES, 2017), foi elaborada uma proposta de classificação dos municípios paranaenses por COSTA (2014), levando em consideração a dinâmica socioespacial e econômica. Esta dinâmica levou em consideração 05 (cinco) novos indicadores: influência das cidades, relevância econômica, índice IPARDES de Desempenho Municipal – IPDM, taxa de pobreza e crescimento geométrico da população.

Desse modo, Marquinho recebeu a classificação de município “periférico” (Figura 4.2.). Nos municípios periféricos a redução da população foi o principal problema verificado. O processo de esvaziamento está diretamente relacionado com a nova dinâmica capitalista colocada em prática a partir de meados da década de 1970 no Brasil e no Paraná com o objetivo de ampliar os fluxos de capital. Um dos seus desdobramentos foi a modernização da agricultura. (COSTA, 2014).

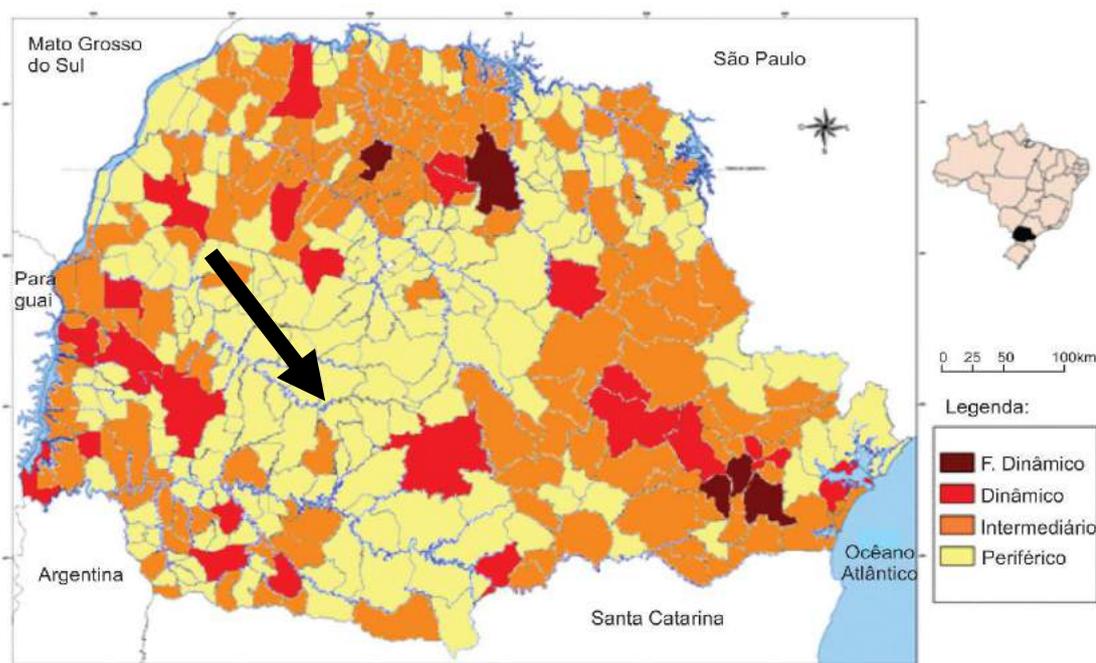


Figura 4.2. Classificação da dinâmica socioespacial e econômica dos municípios.

Fonte: COSTA, 2014 (com base em IBGE)

A modernização liberou o homem do trabalho braçal pesado no campo, por outro lado desarticulou a dinâmica de crescimento populacional e econômico pré-existente, estimulando a redução das pequenas propriedades familiares e a ampliação das médias e grandes fazendas produzindo para exportação. Mesmo reduzidas as pequenas propriedades familiares apresentam papel fundamental, por isso devem ser (re)valorizadas e incentivadas a produzir.

Os municípios periféricos também estão subordinados a ações e comandos exógenos ao seu território. As principais decisões são tomadas em outros pontos do território nacional ou até mesmo vêm de fora do país. Outro aspecto verificado foi a perda de centralidade e de funções urbanas elementares para atender as necessidades básicas da população. A centralidade está relacionada com a complexidade, quantidade e qualidade dos serviços prestados e mercadorias comercializadas. Nos municípios periféricos os serviços e as mercadorias disponíveis para a população algumas vezes não atingem as necessidades básicas, tornando-se necessário o descolamento da população para os municípios intermediários, dinâmicos ou fortemente dinâmicos para atendimento médico, cursos técnicos, curso superior, compras, serviços e atividades culturais.

Municípios como Marquinho apresentam sérios problemas socioeconômicos (desemprego, baixos salários, baixa qualificação profissional, esvaziamento populacional). Em muitos casos a população rural é significativa, variando entre 40% e 60% da população total, o que torna necessário políticas comprometidas com o rural e o urbano. Em Marquinho, a população rural em 2010 correspondia a 89,48% da população total. (COSTA, 2014).

Além do esvaziamento populacional e da subordinação territorial; a renda baixa, a dificuldade em obter empregos – especialmente para os mais jovens – e o pequeno apoio oferecido pelo Estado estabelece uma situação crítica que exige esforços redobrados para ser superada. (COSTA, 2014).

No que se refere às estruturas públicas que atendem estes domicílios, como abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo, o município atende mais de 84% da população (Tabela 4.3).

Tabela 4.3. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios – 2010.

Características	Nº de domicílios
Número de domicílios particulares permanentes	1.432
Abastecimento de água (Água canalizada)	1.374
Esgotamento sanitário (Banheiro ou sanitário)	1.390
Destino do lixo (Coletado)	679
Energia elétrica	1.402

Fonte: IPARDES, 2021.

Quando se buscam os dados relacionados à taxa de analfabetismo, observa-se que o mesmo se encontra superior à média do estado de 6,28%. Nota-se que a maior concentração de analfabetos do município se apresenta na população adulta com idade acima de 25 anos. conforme Tabela 4.4.

Tabela 4.4. Taxa de analfabetismo segundo faixa etária – 2010.

FAIXA ETÁRIA (anos)	TAXA (%)
De 15 ou mais	13,97
De 15 a 19	1,99
De 20 a 24	3,91
De 25 a 29	6,43
De 30 a 39	7,55
De 40 a 49	14,97
De 50 e mais	29,94

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Em relação ao crescimento do município, o mesmo apresenta em 2020 uma taxa bruta de natalidade de 12,90 por mil habitantes e de mortalidade geral de 4,84 por mil habitantes (IPARDES, 2022), resultando em um crescimento de 8,06 por mil.

Considerando os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M): Esperança de vida ao nascer; Taxa de frequência escolar (pessoas de 7 a 22 anos); Taxa de alfabetização de adultos; e Renda per capita, observa-se que o melhor desempenho está associado à realização de políticas públicas, especialmente na área da educação (Tabela 4.6).

Nota-se, diante dos dados, que a expectativa de vida no município aumentou nos últimos anos, destacando a melhoria do atendimento de serviços básicos de saúde. Da mesma forma, no setor da educação, a alfabetização e a frequência bruta escolar também aumentaram, dado percebido no IDH-M Educação.

Tabela 4.5. Indicadores e evolução do IDH-M de Marquinho-PR.

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	66,59 anos	68,43 anos	73,83 anos
Taxa de alfabetização de adulto	80,18	82,26	86,03
Taxa bruta de frequência escolar	0,04	0,26	0,63
Renda per capita	100,17(1,00)	216,85(1,00)	366,30(1,00)
IDHM-L longevidade	0,693	0,724	0,814
IDHM-E educação	0,042	0,211	0,463
IDHM-R renda	0,406	0,530	0,615
IDH-M	0,228	0,433	0,614
Classificação IDH-M na UF	396	395	389
Classificação nacional IDH-M	5.220	4.220	3.820

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP, IPARDES

Como o incentivo governamental e o surgimento de mais empresas no município, a renda bruta per capita evoluiu, o que é refletido no IDH-M Renda.

4.2. Condições de moradia

Com base nos últimos dados censitários disponíveis, de 2010, Marquinho contava com 1.617 domicílios, dos quais 188 eram urbanos (12%) e 1.429 rurais (88%), cujas condições de ocupação estão detalhadas na Tabela 4.6.

Tabela 4.6. Perfil de ocupação dos domicílios de Marquinho e no Paraná, em 2000 e 2010.

Condições de ocupação Domicílios Particulares Permanentes	Marquinho				Paraná			
	2000		2010		2000		2010	
	Total	Partic. %	Total	Partic. %	Total	Partic. %	Total	Partic. %
Próprio	1.039	79,68%	1.170	81,70%	1.966.749	73,85%	2.360.350	71,56%
Alugado	16	1,22%	43	3,00%	370.260	13,90%	611.793	18,55%
Cedido	249	19,1%	190	13,27%	300.039	11,27%	304.107	9,22%
Outra Condição	-	0,0%	29	2,03%	25.985	0,98%	22.047	0,67%
Total	1.304	100%	1.432	100%	2.663.033	100%	3.298.297	100%

Fonte: IPARDES, 2021. Elaboração: Farol 14 Consultoria em projetos, 2022.

Nota-se que Marquinho apresentou aumento na quantidade de domicílios próprio entre 2000 e 2010, representando a maior parcela dentre as demais condições analisadas (81,70%), semelhante ao indicador estadual. Os imóveis residenciais alugados ou cedidos representavam 16,27% do total existente no município, em 2010 – queda de 4,05% quando comparado ao ano de 2000, reflexo do aumento do acesso ao crédito imobiliário para aquisição da casa própria.

A Tabela 4.7 mostra as condições das habitações particulares permanentes de Marquinho, considerando as seguintes características:

- **Domicílios rústicos**, sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada (materiais duráveis), o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das suas condições de insalubridade (ex. taipas sem revestimento e madeira aproveitada); e
- **Acesso à infraestrutura:** água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e existência de sanitário/banheiro.

Tabela 4.7. Características dos domicílios particulares permanentes de Marquinho, em 2010.

Características dos Domicílios Particulares Permanentes		2010	
		Total	%
Total de Domicílios Particulares Permanentes		1.432	100%
Domicílios precários	Revestimento paredes externas - Material durável (alvenaria com revestimento e sem revestimento, madeira aparelhada, taipa revestida)	1.415	98,81%
	Revestimento paredes externas - Material não durável (Taipa não revestida)	17	1,19%
Acesso à infraestrutura	Esgotamento Sanitário - Tinham Banheiro ou Sanitário	1.390	97,07%
	Esgotamento Sanitário - Não Tinham Banheiro ou Sanitário	42	2,93%
	Energia Elétrica - Tinham	1.402	97,91%
	Energia Elétrica - Não Tinham	30	2,09%
	Destino do Lixo – Coletado	679	47,42%
	Destino do Lixo – Outro (1)	754	52,28%
	Tinham Água Canalizada	1.374	96,22%
	Não Tinham Água Canalizada	54	3,78%
Total de domicílios com inadequação habitacional		896	62,57%

(1) Outro destino do lixo: Queimado - na propriedade: quando o lixo do domicílio era queimado no terreno ou na propriedade em que se localizava o domicílio; Enterrado - na propriedade: quando o lixo do domicílio era enterrado no terreno ou na propriedade em que se localizava o domicílio ;Jogado em terreno baldio ou logradouro: quando o lixo do domicílio era jogado em terreno baldio ou logradouro público; Jogado em rio, lago ou mar: quando o lixo do domicílio era jogado nas águas de rio, lago ou mar.

(2) Em destaque: características dos domicílios que denotam inadequabilidade habitacional.

Fonte: IPARDES, 2022; IBGE, 2022; FJP, 2022. Elaboração: Faro 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Considerando a metodologia da FJP (2021), os indicadores apresentados acima, disponíveis para o recorte municipal no Censo IBGE 2010, visam dimensionar a

quantidade de moradias, num determinado momento, que não estão conseguindo atender o “direito” de “acesso” a um conjunto de serviços habitacionais que sejam, pelo menos, básicos.

Neste contexto, Marquinho apresentou, em 2010, **896 domicílios com inadequabilidade habitacional**, com destaque para a presença de: (i) destinação irregular do lixo (52,28% do total). Este levantamento é importante para direcionar as ações dos programas sociais e habitacionais a serem implantados na localidade.

Ademais, o município **não conta com sistema específico de esgotamento sanitário**, sendo que os domicílios são obrigados a utilizarem métodos alternativos para destinação dos dejetos - fossa séptica/rudimentar/negra ou despejo in natura no solo ou em cursos d’água, com impacto direto na contaminação e poluição dos solos e dos rios. Este dado evidencia a urgente necessidade de investimentos na realização de obras de implantação de rede de coleta e tratamento de esgotos em Marquinho.

4.3. Déficit habitacional

Adicionalmente aos dados levantados sobre a inadequabilidade habitacional (déficit qualitativo), integra o dimensionamento do déficit habitacional de Marquinho (Tabela 4.8):

- **Adensamento dos domicílios**, considerando mais de duas pessoas por cômodos servindo de dormitório;
- **Coabitação**, ou seja, famílias que convivem em uma mesma habitação junto a outra família.

Tabela 4.8. Situação dos domicílios de Marquinho, em 2010.

Situação dos Domicílios Particulares Permanentes		2010	
		Total	%
Total de Domicílios Particulares Permanentes		1.432	100%
Adensamento dos Domicílios	Com três ou mais moradores por dormitório	98	7%
Coabitação	Famílias conviventes	74	5%

Fonte: IPARDES, 2021; IBGE, 2021; FJP, 2021.

A tabela acima ilustra o déficit quantitativo ou déficit por incremento de estoque (Paraná, 2012), que no município em estudo equivale a **172 domicílios**.

A Tabela 4.9. apresenta a composição do déficit habitacional de Marquinho, totalizando 1.068.

Tabela 4.9. Composição do déficit de Marquinho, em 2010

Déficit qualitativo ou por reposição de estoque	896
Déficit quantitativo ou por incremento de estoque	172

Fonte: IPARDES, 2021; IBGE, 2021; FJP, 2021. Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Segundo os dados analisados acima, nota-se que a necessidade habitacional no município, em 2010, era mais significativa para reposição de estoque, isto é, substituição ou melhoria da infraestrutura e das condições das moradias precárias.

Em complemento as informações apresentadas, cumpre mencionar que o Estado do Paraná conta com Sistema de Informações sobre necessidades habitacionais do Paraná – SISPEHIS, o qual dispõe de dados habitacionais por município, para os anos 2010, 2016 e 2019. Neste contexto, em 2019, Marquinho possuía **270 famílias cadastradas** interessadas em ingressar nos programas habitacionais a serem implantados no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste relatório permitiu construir um panorama sobre a situação da legislação urbanística de Marquinho, além de levantar aspectos relacionados a expansão urbana e as condições fundiárias e de moradia do município, cujos destaques são apresentados a seguir

Marquinho conta com regramento específico para a produção de seu espaço urbano e rural, no entanto o mesmo se encontra em processo de defasagem, em função da:

- A área destinada a comércio e serviços do município se encontra sobrecarregada, não apresentando local disponível para a instalações de novas empresas;
- Desatualização dos parâmetros de uso e ocupação do solo frente a dinâmica da construção imobiliária existente no município e as normas e legislações vigentes;
- Desatualização dos parâmetros de código de obras frente a dinâmica da construção imobiliária existente no município e as normas e legislações vigentes;
- O município não apresenta desenvolvimento em sua área destinada às indústrias, o que acarretou na ocupação da zona com edificações residenciais.
- Falta de incentivo ao desenvolvimento industrial.
- Falta de atualização dos parâmetros nacionais de medição de desenvolvimento econômico e social (IBGE e IPARDES).

No que se refere a expansão urbana forma encontrados 3 vetores de ocupação antrópica, consideradas próximas a mancha urbana no entanto estes se apresentam de forma irregular, se fazendo necessário que o poder público crie ações para regularizar as mesmo sendo que 2 dos vetores se encontram dentro do perímetro urbano na zona de expansão urbana, e 1 está fora do perímetro urbano.

Apesar destes vetores apresentarem irregularidade foi realizado a análise levando em conta a capacidade de infraestrutura e de serviços públicos disponíveis para atender estas localidades, os quais, em geral atenderão a demanda, com exceção do

esgotamento básico o qual e inexistente no município a educação infantil o qual apresenta apenas um CMEI no município, necessitando de adequação de oferta para o território.

Das condições de moradia e fundiária, a avaliação dos dados disponível mostrou que Marquinho possui déficit habitacional de 1.068 domicílios, dos quais 84% estão relacionados a reposição de estoque, isto e, substituição ou melhoria da infraestrutura e das condições das moradias precárias.

6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS): União da Vitória. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS), União da Vitória, 2019b. Disponível em:<

<https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/formFavela.php?idFormulario=L4EQRRMTReGsFLnvHywe8wGLLPFK99YvJ6nbFDnCRem>>. Acesso em: 2022.

COSTA, F. R; ROCHA, M. M. Nova dinâmica dos municípios do Paraná. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 91-104, mai./ago., 2014. Universidade Federal do Ceará. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012014000200091>. Acesso em 2022.

DATAVIVA. Plataforma aberta de pesquisa. Dados Gerais: União da Vitória. União da Vitória, 2021. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/location/5pr080306/wages>>. Acesso em jan. 2021.

FILHO S. S. L. O direito fundamental à moradia digna e a política pública habitacional no Brasil. Artigo. DireitoNet. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11046/O-direito-fundamental-a-moradia-digna-e-a-politica-publica-habitacional-no-Brasil>>. Acesso em 2022.

FJP – Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional de Referência 2000. Belo Horizonte, 2001. Disponível em:< <http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em 2022.

FJP – Fundação João Pinheiro. Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021. 76p.

IBGE. Censo demográfico 2000: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2022.

IBGE. Contagem da População 2010: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2022.

PARANÁ, Governo do Estado. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR). Curitiba, 2012.

PARANÁ. Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/iap/>> Acesso em: 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO. Lei Complementar 346/2010- Lei de Uso e Ocupação do Solo. Marquinho-PR, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO. Lei Complementar 343/2010- Lei do Parcelamento do Solo. Marquinho-PR, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO. Lei Complementar 345/2010- Lei do Plano Diretor. Marquinho-PR, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO. Lei Complementar 340/2010- Lei do Perímetro Urbano. Marquinho-PR, 2010.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

**CONSULTORIA CONTRATADA
FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA
EM PROJETOS LTDA**

COORDENAÇÃO GERAL

**Diego Ronaldo Matciulevicz
Engenheiro Civil, CREA PR-107371/D**

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

**Rodrigo Maschio De Freitas
Arquiteto e Urbanista, CAU PR
00A1075365**

**Tiago David Damiani
Administrador**

**Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista, CORECON/PR 7576**

**Cezar Augusto Soares
Engenheiro Ambiental, CREA PR-
174256/D**

**Evandro Alif Bolba Barbieiro
Advogado, OAB/PR nº 60.847**

**José Francisco De Gois
Geógrafo, CREA PR-199212/D**

**Taise Signorini
Psicóloga**

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

**Eng^a Nágila Terezinha Freiria
Analista de Desenvolvimento
Municipal**

**Arq. Urb. Maria Inês Terbeck
Analista de Desenvolvimento
Municipal**

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

**COORDENAÇÃO
Charles Alexandre Batista
Engenheiro Civil**

EQUIPE

**Emerson Baptistel
Diretor Administrativo**

**Marcos Baptistel
Contador**

**Telma Mugnol
Advogada**

**Clodoaldo Paviani
Controle Interno**

**Sergio Luiz Dal Pai
Secretaria de Administração**

**Eder Barbosa Vaz
Secretaria de Agricultura e Meio
Ambiente**

**Aldair Mossolin
Professor de Ed. Física**

**Fernando Pires
Diretor Departamento de Tributação**

**Eliane Ramos Padilha
Secretaria de Educação**

**Mariclea Telles de Vargas
Secretaria de Saúde**

**Tissiane Varela Schisler
Secretaria de Promoção de Ação
Social**

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

**PODER PÚBLICO
Gilmar Camargo
Diego Pereira Moreira**

**SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Altair Bittencourt
João Maria Cardoso**

**DISTRITOS MUNICIPAIS
Alex Sandro Baptistel
Valdir Gorff**



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS
AUGUSTINHO ZUCCHI Secretário
LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

AUGUSTINHO ZUCCHI Superintendente

CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executivo e
Diretora de Operações

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa e de Guarapuava

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da
Região Metropolitana e Litoral

AMERICO MEGUMY NONAKA Coordenador ER Cascavel

JOSÉ RICARDO MATTOS DO AMARAL Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MARQUINHO

Prefeito:

ELIO BOLZON JUNIOR

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2021

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Dezembro/2022

SUMÁRIO

I – REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO	4
Figura 1. Reunião Técnica de Capacitação.	5
Figura 2. Lista de Presença da Reunião Técnica de Capacitação.	6
II- REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA	7
Figura 3. Reunião Técnica de Preparatória.	7
Figura 4. Lista de Presença da Reunião Técnica Preparatória.	8
III – 3ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA COMUNITÁRIA	9
IV- 2ª AUDIENCIA PÚBLICA	14
Figura 11. Publicação de convite para a 2ª Audiência Pública de revisão do Plano Diretor Municipal.	Erro! Indicador não definido.
Figura 12. 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho_PR	16
Figura 13. 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho_PR	17
Figura 14. 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho_PR	17
Figura 15. 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho_PR	Erro! Indicador não definido.
Figura 16. Lista da 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho_PR	Erro! Indicador não definido.
Figura 17. Lista da 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho_PR	Erro! Indicador não definido.
V- REUNIÃO TÉCNICA DE CONSOLIDAÇÃO	20
Figura 18. Reunião Técnica de Consolidação.	20
Figura 19. Lista da Reunião Técnica de Consolidação.	21
VI -REUNIÃO DE COORDENAÇÃO	22
Figura 20. Reunião Técnica de Coordenação.	22
Figura 21. Lista da Reunião Técnica de Corrdenação.	Erro! Indicador não definido.

I – REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO

Para dar continuidade a Fase II da revisão do Plano Diretor de Marquinho, realizou-se no dia 29 de setembro de 2022 às 08:30 nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho a Reunião Técnica de Capacitação com os secretários dos setores de; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Planejamento e Equipe Técnica Municipal.

Apresentou-se os procedimentos da Fase II- Parte III e as metodologias para a aprovação das secretarias e da Equipe Técnica Municipal para análise dos seguintes aspectos:

i. Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana, com base na avaliação e adequação:

- Do sistema viário básico;
- Do deslocamento individual não motorizado, observando as necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalhos; e
- Do deslocamento motorizado de cargas e serviços, de forma a garantir os direitos aos transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer.

ii. Capacidade de investimento do município, avaliação da capacidade de investimento, atual e futura, visando à implementação do PDM a ser expresso no Plano de Ação e Investimentos (PAI);

iii. Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes, identificação dos conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano, de forma direta ou indireta, e avaliação das respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação;

iv. Síntese da Análise Temática Integrada, por meio da sistematização dos resultados objetivos nas Partes 1, 2 e 3 da ATI, de modo a indicar a definição de objetivos, diretrizes e propostas para uma cidade sustentável.

Aprovou-se os métodos de análise constante dos documentos amparados em:

- Dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, bem como nas resoluções do Conselho Nacional da Cidade;
- Fontes secundárias amplamente reconhecidas;
- Mapas georreferenciados; e
- Informações prestadas pelos gestores públicos ao longo do primeiro semestre de 2022.

Foram apresentadas algumas propostas de perímetro urbano e zoneamento para debate na reunião de acordo com as análises realizadas nas reuniões oficinas da parte I e II da 2ª fase.

Ficou definido a instituição do distrito de Gleba Nove e um novo zoneamento e perímetro urbano da sede e demais distritos para serem aprovados em audiência pública.



Figura 1. Reunião Técnica de Capacitação.

II- REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA

Realizou-se no dia 29 de setembro de 2022 às 10:30 nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho a Reunião Técnica de Preparatória com Equipe Técnica Municipal e a Equipe Técnica da Consultoria.

Nesta reunião, foram discutidos os locais de aplicação dos formulários e amostras de pesquisa para avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município e definir os procedimentos necessários à realização da 3ª Oficina de Leitura Técnica e da 2ª audiência pública.



Figura 3. Reunião Técnica de Preparatória.

III – 3ª OFICINA DE LEITURA TÉCNICA COMUNITÁRIA

A 3ª Oficina de Leitura Técnica Comunitária ocorreu em dois momentos:

1. No dia 29 de setembro de 2022 às 08:00 no Colégio Estadual João Ryszcz com os alunos do 3º ano do ensino médio.
2. No dia 27 de outubro no evento Municipal do Outubro Rosa com a comunidade, principalmente mulheres, já que observou-se nas oficinas realizadas anteriormente baixa participação feminina.

Nestas Oficinas foi apresentado o que é Plano Diretor Municipal e o que são os objetivos da revisão do plano diretor municipal. Foram realizados formulários para avaliar o atendimento qualitativo e quantitativo, e distribuição espacial das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, visando garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental e ao lazer.

Figura 5. 3ª Oficina de Leitura Técnica Comunitária no Colégio Estadual João Ryszcz.



Figura 6. 3º Oficina de Leitura Técnica Comunitária no Colégio Estadual João Rysicz.



Figura 7. 3º Oficina de Leitura Técnica no evento do Outubro Rosa.



Figura 10. Lista de presença da 3º Oficina de Leitura Técnica no Colégio Estadual João Rysicz.



**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO - PARANÁ
LISTA DE PRESENÇA**

DATA: 29/10/2022 - 08:30

ASSUNTO: 3ª Oficina de Leitura Técnica e Comunitária - "Análise Temática Integrada"

Nome	RG	Assinatura
Carlos A. Batista	10.246174-0	
Cláudio Vila Verde	2.109467	
João Maria Cardoso	24298130300	
Marcos B. dos Santos	400000 15.821.022-5	
Aldair Messolin	5706591-5	
Alex Sandro Batista	9488729-1	
Telma Augustal	9970308-3	
Roberto Damasceno	9.722.823-0	
Emerson Baptista	8.520.984-1	
João de Deus	5563952-2	
Sumário Pires	108259365	

Figura 10. Lista de presença da 3ª Oficina de Leitura Técnica no evento do Outubro Rosa.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL MARQUINHO - PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA
DATA: _____ **HORA:** _____

ASSUNTO: 3ª Oficina Leitura Técnica e Comunitária - "Análise Temática Integrada"

Nome	RG/CPF	Assinatura
Christiano dos Anjos	114.132.889-80	Christiano dos Anjos
Plamen Eitor de Quadros dos S	123.820.489-99	Plamen E de S
Aguida Vitoria de Quadros	123.820.339-67	Aguida Vitoria
Guilmar da Silva Ramos		Guilmar da Silva
Eduarda da S. Souza		Eduarda da Silva
Patricio de M. de Almeida	125.684.219-24	Patricio de M. Almeida
Daniel S. C. Dos Santos		Silvestre
Juliana Lopes do Nascimento	14.647.088-2	Juliana L. D. N.
Nicoly Baptista	083.527.679-17	Nicoly Baptista
NICOLI MARIA HUK	093.906.239-95	Nicoli Maria Huk
GABRIELA ANTUNES ZOCHE	136.962.199-08	Gabriela L. Zocche
Suzelita S. Wargan	125.925.479-13	Suzelita S. Wargan
ISABELLA KAVANY VARELA	114.467.959-18	ISABELLA K VARELA
Cristiane Luizinski Ferreira	34.623.620-0	Cristiane L. Ferreira
Ademir Antônio Potulski	800.800.879-22	Ademir A. Potulski
Gabriel Vicenzi	113.792.879-21	Gabriel Vicenzi
Vladimir gabriel das Santos		Vladimir G. das Santos
Bruna Sprungerski	108.683.539-57	Bruna Sprungerski

Figura 11. Lista de presença da 3ª Oficina de Leitura Técnica no evento do Outubro Rosa.

IV- 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 26 de outubro de 2022, às 19:30 foi realizada a 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Marquinho nas dependências do Centro do Idoso de Marquinho-PR.

A prefeitura municipal publicou o convite para a 2ª Audiência pública através das mídias sociais e site institucional.

Figura 12. Publicação de convite para a 2ª Audiência Pública de revisão do Plano Diretor Municipal.



Como participantes foram convidados a estarem presentes a Equipe Técnica Municipal, a supervisora do PARANACIDADE, os membros provisórios do Conselho Municipal da Cidade, representantes do poder legislativo e do poder executivo, representante do Ministério Público, a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

Estiveram presentes no evento alguns membros da Equipe Técnica Municipal, a supervisora do PARANACIDADE através de videoconferência, alguns membros provisórios do Conselho Municipal da Cidade, representantes do poder legislativo e do

poder executivo, e membros da população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

Ao longo da audiência foi apresentada a caracterização das condições qualitativas do município, conforme os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada.

Também foram apreciados os métodos e técnicas que foram adotados para a execução das atividades e análise dos dados e os resultados referentes a análise dos seguintes aspectos:

- i. mapeamento das áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos;
- ii. mapeamento do uso e ocupação atual do solo;
- iii. avaliação da capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
- iv. avaliação do uso e ocupação do solo atual, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
- v. avaliação da expansão urbana, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos;
- vi. avaliação das condições gerais de moradia e fundiárias;
- vii. avaliação as condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana;
- viii. avaliação da capacidade de investimento do município;
- ix. avaliação da estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes;

Também foram apresentadas as propostas de Expansão do Perímetro Urbano tanto para a sede do município quanto para os distritos de Guampará, já existente, e Gleba Nove, a ser instituído.

Explanou-se também sobre a próxima etapa da Revisão do Plano Diretor de Marquinho, a 3ª Fase- Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável e sobre a importância da participação da população nas audiências públicas no processo de revisão e aprovação dessas diretrizes e propostas.

Como forma de participação, além da possibilidade de estar presente no espaço onde aconteceu o evento, a população também pode estar acompanhando via plataforma digital, fazendo comentários e tirando dúvidas. A audiência ao vivo ficou gravada no link do evento:
https://www.facebook.com/prefeiturademarquinho/videos/815759756135121/?extid=CL-UNK-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C&mibextid=1YhcI9R

Ao final do evento, a equipe esteve disponível para conversar com os participantes para sanar dúvidas e curiosidades sobre a atividade.

Figura 13. 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho/PR.



Figura 14. 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho/PR.



Figura 15. 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho/PR.



LINK DAS FOTOS E VÍDEOS DA AUDIÊNCIA:

<https://www.facebook.com/prefeituradebarracao/videos/1152702868889885/>

Figura 16. Lista da 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal de Marquinho-PR

PREFEITURA DE MARQUINHO **ODS** **PARANACIDADE** **PARANÁ** **FAROL 14**
CONSULTORIA EM PROJETOS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO - PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 26/10/2022

HORA: 19:00

ASSUNTO: 2ª Audiência Pública- Análise Temática Integrada do Município

Nome	RG/CPF	Assinatura
João A. Batista	044803609-61	
Bruno C. C. Zuition	08113259970	Bruno Zuition
Diego do Prado Stamm	814.421.650-49	
CESAR A G S ESTEICHE	062.187.739-57	
maricela jules de saungos	04783056994	maricela
João Maria Cardoso	44658233	
Camurro Roberto	02517598908	
Luane Karla Jelinek Bagan	066.653.269-93	
Edite S. Casted	913.915.638-19	
Ello Bolha M...	061.537.573-01	
Imerson Baptista	05342336945	
Luizinho F. Reis	086.813.523-43	Luizinho F. Reis
Aldem Messal	762286819-15	
Éder B. Vaz	04666326901	
M. Carlos (Com Zuni L)	6.026.460-0	
Adriana Kubias Del Pa	6.450.592-0	Adriana
Alexandro Baptista	9.488.729.1	
Diego P. Moreira	061.536.699-64	
DIVAL BALBINOTTI	082214389-52	

V- REUNIÃO TÉCNICA DE CONSOLIDAÇÃO

A fim de finalizar as análises e respectivos documentos, relativos às atividades da 2ª Fase, em decorrência da 2ª Audiência Pública, realizou-se a Reunião Técnica de Consolidação no dia 27 de outubro de 2022 às 15:00 horas nas dependências da Prefeitura Municipal, com a Equipe Técnica Municipal e a equipe da Consultoria.

Não houveram manifestações populares divergentes as análises e propostas apresentadas na audiência pública, portanto a Equipe Técnica Municipal e a Equipe Técnica da Consultoria aprovaram a Análise Temática Integrada e os Produtos da 2ª Fase apresentados em audiência.

Figura 18. Reunião Técnica de Consolidação.



Figura 19. Lista da Reunião Técnica de Consolidação.



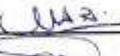
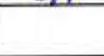
**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
MARQUINHO - PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 27/10/2022

HORA: 15:00

ASSUNTO: Reunião Técnica de Consolidação

Nome	RG/CPF	Assinatura
Charles A. Batista	044803609-64	
Emerson Baptista	8-520.984-1	
Leonardo Feres	086.813.523-43	
Maricela Sales de Feres	91849185	
EDER B. VAZ	04666326901	
Bruna L. C. Zathien	08113259970	
LUIZ FABRÍCIO CARVALHO	108259973	
Leonardo Feres	086.813.523-43	
Aldair Mendes	762286819-15	
TOFF DANIEL DAMIANI	3222823-0	

VI -REUNIÃO DE COORDENAÇÃO

Realizou-se no dia 27 de outubro de 2022 às 13:30 nas dependências da Prefeitura Municipal de Marquinho a Reunião Técnica de Coordenação com a Equipe Técnica Municipal.

Apresentou-se as metodologias e técnicas da implantação da Fase III à equipe técnica para aprovação.

Figura 20. Reunião Técnica de Coordenação.



CONSULTORIA CONTRATADA

FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA

COORDENAÇÃO GERAL

Diego Ronaldo Matciulevicz
Engenheiro Civil, CREA PR-107371/D

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

Rodrigo Maschio De Freitas
Arquiteto e Urbanista, CAU PR 00A1075365

Tiago David Damiani
Administrador

Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista, CORECON/PR 7576

Cezar Augusto Soares
Engenheiro Ambiental, CREA PR-174256/D

Evandro Alif Bolba Barbieiro
Advogado, OAB/PR nº 60.847

José Francisco De Gois
Geógrafo, CREA PR-199212/D

Taise Signorini
Psicóloga

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

COORDENAÇÃO

Charles Alexandre Batista
Engenheiro Civil

EQUIPE

Emerson Baptistel
Diretor Administrativo

Marcos Baptistel
Contador

Telma Mugnol
Advogada

Clodoaldo Paviani
Controle Interno

Sergio Luiz Dal Pai
Secretaria de Administração

Eder Barbosa Vaz
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Aldair Mossolin
Professor de Ed. Física

Fernando Pires
Diretor Departamento de Tributação

Eliane Ramos Padilha
Secretaria de Educação

Mariclea Telles de Vargas
Secretaria de Saúde

Tissiane Varela Schisler
Secretaria de Promoção de Ação Social

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
Gilmar Camargo
Diego Pereira Moreira

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Altair Bittencourt
João Maria Cardoso

REPRESENTANTE DOS DISTRITOS MUNICIPAIS
Alex Sandro Baptistel
Valdir Gorff

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Nágila Terezinha Freiria
Analista de Desenvolvimento Municipal